

DISCURSO E ORALIDADE
Um estudo em língua indígena

Tania Conceição Clemente de Souza

Este exemplar é a redação final da tese
defendida por Tânia Conceição
Clemente de Souza

e aprovada pela comissão Julgadora em
25 / 07 / 94


PROFA. DRA. GENI DE LOURDES PULCINELLI ORLANDI

DISCURSO E ORALIDADE
Um estudo em língua indígena

Tania Conceição Clemente de Souza.

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, para obtenção parcial do título de Doutora em Linguística, sob a orientação da Profª Drª Eni Orlandi.

Campinas, 25 de julho de 1994

A
João (in memoriam) e Aura,
presenças

SUMÁRIO

Ala ise, 9

Agradecimentos, 11

Epígrafe, 13

1 INTRODUÇÃO, 15

2 DISCURSO INDÍGENA, 17

2.1 Discurso, Instituição e Prática Discursiva, 18

2.2 Discurso Indígena: organização social e prática discursiva, 21

2.3 Discurso Indígena: materialidade da língua e identidade, 25

2.4 Discurso Indígena e a (des)construção do objeto da Análise do Discurso, 30

2.4.1 Sujeito e forma-sujeito, 31

2.4.2 Materialidade do sentido e heterogeneidade, 37

3 OS BAKAIRI, 43

3.1 Durch Central-Bresilien: os Bakairi sob o olhar do viajante, 44

3.2 A aldeia arruada, 48

3.3 Kura Bakairi: a identidade pelo olhar do outro, 57

4 A LÍNGUA BAKAIRI, 67

4.1 Língua e Gramáticas, 68

4.1.1 Die Bakairi Sprache, 71

4.1.2 Da Língua dos Bacayeris, 73

4.1.3 Grammar of Bakairi, 75

4.2 Kura itãĩõ: aspectos da língua Bakairi, 77

- 4.2.1 Fatos de Fonologia, 84
 - 4.2.1.1 O repertório de sons e alguns processos fonológicos, 85
 - 4.2.1.2 O acento, 88
 - 4.2.1.3 A harmonia consonantal, 89
- 4.2.2 A Sintaxe: fatos de ergatividade, 101
 - 4.2.2.1 A Ergatividade, 102
 - 4.2.2.1.1 A ergatividade em línguas nominativo-acusativas, 103
 - 4.2.2.2 A ergatividade em Bakairi, 106
 - 4.2.2.2.1 Um sistema de referência pessoal ergativo-absoluto, 107
 - 4.2.2.2.2 Morfologia verbal, 115
 - 4.2.2.3 A estrutura argumental em língua ergativa, 127
 - 4.2.2.3.1 Pares ergativos-causativos, 136
 - 4.2.2.3.2 Passiva e antipassiva, 142
 - 4.2.2.3.3 Inversor de diátese e forma lógica, 148
 - 4.2.2.4 A co-referencialidade, 156
 - 4.2.2.4.1 Co-referencialidade e construções de controle, 162
 - 4.2.2.4.1.1 Controle de argumentos sintáticos não-diferenciados, 163
 - 4.2.2.4.1.2 Controle de argumentos sintáticos diferenciados, 165
 - 4.2.2.4.2 Movimento-qu versus PRO, 169
 - 4.2.2.5 Construções com movimento, 171
 - 4.2.2.5.1 Movimento-qu, 173
 - 4.2.2.5.1.1 Relativas objetivas e relativas subjetivas, 187
 - 4.2.2.5.1.2 Relativas de Infinitivo e Subordinadas Finais, 194
 - 4.2.2.5.2 Adjunção, 197
 - 4.2.2.6 Ergatividade e Parâmetros, 204
 - 4.2.2.6.1 Concordância e categorias vazias, 206
 - 4.2.2.6.2 Variáveis de discurso e variáveis vinculadas, 208

4.2.2.6.3 Formas de conexão de variáveis, 216

4.2.2.7 Morfologia e Sintaxe, 221

5 SINTAXE, DISCURSO E ORALIDADE, 227

5.1 Tessitura e língua indígena, 232

5.2 Em busca do risco do bordado: sintaxe, tempo, referencialidade e discurso relatado, 242

5.2.1 Sintaxe e estrutura discursiva: o discurso clivado, 243

5.2.2 Tempo e circularidade discursiva, 249

5.2.3 A Referencialidade, 256

5.2.3.1 A não-pessoa, 259

5.2.4 As formas do discurso relatado, 292

5.3 Polifonia e formas do discurso atestado, 309

– 5.4 Dois exemplares de discurso indígena: *idudaiipa tədəetəbire "Vinda do Mato"* e *udədo paɣika "A Onça e o Tamanduá"*, 318

5.4.1 Polifonia e textualidade, 318

5.4.2 Polifonia, textualidade e sonoridade, 350

5.5 Enunciação e Oralidade, 361

5.6 Metalinguagem e Oralidade, 367

6 CONCLUSÃO, 371

7 NOTAS, 373

8 BIBLIOGRAFIA, 379

ANEXOS, 387

ALA ISE

Bakairidomondo kura itanro ãenõmedådyle yã: Sakumairo, Waluga, Apakano, Poiuri, Shagope, Seigalo, Egufu, Tãile.

Obrigada

A todos os Bakairi que me ensinaram o kura itanro: Sakumairo, Waluga, Apakano, Poiuri, Shagope, Seigalo, Egufu, Tãile

AGRADECIMENTOS:

À Eni Orlandi, amiga e mestra, por ter me falado das formas da *pulavra* e das formas do *silêncio*.

À Charlotte Galves, por acreditar que a *Teoria Gerativa* pode falar da língua indígena.

A Sérgio, Flávia e Edney, pelo amor com que acompanharam todo esse trajeto.

À minha família - mãe, irmãs e a sobrinha Wania -, por dedicarem carinho e atenção a Flávia e Edney durante as minhas *andanças*.

À amiga Marília Facó, pelo companheirismo e pela parceria no estudo de línguas indígenas.

À Yonne Leite, pelo ingresso no quadro de estagiários do Museu Nacional, o que me permitiu *descobrir* as línguas indígenas.

À Charlotte Emmerich, por ter ajudado a me decidir pelo estudo do Bakairi e por ter traduzido algumas e valiosas das páginas de *Die Bakairi-Sprache*.

À Divanila Moreira, companheira em duas viagens à Aldeia Bakairi.

Aos demais colegas do Setor de Lingüística do Museu Nacional, pela possibilidade de diálogo.

Às amigas Maria Lúcia, Leda e Wilma, pelos muitos finais de semana e feriados longos que não puderam ser aproveitados em Teresópolis e por não se cansarem de me ouvir falar do Bakairi.

Patrocínio: CNPq, FAPESP e FAEP.

Era tempo da Festa do Milho. A história da civilização Bakairi ia ser mais uma vez lembrada.

Estava atenta a tudo: o vaivém na Casa da Farinha, o preparo da matula dos homens que, em grupos, estariam durante dias ocupados com a caça e a pesca, a pintura corporal das mulheres, o retorno dos homens felizes porque tiveram sorte na caça.

Chegou o grande dia.

Era de madrugada. O sol ainda não saíra. Em bandos nos dirigimos ao banho de rio. Na volta, o sol já brilhava. Todos reunidos em frente à casa do Capitão da Aldeia.

O pajé deu início à cerimônia. Após palavras melodiosas - *õã, õã, õã, õã* -, todos debulharam as suas espigas e atiravam os grãos na direção do sol nascente. De novo, eram ouvidas as mesmas palavras e, então, grãos eram atirados na direção do norte.

A operação se repetiu até termos percorrido os quatro pontos cardeais, pensei eu.

Estava emocionada. Mas a emoção maior viria alguns instantes antes de prosseguir a cerimônia.

O Conselheiro da tribo bateu em meu ombro e falou:

'Karaiwa, a gente joga milho nos quatro cantos que corre o vento. O vento espalha o milho por toda terra [*õã*] e do milho nasce Bakairi. Por isso, Bakairi nunca mais vai deixar de existir.'

Eu pensava que a tudo entendia e o Conselheiro parecia adivinhar o meu pensamento. Naquele momento, vislumbrei o quanto estava distante do mundo dos Bakairi.

O confronto dos dois mundos estava patente nas palavras do Conselheiro: eram palavras emprestadas dos Karaiwa, mas o discurso era Bakairi.

Diário de campo - Janeiro de 1984

I INTRODUÇÃO

Houve um tempo - conta a mitologia Bakairi - em que os seres tinham a mesma forma física e falavam uma mesma língua. O mundo era do domínio das trevas. Jiji - o deus-sol - invadiu o mundo das trevas e instituiu as diferenças entre os seres. As pessoas - kurə - se tornaram diferentes dos animais - ʔgido. A metamorfose se dava na e pela luz. Aqueles que deveriam se tornar kurə se colocavam sob os raios da Luz e seus corpos tomavam a forma que têm hoje. A luz tinha que alcançar o corpo plenamente. Quando isso não acontecia, os seres ficavam híbridos - metade ʔgido metade kurə - e eram atirados ao fundo das águas, onde a luz não chegava. Tornavam-se kurəma 'gente excluída.'

A Luz trouxe a dualidade ao mundo Bakairi. Uma dualidade expressa também na forma de duas línguas: o kurə itāĩɔ e o ʔgido itāĩɔ. A língua dos Bakairi é o kurə itāĩɔ. O pia ʔi 'pajé' - aquele que fala com a sombra, com a luz, com os bichos - domina as duas línguas, mas só revela a língua do tempo das sombras àquele que se tornar pajé.

A nossa meta é descrever o discurso indígena - trabalhando com a materialidade do kurə itāĩɔ -, sem perder de vista a perspectiva da dualidade de duas disciplinas - a Análise do Discurso e a Linguística. O viés da nossa análise busca, por um lado, sublinhar as marcas do conflito instaurado com a Luz: os kurə estarão sempre divididos em dois mundos - o dos Bakairi e o dos Karaiwas. Por outro lado, descrever a materialidade de uma língua, em cuja historicidade não se inscreve o advento da escrita e, em larga instância, definir um tipo específico de oralidade - histórica - e que não supõe a escrita.

2 DISCURSO INDÍGENA

Inserir a reflexão sobre línguas indígenas no interior da Análise do Discurso significa tarefa que leva a questionamentos de ordem teórica e prática, ambos interrelacionados. A gama de implicações que vêm consituindo a concepção do objeto da Análise do Discurso ao lado da natureza do nosso objeto - a língua indígena - nos faz buscar caminhos que viabilizem esta tarefa, principalmente quando se aponta que os trabalhos comumente realizados em Análise do Discurso têm se prestado a descrever discursos de grupos cujo universo parece ser, quase sempre, partilhado pelo analista. O que não acontece de modo abrangente e sistemático com o estudo do discurso indígena. Nesse sentido, é que o nosso trabalho visa a responder - e, ao mesmo tempo tem aí o ponto de partida - de que forma o aparato da Análise do Discurso analisa as línguas indígenas como discurso.

— Quanto ao objeto da Análise do Discurso, Maingueneau (1987) fala de uma delimitação primeira desse objeto, o qual assoma na forma de textos institucionalizados (textos de arquivo) nos quais estão cristalizados conflitos históricos, sociais, etc e que delimitam um campo específico no exterior de um interdiscurso. São textos que remetem ao “conjunto de regras anônimas e históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou lingüística dada, as condições de exercício da função enunciativa.” (FOUCAULT, 1969).

Essa perspectiva - a de se trabalhar com textos de arquivo - é tida por alguns (como Maingueneau, por exemplo) como uma restrição ao objeto e ao campo da Análise do Discurso. Para estes, a Análise do Discurso acaba por deslocar da esfera do seu objeto o estudo da heterogeneidade dos mecanismos que atuam nas produções de linguagem. Ressente-se na Análise do Discurso a primazia do histórico sobre o sociológico.

Por um outro ângulo - em especial, aquele que traduz o olhar de Pêcheux, Courtine, Marandin, Henry, e muitos outros - tal restrição não existe, se muitas noções a serem trabalhadas no momento da análise do discurso são pensadas por uma concepção teórica

determinada - a da materialidade linguística e do sentido. Com isso, o discurso é definido como processo social de natureza ideológica. Acrescente-se, ainda, que a própria concepção do objeto de uma ciência, segundo Pêcheux “não é um objeto empírico, mas uma construção.” Um objeto que “não pode se destacar, através de um questionamento aleatório, da natureza que progressivamente o delimitaria tornando visíveis suas características.” (in: HENRY, 1990)

No processo de construção desse objeto, contam não só a própria noção de arquivo, mas a necessidade de se trabalhar a “relação entre a língua, como sistema sintático intrinsecamente capaz de jogo, e a discursividade, como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história, que constitui o ponto nodal de um trabalho de leitura de arquivo.” (PÊCHEUX, 1985).

As discussões que decorrem desses dois pontos de vista serão, em certo alcance, retomadas em nosso percurso, tendo-se, porém, como pano de fundo a língua inígena.

2.1 Discurso, instituição e prática discursiva

A definição de instituição, em termos amplos, sublinha uma implicação direta com a historicidade e o controle. As tipificações recíprocas se constroem no curso de uma história compartilhada. As instituições têm sempre uma história da qual são produto. E a compreensão daquelas implica a compreensão do processo histórico. O controle, por sua vez, resulta do próprio fato de as instituições existirem, acarretando padrões de conduta humana previamente definidos em oposição a possíveis direções que seriam teoricamente possíveis.

As ações que têm probabilidade de serem tipificadas são aquelas ações importantes para, pelo menos, dois indivíduos numa situação em comum, como o trabalho, a sexualidade e a territorialidade, por exemplo. A transmissão dessas ações acabam por definir o mundo institucional com caráter de realidade histórica e objetiva. Nessa perspectiva, as instituições precedem a realidade biográfica do indivíduo. O que acaba exercendo um caráter coercitivo: o indivíduo resiste a alterar as instituições, tanto pela facticidade em si quanto pelos

mecanismos de controle.

Esses aspectos inerentes ao conceito de instituição, ligado à organização social, são de ordem universal, podendo ser estendidos a todo e qualquer tipo de sociedade. Na Análise do Discurso, ao se falar em instituição, estão em jogo todos esses aspectos, porém, a instituição é, principalmente, o lugar de base que precede e, ao mesmo tempo, determina o discurso. É a instituição que “torna os começos [dos discursos] solenes, cerca-os de um círculo de atenção e de silêncio e lhes impõe, como para os assinalar de mais longe, formas ritualizadas.” (FOUCAULT, 1971) É, pois, o lugar da regularidade, da normatividade.

É a instituição, por exemplo, que diferencia, no interior do discurso indígena, a fala do chefe, a fala politizada, a fala religiosa, a fala do contador de história, etc. Que diferencia o discurso indígena face a outros discursos. Assim, o estudo da instituição, embora seja ela o lugar onde os discursos têm origem, necessariamente, não precisa preceder a análise dos discursos. Ao contrário, a análise do acontecimento discursivo, das regularidades e das condições de possibilidade do discurso acaba por desvelar a própria instituição, já que esta se realiza na forma de prática discursiva.

A articulação do discursivo com a exterioridade (o social), por significar uma dificuldade de ordem prática e teórica, tem sido objeto de abordagem de vários autores e um ponto passível de discussão.

Nessa direção, muitas contribuições têm sido trazidas pela obra de Maingueneau. Em **Genèses du discours** (1984), adverte que o desejo de se isentar de uma história concebida como “ressurreição integral do passado” não deve converter a análise do discurso na pura descrição de um emaranhado de traços. É colocada sob questionamento toda e qualquer concepção “estática” e arquitetural de discurso, considerando-se que o discurso não é nem um sistema de “idéias”, nem uma totalidade estratificada que se pode decompor mecanicamente. O discurso constitui um sistema de regras que definem a especificidade de uma enunciação.

Ao sublinhar uma intrincação semântica irreduzível entre os aspectos textuais e não textuais, Maingueneau delimita o objeto de análise não como o *discurso* mas como a

prática discursiva. O termo “discurso” passa a ficar restrito à relação própria que une a superfície discursiva à formação discursiva, e o discurso - pensado além de um conjunto de textos - se define como “prática discursiva”.

Nessa reformulação, o autor segue em parte o ponto de vista de Foucault (1969) que introduz o termo “prática discursiva” para se referir mais precisamente ao “sistema de relações” que para um discurso determinado regula os lugares institucionais das diversas posições que podem ocupar o sujeito da enunciação. Fica evitada, assim, a dissociação dos componentes de uma inscrição social e semântica polimorfa, destinada a estruturar a complexidade de uma relação com o mundo por uma coletividade, real ou virtual.

Em favor dessa não-dissociação vai se sustentar a releitura do conceito de formação discursiva, tomada, no caso, como um esquema de correspondência entre os campos a princípio heteronômios.

O interesse em explicitar como se dá a articulação da prática discursiva com as formações sociais se estende em outra obra - *Nouvelles Tendances en Analyse du Discours* (1987). Entra em cena, dentre várias questões, a função, e o próprio alcance, da noção de condições de produção, no que se refere à descrição do contexto social.

Taxada mais como “um lugar de dificuldade do que como a conceitualização de um domínio” (idem), a noção de “condições de produção” acaba por designar o “contexto social” que envolve um corpus. Segundo o autor, em uso corrente, a noção de condições de produção tem se revelado insuficiente. O resultado é uma “apreensão excessivamente primária da relação entre o discursivo e o extradiscursivo”. Muitas vezes, chega-se às raízes de uma causatividade mecânica, preterindo-se as “condições de produção” enquanto constituinte necessário à estruturação do enunciado. No aprofundamento da questão, sublinha-se a importância de uma instância “muito desconhecida, aquela das comunidades que a enunciação de uma formação discursiva pressupõe.” (idem)

A importância dessa dimensão - a comunidade - se origina no fato de se poder colocar em causa um tipo de associação mais ou menos direta entre um conjunto de textos e

uma região social determinada em termos de classes ou subclasses. Quando, então, será possível lidar com uma definição da relação entre o “eu” e os lugares enunciativos presumidos pelo discurso. E a comunidade daqueles que produzem e fazem com que o discurso circule - e nele se reconhecem - é apagada.

A enunciação não pressupõe somente os conflitos sociais, a língua, os ritos, os lugares institucionais. Antes de qualquer coisa, ela pressupõe “um grupo específico sociologicamente caracterizável, o qual não é um grupo fortuito de “porta-vozes”.” (idem)

Conseqüentemente, não há uma mera relação de exterioridade entre o grupo e o discurso: o que se tem é uma relação de “embricação” pois não é o grupo que produz o seu discurso a partir do exterior. Há, sim, um jogo de “coerções” que possibilitam tanto o discurso quanto o grupo. E essas “coerções” são instauradas segundo uma mesma lógica. O conceito de “prática discursiva” é, então, retomado e reelaborado por Maingueneau para dar conta das duas vertentes do discurso: o social e o textual. Apesar de partir do conceito de *prática discursiva* formulado em Foucault (1969), Maingueneau redefine prática discursiva como processo de organização que estrutura a um só tempo as duas vertentes do discurso, integrando formação discursiva e comunidade discursiva.

Enfim, o conceito de *prática discursiva*, em Maingueneau, é resultado, por um lado, da necessidade de se tornar complexo o conceito de condições de produção e, por outro, do fato de, por si só, a noção de formação discursiva - imediatamente associada à vertente social - ser insuficiente para designar as duas faces do discurso. Com isso, o conceito de formação discursiva fica redefinido pelo viés da concepção de prática discursiva.

2.2 Discurso indígena: organização social e prática discursiva

A dificuldade detectada na formulação de alguns conceitos da Análise do Discurso se reflete de forma mais imediata ao se ter que descrever a articulação do fato discursivo com o não discursivo, sem recair na mecanicidade. O estudo das instituições do

grupo, no caso, se apresenta como um recurso, mas a dificuldade reside em se captar, ao mesmo tempo, que fatores institucionais estão contidos na língua, de que forma as estruturas gramaticais são constituídas enquanto materialidade linguística e que princípios estruturam e constituem tanto o social - no corpo das instituições - quanto a língua - no âmbito do discurso. É bom explicitar que esse processo não se dá de forma isolada, no sentido de, num primeiro instante, se buscar a análise das instituições e, a seguir, se buscar uma relação de determinação do social no discursivo.

Se teóricos e analistas do discurso salientam que há pontos obscuros e conflitantes para uma realização a contento da análise do discurso em línguas de pleno domínio pelo analista, esses se multiplicam e se tridimensionam quando o objeto da análise é não somente o *discurso*, mas o *discurso indígena*. O discurso de um povo é estranho à minha realidade e à minha competência linguística e discursiva.

Conseqüentemente, a proposta de proceder à análise do discurso indígena me impôs uma condição primeira: trabalhar com a Análise do Discurso como um método aberto, e não fechado em si mesmo, onde todos os passos da análise se definiriam a priori segundo um modelo determinado. As diretrizes da análise se instituem no próprio momento da análise, dada a materialidade linguística de cada discurso em questão. A Análise do Discurso não pode ser concebida como uma listagem de conceitos herméticos, tomados exclusivamente (e mecanicamente) como recursos, como meros instrumentos de análise sem, contudo, serem (re)pensados e cotejados com a especificidade, com a característica dos discursos em observação. No nosso caso, o *discurso indígena*.

Em termos práticos, essas colocações podem ser ilustradas, quando retomamos aqui fatos interessantes relacionados a um primeiro exercício de análise do discurso realizado com a língua Tapirapé (SOUZA, 1986), considerando-se, em especial, o momento em que foi feita a análise e a natureza do objeto em si - textos indígenas.

Era o segundo semestre de 1984, mal se iniciara a minha incursão pela Análise do Discurso, decidi, então, fazer uma análise da estrutura discursiva da língua Tapirapé (família

Tupi-Guarani), seguindo pressupostos da Teoria da Enunciação e da Análise do Discurso.

Os três textos enfocados - a descrição de uma foto, o relato de uma caçada e a narrativa de uma lenda - eram marcados por dois aspectos primordiais e interrelacionados: a dialogia e a polifonia.

A língua Tapirapé apresenta marcas explícitas da sua estrutura imanentemente dialógica e polifônica. Essas marcas abarcam (1) a estrutura em forma de diálogo do texto descritivo¹, onde o locutor preenche os dois recortes destinados aos dois personagens do diálogo (interlocutor e locutor); (2) as formas que acompanham cada enunciado atestando-os em termos de veracidade no tempo presente, passado imediato, recente e remoto, verificados no relato e na lenda e (3) operadores discursivos (tana 'com certeza'; pane 'em vão') que funcionam como índices e favorecendo a antecipação do desfecho dos fatos narrados nos três textos.

Com função de engajar o destinatário na composição dos textos em processos de produção, essas marcas acabam por instanciar os diferentes enunciadores através dos quais o locutor se apresenta. Fato que institui o fenômeno da polifonia numa dimensão dialógica e que constitui a materialidade lingüística do Tapirapé.

Para a descrição da estrutura discursiva do Tapirapé, os princípios da Teoria da Enunciação se revelaram satisfatórios, no entanto, após a análise da estrutura discursiva surgiu a indagação do porquê da polifonia ser o princípio estruturante da língua em questão.

Dado relevante, a explicação que encontrei para a questão levantada foi sugerir que o modo como os Tapirapé organizam sua sociedade - uma sociedade dividida em grupos com um fim prático que é a sobrevivência e a integração do povo (Balduz, 1970) - estaria constituído no seu discurso.

Aventei, então, a "possibilidade de o discurso Tapirapé estar refletindo a organização social do grupo. Uma organização onde são prementes o convívio mútuo e a integração. E esta representação social pode estar estreitamente ligada à ideologia de um grupo, cujos membros estariam coligados por uma doutrina representativa do modo de viver em

sociedade.” (SOUZA, 1986:180)

A hipótese acima foi ainda reforçada com o conceito de identidade étnica, oferecido pela Antropologia, segundo o qual a “identidade social surge com a atualização do processo de identificação e envolve a noção de grupo social” e “identidade social, ela própria, é uma ideologia e uma forma de representação coletiva” (CARDOSO DE OLIVEIRA, in SOUZA, 1986).

Enfim, busquei a articulação do discurso Tapirapé com uma prática social - a instituição de grupos -, o que permitiu mostrar que a polifonia estaria para a estruturação do discurso assim como a organização grupal, para a estruturação da sociedade. E o discurso Tapirapé ao recobrir a reversibilidade do social e da língua promove a identificação do índio Tapirapé na e pela língua, reafirmando, dessa forma, a sua identidade etno-social².

Importante a ressaltar é o fato de, na ocasião em que o estudo Tapirapé foi realizado (1984), eu não ter tido acesso à obra de Maingueneau (1984), na qual é discutida, em termos práticos, a questão de como buscar a relação entre o discursivo e o não-discursivo. Nem tampouco existia *Nouvelles Tendances en Analyse du Discours* (1987), do mesmo autor, onde é (re)discutido e aprofundado o conceito de “prática discursiva”, associado ao de comunidade discursiva - enquanto processo de organização estruturante das duas vertentes do discurso, o social e o textual.

A conclusão a que cheguei de que havia uma relação intrínseca entre a materialidade do discurso Tapirapé e a organização social, considerando-se o não acesso às duas obras acima citadas serve para ratificar a colocação anterior de ser a Análise do Discurso um método aberto.

Foi possível responder a por que polifonia na língua Tapirapé recorrendo-se a fatores não-discursivos - como a organização social e o processo de identificação etno-social - sem se ter em mãos a discussão de Maingueneau sobre a reversibilidade entre a língua e o social constituída no discursivo, o que respaldaria em termos de cientificidade a solução por mim aventada em forma de hipótese. Ou seja, não foi necessária a existência formalizada (segundo

Maingueneau) para se desvelar o porquê daquelas características do discurso Tapirapé.

Atualmente, a elaboração do conceito de prática discursiva, integrado ao de comunidade discursiva, vem apenas legitimar cientificamente aquilo que antes me permiti apontar como sendo fator constitutivo do discurso Tapirapé: a organização social.

Porém, a possibilidade de se falar em discurso indígena, sendo o objeto de análise o Tapirapé, teve na sua base o conceito de discurso enquanto “prática discursiva”, retomado por Foucault em *L'ordre du discours* (1971), ao lado da noção de “doutrina”, na mesma obra. Prática na qual está constituída tanto a organização social do grupo quanto o processo de identificação etno-social, no caso dos Tapirapé.

Peça decisiva na articulação do discurso Tapirapé com o social foi, no entanto, o estudo minucioso da sociedade Tapirapé, realizado por Baldus (1970), onde os três grandes grupos existentes na sociedade - “grupo residencial, grupos de trabalho e grupos de comer” - são definidos como instituições sociais. Se retomamos aspectos da obra de Maingueneau (1984) é pertinente dizer aqui que, considerado o elo semântico existente entre o funcionamento da instituição e o discurso, depara-se com uma superfície discursiva na qual é produzida a figura da instituição - no caso, os grupos - que a torna possível.

Através da instituição dos grupos, os Tapirapé se integram e se renovam enquanto raça e enquanto povo num processo contínuo de identificação etno-social, perpetuado e constituído no discurso, explicitamente dialógico e polifônico. O que ainda nos leva a repetir com Maingueneau (1987) que a enunciação, antes de qualquer coisa, pressupõe “um grupo específico sociologicamente caracterizável, o qual não é agrupamento fortuito de “porta-vozes”.”

2.3 Discurso indígena: materialidade da língua e identidade

Até o momento procuramos mostrar, a partir da discussão de conceitos e de procedimentos descritivo-analíticos da Análise do Discurso, como no objeto da Análise do

Discurso pode estar incluído o discurso indígena.

Um desses procedimentos foi exemplificado com o estudo do Tapirapé, quando se buscou relacionar discurso e organização social. Este procedimento pode, hoje, vir teoricamente ancorado na definição de Maingueneau (1987) de *prática discursiva*, integrando-se no discurso a dimensão da *comunidade discursiva*.

Mas outros podem ser os caminhos para se proceder à análise do discurso indígena evitando-se o risco de se falar em discurso indígena atrelado, exclusivamente, à legitimidade e à aceitabilidade das práticas discursivas enquanto textos em cuja superfície discursiva estaria produzida *apenas* a forma-instituição. Além da dimensão da comunidade discursiva, há outras dimensões como a do sujeito, a dos lugares enunciativos, a do sentido, a da identidade, etc., todos contidos na materialidade da língua.

A relação entre a materialidade da língua e algumas dessas dimensões já foi em parte por mim explicitada num primeiro estudo do discurso Bakairi (SOUZA, 1991a). A partir da análise da perspectiva ideológica do emprego das marcas temporais³ e do sentido que as mesmas instauram no discurso, apreendem-se dois movimentos: o da dimensão polifônica na enunciação e o da identidade.

O movimento da dimensão polifônica aponta uma contradição entre o significado das marcas de tempo-aspecto - no caso, as marcas *-dile*; *ile* e *-ze*, que podem significar presente, futuro ou o infinitivo, ou ainda, o aspecto contínuo - e o sentido que as mesmas instauram na enunciação.

A questão das marcas temporais está relacionada ao fato de, aparentemente, deterem mais de uma função. É o caso, por exemplo, do sufixo *-ze*, que pode significar o presente, futuro ou o infinitivo, ou ainda, o aspecto contínuo, ou do sufixo *-dile*, que pode indicar o aspecto contínuo ou ação acabada. O que leva à atribuição de diferentes funções segundo as construções gramaticais em que se encontram inseridas. Complexas tornam-se, assim, a sistematização e a descrição do funcionamento dessas marcas num enfoque lingüístico.

Abandonada a questão da sistematização, voltei a atenção para o sentido que a escolha de uma ou outra dessas marcas instaura a nível da enunciação. A princípio, elas recortam os acontecimentos em termos de atitudes naturais e não-naturais (no sentido de adquiridos, buscados). E esse recorte semântico acaba por evidenciar uma contradição de natureza ideológica no texto examinado. Os fatos determinados como naturais e não-naturais refletem o conflito de uma duplicidade de situação vivida pela autora do texto: ser índia e viver com os civilizados. Esse conflito se instaura também no discurso, quando se apreende o processo de identificação do sujeito índio, processo pontilhado por uma série de contradições.

No texto analisado - uma pequena autobiografia -, assinalamos que há duas formações discursivas correspondendo a diferentes recortes enunciativos.

Uma que revela a necessidade de reafirmação da identidade etno-social do sujeito falante: Sakumairo mostra a preocupação de se identificar com seu povo porque, no momento, vivendo na cidade não compartilha mais dos hábitos de origem.

Na outra, é colocada como contraponto à vida fora da aldeia, “o não-esquecimento da língua materna apesar do domínio e do uso corrente da língua do Karaiwa; o acolhimento dos parentes na casa da cidade, as constantes visitas à Aldeia, comendo comida que não come na cidade, e o bom entrosamento das duas situações: tanto Sakumairo quanto os parentes sentem-se à vontade na cidade ou na aldeia”.

Após explicitar as condições de produção do discurso em exame, constata-se que as colocações sobre saber a língua materna, o bem-estar na aldeia e a não-recusa pelas comidas Bakairi - caracterizados como fatos não-naturais - podem ser remetidos a muitas das atitudes dos civilizados - que, freqüentemente, expressam repulsa e mal-estar quando estão na aldeia - e a práticas oficiais - que incluem dentre os critérios de indigenismo o uso corrente da língua materna.

O fecho do discurso, remetendo à segunda formação discursiva, encerra uma justificativa à situação descrita - ser índia e viver com os civilizados -, buscando uma identificação com outros índios⁴:

Um dos pontos abordados no trabalho focado acima foi a noção do sujeito-jurídico (a do capitalismo) relacionada, no caso, ao sujeito indígena.

Observamos que a não-automatização da análise do discurso passa, de imediato, por um processo a ser buscado pelo analista visando à desvinculação de estratégias e de noções rígidas no momento da análise. Em especial, falamos que a noção de sujeito interpelado pela ideologia como o sujeito-jurídico que, historicamente, corresponde à forma-sujeito do capitalismo não precisa ser a única a ser buscada quando da análise do discurso, principalmente, no discurso indígena.

Partir do princípio de que esta é a única forma de se definir o sujeito implicaria cair no reducionismo e esquecer uma série de preceitos da própria Análise do Discurso. “Seria deixar de pôr em prática um dos princípios básicos da Análise do Discurso: considerar o discurso ao mesmo tempo integralmente lingüístico e integralmente histórico. Seria deixar de se historiar os processos de sentido a partir das funções enunciativas do sujeito e ignorar que o sujeito é apenas uma posição que “diferentes sujeitos podem ocupar quando formulam o enunciado” (FOUCAULT, 1969:126). Seria não falar em formas-sujeito. Seria não buscar também a relação com o histórico, o social, o religioso, etc. Enfim, seria não perceber que a história do contato entre civilizados e indígenas está, acima de tudo, ancorada nas relações com uma sociedade capitalista fundamentada na relação dominante-dominado.” (SOUZA, 1991a:39)

Enfim, significaria, de imediato, não se pensar na possibilidade de analisar o discurso do índio e, conseqüentemente, não incluir no objeto da Análise do Discurso as línguas indígenas. E negar - principalmente por motivos “científicos” - “que no discurso do índio há sujeito é negar ao índio o direito (dentre tantos já negados) à sua própria ideologia. É calar o discurso do índio.” (idem, ibidem)

Acreditar - e viabilizar - a tarefa de analisar o discurso indígena pode se constituir em contribuição para a Análise do Discurso em termos de, a um só tempo, interpretá-la em grande alcance - a ponto de inserir em seu objeto a língua indígena - e de ratificar pontos conflitantes apontados durante a longa discussão que vem dando lugar à Análise do Discurso.

Esse primeiro ensaio em análise do discurso Bakairi, mais do que revelar a história do confronto, vem indicar que o exame da língua enquanto materialidade discursiva - e não somente como matéria fônica duplamente articulada - permite pensar o discurso Bakairi como acontecimento. O que nos leva a historiar muitos dos passos da Análise do Discurso segundo uma determinada direção: o discurso indígena.

Toda a discussão da qual participam Foucault, Pêcheux, Maingueneau, Courtine, Authier (dentre outros), sobre a problemática do “sujeito ideológico” vem ao encontro do nosso interesse de descrever e falar do discurso indígena, mantendo dentro dos limites de nossa abordagem a preocupação de precisar categorias analíticas como sujeito e ideologia, sujeito e lugares enunciativos, língua e heterogeneidade, discurso e acontecimento discursivo, relacionados, no caso, à especificidade de nosso objeto - a língua indígena.

No interior dessa discussão será, então, possível visualizar de forma mais clara a diretriz a ser seguida na consecução de nosso objetivo - análise do discurso indígena a partir das estruturas gramaticais.

2.4 Discurso indígena e a (des)construção do objeto da Análise do Discurso

Um olhar nos textos da Análise do Discurso permite verificar que o seu objeto vem se constituindo e se modificando segundo diferentes perspectivas (não excludentes entre si) que acabam por instituir outras e possíveis dimensões teóricas a serem incluídas na análise de um discurso, constituindo, por sua vez, o método de análise. O ponto de partida, porém, é sempre a busca da relação do discurso com a exterioridade. Relação que engloba o histórico, o social, o ideológico, o sujeito, o outro, o inconsciente... e produz o sentido.

Houve uma época, acusam Guilhamou e Maldidier (1989), que o centro de interesse da Análise do Discurso não se concentrava em torno da enunciação. O que decorria, por um lado, da necessidade de se desvincular o sujeito de uma visão psicologizante e, por outro, arrancá-lo ao empirismo das situações de comunicação. Nessa direção, os estudos em Análise

do Discurso passam a buscar uma forte relação entre enunciação e ideologia (no sentido marxista), segundo a qual os sujeitos da enunciação eram sujeitos sempre determinados por um exterior ideológico e tomados como sujeitos plenos.

A questão do sujeito ideológico preocupa aos teóricos da Análise do Discurso e passa a encerrar o novo objeto da Análise do Discurso.

2.4.1 Sujeito e forma-sujeito

Por uma teoria não-idealista do sujeito, Pêcheux (1975) intervém significativamente no rumo da Análise do Discurso, produzindo um deslocamento em direção a uma reflexão teórica sobre a forma-sujeito e as ilusões da transparência do sentido, do sujeito-fonte do sentido. Propõe, então, “sob a forma de uma abordagem teórica materialista do *funcionamento das representações e do ‘pensamento’ nos processos discursivos*” o estudo da “relação do sujeito com aquilo que o representa”. Uma teoria da identificação e da eficácia material do imaginário.

Com fundamentação em Althusser, Pêcheux aponta que a noção ideológica de sujeito é um obstáculo e resultado de um erro: tomar as ideologias como *idéias* e não como *forças materiais* e, ao mesmo tempo, conceber que as ideologias têm origem nos *sujeitos*, quando na verdade elas “constituem os indivíduos em sujeitos”. (ALTHUSSER, 1970, op. cit. PÊCHEUX, 1975)

Estendida tal colocação ao campo da discursividade, Pêcheux vai sublinhar a necessidade de se impor uma transformação de modo que a discursividade assume como ela é: “um processo não-subjetivo no qual o sujeito se constitui.” (idem)

A formulação de uma teoria materialista dos processos discursivos não pode, para se constituir, se restringir a reproduzir como um de seus objetos teóricos, o “sujeito” ideológico como “sempre-já-dado”. (idem)

Uma teoria materialista do discurso nasce de uma tomada de posição face à

evidência da existência espontânea de que o sujeito é “origem ou causa de si”. Evidência próxima à existência em toda a filosofia idealista da linguagem, que é a evidência do sentido.” (Pêcheux, idem)

Todas as evidências, observa o autor, inclusive a da transparência da linguagem, segundo a qual as palavras, as coisas, possuem significado, e a de que “você e eu somos sujeitos”, sem constituir um problema, resultam de um efeito ideológico elementar.

A questão da constituição do sentido associada à constituição do sujeito vai estar todo tempo instalada no âmago da “figura da interpelação”. Uma figura segundo a qual o sujeito ao mesmo tempo se vê como “sujeito de direito” (o que está em relação com outros sujeitos de direito) e como “sujeito ideológico” (aquele que diz ao falar de si mesmo: “Sou eu”).

Ainda pela interpelação, verifica-se o paradoxo formulado na discrepância indivíduo/sujeito: pelo qual o sujeito é chamado à existência. A tese “a Ideologia interpela os indivíduos em sujeito” indica que o “não-sujeito” é interpelado-constituído em sujeito pela Ideologia. De um efeito retroativo é que se origina a ilusão de que todo indivíduo é “sempre-já-sujeito”.

Buscando fundamentação em Lacan, Pêcheux conclui que a questão do sujeito tem que ser vista como “processo (de representação) interior ao não-sujeito, constituído pela rede de significantes” (op.cit.; p.157). De novo se atesta a existência de contradição entre aquilo que tem como resultado uma causa de si (a materialidade da língua) e aquilo que, ao mesmo tempo, se apresenta como processo do significante na interpelação-identificação.

Enfim, sob esse processo será produzido o sujeito no lugar vazio deixado no enunciado: um sujeito que deverá aparecer sob diversas formas - formas-sujeito - impostas pelas “relações sociais jurídico-ideológicas”. Quando se tem, então, ao lado da forma-sujeito de direito a forma-sujeito-ideológico (que reduplica o primeiro).

Importante a ressaltar, Pêcheux lembra que essas relações têm, de fato, uma relação com a história, ligada à construção progressiva, na Idade Média, do sujeito-jurídico.

“Mas isso não significa, em absoluto, que o efeito ideológico de interpelação só apareça com essas novas relações sociais: simplesmente elas constituem uma nova forma de assujeitamento, a forma plenamente visível da autonomia.” (op.cit.: 182)

No caso de nosso interesse - o discurso indígena -, esse ponto é fundamental a sustentações de colocações apontadas quando da definição do discurso indígena. O sujeito-ideológico é interpelado-constituído sob a evidência do processo identificador, quando a ideologia através de práticas - define “o que é e o que deve ser”, muitas vezes, através de “desvios lingüisticamente marcados”. Diz Pêcheux: “é a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário”. (op.cit.; p.160)

Com relação ao discurso indígena, diríamos que os parâmetros do que é ser um índio também são instituídos pela ideologia. A análise de textos em língua indígena vai sublinhar como característica do discurso do índio a contradição - expressa em “desvios lingüísticos” - entre o que é um índio (eu-Bakairi) e como pode ser um índio (eu-não-Bakairi).

As evidências que apontam o que é um índio (ou um soldado, um operário) fazem com que “uma palavra, um enunciado queiram dizer o que realmente dizem”, mascarando, sob a “transparência da linguagem”, o caráter material das palavras e dos enunciados.

O caráter material do sentido, por sua vez, mantém uma dependência constitutiva com o complexo das formações ideológicas em planos interrelacionados.

Primeiramente, no plano do *sentido*, está a tese de que as palavras, expressões, proposições, etc mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as usam. Logo, o sentido é produzido em função dessas posições, em referência à formação ideológica em que se inscrevem. Nesse caso, a formação discursiva significará aquilo que, “numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada num conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito.” Assim, as palavras recebem sentido da formação discursiva na qual são produzidas. E, tomando-se o ponto específico da materialidade do discurso e do sentido é que se atesta que os indivíduos

são interpelados em sujeitos-falantes pela formação discursiva que repetem na linguagem as formações ideológicas que lhes são correspondentes.

O “estado da luta de classes”, porém, ao não ser atestado na sociedade indígena, não autorizaria a falar em sentidos hegemônicos, ou em sentidos produzidos a partir de formações ideológicas ligadas às posições sociais. Nessa perspectiva, a análise do discurso indígena se desenha não na história do sujeito-jurídico, mas pela apreensão da historicidade da materialidade da língua e do sentido. Podendo, inclusive, apontar a forma histórica desse outro sujeito, que é o índio.

Pelo estudo do texto Bakairi já referido, por exemplo, pôde ser constatado que o sentido instaurado pelo emprego das marcas de tempo-aspecto (e outras formas gramaticais) revelava o confronto das duas formações discursivas em jogo: a afirmação da identidade (o eu-Bakairi) versus uma aparente renegação dessa identidade (o eu-não-Bakairi). Esse confronto, porém, é que constitui a identidade do índio. O confronto, por sua vez, está na base do processo de contradição constitutivo da forma-sujeito. A análise de diversos mecanismos discursivos vai permitir sublinhar de forma sistemática o modo de existência da contradição.

As duas formações discursivas, por sua vez, fazem representar na e pela língua as formações ideológicas correspondentes. No discurso indígena, representam a real dimensão da relação do conflito entre índio e não-índio. Daí a forma-sujeito indígena aparecer sob a forma de contradição, de denegação.

A relação entre *base* (lingüístico) e *processo* (discursivo-ideológico) se define a partir da constatação de que as palavras, expressões, proposições, etc, não têm um sentido que lhes é próprio, vinculado à sua significação literal: o sentido se constitui em cada formação discursiva. Tal observação se estende às colocações propostas a respeito do sentido das marcas de tempo-aspecto em Bakairi, quando observamos “que o sentido instaurado a partir da análise dos enunciados - que se caracterizam pelas marcas de tempo-aspecto ou foram constituídos pelo processo intransitivização/indeterminação - deve ser entendido como constitutivo do texto examinado nas condições em que foram produzido. Isso equivale a dizer que as

formulações de sentido que oferecemos para as marcas e os processos não devem ser tomados como únicas e definitivas e serem aplicadas mecanicamente. Não devem, portanto, ser tidas como premissas para a análise de todo e qualquer texto Bakairi.” (SOUZA, 1991a: 36-37)

É no processo discursivo que constituem as formas-sujeito a partir da relação sócio-histórica sob a forma de pontos de estabilização que produzem, simultaneamente, o sujeito com tudo aquilo que lhe é dado ver, compreender, etc. (Pêcheux, 1975). Processo de significação sob o qual o sujeito se reconhece a si mesmo.

No discurso Bakairi, o sujeito se reconhece na forma-sujeito-indígena, exatamente, a partir da interrelação da formação discursiva com as formações imaginárias instituídas socialmente: aquelas formações que projetam a partir de regras socialmente determinadas como o índio deve ser - o índio imaginário. O índio que fala língua de índio, dança ritual de índio, usa adereço de índio, etc. E que projetam o que o índio deve dizer: sou índio porque *ainda* sei “falar a minha língua”, porque *ainda* “como as comidas de meu povo”, etc (Cf. SOUZA, 1991a).

Os pontos de estabilização parecem ser, assim, o lugar comum no processo discursivo da língua indígena: dizer o já-dito, asseverado sobre o “que é ser índio”. Em outras palavras, é projetar - e querer se reconhecer nessa projeção - o índio imaginário.

O outro plano que diz a materialidade do sentido está interligado ao plano anterior quando a formação discursiva é reconhecida como o lugar, a matriz da constituição do sentido.

Devido ao efeito de transparência do sentido presente na formação discursiva, esta dissimula a sua dependência com o “todo complexo com dominante” (o interdiscurso) das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas.

A dissimulação abrange, na verdade, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que faz determinar a formação ideológica como tal. A objetividade material reside “no fato de que “algo fala” sempre “antes, em outro lugar e independentemente”, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas.” (PÊCHEUX, op.cit.: 162)

Sob esse ângulo, a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia se realiza através desse complexo de formações ideológicas, fornecendo “”a cada sujeito” sua “realidade”, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas - aceitas - experimentadas.” (idem, ibidem)

A interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetiva pelo jogo de identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (na qual, ele se constitui sujeito). É essa identificação que é a fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, pois esta se apóia no fato de que os elementos do interdiscurso, além de constituírem, no discurso do sujeito, “os traços daquilo que o determina, são re-escritos no discurso do próprio sujeito”. (op.cit.: 163)

Sendo assim, o discurso indígena ao revelar uma identidade sem contornos precisos, dada a contradição, desvela, ao mesmo tempo, o processo de identificação do sujeito. Um sujeito que reescreve no próprio discurso os traços que, histórica e socialmente, o determinam enquanto sujeito-índio-imaginário, mas que também deixam antever outros traços, da mesma forma histórica e socialmente determinados, do sujeito-índio-de-fato. Dado o efeito da ideologia, a identificação que funda a unidade do sujeito é da ordem do imaginário (ideológico), daí a unidade da identidade do sujeito índio se instalar exatamente no bojo da contradição, ou melhor, no bojo do interdiscurso, constituído pelo complexo de formações discursivas.

Fato a observar, ainda, é que a questão do sujeito-índio passa por outros processos discursivos diferentes dos que foram apontados nessa primeira abordagem do discurso Bakairi (SOUZA, 1991a). São processos ligados à materialidade da língua e do sentido; uma materialidade constituída a partir dos muitos movimentos que pontuam, dentre muitos aspectos, a história da “pacificação” ou da conversão dos “Bakairi brabos” em “Bakairi mansos” e que deflagram os movimentos da identidade. E também os movimentos de formações discursivas conflitantes no interior do interdiscurso.

À guisa de esclarecimento, o discurso indígena, bem como a constituição do

sujeito índio, tem expressão em outras formas de linguagem que não seja a de base linguística. Entretanto, recortamos o nosso objetivo - a análise do discurso indígena - em função da materialidade do *kurə itãɔ*, a língua Bakairi. Logo, os processos discursivos dos quais falamos dizem respeito, apenas, à expressão verbal.

2.4.2 Materialidade do sentido e heterogeneidade

As idéias de Pêcheux em torno de uma teoria materialista do discurso tiveram continuação em outros autores. Mas a questão da materialidade discursiva não é um ponto livre de discussão, segundo as observações de Courtine e Marandin (1980).

O rumo que estes imprimem à questão do objeto da Análise do Discurso vem destacar a noção de repetição relacionada à interpelação ideológica do indivíduo em sujeito, apontando a dificuldade que essa articulação suscita à existência de uma materialidade discursiva. Falam, ainda, da necessidade de se elaborar uma reflexão sobre o conceito de formação discursiva, a partir da noção de interdiscurso.

A questão da eficácia de um discurso também é examinada, uma vez que é através da eficácia que os indivíduos entram no campo da repetição, sob a forma de uma identificação a um sujeito enunciador universal de uma formação discursiva. Em outras palavras, a rede de formulações contidas no interdiscurso permite evidenciar que o interdiscurso domina uma formulação particular, determinando tanto o que ela significa quanto o sujeito que a garante.

O conceito de formação discursiva, originado em Foucault e elaborado por Pêcheux, compreende “aquilo que determina o que pode e deve se dito por um sujeito”, regulando dentro do campo da Análise do Discurso, a referência interpelação-assujeitamento do indivíduo em sujeito do seu discurso.

A formação discursiva é, assim, tomada como um bloco homogêneo (universal) que se oporia a outro, o que é refutado por Courtine e Marandin ao considerarem a formação

discursiva como heterogênea a ela-mesma: “o fecho de uma formação discursiva é fundamentalmente instável, ela não consiste num limite traçado definitivamente separando um interior e um exterior, mas se inscreve entre diversas formações discursivas como *uma fronteira que se desloca* em função dos embates da luta ideológica.” (op.cit.; p.24)

Sob questionamento, é colocado, então, o fato de se definir a formação discursiva a partir do seu interdiscurso e não o contrário. Nessa perspectiva, “o interdiscurso consiste num processo de *reconfiguração incessante* dentro do qual uma formação discursiva é levada, em função das posições ideológicas que esta formação discursiva representa numa conjuntura determinada, a incorporar os elementos pré-construídos produzidos no exterior dela mesma [...] mas causando, eventualmente, o apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação.” (idem, ibidem)

O interdiscurso de uma formação discursiva deve, então, ser tomado como aquilo que tem a função de regular o deslocamento de suas fronteiras.

E, conseqüentemente, é preciso se repensar a própria *inconsistência* de uma formação discursiva, quando entendida como efeito do interdiscurso, caracterizado como “paráfrase discursiva”, que compõe o sistema de equivalência, substituição, homonímia, sinonímia entre termos dentro de um processo discursivo. Para os autores, a inconsistência de uma formação discursiva ilustra a si própria através das três modalidades contidas numa série de formulações: a heterogeneidade, a descontinuidade e a contradição.

Os discursos se repetem, nascem em outros discursos, mas, observam Courtine e Marandin, nem a Análise do Discurso nem Foucault tinham levado em consideração essa retomada de discursos. O sujeito, em Análise do Discurso, era considerado uma máscara dentro da qual um indivíduo anônimo se aloja, seguindo regras da sintaxe ou da significação que regulam a prática discursiva, e assume uma voz - por vezes impessoal; ou coletiva. Isso faz reduzir “a realidade social do discurso à existência de aparelhos homogêneos” e apagar o individual.

Se os discursos se repetem, essa repetição não é feita de palavra a palavra. Não

há uma identidade de um discurso que se re-inscreva de forma anônima nas tomadas individuais das palavras; há tomadas individuais que, por causa da divergência, convergem.

Os discursos se repetem mas são as repetições que fundam os discursos: este parece ser o ponto nodal da problemática da eficácia ideológica e da heterogeneidade.

A repetição está contida em dois eixos: o da horizontalidade que abrange a própria extensão da seqüência discursiva, o enunciado e o da verticalidade, fora da série de formulações dos enunciados, mas dentro da qual acontece a repetição, o deslocamento: o interdiscurso, a determinação externa no interior da formação discursiva e da reformulação, contidos no escopo da memória.

Sob esse ângulo, o sujeito enunciativo tem sua realização na apreensão de forma ilusória, imposta pela formação discursiva, do pré-construído. O interdiscurso assoma, então, como “instância da construção de um discurso transversal” que regula o modo de existência e de articulação dos objetos do discurso por um determinado enunciativo⁵.

A forma-sujeito, esta se apresenta ora como o sujeito concreto da enunciação ora como sujeito universal. E se relaciona com o funcionamento da ideologia.

A tese de que a ideologia interpela os indivíduos em sujeito, “ritualisticamente admitida na Análise do discurso”, funciona como a ideologia interpelando “os sujeitos da enunciação em sujeitos escravos de um discurso particular”, daí a concepção de que o indivíduo se constitui em sujeito “pela língua, pelo fato mesmo de falar e isso antes de qualquer interpelação [...]”. (op.cit.; p.30)

Aceitar, porém, o discurso como uma instância material da ideologia é deslocar a definição de eficácia ideológica. No lugar de um processo de interpenetração-identificação, onde os sujeitos da enunciação se transformam em “pessoas”, a eficácia é lida como um processo de repetições mais ou menos reguladas, em que as palavras se prendem aos laços das reformulações: repetição sobre o modo do reconhecimento dos enunciados e sobre o modo de desconhecimento do interdiscurso. Assim uma seqüência discursiva representa as reformulações contidas na rede dos enunciados e na rede dos lugares enunciativos, instaurando-se o sujeito

dentro do fio discursivo. A identificação do sujeito universal detectada através de estruturas gramaticais não é mais do que uma modalidade particular da forma-sujeito.

Como se pode ler nas discussões de Courtine e Marandin (idem), a (des)construção do objeto da Análise do Discurso se define na colocação de uma série de questões relativas ao conjunto de formulações teóricas da própria Análise do Discurso. O interesse não se restringe mais a discutir o sujeito ideológico, mas a se repensar a constituição do sujeito na materialidade do sentido, buscada no interdiscurso, através do pré-construído e da eficácia ideológica.

O que parece incomodar a esses autores é o fato de a tomada do pré-construído ser regulada por regras anônimas. Nessa perspectiva, o significado da formação discursiva associada a um enunciador-universal já estaria instituída a priori, segundo conjunturas ideológicas determinadas, e a repetição se daria sempre da mesma forma: anonimamente, apontando apenas o lugar desse enunciador-universal num grupo social determinado. Desta forma, o processo individual das tomadas e retomadas dos discursos não significa no processo da discursividade. E, de novo, a Análise do Discurso estaria ocupada em descrever a homogeneização, buscando explicitar o que Pêcheux (1975) denomina de “processo discursivo” - “sistema de relações de substituição, paráfrase, sinonímias, etc., que funcionam entre elementos lingüísticos - “significantes” - em uma formação discursiva dada”. (op cit.: 161)

Uma homogeneização resultante da leitura dos discursos como “relações entre “máquinas” discursivas estruturais” (GADET e HAK, 1990: 314), o que dá lugar à forma-sujeito que encarna, através do assujeitamento, à maquinaria da formação discursiva com a qual se identifica, “*ilusão subjetiva* produzida pela “ignorância das causas que nos determinam”.” (idem, ibidem).

Buscar a individualização - o modo da existência da repetição - parece ser o ponto fundamental na relação do discurso com a exterioridade. O mesmo passa a ser tomado como o *ponto básico* da constituição do próprio discurso, produzido a partir de lugares *individuos* no fio discursivo.

A Análise do Discurso deverá se ocupar, então, da descrição da heterogeneidade

e dos processos discursivos-argumentativos instituídos com e nas (re)tomadas dos discursos: a identificação do sujeito-universal é detectada na relação com as estruturas gramaticais da língua, com a *materialidade discursiva* (lingüística e histórica) - lugar da manutenção da forma-sujeito.

E o alcance da Análise do Discurso vai recobrir, assim, o estudo da construção dos objetos discursivos e dos acontecimentos, e também dos “pontos de vista” e “lugares enunciativos no fio intradiscursivo” (GADET e HAK, 1990: 316). Abrangência que favorece desvelar na língua indígena, por exemplo, a sua constituição enquanto objeto discursivo, enquanto acontecimento na instância do confronto.

Essa abrangência vem, mais de perto, atender ao objetivo de nossa pesquisa: falar do discurso indígena, descrevendo a construção do sentido instituído nas estruturas gramaticais interrelacionadas aos lugares enunciativos. Sustentar o sujeito indígena como uma forma-sujeito resultante da eficácia ideológica produzida por aparelhos ideológicos seria uma tarefa complexa, dada a conjuntura em que se insere a sociedade indígena no Brasil.

Não há como falar do discurso do índio enquanto cidadão, já que a Constituição Nacional, para lhe outorgar a cidadania lhe destitui da identidade de índio. Uma identidade que lhe confere o lugar de tutelado, condição que garante terras para sua sobrevivência e para a sua manutenção (oficial) de identidade indígena.

Analisar o discurso indígena prevê, dentre outras coisas, a descrição do lugar da sociedade indígena no Brasil - uma sociedade tutelada que impõe parâmetros ao modo de existência do próprio índio - a partir dos vários pontos de vista instaurados na enunciação. Nesse aspecto, o discurso de Sakumairo, analisado em Souza (1991a) e referido aqui em momento anterior, pode ser tomado como exemplificação. Mas ler o discurso indígena, pressupõe também recuperar no fio da discursividade a história da conversão, do contato, do confronto e das diferentes formas de dominação. É preciso ler o espaço da discursividade como o lugar onde se constrói o discurso do índio sobre o índio, do índio sobre o karaiwa, do karaiwa sobre o índio, enfim, o acontecimento discursivo.

Nesse processo analítico, interrelacionar os lugares enunciativos a diferentes formações discursivas vai permitir entender também o grau de conscientização do índio sobre o discurso do não-índio sobre o índio (Índio imaginário) em vários aspectos: religião, cultura, costumes, índole. Há de se considerar também esses lugares no jogo de projeções internas ao grupo: discurso do índio para o índio, do índio para (ou sobre) o karaiwa. Enfim, vai permitir se alcançar de que maneira os processos de disciplinarização - na língua, na religião, etc - acabam por expressar um processo ao mesmo tempo de assimilação e de resistência, porque os mesmos passam a ser constitutivos - e fundadores - do próprio discurso indígena, num fluxo incessante de repetição e de individuação: o discurso do não-índio sobre o índio passa a ser constitutivo do discurso do índio sobre o próprio índio, mas sempre revelando não uma forma de dominação, e sim uma forma de resistência.

Datam do século XVIII, as primeiras notícias sobre o “gentio chamado Bacayris” (DUARTE, 1771 in BARROS, 1977). São relatórios de viajantes, roteiros dos bandeirantes, oficializados, muitas vezes, nos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Em Capistrano de Abreu, há muitas referências sobre os Bakairi e sobre as línguas Carib. Em Barros (1977), há, em especial, a citação de três documentos do século XVIII, catalogados no Arquivo Público de Cuiabá⁶.

Em geral, esses antigos documentos não encerram descrições específicas sobre os Bakairi. São notícias, citações da sua existência, e da existência de outros “gentios”, pela região onde eram encontradas pelos bandeirantes minas e jazidas. Servem para recuperar a existência de grupos já extintos, ou para refazer os movimentos migratórios de outros grupos. Em Barros (1977), por exemplo, fala-se da existência dos Bakairi distribuídos em três áreas: os do Arinos, referidos já nos roteiros dos bandeirantes e usados na mineração; os do Paranatinga, chamados de “mansos”, alcançados no século XIX pelas expedições em busca de ouro e engajados nas fazendas de gados e os Bakairi brabos, “descobertos” também no século XIX por Von den Steinen.

Grande interesse despertou, porém, os escritos de Von den Steinen. Ai sim, os Bakairi se tornaram alvo de atenções no Brasil e no mundo. É, então, do século XIX para cá, que recolheremos dados para falar do discurso indígena. São dados que, apesar do século que se passou, não foram apagados da memória dos Bakairi. Ecoam até hoje e constituem a história do grupo atual. Mas, é bom frisar que não nos deteremos em esgotar a análise do olhar do viajante (e de outros estudiosos) sobre os Bakairi. É a fala do índio que nos interessa, fala na qual se inscrevem todas as falas produzidas pelo olhar *do outro*, no caso, o karaiwa. Assim, analisar o discurso indígena é, em larga instância, analisar as marcas do contato e dos muitos confrontos.

3.1 Durch Central-Bresilien: os Bakairi sob o olhar do viajante.

Geograficamente, Von den Steinen (1886) vê os Bakairi distribuídos em dois grandes grupos: os do leste, que originalmente habitavam a margem oeste do Tapajós e os do oeste, que antes habitavam a margem leste do Xingu.

Os Bakairi do Tapajós são os “mansos” pois já “foram esclarecidos através de nossas ‘escrituras’ sobre o cristianismo, há vinte anos atrás, por ocasião de uma expedição em busca de ouro do Padre Lopez; compreendem de sua nova religião numa perspectiva espiritual e são considerados todos típicos ‘índios mansos’ - isto é, eles vêm de vez em quando de suas aldeias [...] e se unem ao governo para receber presentes, para mendigar ou trocam sua borracha natural por mercadorias de menor valor e as revendem; também se tornam trabalhadores desde pequenos nas quintas ou engenhos de açúcar próximos deles, aliciando nesse aspecto a população nativa, ficam, assim, os portugueses de batismo poupados, os que têm categoria, no devido tempo, chegam até à ‘patente’ de capitão ou tenente e estão em rápida decadência de seus costumes e da vida comunitária.” (op.cit.; p.iii)

Os “índios brabos” são os Bakairi do Oeste, “achados pela primeira vez por nossas Expedições ao Xingu em 1884 e 1887. [...] Estes ‘índios brabos’ eram hospitaleiros, pessoas bondosas, sua confiança era facilmente conquistada, já que eles nunca haviam visto um branco. Eles se distinguem como pescadores e conduzem magistralmente sua frágil canoa de casca através de corredeiras. Eles cultivam comunitariamente roças de mandioca e de outras sementes nativas, mas ficam atrás de seus contíguos descendentes ao usarem, por exemplo, potes de barro e machados de pedra, que são traços da cultural ancestral.”

Dentre os muitos conflitos trazidos pelo colonizador, um dos mais ressentidos é este que classifica índios de um mesmo grupo em brabos e mansos. Menos do que uma mera rotulação, os marcados negativamente - os brabos - têm como herança o estigma, que acarreta preconceitos, diferenças no interior de uma mesma organização social.

Do ponto de vista do colonizador, esse processo de determinação, que se faz no

interior de um discurso, faz da classificação um dado exemplar: os mansos disfrutam das coisas boas do colonizador, ganham presentes, plantam sementes cultivadas, usam o machado de lâmina. E são “adotados” pelo mesmo deus que a todos protege. Com isso, os mansos orgulham-se de ser mansos, e os brabos acabam por se tornar mansos.

Dessa conversão sobram as marcas. O índio recalca a des-caracterização da sua identidade, mas não de uma forma conformista, ou sem resistência: no discurso indígena sempre soa uma voz que denuncia a violência do conflito. No decorrer da análise e em especial na descrição de um discurso (cf.: seção 5.4.1) produzido por uma “ex-Bakairi braba”, mostraremos como se instala essa resistência, um dos lugares de constituição da identidade-índio.

Sobre a determinação discursiva, Orlandi (1993) assinala que esse processo existe em função de “tomar legível, visível o que, na instância da subjetividade e da individualização, significa isolar, controlar o sujeito e o sentido (já que eles se constituem ao mesmo tempo). Em termos das ciências humanas, isso significa fazer do homem uma entidade homogênea e transparente.”

A homogeneização, no caso do gentio índio, promove a pacificação, a conversão de brabos em mansos, mas, ao mesmo tempo, pressupõe a diferença, a divisão entre brabos e mansos. A homogeneização leva de tal forma à universalização que as diferenças se apagam, ou se mascaram. Um bom exemplo de índio manso - ou um manso exemplar - é descrito assim:

“Meu informante-chefe para o presente trabalho foi um bravo índio da aldeia Paranatinga, que aparece na vinheta com penteado civilizado, repartido no alto da cabeça e de bigode crescido, retratado fielmente na fotografia do Dr. Ehrenreich, e todos o chamam naturalmente de Antonio. Ele foi para nós um inestimável guia tanto na segunda como na primeira viagem. Seu português ‘arranhado’ se aperfeiçoou durante nossas longas estadas juntos tanto que eu pude estar informado por ele de todo o essencial, progredindo do meu lado no Bakairi.” (op.cit.: iv)

O olhar de Von den Steinen aqui é revelado pela fotografia do Dr. Ehrenreich. Antoninho não é descrito pelos seus traços étnicos, “o penteado civilizado e o bigode crescido” retratam “*fielmente* o bravo índio” (grifo nosso), em oposição ao retrato de um “índio brabo”,

que, certamente, teria “a orelha e o septo nasal perfurados” (STEINEN, 1942) e, longe de um penteado civilizado, mostraria o corpo nu.

A fotografia, no caso, - mas não somente ela - pode ser vista como um dos mecanismos de determinação no sentido de que o retratado é a semelhança do índio com o civilizado. No entanto, não é a foto por si só que nomeia essa igualdade: o “punctum” a ela endereçado mascara a diferença.

Na discussão sobre o modo de ser da fotografia enquanto signo, Barthes (1980) promove uma série de deslocamentos com relação ao papel e função da fotografia - a câmara escura - no processo da significação. Como “toda foto é contingente (e por isso mesmo fora de sentido), a Fotografia só pode significar (visar uma generalidade) assumindo uma máscara.” (op. cit.; p.58). Nessa perspectiva, o referente fotográfico não é a “coisa *facultativamente* real a que remete uma imagem ou um signo, mas a coisa *necessariamente* real que foi colocada diante da objetiva, sem a qual não haveria fotografia.” (p.114-115)

A coisa necessariamente real torna a foto contingente, e nesse caso, a objetividade que ela retrata se dá na *câmara escura*, sem ter o homem como mediador na apreensão desse real. Mas, no processo de significação, de interpretação do sentido da fotografia, o homem funciona sempre como mediador, como se estivesse, todo o tempo, operando com a *câmara clara*⁷. O seu papel como intérprete, como mediador, estabelece sempre um *punctum*, que, ao mesmo tempo, produz e cerceia o sentido. Quando se desloca o *punctum*, os sentidos podem ser outros. No caso da foto do “bravo índio”, o *punctum* direciona o olhar para os traços de civilização; a máscara - o bigode e o penteado civilizado - apaga o índio e revela o “índio civilizado”. Porém, se fazemos do “apagamento” o nosso *punctum*, o olhar revela o trabalho do pacificador - a domesticação do bravo. Que não só se torna manso, mas que se transforma à imagem e semelhança do seu criador⁸.

O referente da fotografia, por sua vez, dada a sua contingência, se faz diferente do referente de outras linguagens. A pintura e o discurso podem fazer da realidade um simulacro sem nunca ter sido a realidade vista. Na fotografia, é impossível se negar que “a coisa esteve

lá. Há uma dupla posição conjunta: da realidade e de passado.” (op cit.; p.115) Redução que leva a Fotografia a sua própria essência, o noema. Na fotografia, a intenção não recobre nem a “Arte, nem a Comunicação, é a Referência que é a ordem fundadora da Fotografia.” (idem, ibidem)

“O nome do noema da Fotografia será então: “*Isso-foi*”. Ao atestar que o objeto foi real, ela induz subrepticamente a acreditar que ele está vivo, por causa desse logro que nos faz atribuir ao Real um valor absolutamente superior, como que eterno; mas ao deportar esse real para o passado (“*isso foi*”), ela sugere que ele já está morto.” (idem, ibidem)

Ou seja, a fotografia não fala “*daquilo que não é mais*, mas apenas e com certeza *daquilo que foi*.” E essa dimensão é que, a nosso ver, vem contextualizar o punctum criado por Von den Steinen, e por outros pacificadores. O “índio civilizado” não significa que ele não mais é índio por que se torna um civilizado, ou um não-índio; significa, apenas, que ele foi um “índio brabo”, um diferente, e que agora adquiriu semelhanças do *outro*. Nesse aspecto, a questão da homogeneização, da determinação, não passa só pela cultura material e “espiritual”, passa também pela homogeneização dos traços físicos, que apaga - e a longo prazo extermina - a etnia. Mas o processo verbal discursivo por si só, certamente, não descreveria tão bem esse apagamento: o noema da fotografia (“*isso foi*”) sugere que o real “está morto”. E nada melhor do que o olhar através da câmara escura para atestar essa realidade.

Segundo Barthes (idem), nenhum escrito retrata tão fielmente a realidade, a história, como a fotografia. Nenhum documento fala com mais fidelidade do que foi a escravidão do que a foto de um escravo. “O infortúnio (mas também, talvez, a volúpia) da linguagem é não poder autenticar-se a si mesma. O noema da linguagem talvez seja essa impotência [...]; para tentar tornar a linguagem inficcional é preciso um enorme dispositivo de medidas: convoca-se a lógica ou, na sua falta, o juramento; mas a Fotografia, por sua vez, é indiferente a qualquer revezamento: ela não inventa; é a própria autenticação.” (p.128) Nenhum escrito, acrescento,alaria com mais fidelidade do que foi (e tem sido) a domesticação do índio do que a foto de um “índio civilizado”.

Como se estivesse operando com a câmara clara, posso também ler a foto do “bravo índio da aldeia Paranatinga” - cujo referente é o “índio civilizado” - como um troféu, atestado fiel da conquista, e de que a missão do colonizador foi bem sucedida.

Tão bem sucedida que o *capitão* Antoninho, não mais em companhia de Von den Steinen, prossegue com a missão de pacificador: o Presidente da Província de Mato Grosso, em fins do século XIX, Antonio Correa Dias, delega ao “bravo índio da aldeia Paranatinga” poderes oficiais e estende a sua autoridade a todos os Bakairi do Xingu. Essa autoridade veio acompanhada de armas de fogo, doadas a gente de sua confiança. Antoninho torna-se um excelente delegado na dominação daqueles que resistiam em adotar “um penteado civilizado e o bigode crescido.” Graças à sua atuação (e de outros delegados que competiam entre si na domesticação de índio bravo (cf.: SCHMIDT, 1947)), a condição dos Bakairi hoje é de “integrados à sociedade nacional”, enfim Bakairi mansos.

3.2 A aldeia arruada

Hoje, os Bakairi ainda habitam o Brasil central numa área vizinha à Cuiabá, Mato Grosso, e estão distribuídos em dois postos oficiais, criados pelo antigo SPI: Simões Lopes e Santana. Estivemos apenas em Simões Lopes.

A aldeia de Simões Lopes se localiza a 350 km de Cuiabá, situada no município de Chapada dos Guimarães. Fica à margem direita do rio Paranatinga, afluente do Tapajós e se distancia aproximadamente 280 km da sede do município onde está localizada. A área, destinada em 1918 à criação da reserva Bakairi, tem em torno de 50000 hectares. Em 1920 foi criado oficialmente nessa área o Posto Indígena Simões Lopes, hoje denominado de P.I. Bakairi.

Atualmente, o grupo de Simões Lopes está subdividido em algumas facções: Aldeia Velha ou Pâkuerã, Aldeia Nova ou Aturuã e mais dois ou três pequenos grupos que, recentemente, se retiraram para fundar as suas próprias aldeias.

Algumas razões vêm contribuindo para a divisão do grupo, dentre as quais está a “insatisfação com o chefe”.

Na Aldeia Velha o chefe é eleito ou, muitas vezes, “imposto” por pequenos grupos. O mandato, a princípio, é por tempo indeterminado. Porém, as constantes insatisfações de alguns com aqueles que estão na liderança têm dado lugar a um sistema contínuo de “rodízio” na chefia da Aldeia. Este vem sendo um dos fatores responsáveis pela atual dispersão do grupo, fazendo com que os insatisfeitos se reorganizem em novas aldeias e estabeleçam outras chefias.

Nessas pequenas aldeias, a figura do cacique vêm sendo resgatada.

Quando, pela primeira vez - 1984 - estive entre os Bakairi estranhei a disposição das casas na Aldeia. Não vi nada que se parecesse com a forma de outras aldeias que eu conhecia. Passei a perguntar às pessoas se a aldeia tivera sempre aquela forma. Seigalo, na época com 44 anos, respondeu que a aldeia nunca tinha sido diferente. Outros respondiam que não sabiam. Odil, um dos que faziam parte da liderança na época, falou que a “aldeia dos antigos tinha outro jeito”. Saiu, dizendo que ia buscar um livro para mostrar a aldeia de antigamente. Voltou com um exemplar de “Índios do Brasil”, de Mellati, e abriu na página onde estava reproduzido um desenho de Jean de Lery de uma aldeia Tupi. Odil explicou que a forma atual “foi inventada pelo SPI, que arrumou a aldeia em ruas, e plantou mangueiras [eqüidistantes] nas portas das casas”⁹.

Sobre a imposição oficial na formatação da aldeia, Egufo lembra que “Aí quando Calmon resolveu mudar o posto pra cá, mandou a gente colocá as casa assim em fila, em rua, como ‘civilizado’. Tinha até um desenho de como devia ser nossa casa. Separou as família que morava junto numa grande casa e mandou morá cada uma em uma casa pequena assim. Ele mandou juntá o que não podia e separá o que não podia. Nós juntamo, mas não juntamo. Nós separamo, mas não separamo.” (In: Barros, 1977:38)

Em entrevista a Egufo, que também foi um de nossos informantes, ele pouco falou sobre o formato da aldeia, mas, com ressentimento, comentou: “os Bakairi hoje já tá tudo

acostumado com a aldeia arruada.” O ressentimento de Egufo com os mais jovens passa por outras questões, que abordaremos mais tarde.

O fato de abordarmos aqui a questão da aldeia arruada não pretende significar que, na nossa concepção, o índio “para ser índio” deva estar instalado numa aldeia que conserve formas mais antigas de organização tribal. Isso seria incorrer nos pseudos critérios que buscam definir o que é ser índio.

O que nos interessa é acusar que a formatação da aldeia com ruas arborizadas e com casas unifamiliares representa uma imposição oficial. Representa mais uma violência, mais uma forma de se procurar apagar o índio em suas características sociais e culturais. Atitude semelhante à imposição de “um penteado civilizado”.

A aldeia arruada, por não representar um movimento vindo do índio, constitui-se, por um lado, numa prática simbólica dentre as muitas práticas do colonizador que determina o que é melhor para o índio. E, por outro lado, constitui-se também num dos critérios - do mesmo colonizador - em classificar os índios como integrados/não-integrados, recobrando, dessa forma, a velha rotulação brabos/mansos.

Pela classificação de Ribeiro (1957), a situação de contato dos Bakairi é de “integrados” à sociedade nacional. Além do “penteado civilizado”, das roupas, do machado de lâmina, das panelas de alumínio, etc, o traçado da aldeia deve ser também um dos pontos que conte para a noção de integrados. Mas quando se convive, mesmo por pouco tempo, com alguns grupos indígenas, a realidade que se atesta faz indagar: por que integrados?

A condição desses grupos como sociedades tuteladas, bem como a insegurança e a falta de manejo em saber agir no âmbito da sociedade nacional, faz com que a des-integração se acelere. Quanto mais buscam a condição de integrados, mais se afastam de um padrão razoável de integração. Por sua vez, esse movimento não individual, nem sempre parte do grupo, quase sempre é um karaiwa que aconselha, que lhes diz o que é melhor.

Na primeira estada na Aldeia, percebi que, além das ruas com mangueiras, as casas eram, na sua maioria, cercadas com arame farpado. O chefe de posto da época resolveu

“lotear” a área, delimitando uma faixa de terra para cada casa. Ali podiam ter sua própria roça e criar cada um o seu gado. Não precisariam mais se preocupar com a roça comunitária. O gado, que era de todos, foi partilhado. O chefe também proibiu o uso de aguardente pelos Bakairi dentro da aldeia.

Da partilha, os Bakairi não reclamavam, mas a falta do aguardente era sentida. Com isso, aqueles que tinham vínculo de empregados com a FUNAI, quando iam a Cuiabá receber o salário do mês, não só passavam nas lojas, abrindo crediários para comprar jogo de sofá, gravadores, etc, como gastavam tudo que sobrava com “pinga”. Perguntei a um jovem que, rindo muito me contava esse fato, por que ele agia assim? “Pra ser igual a karaiwa - respondeu rindo. Não é assim que karaiwa faz? Karaiwa não gosta de pinga? Por que Bakairi tem que ser diferente?”

Um ano e meio depois, de volta à aldeia, a situação era outra. O chefe de posto, a missionária do SIL, a enfermeira, a professora, foram expulsos pelos Bakairi. Na área não ficaria mais nenhum karaiwa. Os próprios Bakairi assumiriam toda a aldeia. Essas decisões foram tomadas a conselho de alguns karaiwas, com os quais se relacionavam. Karaiwas que vinham em visita trazendo presentes: fumo de rolo para os velhos e garrafas de pinga para os mais novos.

Assisti a uma briga de dois irmãos bêbados, a qual quase resultou na morte de um deles, que sofreu vários ferimentos na cabeça, produzidos com a garrafa vazia e com borduna. Em compensação (?), os Bakairi não gastavam mais os seus salários, e os que não iam à Cuiabá também não ficavam privados de pinga.

Quanto ao gado, somente um Bakairi continuou com o rebanho. Os outros foram mais uma vez aconselhados pelos mesmos karaiwas que lhes oferecia pinga: venderam todo o gado e abriram cadernetas de poupança. Os juros eram bem altos, e os Bakairi não precisariam mais se preocupar com o seu sustento, bastava esperar os rendimentos mensais. Com a gestão do ministro Funaro, veio o plano econômico que congelou todo o dinheiro. Os Bakairi ficaram sem o gado e aqueles que dependiam das suas aplicações perderam todo o seu patrimônio. Era

precária a sobrevivência na área. Os que criavam galinhas e tinham uma pequena horta, vez por outra, reclamavam de aves e de verduras que eram pilhadas.

A manipulação do índio pelo karaiwa passa por um jogo de interesses - os quais não valem a pena aqui mencionar - de pessoas que apostam na destruição e no extermínio do índio. Entretanto, o efeito dessa manipulação nem sempre é duradouro. O índio resiste e, muitas vezes, reverte a situação.

Com os Bakairi, há diversos fatos interessantes que revelam como - no interior do próprio processo de integração/des-integração - o índio se apropria de dados da sociedade envolvente e investe num movimento que aponta a ruptura como forma de resistência.

Para a primeira viagem à aldeia Bakairi, fretei um velho caminhão Chevrolet D-20, de propriedade do esposo de Sakumairo, Bakairi residente em Cuiabá. Combinamos o preço e o dia da partida e, de antemão, fui avisada de que a viagem era só de ida. Lá na aldeia, teria “que me virar” para a viagem de volta.

Em Cuiabá, há sempre muitos Bakairi em trânsito, e todos decidiram voltar à Aldeia no “caminhão do Augusto”. É interessante chamar a atenção para a forma como o índio se “apropria” da situação em certas ocasiões sem levar em conta o karaiwa. Era eu que pagava o frete, mas a decisão de todos usarem o transporte não passou por uma consulta a mim, que bancava a viagem. Regra entre pessoas ditas civilizadas seria ter feito a consulta, mas para o índio, esse dado é irrelevante quando o território para o qual se vai é a sua casa, a Aldeia.

Partimos. Ofereceram a mim e à Divanila, companheira de viagem, os dois lugares ao lado do motorista. Insisti que duas crianças bem pequenas fossem conosco. Concordaram. Emerson, de três anos, é o nome do filho de Sakumairo e Augusto; Elvis, de quase dois anos, é o nome do sobrinho de Sakumairo. Fiquei intrigada com o nome do menino ser Elvis. Todos os Bakairi têm um nome cristão, dado em batismo¹⁰, mas eu me perguntava se o nome do menino era por referência ao cantor de rock, ou por referência a algum outro karaiwa.

Certa vez, passadas duas semanas na aldeia, Elvis entrou na sala onde eu fazia

gravações com Jeremias Poiuri. Jeremias mandou que Elvis sáisse porque estava atrapalhando, aproveitei, então, para perguntar por que o nome do menino era Elvis.

“Como? - indagou surpreso. Você não conhece o Elvis?”

“Bem, eu conheço um Elvis que era cantor e morreu há pouco tempo.”

“É esse mesmo. Elvis foi muito importante. Ele inventou as roupas coloridas. A gente viu isso na televisão aqui do posto. Todo mundo ficou escandalizado quando ele inventou e aparecia vestido com essas roupas. Aí a gente se reuniu na Assembléia e tomou uma decisão. Resolvemos que os Bakairi não iam usar mais essas camisas brancas de manga comprida e abotoadas no pescoço. O pastor é que obrigava a gente a se vestir assim. Mas, quando a gente viu na televisão que o Elvis era famoso e usava roupa colorida, a gente decidiu que qualquer um ia usar a roupa que quisesse.”

Surpreendente - anotei no meu diário de campo - Elvis inventou corante de roupas, e eu não sabia. Porém, mais surpreendente ainda é a forma como os Bakairi produzem “leituras” da mídia eletrônica. Uma mídia que fala a língua karaiwa, mas como o índio também se inscreve nessa língua, considerada a influência das línguas indígenas no português, a sua perspectiva de leitura vem a ser aquela produzida de um lugar específico - o do índio “integrado”.

Foi também Poiuri que me forneceu um outro exemplo desse processo de resistência. O missionário, além do uso de certas roupas, proibiu que se dançasse o forró, baile característico de certas regiões interioranas. Dançar forró era pecado. Dançar o Bakururu, ou qualquer outra dança em homenagem a deus falso, era pecado. E quem insistisse acabaria sendo castigado por Deus (o verdadeiro). O missionário aproveitava, então, para lembrar como duas antigas civilizações Bakairi tinham pecado e sido castigadas. A primeira foi quase toda dizimada com um dilúvio, lenda (registrada em Capistrano de Abreu) que lembra o mito da Arca de Noé. Somente um dos antepassados, que reuniu com sua mulher um casal de cada espécie de bicho e se refugiou num grande barco, se salvou. A outra civilização - da qual se origina a civilização atual -, com exceção de um casal de adolescentes, morreu queimada.

Dançar forró ou qualquer outra dança era pecado, aborrecia a Deus, e isso poderia acarretar o castigo.

“Um dia, na Assembléia - lembra Poiuri - nós tava tudo conversando e falamos que, antes, a gente sempre dançava forró, em Cuiabá e aqui na aldeia, e nunca ninguém foi castigado por deus nenhum, então a gente devia era voltar a dançar forró de novo. E quem decidia as coisas na nossa Aldeia era a gente e não o pastor. Fizemos um grande baile que foi até de manhãzinha, e agora toda sexta-feira a gente dança forró. Aqui mesmo nessa sala. E também o nosso povo voltou a dançar Bakururu, Bakururu kapa e o yakuigady, e todas as danças dos antigos.”

O índio, por mais que seja rotulado de integrado, ele resiste às diferentes formas de integração - de dominação. Reinterpreta o discurso do karaiwa e acaba por instaurar a ruptura - não apenas na forma da estrutura lingüística em si, na descontinuidade, quando se apresenta como *produtor* de linguagem em língua karaiwã (Cf.: ORLANDI, 1990) - mas também na produção de sentidos, enquanto *leitor* da língua enunciada por um agente karaiwa, como demonstramos nas duas passagens acima. Ai, os modos de leitura da língua karaiwa - veiculada na mídia eletrônica ou impressa nas escrituras sacras - revelam marcas constitutivas do discurso indígena produzido na e pela inscrição da forma-sujeito-índio-leitor na língua do *outro*. Um tipo de inscrição que desvela os pontos de resistência e que permite ler o discurso do índio, não só como a fala do oprimido, mas também como a fala daquele que resiste. E rompe com a opressão.

Nesse caso, a descontinuidade não se apresenta instituída apenas na estrutura lingüística produzida em língua karaiwa - como discute Orlandi (idem). A descontinuidade da qual falamos é da ordem da interpretação, da leitura, aquela que acabou por desvelar, por um lado, o perfil de um leitor índio da língua karaiwa, definido por condições de produção de leitura instauradas no seu mundo, o Bakairi. E, conseqüentemente, por outro lado, deu lugar a outros textos - “Elvis inventou as roupas coloridas e era famoso” [logo] “Bakairi também vai usar roupa colorida” ou “a gente sempre dançava forró [...] e nunca ninguém foi castigado, então a gente devia era dançar forró de novo” - construídos pela incompletude dos textos karaiwas. Logo, o que estamos querendo chamar a atenção é para uma identidade do sujeito

índio que se constitui também como sujeito-leitor da língua karaiwa, e não apenas como sujeito-produtor.

Os Bakairi - “hoje tudo acostumado com a aldeia arruada” - passaram a reviver velhas tradições, que vinham sendo sufocadas e proibidas pelo missionário. É pecado adorar deus pagão. Alguns velhos Bakairi, ao mesmo tempo que contribuem para essa revivência, andam preocupados. Quase todos os jovens não se interessam mais em “aprender” as velhas histórias, as velhas tradições.

Ninguém se apresentou, por exemplo, como candidato a piáji ‘pajé’. O pajé atual - um dos que recentemente se desligou do grupo e fundou sua própria aldeia - não sabe a quem iniciar nessa função. O contador de histórias também reclama do desinteresse dos jovens. Aqui parece residir a razão do ressentimento presente na voz de Militão Egufó ao falar da relação dos Bakairi com a aldeia arruada. Na verdade, Egufó se ressentido do afastamento dos jovens da história antiga de seu povo.

Velho conhecedor das antigas histórias e tradições Bakairi, Egufó me falou da necessidade de passar para o grupo tudo que sabe. Ele conversou comigo por quase duas horas, contou velhos mitos como o surgimento da água e do fogo (da luz), falou dos hábitos de sua gente no Xingu, explicou que o nome do rio Kulisehu é o mesmo nome de uma panela Bakairi antiga. Falou de um tipo de abóbora d’água que não serve para comer, mas que serve pra guardar óleo de pequi. E acrescentou:

“Porque tem tudo isso. Esses antigo, os índios contava tudo as coisa que via, né. Mas agora não, agora ninguém quer saber o que é.”

Percebi a vontade que ele tinha de falar da sua apreensão e persisti nesse ponto:

“Essas histórias, por exemplo, os jovens não sabem mais?”

Respondeu, sem disfarçar a sua contrariedade:

“Não sabem porque não querem aprendê, né. Eles que não querem aprendê, porque eles não quer. Quando eles reúne ali na Assembléia vai está, né, mas nenhum deles não pergunta pra quem sabe, né. Ai fica ali, né. Fica mas só conversa outros caso, né. É o caso de civilizado mesmo que estão contando, tudo, só isso.

Mas eles não. Mas antes os índio me perguntava. Ficavam assim de lado, os outros bem assim. Eu quero que você conta uma história pra eu aprender. Ai, eu contava. Assim que os índio de antes aprendia. Mas agora não tem nada disso.”

Dois ou três dias antes de Militão Egufó se dispor a conversar comigo, assisti, de passagem, uma discussão sua com alguns jovens. Era tempo do Batizado do Milho, homens e mulheres dançam o Bakururu. Egufó desempenha o papel da Música, é ele que à frente do grupo faz a marcação dos passos e do ritmo. Em seu tornozelo fica amarrado um tipo de chocalho, confeccionado com uma trança grossa de buriti, parecida com uma réstia, na qual são presas muitas sementes (com formato e tamanho próximos a uma cabeça pequena de alho) e cujo interior é cheio de grãos. O Bakururu é uma dança demorada, pois os Bakairi dançam como os bichos dançavam, na verdade, a forma dos Bakairi antigos era a mesma dos bichos. Assim, a coreografia varia de acordo com o bakururu-tatu, o bakururu-morcego, o bakururu-cobra, etc. A letra da música é cantada com palavras de um Bakairi hoje desconhecido. Não sabem mais o que significam aqueles versos, e é preciso ser bem repetida para que seja aprendida. A hora de mudar o passo do Bakururu é de acordo com a letra da música, e aquele que desempenha o papel da Música tem essa importante função, que é saber o momento exato de mudar o passo.

O bakururu das mulheres é idêntico, e também conta com uma mulher que é a Música, e a pintura corporal das mulheres representa cada uma a casa dos bichos que são dançados e a casa da entidade para quem se dança - Kado. O bakururu misto, dançado como se fosse uma quadrilha, promove o encontro dos bichos (os homens) com suas casas (as mulheres).

A preocupação de Egufó, e o motivo da discussão com os mais novos, era justamente a vontade de transmitir uma parte importante da história dos Bakairi, não só no que se refere ao rito em si, mas também no que toca à significação de cada peça dessa história. Nessa discussão, os jovens alegavam que era Militão que não se chegava até eles para ensinar o que sabia, ao que com veemência retrucou: “Eu sou a escola, os alunos é que vão à escola, não é

a escola que tem que andá até os alunos.”

Egufo morreu no ano seguinte. Não sei se consegui ensinar tudo que sabia. A sua preocupação, na verdade, não difere da preocupação de outras pessoas idosas e de qualquer sociedade, indígena ou não. Mas, o ponto para o qual queremos dirigir a atenção não é o fato de, possivelmente, velhas tradições serem esquecidas, e sim para o fato de, não ser a revivência isolada de antigas expressões culturais que contribui à formação de uma identidade indígena. Faz parte da constituição dessa identidade o próprio “apagamento” (ou esquecimento) de certos traços da cultura, ou até da sua interpretação.

Em conversa com o monitor da escola, um dos meus informantes, falei do que havia presenciado e perguntei se os Bakairi não achavam importante saber “aquelas coisas dos antigos.” Poiuri, que participara da discussão, disse que muita gente ali sabe das coisas, só não gosta de dizer que sabe. Ele mesmo sabia todas as músicas do yakugadi - música das máscaras - mas não revelava a ninguém. Perguntei, então, se ele não podia gravar essas músicas comigo. “Com você, não, - respondeu - mas se você me empresta o gravador, na minha casa, eu gravo. Mas não conta pra ninguém.” E assim fiz, Jeremias Poiuri gravou quase todas as músicas das máscaras que, ao contrário do bakururu e do bakururu-kapa, que são ritmos fortes e marcados com instrumentos de percussão, são melodias suaves e agudas, que lembram o som de flauta doce.

Como Jeremias, outros Bakairi, com certeza, conhecem e se reconhecem em suas tradições. Mas silenciam. Não por omissão, mas por resistência. É o silêncio do oprimido que, enquanto cala a sua identidade, ao mesmo tempo a preserva numa das suas formas mais resistentes - o discurso indígena.

3.3 Kura Bakairi: a identidade pelo olhar do outro

No relato da expedição de 1887, Von den Steinen descreve uma saudação entre eles e um índio, que remava nas águas do Kulisehu, o qual é identificado como sendo Bakairi

devido ao reconhecimento que se deu a partir da expressão Kura Bakairi! Aquele era um dado positivo, sinal de que estava certa a rota que estavam seguindo em busca da localização de três aldeias Bakairi. “No dia seguinte, 11 de setembro de 1887, Antonio e Carlos são enviados à Independência para contarem as novidades. Os Bakairi eram alegres, loquazes e confiantes.” (Von den Steinen, 1942)

A descrição da identificação de outros grupos Bakairi referenda também a expressão Kura Bakairi. A partir desse fato, provavelmente, Wheatley (1973) pode ter inferido que a expressão *kura* seria a própria denominação do grupo, tanto assim que em seus trabalhos os Bakairi são simplesmente referidos como “os Cura”, e a sua sociedade como a “sociedade Cura”.

Barros (1977), no estudo da identidade Bakairi, arrola algumas expressões na língua e procura definir como se dá o jogo de identificação na perspectiva do Bakairi em contraste com os karaiwa, num primeiro plano e com os outros índios, num plano secundário. Enfim busca falar de contatos interétnicos.

De fato, Kura não pode ser lido como a denominação interna do grupo, por oposição à Bakairi, denominação dada pelo outro¹¹. Da mesma forma, criar um par de oposições entre “kurâle kura (ou xinâle)”, traduzido como “nossa gente” e “kura keba”, entendido como “os outros índios” ou “os Karaiwa” é trabalhar com um dado que não se sustenta pelos critérios de identificação, arrolados em Barros (idem)

Dentro da categoria Kura, como a própria autora observa, os Bakairi incluem todos os seres que se opõem aos animais. Logo, não só kura não representa uma denominação restrita ao grupo, como também o outro não pode ser chamado de kurakeba (gente-negação nominal), cuja tradução não pode ser forjada como “não é nossa gente”. A expressão kurakeba corresponde a uma frase essiva negada: “[isso] não é gente”. Ou seja, a perspectiva que Barros adota para entender a questão da identidade em Bakairi é inconsistente a partir da interpretação equivocada dessas (e de algumas outras) marcas linguísticas.

Um outro dado, ainda em Barros, que se contrapõe à definição que ela propõe

a partir da expressão “kurâle kura” é o fato de existir uma outra categoria de “Bakairi civilizado” - “xinâle muka”, traduzido como “aquele que viveu fora como civilizado”, que não seria visto como Bakairi. Na verdade, considerada a marca -le, que indica uma relação de propriedade, podendo ser traduzido por ‘próprio’, ‘mesmo’, ‘de fato’, observando-se ainda que a palavra que corresponde a ‘aquele’ em Bakairi é mɔkə (e não muka), jinəle mɔkə significa ‘aquele que é gente própria’, ou melhor, ‘nossa gente’.

O conceito de identidade, do qual Barros se utiliza, é o de “identidade contrastiva”, elaborado em Cardoso de Oliveira (1976). A identidade contrastiva é vista como resultado da necessidade da “afirmação do nós diante dos outros. [...] É uma identidade que surge por oposição. Ela não se afirma isoladamente, ‘etnocentricamente’ por ela visualizada. “ (p.5-6) Como a denominação no interior do grupo é um dado que já se perdeu, atualmente, os Bakairi não sabem dizer como os antigos se auto-denominavam. Barros procura arrolar algumas expressões na língua que pudessem sustentar a identidade por contraste e, aí, ao mesmo tempo que, numa posição inversa a de Wheatley, analisa kura como uma expressão universal, que abarcaria todo e qualquer ser humano - e não somente os Bakairi -, acaba por sugerir uma oposição no interior da própria expressão “kura” que tanto significaria Bakairi, como o não-Bakairi, esvaziando a abrangência anteriormente sugerida. Posição, no entanto, que se sustenta pela definição de Cardoso de Oliveira, quando este observa que “é frequente se encontrarem grupos que se auto-identificam com termos que não querem dizer outra coisa do que “gente”, “povo”. (op.cit.; p.36). Trata-se de se considerarem “mecanismos de identificação por contraste, como se os membros do grupo se representassem inequivocamente “semelhantes” entre si enquanto diferentes dos membros de outros grupos de referência, numa realização contínua de “jogo dialético”, iniciado a partir do primeiro contato interétnico ou com a primeira cisão intergrupar.” (op.cit.:37).

A inconsistência das colocações de Wheatley e Barros me parecem oriundas da pouca sensibilidade para a análise da língua, no caso daquele, e da falta do conhecimento da língua por esta. É preciso entender não só a significação dessas expressões na língua como um

todo, como também o seu funcionamento discursivo. De fato, essas formas podem ser interpretadas como marcas de identidade, mas as mesmas não são restritas à identidade Bakairi. Eu, enquanto karaiwa, posso me valer das mesmas expressões, considerada a minha posição dentro do meu grupo étnico, por oposição a outros grupos. Nessa medida, todos, no âmago de um mesmo grupo étnico, são kura, porque vem a ser uma marca de identidade a partir da perspectiva do outro. O que não encerra, em hipótese alguma, a auto-denominação partilhada apenas por um e somente um grupo.

Vejamos como funcionam as marcas de identidade na língua.

Do ponto de vista cosmogônico, kura é uma marca ontológica de denominação dos seres humanos por oposição aos bichos - ʔgido. Os kura surgiram tão logo o tempo das trevas (kopat) - quando Bakairi (e os outros povos) e bichos tinham a forma de ʔgido - se encheu de luz. Foram criados por Jiji - o deus-sol, o deus-luz - e era a partir da incidência exata da luz sobre seus corpos que ia se dando a metamorfose dos kura. Logo, kura significa 'gente', abrangendo, com a sua universalidade, os karaiwa, os Kalapalo, os Kuikuiro, os Kayabi, os Xavante¹², etc.

Do ponto de vista linguístico, kura também significa a 1ª pessoa do plural inclusiva e o pronome possessivo 'nosso'.

É comum, na maioria das línguas indígenas, a existência de duas marcas para a 1ª pessoa do plural: uma que inclui o 'eu' e o 'tu', chamada de dual e outra, genérica (significando 'a gente'), que abrange a todos e, ao mesmo tempo, exclui o 'tu'. kura é a primeira pessoa inclusiva, é um 'nós' que corresponde a 'eu e tu'; jina corresponde à primeira pessoa exclusiva, levando o verbo a ser flexionado na 3ª pessoa. Assim, da mesma forma que kura recobre a referência aos Bakairi e a qualquer outro povo, jina inclui a todos, "apagando" - talvez seja melhor do que excluindo - o 'tu' de um espaço específico - o da área de interlocução, o que pode ser melhor entendido com a explicação, a seguir, do uso de kura. jina é, portanto, uma forma de generalização, mas quando determinada por -le 'próprio', jinale torna-se uma forma particularizada, isto é, a de um 'nós' que é 'próprio', ilustrando, portanto, a identificação

com os Bakairi exilados da aldeia. O processo aqui - embora diga a exclusão do 'tu' - não é o de não reconhecimento daquele Bakairi outro, mas sim o de aproximação pelo jogo de identidade.

O emprego de *kurə* como dual é muito particular, fato que me levou a atestar em meus dados a sua quase inexistência. Cheguei a pensar que se tratava de uma forma pouco produtiva na língua, ou em vias de desaparecimento. Passei, então, a solicitar ao informante, toda vez que lidava com dados em 1ª pessoa, o emprego com a forma *kurə*. Eram dados obtidos por indução, o que reforçava a hipótese de pouca produtividade. Além de ser um dado induzido, o informante hesitava muito em usar *kurə*. Seu uso sempre dependia da minha solicitação. Como *kurə* é uma forma dual, no lugar de 'nós', passei a usar o sintagma 'eu e você'. O informante no lugar de *kurə* empregava *ura əmə* 'eu e você'. Insistia, perguntando se podia falar com *kurə*. "Acho que não" - respondiam alguns. Até que, lançando mão da mesma estratégia com Apakano, esta me respondeu: "Se você fala com a Divanila (minha companheira de viagem) na nossa língua 'eu e você ganhamos arroz', você pode falar '*kurə arɔi kizemakeagi*', mas se você tá falando comigo, você só pode falar '*ura əmə*' 'eu e você', porque eu sou Bakairi e você é karaiwa.

Assim, *kurə* determina o "eu" e o "tu", protagonistas de um mesmo discurso. A identidade está constituída na materialidade da língua, o que nos obriga a rever o conceito da forma dual, não como uma simples marca de inclusão do "tu", o interlocutor, mas como uma marca que só pode ser usada por sujeitos de um mesmo discurso, cuja inscrição se dá numa língua historicamente comum a dois.

As mesmas considerações se estendem a *kurə*, como pronome possessivo. *kurə* determina o que é próprio a um povo, tanto assim que a tradução da expressão 'língua Bakairi' é simplesmente '*kurə itāĩɔ*'. O milho nativo, cultivado pelos antigos, é o *kurə ɛ̃ɪ*, diferente do milho doado pelo karaiwa.

Essa perspectiva - instaurada pela natureza dialógica da língua e escrita em sua materialidade - permite rever alguns aspectos do conceito de identidade contrastiva de Cardoso

de Oliveira (1976). A identidade contrastiva é “uma identidade que surge por oposição. Ela não se afirma isoladamente. No caso da identidade étnica ela se afirma “negando” a outra identidade”. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976: 6-7) Baseado em outros autores do âmbito da Antropologia, aponta ainda que “um dos elementos consolidadores do sentimento de identidade é o jogo dialético entre a semelhança e a diferença, de alguém consigo mesmo ou no curso do tempo.” O conceito de identidade contrastiva - na sua expressão de identidade étnica - passa, assim, a ser sustentado, em Cardoso de Oliveira, por esse jogo dialético. Além dessas considerações, gostaria de lembrar aquela para a qual já chamamos a atenção anteriormente, a de que os termos que identificam, geralmente, abrangem palavras genéricas como ‘gente’, ‘povo’, etc.

O aspecto interessante a ser revisto aqui, do ponto de vista da Análise do Discurso, diz respeito ao conceito que está na base da definição de identidade contrastiva, no caso, o de “jogo dialético”. A questão não parece estar restrita a um simples jogo dialético, e sim à materialidade discursiva onde os sujeitos se identificam na e pela língua, cuja natureza é imaneamente dialógica. A questão encerra a dimensão dialógica da linguagem - superfície na qual se inscrevem e se identificam os sujeitos de um mesmo discurso (Cf.: Souza, 1986). Se fosse apenas dialética, qualquer um poderia tentar simular a identidade do *outro*, desde que se valesse do mesmo jogo dialético.

Por outro lado, as marcas lingüísticas que dizem a identidade refletem as formações imaginárias, de natureza ideológica, projetadas pelos interlocutores no curso da produção de sentidos, na produção do discurso. No caso de uma forma como *kurə* ‘nós que inclui o interlocutor’, bem mais do que a projeção do lugar social ocupado pelo *tu*, ela projeta esse lugar no interior de uma mesma etnia, excluindo dessa forma, o *outro*, o diferente.

O processo de exclusão, porém, pode se dar em duas direções: ora é o diferente que é excluído, ora é o eu que se exclui. E, então, além de *kurə*, o Bakairi (e, certamente, outras línguas) vai contar com várias marcas de identidade como, por exemplo, *kurəma* ‘gente excluída’ e *aləpidəwāna*, antiga expressão de auto-reconhecimento interna ao grupo e,

diferente de kura, só era usada para um Bakairi do mesmo grupo, nunca estendida a outra gente.

Os kurəma também surgiram com Jiji, o deus-sol. A metamorfose se dava quando o corpo se tornava pleno de luz. Era preciso saber ocupar o lugar exato na exposição aos raios de Jiji, senão, as partes sombreadas não se transformavam. E aí surgiram seres híbridos: corpo de gente com pata de onça, perna de gente com pés de pato, feições de gente e nariz de tucano. São seres que refletiam a dualidade - sombra e luz - que a partir da chegada de Jiji passou a constituir o universo Bakairi. Se existe a luz, não existe a sombra, um exclui o outro, e aqueles seres não teriam como viver com os kurə. Foram atirados nas águas do rio, nas águas mais fundas, onde a luz não alcança. São os kurəma (kurə 'gente'; -ma 'exclusão') 'gente excluída'. Excluída do mundo onde ora se tem luz (dia), ora se tem sombra (noite), mas incluída num outro mundo - o das águas sem luz. Dessa forma, pôde-se dizer que os kurəma são uma das faces da identidade dos kurə, apenas não convivem num mesmo espaço físico. E fazem parte de um mundo mítico.

Como se vê, a compreensão do movimento da identidade requer um caminho para além de uma lista de termos. Além das marcas lingüísticas de identidade, há diversos mecanismos discursivos de identificação que podem revelar que a identidade étnica, social ou contrastiva não se encerra tão somente numa simples denominação genérica, como kurə 'gente'. São muitos esses mecanismos, todos constituídos na materialidade da língua. No decorrer da análise, discutiremos muitos desses mecanismos. Mas, à guisa de ilustração, vale aqui destacar um trecho do relato de uma xinguana sobre a chegada de Von den Steinen e Antoninho à antiga Aldeia.

A identificação do índio da Aldeia Paranatinga - o qual nem "todos chamam naturalmente de Antônio", como nos conta o viajante - como Bakairi, nas palavras de Waluga, revela muito mais do que um simples jogo dialético, ou do que o simples domínio do kurə itãõ. Não basta saudar os kura Bakairi para ser reconhecido como um deles. O processo de reconhecimento passa antes não pelas semelhanças, e sim pela exclusão do *diferente*. A marca de exclusão, porém, determina a exclusão do eu pelo não reconhecimento do tu. Ou seja, o tu

não é reconhecido porque o *eu se exclui* do universo desse outro, do diferente. E essa exclusão se dá por confronto num *jogo de interlocução* entre Kuikare, nome pelo qual os Bakairi denominam Antonio, e o chefe da Aldeia, Katawga¹³.

ᳵᳵge ka əmə - kele məkə kuikare

‘Quem é você?’ - disse Kuikare.

ura urama aləpidəwānələ ura aləpidəwāna ura katawga ura

‘Eu? Eu sou um dos Alapidawana. Eu sou Alapidawana. Eu sou Katawga.

Ao responder a pergunta de Kuikare, Katawga ainda não reconhecera Kuikare como sendo gente da sua gente. Há duas marcas - -ma ‘exclusão’ e -lə ‘próprio’, ‘de fato’, ‘mesmo’ - que anunciam a estranheza, ou o não reconhecimento, por Kuikare.

A marca [ma] instaura, por exclusão do ‘eu’ do universo do ‘outro’, a identidade daquele Bakairi do Xingu. A marca -lə, afixada a aləpidəwāna, reafirma essa identidade - aləpidəwānələ ‘um Alapidawana de fato’, e todo esse processo é que parece responsável pelo contraste de identidades. Nessa perspectiva, a identidade contrastiva não passa por uma avaliação de práticas, costumes, ou atitudes, através do qual se atualizam as semelhanças e diferenças. A identidade se contrasta no e pelo discurso. Logo, o formativo -ma preso a urə ‘eu’ - urama - institui um “eu” particular - um eu-Alapidawana. Kuikare podia até se expressar em kurə itāᳵᳵ, podia até se valer de um jogo dialético - Kura Bakairi! - mas a sua identificação parece ser, naquele momento do “eu-Alapidawana” trazido em resposta a sua pergunta, como a de um “eu” genérico, ou melhor dizendo, como a de um ‘tu’ (Bakairi ou não) que não fazia parte do grupo de alguém que, numa querela discursiva, se exclui para não incluir aquele interlocutor na identidade dos que falam do lugar de um Alapidawana: urə urəma ‘eu sou um eu excluído’, aləpidəwānələ ‘um Alapidawana genuíno’, ura aləpidəwāna ura ‘eu sou um eu Alapidawana’.

De fato, a identidade contrastiva “implica a afirmação do *nós* diante dos *outros*” (idem), o que nos leva a acrescentar, porém, que enquanto o *nós* se afirma, por exemplo, por exclusão, nega não só o outro. Nega o ‘tu’, o ‘outro’, enfim, o *diferente*. Mas não são apenas simples formas de denominação que fazem com que os membros do mesmo grupo “se representem inequivocamente “semelhantes” entre si enquanto diferentes dos membros de outros grupos de referência” (Cardoso de Oliveira, 37), nem, tampouco, uma simples realização contínua de um “jogo dialético”. E sim todo um processo discursivo onde sujeitos de um mesmo discurso se reconhecem como interlocutores. A identidade se institui por movimentos discursivos. (Cf.: Souza, 1991a)

Finalmente, é válido explicitar que, ao tomar para discussão o conceito de identidade contrastiva aqui mencionado, não é nossa intenção apontar esta, e não outra, filiação a vertentes teóricas no campo da Antropologia. Nossa perspectiva ao falar da identidade - do índio e do discurso indígena - prescinde de conceitos formalizados em outras áreas do conhecimento estranhas à Análise do Discurso. Descrevemos os muitos e diferentes processos discursivos que constituem a materialidade da língua (discursiva e histórica), os quais instituem a forma-sujeito-índio e o discurso indígena, recobrando, assim, a identidade.

A classificação das línguas Carib - na qual se insere o Bakairi - tem na sua base, não a comparação de cognatos (como se tem para o Tupi), e sim a distribuição geográfica. Há divergências entre as muitas classificações oferecidas para o Carib¹⁴. Divergências no que se refere à classificação de algumas línguas como Carib e ao número exato de línguas (entre 40 a 60). Alguns estudiosos apontam que muitos dialetos têm sido confundidos e tratados como línguas separadas.

Voeglin e Voeglin (1977) admitem até que o Carib possa vir a ser considerado um tronco, e algumas das línguas talvez possam constituir famílias. As línguas Carib são faladas na América do Sul, na região da Amazônia (Orinoco e Xingu) e parte de Mato Grosso. O Carib se subdivide, assim, em três ramificações - Norte, Nordeste e Sul. O Bakairi pertence à ramificação Sul.

A língua Bakairi é hoje falada por aproximadamente 385 Bakairi distribuídos por dois postos indígenas: o P.I. Simões Lopes (hoje P.I. Bakairi) e o P.I. de Santana. Perto de 70% desse total vivem em Simões Lopes, área onde se concentrou nossa pesquisa. Há diferenças entre as duas variantes dialetais, entretanto, não nos ocupamos de nenhum estudo comparativo das duas variantes. Geograficamente, os dois grupos se encontram bastante distanciados e não houve oportunidade de visitar os Bakairi de Santana.

Wheatley (1970) faz algumas observações comparando o sistema fonológico das duas línguas, arrolando um pequeno número de palavras em Bakairi de Santana. De imediato se apreende que a queda de consoante intervocálica registrada no Bakairi de hoje - por comparação ao Bakairi anotado em Von den Steinen e Capistrano de Abreu - não teve lugar no Bakairi de Santana. Por exemplo, a palavra *uyoroto 'homem' da língua do século passado tem hoje as expressões ugõⁿdo, em Simões Lopes e ugõrotõ, em Santana. Por outro lado, os sons que se derivaram de um “*h aspirado” existente no Bakairi antigo correspondem, hoje, a realizações diferenciadas: enquanto, no Bakairi que estudamos, desse som decorreu uma série

de fricativas (cf.: seção 4.2.2.1), no Bakairi de Santana, registra-se no lugar da aspiração uma oclusão glotal. Uma palavra como pɔzeka ‘porco’, em Santana é pronunciada pɔʔeka.

Quando indaguei a alguns informantes se a língua Bakairi de Santana era diferente do Bakairi de Simões Lopes e se eles tinham dificuldades de se entenderem com os Bakairi da outra área, a maioria respondeu que “A língua é diferente, os de Santana falam cortado, mas a gente entende.” O “falar cortado”, certamente, corresponde à presença da oclusão glotal.

Embora não tenha estado em Santana, em trânsito por Cuiabá, encontrei por umas duas vezes com o cacique de lá. Este me ofereceu a “sua Aldeia”, caso me interessasse de ir até lá estudar, mas, me advertiu que poucas pessoas - os mais novos, e ele inclusive - falam a língua com fluência. Os velhos ainda sabem falar, mas os noivos não costumam conversar na língua. Não sei até que ponto esse fato procede, no entanto, percebo aí uma postura bastante diferenciada da dos Bakairi de Simões Lopes. Estes fazem questão de só se expressarem em Bakairi. Está dentro de seus propósitos não só não “perderem” a língua, como também cultivarem a certeza de que nenhum karaiwa sabe Bakairi como eles. “A nossa língua é a maior arma que a gente tem contra os karaiwa”, me disse uma das lideranças Bakairi que, junto com outros índios, inclusive não-Bakairi, tinham invadido e tomado a Delegacia da FUNAI, na época (julho de 1985), situada em Cuiabá.

O sentido que é atribuído à preservação da língua materna sustenta o dado de que cerca de 90% dos Bakairi são bilíngües, isto é, falantes do português e da própria língua, o Bakairi. Uma minoria monolíngüe é formada por velhos e crianças. Entre eles a única língua que serve à comunicação é o Bakairi, mesmo que haja a presença de karaiwas.

4.1 Língua e Gramáticas

O Bakairi, como a maioria das línguas Carib, ou não são estudadas com frequência ou são “mal” estudadas. Assim, não se dispõe de material variado sobre estudos

lingüísticos em Bakairi, apesar de existir desde o século passado um volume de 403 páginas, escrito por Von den Steinen (1892) dedicado somente à descrição da língua.

Do trabalho de Von den Steinen, muitos estudiosos de línguas Carib fazem citação. Adam (1893), por exemplo, num enfoque comparativista, cujo fim era a reconstituição de uma proto língua indígena, recolhe vários exemplos do trabalho de Von den Steinen.

Capistrano de Abreu (1895) vai mais longe. Trabalha no Rio de Janeiro com um informante Bakairi e estende para os dados coletados muitas das mesmas explicações oferecidas em Von den Steinen:

“Assentando sobre o livro do Dr. Steinen, cujo systema de transcrição phonetica adopta com ligeiras variantes, mais que simples resumo é entretanto, pois em muitos pontos variam as opiniões, em outros apparecem pela primeira vez factos ainda não conhecidos. Isto quanto à parte linguistica, objecto deste primeiro capitulo.” (op.cit; p.211-212).

Discorda em alguns pontos de Von den Steinen. Por exemplo, no que se refere à descrição dos temas verbais - -taki e -raki. Afirma, ao contrário de Von den Steinen - que a diferença de temas atribui uma diferença de sentido -, que os dois temas recobrem o eixo transitivo/intransitivo, fato negado em Von den Steinen a partir do levantamento de todos os verbos da língua, os quais não se encaixariam nessa distribuição. Capistrano de Abreu sustenta a sua afirmativa a partir da ilustração de apenas dois verbos nos quais, por um acaso, a diferença de tema corresponderia à diferença de transitividade.

Quando, no estudo da sintaxe, discutimos a morfologia verbal, admitimos com Von den Steinen que os dois temas verbais, os quais seleccionam duas listas diferenciadas de formativos, apontam uma divisão semântica entre classes primitivas e classes derivadas.

Wheatley - pesquisador do Summer Institute of Linguistics (SIL) - conviveu com os Bakairi por um período aproximado de 8 anos entre os anos de 1962 a 1970. Participou, ao lado de Ruth Monserrat, da organização de uma ortografia para a língua Bakairi (1964) e da elaboração (patrocinada pelo SIL) de pequenas cartilhas de textos Bakairi, creio que para serem usados na escola do Posto Bakairi. Além desses, dentro de um enfoque tagmêmico,

produziu três trabalhos sobre a língua - *Bakairi Phonemics* (1964); *Grammar of Bakairi* (1964); *Bakairi verb Structure* (1969) - e um quarto trabalho na linha de Halliday - *Pronouns and Nominal Elements in Bacairi Discourse* (1970). As formas distintas da grafia Bakairi/Bacairi consta dos trabalhos citados.

Não costuma fazer referências a Von den Steinen e parece desconhecer Capistrano de Abreu. Apenas em um de seus trabalhos - *Bakairi Verb Structure* (1969) - diz que “embora exista uma gramática da língua¹ surgida já em 1892, o Bakairi permaneceu superficialmente descrito.” Em nota de pé página, faz a referência a Von den Steinen e na introdução do trabalho de 21 páginas anuncia seu objetivo: “O presente artigo se propõe a descrever com mais detalhes uma fase da gramática, denominada a estrutura do verbo.”

No lugar da descrição superficial do Bakairi - em Von den Steinen a estrutura do verbo ganha uma discussão de 86 páginas - propõe um estudo mais detalhado da estrutura verbal resumido em 21 páginas.

Com exceção desses, e de nosso estudo, não há outras referências de análises lingüísticas voltadas apenas para o Bakairi. No final do século passado, as notícias trazidas por Von den Steinen sobre a língua e o povo Bakairi reavivaram muitas das discussões dos estudiosos da época sobre os Cariba e as atenções se voltam sobre ambos - língua e povo.

No espírito dessas discussões está a busca por uma língua matriz. E a tendência é identificar os Carib com os Tupi (desde D'Orbigny e Martius), como o faz Baptista Caetano, considerado o caráter impuro do idioma Carib:

“No meu entender, o Karaiba não é nem póde ser lingua matriz. Mediante algum estudo que della tenho feito (e que sinto não ter podido aprofundar), ella se me apresenta como uma mistura extraordinaria de muitos dialectos de varia procedencia; é uma verdadeira gíria, amalgamada de diversos dialectos, que ora apresenta muitas frases, de radicaes e vozes differentes, para exprimir a mesma cousa, ora absoluta falta de designação para outras cousas.” (In Capistrano de Abreu. 1895: 210, tomo III).

Falaremos, então, um pouco dos diferentes ângulos que vêm constituindo a língua Bakairi como objeto de estudo e análise.

4.1.1 Die Bakairi Sprache

Os dados que compõem a gramática de Von den Steinen foram coletados nas duas expedições realizadas ao Xingu em 1887 e 1888. Teve sua publicação em 1892 e trabalhou com um único informante, cujo nome cristão é Antônio.

O trabalho de Von den Steinen abrange o comparativismo de várias línguas, que ele considera pertencentes à família Carib, visando à reconstituição de uma proto-língua. Recupera as leis fonéticas formuladas pelos neogramáticos e, à semelhança das discussões no indo-europeu, aborda a questão da aspiração, registrada com oclusiva velar em início de palavra, além de um som denominado “h aspirado”, que apresenta uma grande “oscilação” com outros sons.

O livro aborda diferentes aspectos da língua.

Consta de um prefácio no qual, além de agradecimentos e da apresentação dos Bakairi e do índio Antoninho, tece considerações sobre estudos realizados por outros autores sobre as línguas e os povos Carib e busca precisar a noção do que significa ‘Cariba’. Diz Von den Steinen que essa denominação foi dada pelos europeus a toda espécie de índio e pelos índios a todo europeu.

Segue-se a apresentação de um alfabeto que, segundo o autor, procura refletir as realizações fonéticas, abrangendo as transformações recíprocas decorrentes do contato entre os sons. A descrição da pronúncia desses sons se faz por analogia a sons semelhantes de palavras do alemão. Quando se depara com algum som pouco familiar, além de impressionística, a descrição ganha meneios complexos de onde pouco se deduz. Fica difícil se saber exatamente de que som se trata. É o caso, por exemplo, da pronúncia de um som grafado como λ , transcrito entre parênteses ao lado de r:

“ λ eu não posso definir melhor senão dessa forma, que ele está situado entre *ri*, *ro*, *ru*, por um lado, e *gl*, por outro lado. Será visto mais tarde, que para isto, se ele correspondeu a um *ri*, ou *ro*, ou *ru*, há uma regra determinada. O λ não acontece como som inicial e nem no meio de uma palavra, e também não vem

antecedido por sílaba acentuada. Ele representa uma sílaba final reduzida, e parece destinado a desaparecer.” (op.cit; p.255)

A descrição de Capistrano de Abreu do mesmo som também não esclarece muito:

“Irineu profere-o levantando a língua dobrada aos dentes superiores e depois, ou ao mesmo tempo, retirando-a, ou elevando-a, para o palato molle: é pois uma supradental velar: só aparece no fim das palavras precedido de *a*, que torna muito longo.” (1895:213)

Provavelmente, este seria um som retroflexo, mas de difícil identificação hoje em dia. A sua ocorrência era restrita a poucas palavras, e hoje registra-se a perda do mesmo. Apenas uma palavra, grafada em Von den Steinen como odaλ ‘dentro’ tem hoje a realização odai.

Após a apresentação do alfabeto, tem-se um léxico organizado por campos semânticos (partes do corpo, família e nomes de parentesco, alma e língua, natureza, etc) e por classes lexicais.

Em seguida, há uma lista com 542 frases de Antônio (Sätze des Antonio), acompanhada de uma tradução interlinear e uma tradução livre, com explicações sobre as construções gramaticais encontradas, ou sobre a especificação científica de plantas e animais.

A apresentação da narrativa de cinco mitos segue a mesma orientação da lista de frases.

Antes de abordar aspectos da gramática da língua, oferece em ordem alfabética uma bibliografia que versa sobre assuntos diversos (línguas, religião, povos), que julga abranger o universo Carib.

No âmbito da gramática, ocupa-se da descrição da distribuição dos sons e das alterações fonéticas sofridas em certos ambientes. No Bakairi dessa época, já se registrava o fenômeno da harmonia vocálica em processos de sufixação, comum a várias línguas Carib, tratado, no caso, como “alteração fonética”.

As chamadas alterações são, por sua vez, sustentadas por derivação de leis fonéticas oriundas dos sons básicos da proto língua, em cujo repertório registram-se apenas os

sons tidos como primários.

As diferenças fonéticas também servem de critério para agrupar diferentes elementos gramaticais, como temas e raízes verbais, por exemplo.

As regras de acentuação são duas e bem simples: a maioria das palavras na língua atende a um padrão de acento fixo, tornando proeminente a penúltima sílaba; quando as palavras terminam em consoante nasal e λ, atraem para si o acento. Essas regras são retomadas em Capistrano de Abreu e repetidas em Wheatley sem nenhuma referência aos dois estudiosos do século passado.

As classes gramaticais são estudadas em seus aspectos morfológicos, sendo que a descrição dos verbos é a mais trabalhada. Sobre a estruturação das frases, ou da sintaxe propriamente dita, não há nenhum capítulo em especial. Algumas observações ocorrem no interior de notas elaboradas no momento da tradução livre das frases e dos textos.

4.1.2 Da Língua dos Bacayeris

Embora Capistrano de Abreu não tome partido sobre ser o Carib uma língua pura (língua matriz) ou impura, é possível inferir desde o começo que a sua tendência é apontar, em especial, na língua Bakairi semelhanças com o Tupi, não no que se refere, especificamente, à etimologia, e sim, a processos gramaticais e de formação de palavras. Fato que pode ser verificado com a abertura de seu trabalho: “A língua dos Bacaerys (*kχvra itano, tohi itano*, isto é, língua de gente, exactamente como *abá ñeê*, a língua dos Tupis), é falada...” (op.cit.; p.212). A comparação com o tupi pode ter na base da sua justificativa uma leve crítica que faz, de uma forma parentética, ao “método defeituoso [dos gramáticos jesuítas] que os induzia a aplicarem nos idiomas do Novo Mundo a craveira do latim” (op.cit.; p.224). No âmbito gramatical, diz que “pelo exame dos vocabularios e das formas grammaticaes, ficou provado que pertencem os Bacaerys ao grupo dos Carahybas ou Caribas.” (op.cit.; p.212). Referenda, assim, a importância da contribuição do trabalho de Von den Steinen (fato aludido em momento

anterior, quando se ocupa em falar da obra do viajante alemão) à definição do Carib como uma matriz de línguas, mas durante a descrição da língua, as analogias são sempre buscadas com o Tupi, ou mesmo com o Guaraní.

Trabalha no Rio de Janeiro com um índio Bakairi do Paranatinga, de nome Irineu, que veio à cidade acompanhado do Dr. Oscar de Miranda, quando voltava de uma tormentosa viagem ao Amazonas.

Seu método de descrição dos sons se faz também através de comparações a sons análogos do português, do francês, do alemão e do inglês. Não fala das “alterações fonéticas”.

Quanto à morfologia, atribui, por exemplo, ao sufixo “*pūri* ou *būri*” a função de modificar o substantivo com o aspecto de tempo passado (“mesma função do *cuer* ou *puer*, na língua dos tupis e guaranis), ou ainda a mesma partícula (“do mesmo modo que no abanhee”) poder significar o plural. Nesse aspecto, discorda de Lucien Adam (1893) que nega a modificação de substantivos em Bakairi por qualquer sufixo que seja, e arrola três marcas de plural para o nome: *modo*, *mo* e *do*.

No Bakairi de hoje não tenho dados que comprovem a partícula *-pife* modificando o substantivo com número, funciona apenas como um modalizador de passado. Quanto às demais partículas tem-se *-mōnddo*, presa aos nomes, como marca de coletivo e *-mo*, presa ao verbo, como marca de plural, ambas ocorrem em distribuição: quando o substantivo vem marcado, não se marca o verbo, e vice-versa. Quanto a *-do*, este parece ser um formativo de substantivos oriundos de outros substantivos: *yuno* ‘sangue’ *yunudo* ‘parente’. É recorrente a sua presença em nomes, cuja etimologia nem sempre sei recuperar, mas que abrangem, sempre, a categoria de seres animados: *pekodo* ‘mulher’; *yamunddo* ‘criança’; *ugōnddo* ‘homem’; *udodo* ‘onça’, etc.

As observações sobre os aspectos gramaticais da língua, como já foi mencionado, pouco diferem das de Von den Steinen e, dentro da perspectiva teórica linguística atual, ganham outras interpretações cujo arrolamento exaustivo me parece desnecessário, dado que fugiria aos meus objetivos.

Quanto à sintaxe, porém, observa que a ordem dos constituintes atende às ordens SV e SOV, com possibilidade de serem alteradas “quando logicamente não existe confusão possível”. No que se refere a processos de subordinação, propriamente ditos, “o Kxura-itano, como sintaxe usa exclusivamente de parataxe.”

4.1.3 Grammar of Bakairi

Os trabalhos do pesquisador do SIL - Wheatley - são pautados pelo modelo de análise tagmêmica, e se resumem num processo exaustivo e “infundável” de segmentação e classificação por “slots” (função) dos formativos e dos constituintes gramaticais da língua. A descrição torna-se, então, falha em diversos aspectos, tornando-se difícil a apreensão do sistema e do funcionamento da língua. As suas colocações se resumem em afirmativas, sem nenhuma discussão teórica, e ilustradas com um a dois exemplos, no máximo.

Ao contrário da descrição dos dois pesquisadores do século passado, através da qual é possível se chegar a uma visão satisfatória de que como era o Bakairi de cem atrás, os trabalhos de Wheatley não só não serviram de subsídios a minha análise¹⁵, como também não comprovei com os meus dados, nem com os informantes, muitas das afirmativas por ele aventadas.

Por outro lado, a fotocópia da gramática Bakairi, elaborada em 1964 e que consta dos arquivos do Museu Nacional, é de péssima qualidade, tornando a sua leitura quase impraticável, o que não me permitiu, por exemplo, apreender o sistema fonológico da língua. Como em um dos trabalhos publicados, o autor se utiliza da ortografia da língua, na qual as notações empregadas não correspondem à descrição dos sons que apresenta e não há também referência à acentuação da língua, cheguei à Aldeia com uma idéia tão equivocada de como se falava Bakairi que as pessoas não só riam do que eu dizia, como demoravam a identificar o que eu estava tentando dizer.

Wheatley conviveu com os Bakairi por um período longo (8 anos) e “falava

Bakairi como a gente” - dizem os homens - “vivía com a gente na roça, no meio dos mato, e falava tudo igualzinho a nós. Os guri dele também sabiam falar.” Mas a sua sensibilidade para falar a língua não se reflete nas suas incursões como linguista.

Fora do âmbito da tagmêmica, escreveu *Pronouns and Nominal Elements in Bacairi discours* (1970), no qual seguindo Halliday (1967) tece considerações sobre o quadro de elementos e outros processos referenciais na língua. Fala do discurso, mas ilustra o que diz com pequenas cláusulas descontextualizadas de um segmento maior, e quase sempre incompletas do ponto de vista gramatical.

Com isso, chega a um quadro sistemático dos elementos de referência (animados e não-animados) dividindo-os em temáticos e atemáticos, focais e não-focais, dêiticos e não-dêiticos. Diferente da proposta de Halliday, em que a estruturação dos enunciados, regida pelas “funções sociais (em sentido lato) da língua” e pelo ponto de vista do falante, estabelece lugares diferenciados para categorias como tema (TEMA: TEMA E REMA) e informação (INFORMAÇÃO: DADO E NOVO) na organização discursiva, Wheatley atribuiu aos elementos lexicais a função dessas categorias, que passam a ser inerentes aos itens lexicais em si - “Os pronomes *maca* ‘ele (focal)’ e *auaca* ‘ele (não-focal)’ são temáticos no sentido de Halliday.”

Com isso, as colocações sobre a ordem desses elementos na sentença perdem, em essência, a discussão de Halliday sobre as ordens que marcam as posições dado/novo. Ao afirmar que “Eles [*maca* e *auaca*] geralmente ocorrem no início em frases declarativas, representando a tematização normal, neutra e não-marcada *maca uuainle* ‘ele abençoa’, *maca taiguze* ‘ele morre’, *auaca aguele* ‘ele diz’.”, parece esquecer que, pela sua distribuição, os pronomes citados *maca* e *auaca* são, respectivamente, marcados a um só tempo como temático/focal e temático/não-focal, ficando difícil entender a questão da ordem não-marcada. Ao mesmo tempo, acrescenta que eles podem ocorrer também em qualquer outra posição na sentença, quando o tema é, então, marcado. Confusas são as suas explicações, pautadas em Halliday, que não fala de categorias lexicais com propriedades discursivas, mas fala das funções que determinados enunciados podem adquirir na organização do discurso

Mesmo assim, busquei aplicar a um texto Bakairi os princípios oferecidos por Wheatley, não conseguindo, porém, sustentar a sua análise. Gostaria de acrescentar, porém, que a leitura do referido trabalho sobre a referencialidade em Bakairi foi uma das razões que motivou a estudar a língua e, em especial, o discurso. Uma língua que apresenta um quadro extenso (ao todo 14 formas no quadro de Wheatley) para referendar a 3ª pessoa, certamente, desperta expectativas sobre a sua organização disursiva e, especificamente, sobre a questão da referencialidade.

É, porém, para o âmbito da lógica e da enunciação que direcionamos o enfoque dos elementos referenciais em Bakairi (cf.: cap. 5), e como a nossa descrição diverge totalmente da de Wheatley, não nos detivemos em contradizer o seu trabalho. Por sinal, esse é um fato que se estende à nossa análise como um todo.

Queremos deixar registrado, entretanto, que a apreensão de muitos fatos do Bakairi de hoje - como por exemplo, a dupla concordância com sujeito e objeto e a aquisição de consoantes sonoras (fatos não observados por Wheatley) - foi bastante favorecida pelos trabalhos de Von den Steinen e Capistrano de Abreu.

4.2 Kura itãĩo: aspectos da língua Bakairi

A opção de estudar o Bakairi partiu, a princípio, do fato de, ao contrário do que se tem para as línguas Tupi, as demais línguas indígenas brasileiras ou são pouco estudadas, ou são estudadas de forma não muito satisfatória, no que se refere à concepção do que vem a ser uma abordagem linguística em termos teórico-científicos.

O simples preenchimento de formulários de pesquisa, ou a organização de listas de palavras, pouco contribuem ao estudo das línguas indígenas. Por outro lado, o modelo de análise que predomina nas análises em língua indígena, no caso, o oferecido pela teoria Tagmêmica, é deficitário, na medida em que o nível descritivista e classificatório tem primazia sobre o nível das generalizações.

O desenvolvimento da teoria Tagmêmica surgiu como reação à forma como as línguas ameríndias eram estudadas, tendo como parâmetro de análise o latim. Os estudos missionários, ainda sob o espírito da “língua ideal”, procuram estender às línguas indígenas as características de uma língua ideal, no caso, o latim. A esse respeito, Mattoso Câmara (1965:102) denuncia que os missionários, ao direcionarem os estudos linguísticos em Tupi pelo ideal de gramática forjada na estrutura da gramática latina, protótipo do que deveria ser uma língua rigorosamente pautada numa gramática geral, acabaram por produzir “a disciplinização da Língua Tupi”. A qual “obedeceu ao objetivo de aperfeiçoar a língua indígena”.

A projeção de um modelo de sistematização, porém, dá lugar a objetos-ficção, que os analistas de linguagem vêm produzindo historicamente. A esses objeto-ficção, Orlandi e Souza (1988) denominam de *línguas-imaginárias*. “São línguas-sistemas, normas, coerções, as línguas-instituição, a-históricas. Construção. É a sistematização que faz com que elas percam a fluidez e se fixem em línguas-imaginárias.” (op.cit.; p.28)

A língua-imaginária não é isenta de implicações. Interfere na própria história da língua: os paradigmas controlam o uso e a forma da língua, e com isso produzem o apagamento do locutor, do sujeito-falante que, no caso do índio, indaga ao não-índio a forma como deve falar.

O modo como o índio deve falar acaba instituído e oficializado não só nas gramáticas e descrições linguísticas, mas na oferta de materiais didáticos, como cartilhas e livros de textos¹⁶, ou nas propostas de ortografias, desprovidas de historicidade¹⁷, e sem a participação efetiva do índio. Este, mesmo quando é envolvido em projetos de trabalho com a sua língua, fica à espera de recomendações sobre o que deve escrever e de que forma deve ser escrita.

As denúncias sobre a disciplinização das línguas indígenas em busca da língua ideal resultou também num outro tipo de apagamento. A disciplinização, ao mesmo tempo que acusa a necessidade do afastamento do latim como paradigma de análise, revelando a língua indígena em si, acaba por sugerir a confecção de um modelo ideal de análise - o tagmêmico.

Aqui a relação com o imaginário é diferente daquela criada ao longo dos séculos que precederam o aparecimento da Lingüística. A oferta (surgida com o advento da Lingüística) de um método científico de abordagem das linguas resulta na criação de “modelos imaginários”. Hoje não se discute mais o modelo de lingua ideal (o latim), mas se discute o modelo ideal (o tagmêmico, ou o da lingüística tipológica) para descrição de linguas indígenas.

O que revela quase nenhuma diferença com a teoria evolucionista do século passado: a lingua indígena (selvagem) continua singularizada face às linguas de civilização, não no processo de tematização que levou à sua disciplinização, e sim no processo de tematização do modelo específico a linguas específicas.

Com isso, paralelamente ao desenvolvimento das teorias lingüísticas, funda-se uma lingüística indígena, que acaba por se tornar uma instituição não isenta de conseqüências. Ao falar em lingua indígena fora dos parâmetros dessa instituição, corre-se o risco de não se encontrar pares, de não querer ser ouvido, de ter recusada a publicação de um texto. Enfim, é, em última instância, não ter uma identidade reconhecida como lingüista em lingua indígena.

Assim, a nossa opção metodológica de abordagem da lingua é pelo modelo da gramática gerativa, por um lado, por acharmos insuficientes as estratégias da tagmêmica para falar, em especial, da configuração sintática e, por outro, por não acreditarmos em modelos ideais.

Essa opção não impede que se deixe de operar com a lingua imaginária; entretanto, para cumprir a nossa meta - análise do discurso em lingua indígena - é preciso proceder à descrição dos processos gramaticais da lingua. E a opção só pode ser no campo da Lingüística, pois, como observa Pêcheux, a Análise do Discurso pressupõe a Lingüística.

Não haveria como, na análise do discurso indígena, abrir mão da lingüística não só por questões epistemológicas, mas, principalmente, para evitar o risco de ao me propor a analisar o discurso do índio, esquecer a sua lingua, e acabar analisando a tradução dos textos.

Por isso, a análise que proponho se faz nas e pelas marcas gramaticais do Bakairi - a clivagem, as formas de atestação, as formas do discurso relatado, o sistema de referencialidade,

a escolha das palavras, a sonoridade, etc -, processos estruturantes da materialidade lingüística do Discurso Bakairi. Sob essa perspectiva, procuro fugir a uma prática reducionista que opera com a língua como um corpo abstrato e inerte, sem historicidade (como denuncia Bakhtin), e, ao mesmo tempo, fujo de praticar mais um desrespeito ao índio: falar do seu discurso sem lhe conhecer a língua.

Procurei, assim, não perder de vista a dimensão do universo Bakairi, e foi dessa forma que a análise dos dados, paralela à análise dos textos mais variados, sempre fundamentada pelo social, pelo cultural, pelo histórico e pelo cotidiano, pouco a pouco, foi me oferecendo elementos, fatos de linguagem, que me permitiram falar da produção de sentidos, da materialidade da língua e do discurso indígena.

Sem esquecer as inúmeras explicações dos próprios informantes sobre o funcionamento da língua, sobre o uso de determinadas expressões, de início buscadas por mim, mas que, com o andamento da pesquisa, tornaram-se naturais. Lembro, por exemplo, de Shagope que, ao falar das comidas Bakairi, descreve o preparo do beiju e que, no instante em que íamos transcrever e analisar o texto por ela produzido, observou: “Tania, na nossa língua, a gente fala tudo de trás pra frente.” “Como assim?” -indaguei. “Em Bakairi, não é como no português; a gente começa pelo fim, e conta tudo de trás pra frente.”

A consciência de como, na sua língua, o texto se organiza diferente da língua daquele para quem se dirigia, revela os princípios lógicos da organização discursiva em si, dominados pelo *façante* para além de processos intuitivos ou epilingüísticos. Essa ótica, nem sempre é compreendida pelo analista, quando este busca entender o material sob uma lógica familiar à sua língua, o que resulta, por exemplo, em comentários como os de Capistrano de Abreu:

“Na forma de exprimir o pensamento é palpável que a subordinação lógica não galga os rudimentos. Deixa-se o índio levar por uma serie de idéas e as impele até certo ponto; volta depois e o mesmo faz às outras; frases muito distanciadas representam o mesmo momento chronologico; o que nos parece mais natural collocarmos no fim, desde o começo vão elles frisando.”

A questão da organização discursiva está ligada a uma série de fatores interrelacionados: as restrições à co-referencialidade e controle, a ordem básica dos constituintes na língua (SOV/OVS), a relação recente/imediato instituída entre os acontecimentos em si e a própria concepção do tempo, no caso, uma noção circular de temporalidade. Tudo isso - quando não é alcançado - leva a colocações impressionísticas, como as de Capistrano de Abreu, que não entende “a aparente falta de lógica.”

Assim, embora também trabalhe com listas de frases (os formulários), e adote uma descrição gerativista do funcionamento da língua, evitamos o tipo de prática denunciado em Orlandi (1993) ao afirmar que “a coleta de dados, quando se trata da pesquisa de campo nas línguas indígenas, produz um retorno sobre a “natureza”: se colhem os dados das línguas como os das plantas e das espécies animais. Naturalmente, ou seja, se colhem palavras (e às vezes frases) e se compara entre as línguas na perspectiva naturalista.”

É possível se falar da sistematicidade - sem que esta seja tida como “um acaso sem história” (idem). Esta pode ser um tipo de relação instituída com certa frequência com o estudo das línguas indígenas, entretanto essa relação pode - e deve - ser revertida. Basta que se trabalhe a língua na sua historicidade, no espaço da enunciação, e aí é preciso que se esqueça até certo ponto o objeto da lingüística - a descrição formal. É nessa direção, muito tem a contribuir a Análise do Discurso.

Para fazer a análise de um discurso, “é preciso ser lingüista e deixar de sê-lo ao mesmo tempo”. (COURTINE, 1981). É preciso enxergar o dado não apenas como forma a ser segmentada e classificada, mas conhecer a história do seu funcionamento, articulá-lo com a exterioridade e ler a enunciação, trabalhando o dado como um signo ideológico que é e conferindo-lhe a dimensão de fato, de acontecimento.

Enfim, o enfoque que daremos à língua Bakairi constitui, num primeiro momento, proceder a sua descrição gramatical e, num outro instante, falar do lingüístico em níveis diferentes do da simples organização da matéria lingüística. Trataremos da materialidade significativa, que faz da língua Bakairi um acontecimento discursivo, trabalhando aí as

sistematicidades, as regularidades, enquanto práticas discursivas.

A pesquisa. Perfaz um total de seis o número de pesquisas realizadas com a língua Bakairi, sob o patrocínio de CNPq e FAPESP. Em janeiro/84, janeiro/85 e julho/85, estive em Simões Lopes, trabalhando com diferentes informantes. Em julho/86 e agosto/89, estiveram em minha casa no Rio de Janeiro duas informantes com as quais trabalhei por um período aproximado de seis semanas. Em fevereiro/90, estive em Cuiabá realizando uma pesquisa de gabinete no Arquivo Público de Mato Grosso e trabalhando com a língua com uma informante que reside em Cuiabá e em cuja residência fiquei hospedada.

Foram meus informantes: Sakumairo, filha do pajé; Waluga, pessoa Bakairi mais idosa e contadora de histórias; Apakano, uma “lingüista” nata; Shagope, irmã de Sakumairo e auxiliar de enfermagem; Poiuri, monitor da escola; Seigalo, enfermeira; Egufo, velho Bakairi conhecedor das antigas tradições e Taile, velho artesão. Revelando como os Bakairi dizem o mundo, me permitiram coletar um material variado composto do preenchimento de formulários, da produção de textos em Bakairi e em Português, de depoimentos, de narrativas de mitos, de relatos, de reuniões na escola e na praça da aldeia, de antigos cânticos, como o canto das máscaras. Gravei, também, durante o batizado do milho, os cantos do Bakururu dos homens e das mulheres.

Os dados foram registrados em fita cloromagnética num gravador UHER, modelo 4000 Report L. Em seguida à gravação realizava as transcrições, procurando, ao mesmo tempo, segmentar os dados e/ou fazer perguntas variadas sobre a possibilidade de outras realizações. Os textos gravados com Waluga não seguiram essa diretriz. Waluga, falante monolíngüe de 85 anos (em julho de 1985), me presenteou com a narrativa de um mito e com o relato sobre a retirada do Xingu, perfazendo mais de 45 minutos de duração. A transcrição, tradução e interpretação desses textos, proferidos numa variante dialetal já em desuso pela maior parte dos Bakairi, contou com a valiosa ajuda de uma exímia conhecedora desse Bakairi clássico, chamada Apakano. Nesta tarefa, foram gastos oito dias com seis horas diárias de

trabalho.

Além desse tipo de coleta de dados, pertinente a trabalhos de campo, coletei alguns dados variados através de correspondência. Sakumairo, casada com um não índio e residindo em Cuiabá, constantemente me escreve, mandando notícias dos Bakairi. Em algumas dessas ocasiões, escrevia-lhe solicitando “ajuda”. Organizava uma listagem de frases, que faltavam em meus dados, e ela me respondia escrevendo em ortografia Bakairi. Como Sakumairo foi a informante com quem mais tive contato, sempre que a encontrava pedia para que gravasse o referido material. Foi de grande valia esse artifício de pesquisa, que me permitiu agilizar o estudo da língua enquanto não retornava ao campo.

Contam ainda as anotações em diário de campo, papéis avulsos, que guardam fatos do cotidiano, e a memória.

Todo esse material foi analisado em profundidade e a descrição que faço da língua reflete essa análise. No entanto, por se tratar de um material muito extenso, não o apresentarei por inteiro. Nem mesmo em forma de anexos, como é costume acontecer com estudos em língua indígena. Não vejo porque armazenar os dados num único volume ilustrativo, se esses dados não são trabalhados durante a análise. Em anexo, quando necessários, constarão apenas dados complementares ao material ilustrado no corpo do trabalho.

A língua Bakairi não representa apenas uma coleta de dados a serem olhados *in vitro*. Todo o material por mim reunido narra parte da vida dos Bakairi e da minha história de contato com eles. Representam os momentos nos quais tive oportunidade de descobrir como eles - os Bakairi - dizem e me diziam do seu mundo, o que garantiu, ao mesmo tempo, uma compreensão muito maior do que vem a ser o *kurə itãõ*. Por uma questão de coerência ideológica e teórico-científica - aquela instituída com a Análise do Discurso -, me parece *sem sentido* armazenar dados e textos em segmentos anexos, quando estes não são uma extensão - e sim apenas apêndice - do trabalho.

Passemos, então, ao enfoque de alguns aspectos gramaticais da língua. antes, porém, gostaríamos de esclarecer que não faremos uma descrição exhaustiva de todos os

aspectos gramaticais da língua. Não esgotamos o estudo de todos esses aspectos e falaremos apenas daqueles para os quais temos algumas considerações a oferecer.

4.2.1 Fatos de Fonologia

O repertório de sons do Bakairi atual difere em vários aspectos do Bakairi do século XIX. Quando estudada no século passado pelo viajante alemão Von den Steinen (1892), em seu repertório de sons não havia consoantes marcadas *fonemicamente* pelo traço sonoro.

O Bakairi apresentava, então, a série de oclusivas surdas [p], [t] e [k] e um som denominado de “h aspirado” que alternava livremente na mesma palavra com , s, s, z, z. Havia também um som representado por “γ” que era próximo ao “r gutural da Westfália” e variava com k e g. Além desses, havia uma oclusiva seguida de aspiração kχ, uma aspirada (?) χ e uma outra oclusiva, também seguida de aspiração (?), tχ (Von den Steinen, 1892: 253-255). A maioria dessas variantes não eram explicadas segundo uma previsão segura.

Quanto a processos fonológicos, havia o fato de as palavras na língua só começarem por consoante surda aliada à regra de sonorização desta mesma consoante quando em processo de prefixação. Processo que se mantém até hoje. Ainda era observada, no interior das palavra, uma grande oscilação no emprego de certos sons como as oclusivas /b/, /d/ e /g/ (e outros) que, segundo Von den Steinen (idem), ocorriam dependendo do humor do falante. Dado que hoje pode ser lido como variação livre.

Pela descrição de Von den Steinen pode-se concluir que o repertório de sons passava por mudanças num processo aparente de aquisição. A aquisição pode ser inferida do fato de tanto as oclusivas sonoras ([b], [d], [g]), quanto as fricativas ([h], [s], [s], [z], [z]), serem passíveis de previsão. Como observamos acima, ocorriam segundo a vontade do falante. Além disso, nessa época não se registrava ainda a palatalização das oclusivas alveolares ([t], [d]) diante de vogal alta. Hoje em dia, percebe-se, além da aquisição de sons, a perda na fala dos mais jovens da oclusiva velar aspirada [kχ] em início de palavras - variante mantida, porém, na

fala dos mais velhos. Quanto à outra oclusiva [tχ], também assinalada pela marca de aspiração, o que se tem hoje em dia é uma africada [ts] em início de palavra na fala dos mais velhos, realização substituída, na fala dos mais novos, por uma fricativa palatoalveolar [ʃ].

No Bakairi de hoje, há 34 sons consonantais, possíveis de serem sistematizados segundo o processo de harmonia e pelo ambiente segmental. Do total de trinta e quatro sons consonantais, os sons marcados pelo traço sonoro - oclusivas, fricativas, nasais e líquidas - atendem a um movimento de harmonia, previsto tanto no léxico quanto na sufixação.

Quanto aos sons vocálicos, estes parecem muito próximos aos apresentados por Von den Steinen. Já se registrava, então, um tipo de harmonia vocálica, comum hoje em dia não só ao Bakairi, mas a muitas línguas Carib. Perfazem um total de 17 sons, distribuídos entre orais e nasalizados:

[a], [ə], [e], [ɔ], [ɣ], [i], [ɪ], [ɨ], [ɯ](?), [u], [ɔ], [ã], [ɛ̃], [ẽ], [õ], [ĩ], [ũ].

Ao contrário dos sons consonantais, nos quais me detive mais, as vogais dependem de um aprofundamento para precisar melhor como funciona a harmonia e outros processos como, por exemplo, a mudança da qualidade vocálica em finais de palavras por oposição à sua colocação em sílaba tônica, quando a sílaba anterior passa a ser seguida por algum afixo. São problemas ainda não analisados.

No âmbito da fonologia, os assuntos que cheguei a explorar são a distribuição dos sons consonantais e a definição de fonema, fatos ligados ao ambiente segmental e à harmonia consonantal; a acentuação, relacionada a um fator semântico e a descrição da harmonia consonantal, descrita em dois momentos, sob o enfoque da teoria autosegmental.

4.2.1.1 O repertório de sons e alguns processos fonológicos

Há 34 segmentos consonantais em Bakairi:

[p]; [b]; [mp]; [mb]; [t]; [d]; [t^ω]; [d^ω]; [nt]; [nd]; [k]; [g]; [k^ω]; [g^ω]; [ŋk]; [ŋg]
[β]; [w]; [y]; [ỹ]; [m]; [n]; [l]; [r]; [r̄]; [s]; [z]; [ʃ]; [ʒ]; [h]; [ɦ]; [ɣ]; [tʃ]; [dʒ]

cuja distribuição é determinada em termos do ambiente segmental e em função do princípio de contorno obrigatório (PCO) e a harmonia consonantal.

A descrição dos segmentos complexos precisa ser mais elaborada, entretanto, observamos que as oclusivas pré-nasalizadas decorrem de queda de segmento consonantal intervocálico, provavelmente um tap nasal [r̄], em palavras que tinham três sílabas ou mais: *uɔrɔto → ugoʔdo. Quanto às labializadas, é possível que sua origem derive de juntura silábica, mas é preciso proceder a um estudo mais fundamentado da derivação, pois parece que no Bakairi do século passado, já havia a realização desses segmentos. Quanto à labialização das oclusivas bilabiais [p] e [b], esta se realiza na forma das variantes [β] e [w], que se distribuem complementarmente.

Quanto aos segmentos não complexos, a sua descrição num eixo paradigmático está condicionada ao contexto segmental, porém, a distribuição dos segmentos surdo/sonoro vai requerer a explicitação de alguns processos, como a sonorização da primeira consoante da raiz quando da prefixação e a harmonia consonantal, discutidos em seção específica.

Ainda sobre esses segmentos, gostaríamos de assinalar que na série das fricativas, [ɣ] representa um som antigo, ocorrendo em poucas palavras, como, por exemplo, [yãɣaɦɔ] ‘cabeça’, já registrado em Von den Steinen, enquanto [h] e [ɦ] são derivados do som aspirado, que deu lugar a toda a série de fricativas na língua, exceto [ɣ].

Vejam, então, os principais aspectos dessa distribuição.

As oclusivas alveolares são palatalizadas somente em juntura vocabular: [tʃ- yã-tõɪ] ‘para ele comer’; [adʒ- ihu - hõɪ] ‘para ele assar’.

A aproximante [w] e a bilabial [β], realizada com quase nenhuma fricção, em juntura interna, ocorrem em distribuição complementar: [β] diante de [i] e [e] - [i#βepiɾe] ‘minha canoa’; [yeβi#piê] ‘afiado’ - e [w] nos demais ambientes - [iwaɦɔ] ‘meu irmão’, etc

Esses dois segmentos - [w] e [β] - parecem ser expressões de uma consoante bilabial, especificamente [p]. Quando a raiz começa por [p], este será sonorizado passando a [β] e [w], segundo a distribuição descrita acima. No caso de sufixação, entretanto, os formativos iniciados por [p] se mantêm como [p] - sãne#pire 'que mordeu' - ou passam a [b] - [saguγɔ#bire] 'velho', segundo a harmonia cononantal.

As fricativas alveolares e velares (derivadas do "h aspirado") estão em distribuição complementar:

- [s] e [z] são palatalizadas diante de vogal alta anterior ou posterior, respectivamente, em posição inicial ou medial: [ʃigase] 'fazendo'; [ʃutune] 'conhecedor'; [paʒika] 'tamanduá'; [toʒi] 'gente'. [s] também é palatalizada em posição inicial diante de vogal média anterior: [ʃeω].

- [s] ocorre diante de [a] e [e] em qualquer posição da palavra: [nesageagi] 'ele cavou'; [sawaʎko] 'flor'; [ʃigase] 'ele fez'; [se] 'árvore'; e [z] ocorre apenas em posição medial - [azage] 'dois'; [sapezẽĩɔ] 'vento'.

- [h] e [ɦ] ocorrem em posição medial diante de [ɔ], [ω] e [u] - [uhɔɦω] 'peito'; [uhurω] 'pés'; [saguɦɔbire] 'velho'.

A distribuição em termos segmentais não oferece maiores problemas na definição dos fonemas e alofones. Mas, a descrição da dicotomia em termos sonoros é passível de discussão com relação a uma oposição estritamente fonêmica. Esses fatos já foram amplamente discutidos em Souza (1991 e 1992) e serão, de certa forma, retomados na seção 4.2.1.3. Gostaríamos de acrescentar, porém, que devido à dificuldade de se estabelecer (no âmbito da dicotomia surdo/sonoro) a entidade fonêmica básica, apresentaremos sempre os nossos dados transcritos foneticamente. Também é desnecessária a marcação de acento, já que a língua oferece o padrão acentual fixo, recaindo a proeminência na penúltima sílaba, exceto

as sílabas finais nasalizadas e ditongadas.

4.2.1.2 O acento

Considerar o Bakairi como uma língua de acento fixo significa prever como função do acento aquela que faz ressaltar a proeminência vocálica. Entretanto, a aplicação das regras de acentuação em Bakairi é, aparentemente, condicionada pelos traços articulatórios dos segmentos. O que põe em discussão a natureza do acento na língua: livre ou fixo. Em Souza (1985), desenvolvemos alguns pontos dessa discussão, mas, no momento, gostaríamos de ressaltar, apenas, que a mudança do acento Bakairi acrescenta à palavra um traço semântico.

Essa constatação revela fatos interessantes: a mudança de acento se dá sempre no bojo de uma mesma palavra, estabelecendo pares diferenciados semanticamente através da acentuação. Assim, enquanto em muitas línguas, o acento de valor lexical, cria diferenças entre classes lexicais (como, por exemplo, em português, sabia e sábia), o acento em Bakairi cria uma diferença semântica em pares de palavras como:

- (1) neka`neda/nekane`dat `colocou`
- (2) tutai`dige/tutaidi`gẽt `largo`
- (3) tapa`bile/tapabi`lẽt `vermelho`
- (4) jugẽ`pire jugẽpi`riẽ `queimado`

Essa diferença recobre as noções aspectuais recente/imediato. O deslocamento do acento para a última sílaba, que parece acarretar processos de alongamento da sílaba como a ditongação e/ou a ditongação/nasalização (cf.: SOUZA, 1985), marca o aspecto imediato que, no caso do Bakairi, abrange, além dos verbos, adjetivos, substantivos e as formas nominaliza-

das/modalizadas.

O Bakairi pode, assim, ser visto como uma língua cujo acento vai ter função culminativa: ao mesmo tempo que ressalta a sílaba proeminente do vocábulo, delimita duas classes semânticas - os aspectos recente e imediato. Fato comumente não atribuído à função do acento (difícil inclusive de se prever pela perspectiva modular de língua, onde o componente fonológico é um módulo oposto ao componente semântico), a distinção semântica abre perspectivas interessantes no estudo dos suprasegmentos.

Dado semelhante a este pode ser também observado com o enfoque da harmonia consonantal, em especial, no que se refere à existência de pares mínimos vinculada não à constituição de significados, e sim à distinção sintático-semântico, ou apenas semântica, entre alguns vocábulos.

4.2.1.3 A harmonia consonantal

A harmonia consonantal em Bakairi abrange algumas etapas: a simples inserção do traço sonoro; o espalhamento de um traço sonoro flutuante. Um processo de dissimilação do traço surdo ou do sonoro também é registrado. A harmonia e a dissimilação dão conta da dicotomia surdo/sonoro na palavra Bakairi tanto a nível do léxico - formação da raiz e de palavras primitivas - quanto a nível de sufixação.

A primeira descrição da harmonia em Bakairi (SOUZA, 1991b) buscou uma abordagem nos moldes da teoria Autossegmental, formulada por GOLDSMITH (1976) dentre outros. Julgávamos, então, que o processo ocorria sempre em função de um jogo de alternância dos traços surdo/sonoro, registrado somente com os segmentos oclusivos. O fenômeno parecia não espelhar uma reação em cadeia - dada a interrupção do processo em níveis diferenciados, na raiz e no sufixo - e também não refletia a associação de linhas na estruturação do esqueleto silábico.

Essa visão do fenômeno não só não se adaptava a uma descrição nos moldes da

Autossegmental, como também não descrevia o corpus como um todo satisfatoriamente. Por um lado, por não dar conta de todos os dados que apresentavam consoantes oclusivas e, por outro, por não explicar a ocorrência das fricativas sonoras, sons derivados do som denominado de “h aspirado” por Von den Steinen.

O processo da harmonia em Bakairi é complexo e recobre a formação vocabular em toda a sua extensão: no léxico e na derivação.

Com essa perspectiva delineiam-se questões inerentes não só ao tipo de harmonia em jogo, como também ao comportamento do traço sonoro em Bakairi.

A harmonia como um todo não existe em função de processos morfofonêmicos, isto é, não espelha exclusivamente fatos de juntura porque também é observada nas seqüências não-derivadas. O fenômeno parece ter se desenvolvido para acomodar no sistema fonológico a aquisição do traço sonoro (cf.: 4.2.1.1). O que dificulta precisar a natureza do traço sonoro num âmbito estritamente fonêmico.

Como o estudo da harmonia em Bakairi não se revelou satisfatório por uma descrição em termos de padrões silábicos (cf.: SOUZA, 1991), voltamos (SOUZA, 1992) a atenção para a Geometria de Traços, versão da Autossegmental formulada em Clements (1985) e McCartney (1988).

A descrição da harmonia em Bakairi parte da observação de alguns fatos: o estabelecimento do princípio do contorno obrigatório (PCO) - segundo o qual na palavra Bakairi é proibida a seqüência de duas consoantes surdas (*CC)¹⁸, a nível do léxico e na sufixação - o qual, conseqüentemente, acarreta a dissimilação e o espalhamento do traço sonoro.

O processo como um todo se limita ao bojo da palavra e atestam-se quatro movimentos¹⁹:

(1) A inserção do traço [+sonoro] na palavra primitiva atendendo ao PCO que proíbe a presença de duas consoantes surdas em posição de adjacência.

(II) O espalhamento do traço [+sonoro], também no bojo da palavra, num processo de harmonia.

(III) A dissimilação do traço [-sonoro] na sufixação, atendendo a PCO.

(IV) O espalhamento do traço [+sonoro] no processo de sufixação.

Em termos resumidos, esses quatro movimentos podem ser descritos e explicados nos seguintes termos.

(a) Há um padrão de alternância ($\bar{V}\bar{V}/\bar{V}\bar{V}^+$) e um padrão de espalhamento ($\bar{V}\bar{V}^+\dots$) previstos no léxico, caso dos exemplos (5) a (9) e (10) a (14) respectivamente:

(5) $\begin{array}{c} \bar{V}\bar{V}\bar{V}^+ \\ | \quad | \quad | \\ \text{imasedo} \end{array}$ 'grande'

(6) $\begin{array}{c} \bar{V}\bar{V}^+ \\ | \quad | \\ \text{kono\pi io} \end{array}$ 'passarinho'

(7) $\begin{array}{c} \bar{V}\bar{V}\bar{V}^+ \\ | \quad | \quad | \\ \text{tozekado} \end{array}$ 'banco'

(8) $\begin{array}{c} \bar{V}\bar{V}^+ \\ | \quad | \\ \text{pekodo} \end{array}$ 'mulher'

(9) $\begin{array}{c} \bar{V}\bar{V}^+ \\ | \quad | \\ \text{pa\textsubscript{,}ika} \end{array}$ 'tamanduá'

(10) $\begin{array}{c} \bar{V} \\ \diagup \quad \diagdown \\ u d \bar{d} d \bar{d} \end{array}$ 'onça'

(11) $\begin{array}{c} \bar{V} \\ \diagup \quad \diagdown \\ u g \bar{o}^n d \bar{o} \end{array}$ 'homem'

(12) $\begin{array}{c} \bar{V} \\ \diagup \quad \diagdown \\ \bar{a} m u g \bar{a} \end{array}$ 'panela'

(13) $\begin{array}{c} \bar{V} \\ \diagup \quad \diagdown \\ e z \bar{e} d \bar{t} \end{array}$ 'nome'

(14) $\begin{array}{c} \bar{V} \\ \diagup \quad \diagdown \\ \bar{a} r \bar{o} \bar{z} \bar{t} \end{array}$ 'caju'

A respeito do tipo de palavras ilustradas acima (10) a (14), vale observar que, por serem completamente vozeadas, essas palavras pressupõem que qualquer sufixo que venha a ocorrer exibirá em suas consoantes o traço sonoro.

(b) Há um padrão de dissimilação do traço nos sufixos para atender ao PCO, como nos exemplos (15) a (19)

(15) $\begin{array}{c} \bar{V} \quad \bar{V} \\ | \quad | \\ n - e k \bar{a} - d \bar{a} t \end{array}$ 'ele pediu'
(3^a-pedir-passado)

(16) $\begin{array}{c} \bar{V} \quad \bar{V} \quad \bar{V} \\ | \quad | \quad | \\ t \bar{a} \beta e p \bar{i} - g \bar{e} \end{array}$ 'ter canoa'
(agente-canoa-verbalizador)

(17) $\begin{array}{c} \bar{V} \quad \bar{V} \\ | \quad | \\ \text{f-ike-} \quad \text{h3} \end{array}$ 'lugar de dormir 'dele'
(3^a -dormir-instrumental)

(18) $\begin{array}{c} \bar{V} \quad \bar{V} \\ | \quad | \\ \text{s-} \quad \text{eka-} \quad \text{-dat} \end{array}$ 'pedi'
(objeto-pedir-passado)

(19) $\begin{array}{c} \bar{V} \quad \bar{V} \\ | \quad \diagdown \\ \text{3pa-} \quad \text{-iza} \quad \text{3t} \end{array}$ 'para a roça'
(roça-para)

(c) Há um padrão de espalhamento ($\bar{V}\bar{V}\dots$) nos casos de sufixação quando, previamente, se deu a inserção do traço [+sonoro] na raiz ou na palavra primitiva. Exemplos (20) a (26).

(20) $\begin{array}{c} + \\ \bar{V} \\ | \quad \diagdown \\ \text{paru-} \quad \text{-da} \end{array}$ 'no poço'
(poço-em)

(21) $\begin{array}{c} + \\ \bar{V} \\ | \quad \diagdown \\ \text{p3ra-} \quad \text{-bi} \end{array}$ 'ele tem colar'
(colar-ter)

(22) $\begin{array}{c} + \\ \bar{V} \\ | \quad \diagdown \quad \diagdown \\ \text{ila-} \quad \text{-dibe} \end{array}$ 'molhada'
(molhar-participio)

(23) $\begin{array}{c} + \\ \bar{V} \\ | \quad \diagdown \quad \diagdown \\ \text{emano-} \quad \text{-bire} \end{array}$ 'vitima'
(? -ex)

cristalizaram. Dado relevante, porém, é que, mesmo a nível do léxico, o PCO não é violado.

A natureza do traço sonoro em Bakairi

Devido à complexidade que envolve a previsão dos traços surdo e sonoro em Bakairi, já aventamos a dificuldade de se definir em que termos se sustenta a identidade fonológica no repertório consonantal da língua.

Com o advento da Fonologia, constrói-se o conceito de fonema categorizando-se, assim, as oposições distintivas. Em prol da sustentação do conceito de fonema, formula-se a noção de par mínimo e este passa a ser uma realidade a ser buscada pelo analista.

A falta de pares mínimos numa língua natural é tida como pouco provável, mas não é impossível de acontecer por “razões acidentais”. (HYMAN, 1975). Assim, a dicotomia surdo/sonoro passa a ser básica na definição de fonema e, conseqüentemente, a sua existência e especificidade relegadas ao nível fonológico.

Em Bakairi, considerados o PCO e a harmonia, a dicotomia surdo/sonoro existe mais em função desses dois fatores do que em função da oposição fonêmica propriamente dita. Porém, o fato de existirem nas palavras a previsão da distribuição dos segmentos homorgânicos surdos/sonoros faz com que a identidade fonológica persista: a troca aleatória desses segmentos entre si não favorece o reconhecimento das palavras.

Mas o ponto nevrálgico constitui, especificamente, responder de que natureza é o traço sonoro em Bakairi.

Um olhar acurado nos dados Bakairi permite arrolar um número bastante reduzido de pares mínimos. A sua quase inexistência, porém, não é um fator acidental.

No conjunto de exemplos focalizados até aqui, é possível verificar que, excetuando-se os casos (27) a (31), a ocorrência do traço sonoro é uma questão de atendimento ao PCO, aliado ao fenômeno da harmonia, ambos os fatos podendo ou não serem previstos no léxico.

Os exemplos (23) a (31) ilustram a presença de consoante sonora em raiz com uma só consoante, o que implica, a nível da raiz, desvincular esse traço do princípio de contorno obrigatório e, ao mesmo tempo, não se contar com o desenrolar da harmonia. Fato a ser inferido, o elemento catalizador da harmonia é apenas o traço sonoro flutuante que, pelo que se evidencia nos casos em pauta, é de natureza diferente do traço presente nestes exemplos, no caso, não-flutuante.

Há dois tipos de traço sonoro no repertório fonológico da língua em exame. A especificação da consoante pelo traço sonoro flutuante não encerra uma relação de oposição de ordem fonêmica. Tal especificação vai ao encontro de fatos mais abrangentes na língua: o PCO e a harmonia.

Quanto ao traço sonoro não-flutuante, observa-se que a sua função na língua é a que institui o contraste fonêmico propriamente dito, dando lugar a pares mínimos.

— A oferta de pares mínimos, porém, tem uma função específica que é a de evitar a existência de homônimos que pertençam a um mesmo campo semântico, ou a de contribuir para diferenças morfo-sintáticas entre certos índices lexicais

Comparem-se os dados que se seguem:

(32) *igə -ke* ‘cantando’
 (cantar-gerúndio)

(33) *s -eka- dac* ‘pedi’
 (objeto-pedir-passado)

(34) *∫-igase- dac* ‘convidei’
 (objeto-convidar-passado)

(35) *∫-iga- taɬ* ‘fiz (cesto, esteira)’
 (objeto-fazer-passado)

- (36) s -aka- ʒi -aki 'amarrei, costurei'
(objeto-amarrar-reversor-passado)
- (37) n -ike -agi 'dormiu'
(3ª-dormir-passado)
- (38) n -ige -aki 'morreu'
(3ª-dormir-passado)
- (39) n -ema- ke -agi 'ganhou'
(objeto-mão-verbalizador-passado)
- (40) n -ema- ge -aki 'pegou, roubou'
(objeto-mão-verbalizador-passado)
- (41) ətə 'casa, roupa'
- (42) ədə 'rede'
- (43) ni-kəge -agi 'ele se lavou'
(3ª-lavar-passado)
- (44) ni-gəke -agi 'ele lavou'
(objeto-lavar-passado)
- (45) i -də -le 'ele foi'
(3ª-ir-aspecto)
- (46) n -əti -agi 'ele foi'
(3ª ir-passado)

Verifica-se nas raízes das três formas em (32), (33) e (34) - 'cantar', 'pedir', 'convidar' - a mesma base etimológica expressa, no caso, pelas variações da raiz -ke- 'falar'.

As três formas pertencem a um único campo semântico na esfera das formas elocucionais.

O mesmo tipo de comentário se enquadra aos exemplos seguintes.

Os casos (35) e (36) expressam ainda a analogia feita entre 'amarrar' e 'costurar'.

Em (37) e (38), 'dormir' e 'morrer' estão no mesmo campo semântico porque, para os Bakairi, quando se dorme o espírito (a sombra) afasta-se do corpo temporariamente e quando se morre, o afastamento é definitivo.

As formas para 'ganhar', 'pegar' e 'roubar' (exemplos (39) e (40)) expressam atividades com as mãos.

Quanto aos exemplos (41) e (42), ambos - ətə 'casa' e əədə 'rede' - significam aquilo que dá proteção, por isso o conceito de 'roupa' ser também compreendido na mesma área semântica.

O traço sonoro não-flutuante também pode ser de natureza morfológica como ilustram os exemplos (43)-(44) e (45)-(46). Nestes, os paradigmas aí contidos expressam diferenças morfológicas a nível da sintaxe. Na raiz de 'lavar', a distinção está na diátese verbal ora requerendo um objeto clítico, ora um objeto pleno. E na raiz de 'ir' estão em jogo um paradigma ergativo para a 3ª. pessoa - onde a marca n- de sujeito intransitivo é idêntica à marca n- de objeto direto - e um paradigma nominativo-acusativo, onde a marca i- de sujeito intransitivo é idêntica à marca de sujeito transitivo.

Observe-se, porém, que a homonímia só é evitada quando se está lidando com formas da mesma etimologia - exemplos (32) a (42) -, ou com formas com o mesmo significado mas com expressões morfo-sintáticas diferentes - exemplos (43) a (46).

Compare-se o exemplo (38) sekadat 'eu pedi' com

(47) y- eka -dat 'eu sentei'
(1ª-sentar-passado)

em que as duas raízes são homônimas, mas não compartilham a mesma etimologia.

Tipo de observação semelhante se aplica a outros dados como:

(48) m -~~eatu~~ -daɫ
 -^eʃ^atu- 'você correu'
 (2ª-correr-passado)

(49) m -~~eatu~~ -agi
 ^eʃ^atu- 'você contou'
 (2ª-contar-passado)

(50) n -ige -akt 'ele morreu'
 (3ª-morrer-passado)

(51) n -ige -akt 'ralou'
 (objeto-ralar-passado)

onde a homonímia não é problema.

A recusa pela homonímia em formas como as ilustradas acima só se instaurou na língua após a aquisição das consoantes sonoras e após o estabelecimento da harmonia. Em Von den Steinen (idem), todas as formas que hoje espelham oposição eram homônimas e, a esse respeito, vale lembrar a surpresa dele ao verificar que uma só palavra podia significar coisas bem diferenciadas. Somente a situação, afirmava, podia auxiliar na distinção do significado.

O traço sonoro Bakairi por ser de natureza tanto semântica quanto morfológica permite a um só tempo excluí-lo de uma relação estritamente fonêmica e explicar que o número reduzido de pares mínimos na língua não é um fato acidental.

Enfim, com o tratamento da harmonia em Bakairi pela ótica da Geometria de Traços, dimensionou-se o fenômeno a partir dos efeitos do PCO sobre o traço surdo e do espalhamento do traço sonoro flutuante. Um espalhamento sensível a fronteiras morfológicas porém alheio aos padrões no esqueleto silábico. A inserção do traço anuncia os processos fonológicos inerentes à formação vocabular que espelha o vozeamento da palavra. Fato

possível de interpretar pela Geometria de Traços porque esta não condiciona o espalhamento ao comportamento do segmento isolado: a palavra se estrutura por nódulos. Uma estrutura através da qual descreve-se o comportamento de um traço atuando de formas diferentes por camadas possíveis, o que favorece descartar, no Bakairi, a presença do traço sonoro de um espalhamento automático quando se considera: (1) que da aquisição do traço sonoro decorreu o contorno do princípio obrigatório no léxico e na derivação e (2) que o processo assimilatório não é desencadeado a partir de todo e qualquer traço sonoro, apenas a partir do traço flutuante.

Só a nível do léxico, porém, estará a previsão do traço sonoro não flutuante e a sua especificação semântica ou morfológica. Evidências a favor de uma intrincada fonologia que permite pensar a identidade do fonema bem além da dicotomia surdo/sonoro.

4.2.2 A sintaxe: fatos de ergatividade

O primeiro estudo que realizamos no Bakairi constituiu um trabalho em sintaxe - Alguns aspectos da ergatividade numa Língua Carib: o Bakairi (inédito) - realizado em 1984, poucos meses após a primeira pesquisa de campo. Tinha por meta arrolar alguns aspectos da gramática do Bakairi e apresentar por conclusão a possibilidade de o Bakairi ser uma língua de sintaxe ergativa, apesar de não apresentar marcas nominais de caso.

O trabalho acima apresentava como estratégia mostrar o quão complexa é a morfologia da língua - principalmente na formação dos predicados de oração dependentes - e tentar definir o Bakairi como língua ergativa segundo a proposta de Marantz (1984) no tocante à ergatividade.

Dada a análise ainda incipiente do corpus que tinha em mão e a falta de dados necessários para sustentação das hipóteses então aventadas, resolvi deixar para concluir o estudo da sintaxe quando tivesse um conhecimento da língua profundo o bastante para poder pensar a constituição da gramática do Bakairi a partir do interior da própria língua. Isto é, queríamos evitar o risco de propor para o Bakairi uma análise calcada numa falsa relação biunívoca entre a língua

fonte (Bakairi) e a língua meta (português), relação essa que resulta da busca de uma equivalência estrutural a partir da equivalência de sentido

4.2.2.1 A ergatividade

Em termos amplos, ergatividade pode ser definida como um processo gramatical que equipara o sujeito lógico de um verbo intransitivo ao complemento lógico de um verbo transitivo direto, fazendo com que ambos exibam propriedades gramaticais semelhantes.

Dentro de um enfoque tipológico, Comrie (1973) assinala que ergatividade é um termo usado para definir um sistema de marcação de caso onde o sujeito de um verbo intransitivo é igualado ao objeto direto com uma mesma marca morfológica, ficando o sujeito do verbo transitivo diferenciado por outra marca.

— Outras considerações sobre ergatividade abrangem a morfologia, a sintaxe e o léxico. Dentre esses, incluem-se a concordância verbal, a ordem dos constituintes na sentença, os processos de formação e derivação de palavras. (Cf.: MORAVCSIK, 1978)

Dixon (1972) e Mel'cuk (1979), a partir do estudo de dados de línguas ergativas, definem o parâmetro de uma língua ergativa verdadeira: o fenômeno da cadeia de tópico (topic chaining). Dyrbal e Esquimó do Ártico Central passam, então, a ser apontadas como modelos de língua ergativa.

Na linha da gramática gerativa, Marantz (1984) se propõe a apresentar uma teoria que é capaz de prever as “diferenças cruciais” entre as línguas nominativo-acusativas e as línguas ergativas. Utiliza-se do mesmo corpus utilizado por Mel'cuk (e outros) e salienta que a análise desses autores é pouco consistente na medida em que a cadeia de tópico é analisada apenas como fenômeno de superfície, não tendo sido aprofundada a análise das relações de co-referencialidade e controle envolvidas nesse tipo de construção. As previsões de Marantz abordam, principalmente, as estruturas de controle.

A oferta de uma classificação bipartida para os verbos intransitivos é trazida por

Burzio (1986) quando este observa que alguns verbos tradicionalmente chamados de intransitivos são, na verdade, verbos ergativos. São verbos cujo único argumento é ao mesmo tempo sujeito de superfície e objeto direto na estrutura profunda.

A literatura sobre ergatividade não se esgota nos trabalhos aqui mencionados, entretanto, além de sintetizarem as discussões recorrentes ao assunto, a escolha desses trabalhos se justificou pela retomada dessas discussões quando da análise do Bakairi.

4.2.2.1.1 A ergatividade em linguas nominativo-acusativas

Para as linguas nominativo-acusativas, tem sido discutida a possibilidade de se lidar com uma classificação tripartida dos verbos considerando-se as relações da caso, as grades temáticas e as restrições gramaticais. Estas, a nível da estrutura superficial, permitem recuperar as relações dos argumentos na estrutura profunda.

A divisão clássica dos verbos transitivos e intransitivos prevê, respectivamente, as seguintes estruturas:

- (i) verbo de dois argumentos, um externo e um interno, com a previsão de dois papéis temáticos na estrutura de predicado.
- (ii) verbo com um argumento externo

Uma terceira estrutura do tipo

- (iii) verbo com um argumento interno que não atribui caso, e que não tem argumento externo com papel temático

descreve os chamados verbos não-acusativos ou ergativos. Por não atribuírem caso acusativo ao seu argumento interno, torna-se necessário, para a não-violação do filtro de caso, que o SN seja movido para uma posição onde possa receber caso. O movimento se faz para a posição de sujeito vazia na estrutura superficial, na qual através da flexão verbal, o SN recebe o caso nominativo.

Assim, o movimento para a posição pre-verbal aciona a flexão e permite que o

SN possa ser marcado com caso, mas, esse SN preserva a sua natureza temática, oriunda da posição ocupada na estrutura profunda.

Marantz (1986), Burzio (1984), dentre outros, adotam essa formulação para descreverem, além das construções ergativas, as construções passivas e as com verbo de alçamento.

Burzio (idem) se vale também do mesmo recurso para explicar no italiano o fenômeno da inversão livre de sujeito de certos verbos intransitivos (verbos de movimento e mudança de estado). Tais verbos - denominados de falsos intransitivos - atenderiam à estrutura (iii) acima. Uma série de restrições de ordem gramatical se aplica tanto ao sujeito desses verbos quanto ao objeto dos verbos transitivos, trazendo evidências a favor da colocação de que os SNs dos falsos intransitivos, apesar de corresponderem a um sujeito lógico, sofrem as mesmas restrições do objeto direto porque trazem para a superfície as características temáticas nascidas na posição de objeto direto na estrutura profunda ²⁰.

Divergente da proposta desses autores (e de outros), Haegeman (1991) vem acrescentar mais uma estrutura que diferenciaria as construções ergativas. As construções ergativas (chamadas por Burzio de pares AVB/BV) são denominadas por Haegeman de pares causativos-ergativos.

Segundo a autora, as construções ergativas não devem ser tratadas como construções não-acusativas porque os verbos ergativos têm uma contraparte causativa (transitiva), o que os destaca, por exemplo, dos verbos de movimento (falsos intransitivos e ou não-acusativos)²¹. Ao não adotar para verbos ergativos a estrutura (iii), Haegeman propõe que estes "são verbos intransitivos que projetam seu argumento TEMA na posição de sujeito na EP". A diferença entre os ergativos e os não-acusativos seria apontada na sintaxe, mas essa diferença exigiria a adição de mais uma estrutura verbal:

- (iv) a dos verbos ergativos, cuja estrutura atribui o papel de tema, mas que devem ser considerados verbos intransitivos que projetam seu argumento na posição de sujeito na estrutura profunda

Assim, o movimento de SN à esquerda fica delegado à passiva, ao alçamento e aos verbos de movimento e mudança de estado. Já as construções ergativas, por não exibirem movimento, seriam diferenciadas na estrutura argumental. Os verbos ergativos terão o seu único argumento projetado na posição de sujeito na EP e a natureza temática desse argumento seria prevista no léxico, onde haveria duas entradas para descrever os pares causativos-ergativos.

O problema das construções ergativas em línguas nominativo-acusativas parece residir no fato de um argumento tema/paciente ocupar uma posição - pré-verbal - que aciona a flexão verbal atribuindo-lhe o caso nominativo, sem se estar lidando com a voz passiva. Daí a necessidade de se postular um sujeito derivado por movimento.

Nas construções ergativas não existe o argumento agente e o único argumento, no caso, o tema ao mesmo tempo que é afetado pela atividade exibe características de sujeito lógico.

Duas visões diferentes - sujeito derivado por movimento e sujeito projetado na base - são oferecidas para esse fato. Ambas trazem em seu bojo a discussão do princípio de atribuição de caso e da atribuição de papéis temáticos em línguas nominativo-acusativas. Entretanto, a diferença principal aponta que o movimento nas referidas construções torna-se obrigatório para não-violação do filtro de caso: SNs lexicais precisam de caso, mas, para se obter uma construção ergativa, necessariamente, não é preciso postular movimento, segundo Haegeman (idem).

A possibilidade de análise dos verbos ergativos argumentada em Haegeman (idem), particularmente nos interessa porque fica descartada a idéia de movimento. No entanto, a aplicação das generalizações da autora ao Bakairi precisam ser repensadas à luz da especificidade do Bakairi enquanto língua ergativa.

As discussões sobre construções ergativas, em geral, são pautadas por exemplos buscados em línguas nominativo-acusativas. Em línguas como o inglês, o italiano, o português, etc. a posição prevista para o objeto direto é a pós-verbal, daí a necessidade de se postular um

sujeito derivado por movimento nas chamadas construções ergativas.

Na versão minimalista do modelo gerativista (CHOMSKY, 1992), as formas de atribuição de caso estrutural passam a ser reconsideradas em termos unificados pela teoria- \bar{X} . Uma só estrutura configuracional prevê, além da projeção de duas casas para os dois tipos de sujeito - externo e interno ao VP-, duas ocorrências de concordâncias ($Conc_s$ e $Conc_o$) para as quais, dependendo da situação, os SNs são alçados para checagem de caso e tornando possível a descrição de concordância com o objeto e, conseqüentemente, permitem descrever a concordância dupla. O filtro de caso passa, assim, a ser aplicado somente na FL, já que pelo programa minimalista, os níveis da estrutura profunda e da estrutura sintática são abandonados.

Entre o Bakairi e as línguas aqui mencionadas há muitas diferenças. Uma delas é a que diz respeito, principalmente, à concordância do objeto ser idêntica à do sujeito interno. Fato não previsto em outras línguas, tanto nas nominativo-acusativas, quanto em algumas línguas ergativas. Algumas dessas línguas dispõem de um elenco triplo de marcas, segundo o qual a cada argumento corresponde uma marca própria. A especificidade da concordância em Bakairi traz conseqüências à co-referencialidade de argumentos em construções de controle e vinculação, como será descrito nas seções seguintes, através das quais passaremos a explicitar os aspectos da ergatividade encontrados em Bakairi.

4.2.2.2 A ergatividade em Bakairi

No Bakairi, não se registram marcas de caso no nome para se distinguir o sujeito dos verbos transitivos - o caso ergativo - do sujeito dos verbos intransitivos - o caso absolutivo. Entretanto, outros índices morfológicos e sintáticos apontam a possibilidade de a língua integrar o rol das chamadas línguas ergativas.

Apesar de na literatura ser previsto o sistema de referência pessoal ergativo-absolutivo (Cf.: MORAVCSIK, 1978, dentre outros), encontrado no Bakairi, aí não se encontra ilustrada a análise de uma língua com tal sistema, onde o fenômeno da ergatividade, em termos

morfológicos, se expressa principalmente no sistema de referencialidade pessoal. Os trabalhos sobre línguas ergativas, em sua quase totalidade, estão centrados na distribuição de caso em orações absolutas ou coordenadas, relegando pouca atenção a outros processos sintáticos (como a subordinação como um todo). Por isso, a análise que procuramos imprimir ao Bakairi, mais do que analisar o sistema de marcadores de pessoa, busca falar de questões como a estrutura argumental, a co-referencialidade em construções de controle e de movimento, a vinculação de categorias vazias, tendo como diretriz o princípio básico da definição de ergatividade sintática - a equiparação do objeto direto ao sujeito de verbo monoargumental, ambos argumentos internos ao verbo.

4.2.2.2.1 Um sistema de referência pessoal ergativo-absolutivo

O primeiro indicio da ergatividade em Bakairi é a distribuição de possíveis marcadores de pessoa em dois eixos, transitividade/intransitividade.

No que se refere ao uso de marcadores, observa-se que o prefixo correspondente ao objeto é idêntico à marca do sujeito dos verbos intransitivos. Por outro lado, nos verbos transitivos, dependendo do tempo e do aspecto verbal, pode-se registrar ou somente a marca do objeto, ou ambas as marcas - a do objeto e a do sujeito do verbo transitivo. Pode ocorrer, ainda, tanto com verbos transitivos quanto com verbos intransitivos a ausência de ambas as marcas em construções impessoalizadas e generalizadas.

No primeiro quadro de marcadores de pessoa apresentam-se as marcas dos verbos intransitivos, que são as mesmas usadas na marcação de posse.

QUADRO I - Verbos Intransitivos

	[-V]	[-C]
1ª	y-	u-
2ª	m-	∅
3ª	n-	ni-
1ª exc.	n-	ni-
1ª inc.	kiz-	kize-

Esses marcadores atendem à maioria dos verbos de um argumento, sendo estes de qualquer natureza: movimento, mudança de estado, ergativo, etc. Os exemplos

- (1) danieω əpə-iza ʒt n-əti-agi
 roça -em 3ª su-ir-passado
 'Daniel foi para a roça.'
- (2) pəβeda kəpatləgə n- ihuge -agi
 pedra chuva -com 3ª su -cair passado
 'Choveu pedra.'
- (3) danieω n-e-pərə
 3ª su-ver-negação
 'Daniel não enxerga.'
- (4) maria n-ige-pa
 3ª su-morrei-negação
 'Maria não morreu.'
- (5) əgə a n-akəze-agi inepa
 caju 3ª su-amadurecer rápido
 'O caju amadureceu rápido.'
- (6) paru n- aβe- akt
 rio 3ª su-secar-passado
 'O rio secou.'

não só ratificam tal colocação, como também excluem a possibilidade de se aventar para o Bakairi uma tipologia verbal do tipo ativo/não ativo (cf.: CLIMOV, 1974). O emprego desses marcadores está diretamente ligado à questão da transitividade/intransitividade, expressão básica da ergatividade. Ainda a observar, os marcadores do QUADRO I são usados com formas

verbais perfectivas, ilustradas nos exemplos acima. Com formas imperfectivas, os verbos de um argumento vêm sem marcadores (Confirmam-se os exemplos discutidos em 4.2.2.2). Essas duas generalizações, entretanto, não se aplicam a um número reduzido de verbos. A análise dos exemplos

(7) əpa-izaʒi u- də -le ura
em 1ª su-ir-aspecto eu
‘Eu fui à roça.’

(8) juãω əpaizaʒi i- də -le
3ª su-ir-aspecto
‘João foi à roça.’

(9) danieω-ĩã ka m- eʒatu- aʒi y- əe -tə -bire
interrogação 2ª su-chegar-passado 1ª su-chegar-nominalizador-aspecto
k- əe -tə -bire
‘Você contou para o Daniel que eu cheguei?’

aponta que o verbo -də- ‘ir’ em (7) e (8), além de vir acompanhado de marcador numa forma verbal não-perfectiva -le ‘aspecto contínuo’, apresenta na 3ª pessoa do singular o marcador i-, co-referenciado ao sujeito João. Esta marca (i-) não está presente no QUADRO I pelo fato de i- ser marcador de sujeito de 3ª pessoa de verbo transitivo. Se compararmos os exemplos em questão com o exemplo (1), que contém a raiz do verbo ir modificada por uma forma perfectiva -nətiagi ‘foi’, verifica-se que a marca de sujeito de 3ª pessoa é n-, marca atestada também nos demais exemplos do grupo (1)-(6). O que se tem aí é um caso clássico de marcação cindida: pouquíssimos verbos Bakairi em determinadas construções igualam o sujeito de verbo intransitivo ao sujeito de verbo transitivo, como acontece nas línguas nominativo-acusativas. Uma outra cisão, porém opcional, pode ser detectado no exemplo (9), com a forma kəetəbire ‘cheguei’, onde k- é marca de pessoa de verbo transitivo.

Para os verbos transitivos são oferecidos três quadros diferenciados. A diferenciação expressa uma variação de pessoa segundo dois fatos: a subcategorização do objeto em [+3ª pessoa] e [-3ª pessoa] e a forma verbal empregada. Os quadros IIa e IIb contém

os marcadores que ocorrem com formas verbais perfectivas afirmativas e negativas; o quadro IIc, com formas verbais não perfectivas, afirmativas e negativas.

QUADRO IIa - Verbos Transitivos

SUJ.	/	OBJ.	Sujeito	Objeto [+3ª pessoa]
1ª		3ª		s-
2ª		3ª	ma- / m-	∞ s-
3ª		3ª		n-
1ª exc.		3ª		n-
1ª inc.		3ª	kiz-	∞ s-

Exemplos:

(10) s- eka -dat arot 'Eu pedi arroz.'
 3ª ob-pedir-passado
 1ª su

(11) m- ekadat arot 'Você pediu arroz.'
 2ª su

(12) maria n- ekadat arot 'Maria pediu arroz.'
 3ª ob
 3ª su

(13) fina n- ekadat arot 'Nós pedimos arroz.'
 3ª ob
 1ª su

(14) kura kiz-ema -ke -agt arot 'Nós ganhamos arroz.'
 1ª s-mão-verbalizador-passado

(15) s- apioguagi (maria) {
 3ª ob 'Eu bati nela'
 'Eu bati na Maria'

(16) s- apioaguagi }
 n- apioaguagi } 'Batemos nela'
 3ª ob }

Nas construções acima, o primeiro dado a observar é que, com exceção dos exemplos (11) e (14), na raiz verbal dos verbos transitivos vem expresso o marcador de pessoa correspondente ao paciente da ação, em vez de vir a marca do sujeito.

A primeira generalização a fazer é que s- e n- marcam o objeto. Em orações absolutas, como a dos exemplos acima, s- está sendo usado para marcar um objeto de 3ª, nos remetendo a um sujeito de 1ª pessoa do singular. Entretanto, em períodos com orações dependentes, essa generalização não se aplica: s- nos remete apenas a um paciente de 3ª pessoa, como se confere em

(17) maria tutuze ətə s- akə -ʒile
 sabe roupa 3 ob-costurar-aspecto
 'Maria sabe costurar roupa'

onde ətə 'roupa' é assinalado no verbo pela marca s-. No entanto, nas formas perfectivas, esses marcadores de pessoa permitem dupla leitura - do objeto e do sujeito -, quando se descarta a presença dos marcadores de sujeito de transitivo.

A análise do quadro IIa revela ainda um tipo de marcação cindida: na 2ª pessoa do singular - ma- ∞ m- - e na 1ª pessoa do plural inclusiva - kiz- -, o argumento marcado é o sujeito do verbo transitivo: tem-se aí uma marcação nominativo- acusativa.

O quadro de marcadores presentes nos verbos transitivos que atende à outra subcategorização do objeto [-3ª pessoa] é o seguinte:

QUADRO IIb - Verbos transitivos

SUJ.	/	OBJ.	Sujeito	Objeto [-3ª pessoa]
1ª		2ª		∅
2ª		1ª		y-
2ª		1ª		y-
3ª		1ª		y-
3ª		2ª		∅-

Exemplos:

(18) ∅- apiogu -agi 'Eu bati em você'
 2ª.ob bater -passado 'Ele bateu em você'

(19) y- apioguagi 'Você bateu em mim'
 1ª.ob 'Ele bateu em mim'

O quadro IIb, bem como os exemplos correspondentes, apontam mais uma vez uma marcação absoluta, sem previsão de uma marcação cindida já que o paciente é o elemento sempre marcado.

Este dado - a marcação recorrente do paciente no verbo - revela uma falta de hierarquia referencial entre os argumentos sujeito e objeto. No que se refere à hierarquia referencial, ela se faz presente em grande número de línguas indígenas brasileiras como nas línguas Tupi²² (cf. MONSERRAT e SOARES, 1984) ou nas línguas Carib²³ (cf. FRANCHETO, 1986).

O fenômeno da hierarquia consiste em marcar as formas transitivas presentes em exemplos semelhantes aos do conjunto (15)-(16) e (18)-(19) com o prefixo referente ao papel desempenhado pelo referente hierarquicamente superior. Como nesses dados, o paciente é, em linhas gerais, o constituinte sempre marcado, não se pode falar para o Bakairi em hierarquia referencial.

O terceiro quadro de marcadores de pessoa dos verbos transitivos em Bakairi só ocorre com as formas verbais não-perfectivas. Com relação a essas formas, é preciso observar que elas são mais frequentes em períodos complexos, e o sistema de marcação aí empregado vai recobrir a co-referencialidade, bem como os chamados processos de coordenação e subordinação.

QUADRO II c - Verbos Transitivos

	Sujeito/Objeto	Sujeito/Objeto
1ª	[-C] [-e] [-i]	[-V]
1ª	kā-	∅ ~
2ª	mā-	m- ~
3ª	ī-/∅	ỹ-
1ª inc.	kize-	kiz-

Exemplos:

(20) udodo kā- ita -ge-le

1ª su medo-verbalizador-aspecto
3ª ob

‘Estou com medo da onça.’

(21) əto mā - ka- -jile

roupa 2ª su-costurar-aspecto
3ª ob

‘Você está costurando o vestido.’

(22) maria t- ipenari ỹ - ēda- kuile

reflexivo-perna 3ª su-coçar-aspecto

‘Maria está coçando a perna.’

Os marcadores presentes no quadro IIc tanto se referem ao sujeito quanto ao objeto do verbo transitivo, com exceção da 1ª inclusiva que assinala apenas o sujeito. A dupla

concordância - com sujeito e objeto - pode ser ratificada numa linha de análise diacrônica.

Em Capistrano de Abreu (1895), encontram-se construções como [kxa -n- eyatuli 'eu o narro'], [ma -n- eyatuli 'tu o narras'], etc, onde se constata que junto à raiz verbal vinham marcas expressas do sujeito e do objeto. Comparando-se essas formas com as construções de hoje em dia tem-se respectivamente: kãeyatuile, mãeyatuile. Atentando-se para o fato que no Bakairi registra-se uma regra de queda de nasal intervocálica, com nasalização da vogal precedente, as formas do QUADRO IIc correspondem, na verdade, a dois marcadores: os segmentos ka- ∞ k-; ma- ∞ m-; y- ∞ i- se referem ao sujeito de verbo transitivo, enquanto que a forma não segmental - a nasalização - se refere ao objeto.

O tipo de concordância do Bakairi, onde o sujeito do verbo intransitivo e o objeto são assinalados na forma verbal com a mesma marca, atende a uma definição de ergatividade em sentido estrito, do tipo ergativo-absolutivo.

Além do tipo de marcação exibida nos exemplos focalizados até aqui, há ainda dois outros tipos de formas verbais em Bakairi: construções onde estão ausentes ambas as marcas, de sujeito e objeto, e as construções com o prefixo t-. Essas formas exibem a raiz verbal modificada por uma das duas marcas de aspecto - -tile ∞ -ile ou -ze -, ambas assinalando o aspecto contínuo e serão descritas na seção sobre morfologia verbal.

Embora implícita nos marcadores esteja a referência pessoal, o papel desse sistema de marcadores não se esgota aí. Os marcadores de sujeito de verbo intransitivo (QUADRO I) iguais aos marcadores do objeto direto (QUADROS IIa e IIb) são, na verdade, marcas de caso sintático: o caso absoluto. Sendo o Bakairi uma língua sem marcas no nome, a expressão da ergatividade acabou por recair no verbo, fato que pode ser atestado, de imediato, com a constatação da falta de hierarquia referencial aludida acima. Fosse a função desses marcadores somente a de recobrir a referência pessoal, o fenômeno da hierarquia poderia se efetuar, pois, uma vez se estabelecendo a competição no âmbito referencial, as marcas relativas ao objeto direto dos referentes hierarquicamente inferiores não ocorreriam. O que, conseqüentemente, não daria lugar à marcação dupla nas formas verbais não perfectivas, nem

à marcação única do objeto direto nas formas verbais perfectivas. Os fatos expressos pelos marcadores de sujeito de intransitivo e objeto direto devem, portanto, ser tratados na esfera da sintaxe.

Quanto aos demais marcadores - os que assinalam o sujeito dos verbos transitivos (QUADRO IIc) -, pode-se observar um funcionamento diferente que parece restrito à referencialidade no escopo da semântica. Por, sempre, co-ocorrerem com aqueles marcadores que expressam caso sintático, seu status morfológico e função gramatical não é a expressão de caso. Sua função é a de referendar ao sujeito do verbo transitivo o papel de agente.

4.2.2.2 Morfologia verbal

A morfologia Bakairi se reveste de uma multiplicidade de aspectos que subexistem, principalmente, em função da co-referencialidade.

Um desses aspectos que assoma de imediato é a desvinculação em termos morfológicos entre flexão de pessoa e flexão de tempo. No Bakairi (e na maioria das línguas indígenas brasileiras), as marcas de pessoa vêm à esquerda da raiz verbal, enquanto as marcas de tempo-aspecto, nominalizadores/modalizadores e negação vêm à direita da raiz.

Tal fato apresenta-se como um complicador à definição do nódulo FLEX em Bakairi. A categoria FLEX na Teoria Gerativa, por exemplo, tem o status de um nódulo nuclear sob o qual se abrigam as noções de Tempo, Pessoa, Número, Auxiliar, que constituem a sua projeção máxima. A negação também pode ser vista como projeção máxima do nódulo FLEX.

O fato de em Bakairi os marcadores de pessoa não expressarem as características de flexão verbal em sentido estrito - pois até funcionam como marcas de alienação presas ao nome -, a definição da concordância vinculada ao nódulo FLEX fica difícil de ser interpretada, dado o sujeito não se apresentar como especificador de FLEX. Lembre-se que o sujeito interno é marcado com as mesmas marcas do objeto. O impasse a que se chega, então, é o de como tratar o sujeito interno no escopo flexão.

Voltando-se o foco para a teoria minimalista, “a concepção básica é a de que existe uma simetria entre os sistemas de flexão do sujeito e do objeto. Em ambas as posições, a relação do SN com o verbo é mediada pela Concordância, uma coleção de θ -traços; em ambas as posições, concordância é determinada pelos θ -traços do núcleo CONC do complexo CONC, e o Caso, por um elemento adjungido a CONC (T ou V). Um SN na relação (ESPEC, núcleo) deste complexo CONC sustenta um caso associado e os traços de concordância. As relações ESPEC-núcleo e núcleo-núcleo são, assim, as configurações nucleares para a morfologia flexional.”(CHOMSKY, 1992:11)

Por essa ótica, a concordância se institui como um núcleo autônomo, bifurcado em duas ramificações que descrevem a concordância com o sujeito e com o objeto, além de poder descrever também a concordância nominal. Isso permite que as relações se dêem com o núcleo Tempo (T) ou com o núcleo Verbo (V). A desvinculação da concordância do tempo-aspecto em Bakairi parece ser um dado favorável à postulação da autonomia do nódulo Conc. Entretanto, apesar de espacialmente concordância e tempo estarem dissociados, a marca temporal faz selecionar o tipo de concordância. A concordância com o sujeito externo, por exemplo, só se faz possível com formas verbais *não perfectivas* e implica a concordância dupla, já o sujeito interno só acarreta concordância com as formas *perfectivas*, enquanto o objeto direto é sempre marcado. Considerando-se que esses fatos ao serem expressos morfologicamente aproximam o sujeito interno do objeto direto, a simetria dos sistemas flexionais (descrita acima) em Bakairi talvez possa ser repensada não em termos de sujeito e objeto, e sim em termos de argumento externo e argumento interno, quando se selecionariam, respectivamente, as relações ESPEC-núcleo e núcleo-núcleo para a descrição da concordância dupla (argumento externo/argumento interno) e da concordância única (argumento interno). Os casos de ausência de concordância seriam explicitados por regras de seleção derivacional.

Ou seja, pela configuração do modelo teórico atual, que descreve os processos derivacionais, é possível se prever o tratamento idêntico dado ao sujeito interno e ao objeto direto numa língua como o Bakairi, propondo-se o alçamento do SN-sujeito interno para a casa

de CONC₀, fato característico de língua ergativa. Com essa perspectiva, a distinção entre línguas nominativo-acusativas e ergativas pode ser apenas, como Chomsky espera “uma questão trivial de morfologia” (op.cit.; p. 13), da qual derivaria a diferença da sintaxe.

Fatos da sintaxe Bakairi, além da concordância verbal, apontam, porém, outras diferenças entre esses dois tipos de língua.

Formas perfectivas

As formas perfectivas em Bakairi são as únicas que podem ser precisadas com relação à categoria tempo propriamente dita. Assinalam o presente com o morfema \emptyset e o passado remoto, recente e imediato com os respectivos morfemas $-m\bar{a}$, $-ak\bar{i}$ e $-w\bar{a}$, $-t\bar{a}$ e $-ta\bar{i}$.

Quanto ao emprego dos marcadores de pessoa com as formas perfectivas, a concordância só é permitida com os argumentos internos, sujeito intransitivo e objeto direto. Não permitem a presença de marcadores de pessoa correspondentes ao sujeito de verbo transitivo. Conseqüentemente, com essas formas não se expressam os processos de coordenação e subordinação, por não franquearem, em termos morfológicos, a co-referencialidade entre argumentos sintaticamente diferenciados.

Assim, as sentenças com tempo especificamente determinado - presente ou passado - não são registradas em períodos complexos. Correspondem a enunciados independentes e absolutos, e nunca exibem as marcas de pessoa que se relacionam ao sujeito transitivo: apenas o objeto direto é o termo marcado. Podem ser tomadas como formas altamente ergativas.

Formas não-perfectivas aspectuais

São duas as marcas de aspecto em Bakairi - $-(t)\bar{i}le$ $-(d)\bar{i}le$ e $-ze$; ambas assinalam o aspecto contínuo e, por vezes, são empregadas expressando modalizações de infinitivo ou

futuro, além de presente e passado. Somente o contexto enunciativo pode definir a relação temporal dessas marcas, mas a distinção fundamental entre ambas é o recorte de sentido que podem imprimir às formas verbais.

O emprego de -ze é comumente associado a processos generalizados que possibilitam indefinir, no plano morfológico, as diferenças sintáticas entre sujeito transitivo e sujeito intransitivo. Ocorre tanto com verbo transitivo e intransitivo, mas não seleciona marcadores de pessoa. Quando a referência é o sujeito, a marca presente no verbo é o prefixo t-, que, marcado pelo traço [- flexão], generaliza a referência ao apontar ou o agente (sujeito transitivo), ou o participante ativo (sujeito intransitivo), ou o tema. Nas formas com -ze não se assinala o objeto direto.

O uso recorrente dessas formas se dá em períodos complexos, mas podem ocorrer em enunciados isolados e, nesses casos, ao contrário das formas transitivas, as intransitivas vêm sem nenhum marcador de pessoa. Confira-se, respectivamente, os exemplos:

(23) maria ətə t-igəke-ze paɸu-ge
roupa lavar poço-instrumental
'Maria lava roupa no rio.'

(24) megə kufa t-ita -ze
macaco gente medo
'Macaco tem medo de gente.'

(25) yamuⁿdo iyatu -ze inepa
correr rápido
'O menino corre rápido.'

O emprego de -təle é diferente do de -ze no que se refere ao uso dos marcadores de pessoa. Com verbos transitivos, há a obrigatoriedade de se marcarem ao mesmo tempo sujeito e objeto direto, quando estão em causa sintagmas nominais plenos numa mesma oração.

O sistema de marcadores de pessoa aponta a concordância dupla, como se verifica em

(26) maria ətə y -igəke -(i)le
lavar

‘Maria está lavando roupa.’

Mas este sistema não é o único atestado com as formas verbais com -tile. No enunciado

(27) maria ətə s -akə₃ -ile tutuze
3^a ob costurar saber

‘Maria sabe costurar roupa.’

o verbo ‘costurar’ só concorda com o paciente, exibindo o marcador s- ‘paciente’.

Com verbos intransitivos, em orações absolutas, não ocorre nenhum marcador de pessoa, caso do exemplo

(28) yamuⁿdo eyatu -dile
correr

‘O menino está correndo.’

e, em períodos complexos, o sujeito intransitivo pode vir referenciado pelo prefixo t-, exemplo

(29) yamuⁿdo tutuze t-ə₃ -iyatu-dile inepa
saber agente-inversor-correr rápido

‘O menino sabe correr rápido.’

Como se pode ver, a seleção das marcas que se ligam aos argumentos na sentença não se insere num processo de flexão verbal stritu sensu. A função primeira e imediata dos marcadores de pessoa é atender à co-referencialidade. A combinação dos marcadores com as formas aspectuais não é nem aleatória, nem mecânica. Não se esgota enquanto processo de

flexão, tanto assim que uma mesma marca (-ze ou -tîle) funciona diferente segundo a natureza da raiz verbal transitiva ou intransitiva, c/ou segundo o tipo de estrutura em que ocorre, fato a ser discutido no exame das construções de controle e nas de movimento.

Sobre as formas não-perfectivas, resta falar do fator tempo. A princípio, essas formas não trazem em si o traço [+ tempo], uma vez que o tempo que a elas venha a ser imputado se institui no plano da enunciação. A tradução de qualquer sentença sem tempo em Bakairi pode trazer em seu bojo a marca -ze ou -tîle. Entretanto, essas sentenças podem não ficar isentas de concordância como ilustram os exemplos acima, fato não previsível para sentenças sem tempo.

Negação

Com as formas perfectivas (-akt e -tai), a negação aparece em distribuição complementar a essas marcas: segue a raiz verbal e seleciona os mesmos marcadores de pessoa que essas marcas selecionariam. O tempo passa a ser expresso por outras marcas de tempo autônomas:

(30) ʒuãw maria idəkare n -emayaze -dai
roubar -passado

‘João roubou o arco da Maria.’

(31) ʒuãw maria idəkare n -emayaze -bəra keʒke
3^o ob-roubar -negação passado (advérbio)

‘João não roubou o arco da Maria.’

Com as formas -ze e -tîle a negação se manifesta de forma diferenciada. Num processo de afixação, sucede a marca -ze:

(32) taḃə t- eβt -ze -pa
 faca afiar-aspecto-negação
 'A faca não está afiada.'

(33) maria ətə t- əgəke -ze- pa paru -da
 roupa lavar rio -em
 'Maria não lava roupa no rio.'

Mas a forma -tɪle, semelhante às formas perfectivas, não permite a afixação da negação. A negação de uma sentença como

(34) ʒuãw yamuⁿdə ỹ -iβinẽ -dɪle
 3^a su/3^a ob-sentir-aspecto
 'João tem pena do menino.'

espelha a distribuição de -dɪle 'aspecto' com bəra 'negação' -

(35) ʒuãw yamuⁿdə ỹ -iβinẽ -bərə
 3^a su/3^a ob-sentir-negação
 'João não tem pena do menino.'

O mesmo enunciado, porém, pode conservar a forma com -dɪle e apresentar uma forma de negação autônoma ipa 'não':

(36) ʒuãw ipa yamuⁿdə ỹ -iβinẽ -dɪle
 não 3^a su/3^a ob-sentir-aspecto
 'João não tem pena do menino.'

Modalizadores e o auxiliar -dise

Registram-se dois tipos de modalizadores em Bakairi: um que se comporta como forma livre, modalizando frases essivas e estativas (cópula zero) ou um predicado complexo; outro que vêm afixado a nomes, a raízes nominalizadas e também modalizam sentenças.

No primeiro caso está o modalizador de futuro *ise*, que pode vir distribuído por diversas posições na sentença, como figura em

(37) ahletɪ ɪse faŋɪŋa ʃ-igã -ne

futuro paciente-torrar-agente

‘É a Arlete que vai torrar a farinha.’

(‘É a Arlete que será a torradora da farinha.’)

(38) bakairɪ t-ɔŋɔ-ŋo n-ema-ke-le arɔwataɪ tuɔmafe ɪse

reflexivo-terra-posse 3ª.ob-mão-verbalizador-aspecto conectivo feliz futuro

‘Se Bakairi ganhar terra vai ficar feliz.’

(39) maria kulələ ɪse əpa -izaɪ idāɪ

só futuro roça-para ir-modalizador

‘Só Maria vai à roça.’

O comportamento de *ise* se aproxima muito da negação autônoma *ipa*. E a sua autonomia parece decorrer da afixação do *i-* à forma *-ze* (*-se*), estudada anteriormente, e que em algumas construções também pode ser lida como futuro. Fato que pode ser inferido com a comparação dos dois exemplos a seguir:

(40) t-âi -se ura tōizepa

agente-dançar-aspecto eu muito

‘Vou dançar muito.’ ou ‘Danço muito.’

(41) ɔdɔɔ ka ise m-âi -dile -mō

quando interrogativo futuro 2ª-dançar-aspecto-plural

‘Quando vocês vão dançar?’

O seu escopo é idêntico ao da negação ipa, tanto assim que ipa e ise não ocorrem numa mesma sentença. Uma sentença negativa no futuro, obrigatoriamente, virá com o afixo -pa (-ba):

(42) kãfa aβeze u- dā -pa ise ura kɔpa ihuge -ile

peixe pescar 1ª- ir -não futuro eu chuva cair-aspecto

‘Eu não vou pescar com chuva.’

(43) â -ihuge- â - neho -ba ise ura

2ª-cair-transitivizador-causativizador-não futuro eu

‘Não vou derrubar você.’

(44) iβerə əmə ike-ba ise

hoje você ∅-dormir-não futuro

‘Você não vai dormir agora.’

(45) iβerə ipa əmə ike-le

hoje não você ∅-dormir-aspecto

‘Você não está dormindo agora.’

Os dados contidos em (37) a (45) contribuem para a confirmação de ise como

modal por duas razões: (i) a sua distribuição com ipa 'não', disputando um mesmo escopo e (ii) a diferença da distribuição da negação -pa em frases com ise e em frases onde se conta com um complexo verbal formado pelo verbo dize 'querer'.

Comparando-se os exemplos (42), (43), (44), em que ise ocorre posposto à raiz principal negada ([raiz-ba] ise), com

(46) maria əmə ã -ye -dize -ba əedə
 você 2^{su}/3^{ob}-fazer-querer-não rede
 'Maria não quer que você faça a rede.'

(47) y -ezedi kã -eyatu -dize-ba ura
 1ⁿ-nome 1^s/3^{ob}-contar-querer-não eu
 'Eu não quero dizer meu nome.'

verifica-se a diferença de comportamento entre ise, modalizador de futuro e o segundo verbo da locução - dize 'querer', no que se refere ao funcionamento da negação. O escopo de ise parece ser o SV: ise ocorre depois da negação que modifica a raiz do verbo principal. Já com a locução com dize, a negação modifica o complexo verbal em si, e não o SV. A abrangência de ise no SV se confirma ainda em

(48) inepa k- ədɔ -pa -dize-ba ise ura y -eti - řã
 logo 1^s-ir-não-querer-não futuro eu 1^s-casa-para
 'Eu não vou querer voltar para casa logo.'
 ('Eu vou não querer voltar para casa logo.')

Outros modalizadores ilustram o outro tipo aludido anteriormente.

A forma pĩre (-bĩre -pĩriê -bĩriê) funciona como um afixo; em nossos dados não ha registro de sua ocorrência como forma autônoma. Entra na composição de substantivos:

- (49) pekədo -imēi -mbire 'menina'
mulher-grande- ex
- (50) saguho -bire 'velho'
? - ex
- (51) ipe-ba- ri-bire 'tronco cortado'
raiz-não-nome-ex

e também ocorre junto a formas nominalizadas quando estas ficam acrescidas da modalização de passado, inerente a -pire. Construções características de orações com movimento do tipo:

- (52) ʒnge ka æ -ne- pīre
alguém interrogativa chegar-agente-modalizador-passado
'Quem chegou?'

- (53) daniəw əgəw n -i -aki yamu^{ndo} s -ã -ne -pire
cobra 3^{ob}-matar menino paciente-morder-agente-modalizador-passado
'Daniel matou a cobra que mordeu o menino.'

- (54) daniəw -rã m -əyatu -agi y - æ- to -bire
daniel-para 2^{su}-contar-passado 1^a-chegar-agente-modalizador-passado
'Você contou para o Daniel que eu cheguei?'

Além desses há dois outros modalizadores -tōi (∞ -dōi) e (-hōi) (∞ hōi) indicando finalidade, e -tuə (∞ -duə) indicando temporalidade/causalidade, que ocorrem tanto como formas presas, quanto afixados a i- e, então, ganham autonomia de palavra. São modalizadores de orações dependentes.

Em frases afirmativas são sufixos.

(55) ahletu ka ȳ-(i)hū -le tʃ -y-ā -tōi
interrogação 3^a/3^a-assar-aspecto agente-3^a/3^a-comer-finalidade

‘Arlete está assando peixe para comer?’

(56) maria tātzei n -ige- aki t- imert farīpa ȳ -ega -tōi
mandioca 3^a.ob-ralac-passado 3^areflexivo-filha 3^asu/3^aob-fazer-finalidade

‘Maria ralou a mandioca para a filha dela fazer farinha.’

(57) s- eka -dat ahletu tōkalə ətə ȳ-akəji -hōi urā-ē
3^aob-pedir-passado um vestido 3^asu/3^aob-costurar eu-para

‘Pedi à Arlete para costurar um vestido para mim.’

Em frases negativas, ocorrem como formas livres:

(58) s- eka -dat məkə -rā Ø-aga n- as- egebi -ba itōi
3^aob-pedir-passado ela-para 2^a-com 3^aob-inversor-brigar-não finalidade

‘Eu pedi pra ela não brigar com você.’

(59) u- ge- aki juāw -rā sefta ā -ye -tōi məkə-lə danieω keba itōi
1^a-falar-passado João-para 3^asu/3^aob-fazer-finalidade ele-mesmo não finalidade

‘Falei para o João fazer a cesta e não o Otávio.’

onde a sua posição é a de adjunção.

Estes dois modalizadores apresentam um dado diferente com relação aos demais modalizadores: podem espelhar concordância de pessoa ou serem modificados pela marca de plural -mə. O que pode ser atestado em:

(60) juāw m -igase -dat kəpatlɔgə adəkəbəze m -idə -həiməi
2^asu-chamar-passado ontem caçar 2^asu-ir-finalidade-plural

‘Você chamou João para ir caçar amanhã?’

(61) Ø-aga ise ura titîre -ba m- itõti
2ª-com futuro eu triste-não 2ª-finalidade

'Eu vou ficar com você para você não ficar triste.'

(62) s -eka -dat ei -ĩã -mõ esagõho ÿ -anato- tomõti urã- ã
3ªob-pedir-passado eli-para-plural lanterna 3ªsu/3ªob-comprar-finalidade-plural eu-para

'Pedi a eles para comprarem lanterna para mim.'

Espelhando um funcionamento semelhante ao do modalizador - -pire 'ex' -,
modalizam os nomes no âmbito de um aspecto futuro:

(63) taho 'faca' tahõti 'o que vai ser faca'

(64) awado 'beiju' awadõt 'o que vai ser beiju'

Resta a observação de que toda essa complexidade da morfologia verbal atende
à ergatividade. A não expressão de marcas de caso no nome é substituída por esse intrincado
de formas que promovem os processos sintáticos complexos.

4.2.2.3 A estrutura argumental em língua ergativa

Em Bakairi, como já ficou evidenciado anteriormente, os marcadores de pessoa
não compartilham a mesma natureza da flexão verbal em línguas nominativo-acusativas.
Enquanto nestas, a flexão verbal atribui o caso nominativo ao sujeito, em Bakairi, essas marcas
recortam as marcas sujeito de verbo intransitivo e objeto direto, versus as marcas de sujeito
transitivo.

Por outro lado, em termos morfológicos, o status dessas marcas não é o de flexão
propriamente dito, mas sim o de prefixos. A sua natureza enquanto tal explica o porquê da
ocorrência ou ausência dessas marcas segundo o processo gramatical em jogo, e expressa a

singularidade entre o sujeito de verbo transitivo e o de verbo intransitivo, correspondendo o elenco de marcas, respectivamente, ao caso ergativo e ao caso absolutivo. Uma outra razão que sustenta o status de prefixo reside no fato de os marcadores que correspondem aos argumentos internos serem também marcas de posse presas ao nome.

O recurso de marcação de caso nominal pode, porém, apontar uma ergatividade morfológica, podendo, a nível da sintaxe, a língua se orientar pelos parâmetros de línguas nominativo-acusativas (Cf.: COMRIE, 1973 e MORAVCSIK, 1978). Para o Bakairi, além do recurso morfológico, há outras evidências que apontam traços de ergatividade a nível da sintaxe.

A estrutura argumental, por exemplo, estritamente relacionada à atribuição de caso e à definição de papéis temáticos, anuncia fatos que, mais do que ratificarem uma sintaxe ergativa, auxiliam na especificação dos argumentos verbais.

No que se refere à atribuição de caso, esta se insere no âmbito da configuracionalidade, recobrando a obrigatoriedade de todo SN pleno na estrutura superficial receber caso. Toda posição marcada com caso deve ser preenchida por um SN pleno, senão fica violado o filtro morfológico.

Nos mecanismos de atribuição de caso, incluem-se a flexão verbal, a diátese verbal e as preposições. Esses podem ser formalizados nos termos de Stowell (1981):

- (v) α atribui caso a β se
 - a. α é um atribuidor de caso
 - b. α governa β
 - c. α é adjacente a β

É no âmbito da diátese verbal que se institui o mecanismo de atribuição de caso em Bakairi. Tomando-se exemplos como

(65) pepi n-eti+agi
3^{su}-afundar-passado

'A canoa afundou.'

(66) akaimo pepi n -eti -ã- ⁿdaí
canoa 3^oob-afundar-transitivizador-passado
'Eles afundaram a canoa.'

observa-se que em ambos os casos pepi 'canoa' - participante ativo em (65) e participante não-ativo em (66) - ocupa a mesma posição: pré-verbal. Além disso, apesar de se tratar de funções sintáticas diferenciadas - sujeito em (65) e objeto direto em (66) - o índice morfológico é o mesmo: n-.

A ordem OV em Bakairi é estritamente marcada: é nesta posição que o SN-objeto recebe caso abstrato, não podendo a mesma ser violada sem prejuízo para a interpretação da sentença. A posição do objeto antecedendo o verbo em Bakairi é gerada na base, considerando-se que a propriedade temática do item em questão - a de paciente - se projeta em todos os níveis: FL, ES, EP.

Vejamos alguns exemplos.

Se alterarmos a ordem dos constituintes de uma sentença como

(67) maria yamuⁿdo n- apioⁿgu -agi
3^oob-bater-passado
'Maria bateu no menino.'

quase todas as alterações mudarão o sentido do enunciado. A mudança de ordem muda o significado da sentença em questão para

(68) yamuⁿdo maria napioguagi
'O menino bateu na Maria.'

(69) maria napioguagi yamuⁿdo
'O menino bateu na Maria?'

A última das possibilidades, porém, é também aceita correspondendo a uma frase afirmativa. Esta possibilidade, no entanto, é obtida geralmente por indução do pesquisador quanto a sua gramaticalidade. Mas a mesma é recorrente na língua quando a inversão não dá margem à ambigüidade.

O exame de (67) a (69), contudo, vale para sustentar que o objeto direto enquanto argumento interno ao verbo, de fato, recebe caso nessa posição e que no escopo OV/VO é que parece estar garantida a identidade e a unidade do SV; tanto assim que a ordem VO é aceitável com valor afirmativo.

Quanto à posição do sujeito intransitivo ou absolutivo, esta é idêntica a do objeto: antecede o verbo. A ordem VS no caso das orações intransitivas também acarreta outra interpretação: torna a frase interrogativa.

Já o sujeito de verbo transitivo pode aparecer em duas posições: SOV e OVS. A ocorrência dessas duas posições não é livre de restrições. A estrutura SOV é preenchida se os SNs a ocuparem a posição mais à esquerda na sentença forem categorizados como SN pleno: nome ou pronome livre de terceira pessoa. Quando o sujeito vier expresso por pronomes de 1ª ou 2ª pessoa, a ordem será, obrigatoriamente, OVS como é ilustrado em

(70) yamu^{ndə} sapiɔguagi urə

‘Eu bati no menino.’

(71) yamu^{ndə} m̃apiɔguagi əmə

‘Você bateu no menino.’

O exame dos exemplos (67) a (71) indica que ao mesmo tempo que a ordem atribui caso ao argumento interno ao verbo, não atribui caso ao sujeito de verbo transitivo: este tanto ocorre na posição mais à esquerda na (SOV) ou sucedendo ao verbo (OVS)²⁴.

Enquanto os verbos nas línguas nominativo-acusativas atribuem caso acusativo

ao seu argumento interno, o verbo numa língua ergativa atribuirá o caso absolutivo. Isso implica atestar a natureza do sujeito intransitivo idêntica à do objeto direto como argumento interno, sendo ambos especificados dentro do SV. A morfologia, apenas, reitera um fato da ordem da sintaxe.

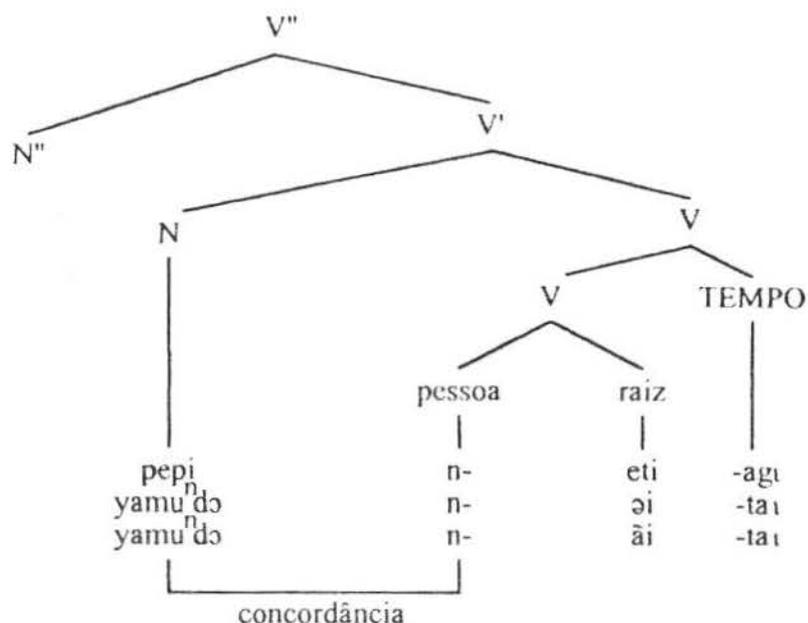
Enquanto na morfologia diferentes marcas podem ser associadas aos argumentos sintáticos, a posição estrutural atende a restrições em função da identidade desses argumentos. Assim, na estrutura sintática reproduz-se o corolário da ergatividade: estruturalmente, o sujeito de verbo intransitivo é equiparado ao objeto direto. Fazendo prever para exemplos do tipo

(72) *pepi n-eti -agi*
3^osu-afundar-passado
'A canoa afundou.'

(73) *yamu^{ndɔ} n - æ -tai*
3^osu-chegar-passado
'O menino chegou.'

(74) *yamu^{ndɔ} n -ãi -tai*
3^osu-gritar-passado
'O menino gritou.'

uma mesma configuração em termos de estrutura argumental:



Ainda se observa nos exemplos (72) - (74) que o único constituinte de verbos monoargumentais não sofre restrições gramaticais diferenciadas quer se trate de verbo intransitivo, verbo de movimento ou ergativo, tendo-se em conta a ordem na sentença e a marca morfológica (n-) do caso absolutivo. O que permite constatar a não violação do princípio de caso abstrato.

O fato de uma mesma estrutura poder ser prevista para os verbos intransitivos (como nãitai 'gritar'), permite atestar que em Bakairi os intransitivos não se subdividem em verdadeiros e falsos (ergativos) como propõe Burzio para o italiano; para o Bakairi seriam previstas apenas duas estruturas verbais: a dos verbos de dois argumentos e a dos verbos com um argumento. Em ambas, a posição de todos os argumentos seria prevista na base, sem necessidade de postular movimento.

Para o sujeito transitivo, a previsão é a de ser um argumento externo a V'' (VP) nas duas posições - SOV e OVS. O sujeito ergativo ocupará uma posição não-argumental, a de argumento externo, enquanto o sujeito absolutivo e o objeto, uma posição argumental como constituinte interno ao verbo.

A previsão do sujeito ergativo em posição externa é compatível com o princípio

de atribuição de caso: em Bakairi a posição pré-verbal é a que atribui o caso absolutivo ao argumento interno, no caso, o sujeito interno e o objeto direto. Resta definir como se dá a atribuição de caso ao sujeito externo. Uma vez definido estruturalmente o caso absolutivo, o caso ergativo - o do sujeito externo - deve ser entendido como caso inerente, diretamente relacionado ao seu papel temático - o de agente -, papel atribuído lexicalmente. Tal hipótese satisfaz as condições que estipulam a estrutura do predicado em Williams (1980), segundo a qual a ligação do predicado ao seu antecedente deve se dar por indexação numa relação que pode ser criada ou por regras de transformação, ou em condições de predicação. Como no Bakairi não se tem a noção de sujeito derivado por movimento, ficamos com a última previsão.

Quando do exame dos marcadores de pessoa ficou também evidenciado que os índices correspondentes ao sujeito transitivo eram de natureza anafórica, e sua função, a de referendar o papel de agente ao sujeito externo, instituído lexicalmente pela própria grade temática do verbo transitivo. Assim, o caso ergativo é exclusivamente o caso desempenhado pelo agente numa condição inerentemente lexical.

Diferente do caso ergativo, o caso absolutivo não estaria intrinsecamente ligado a papéis temáticos correspondentes: sua natureza é estrutural.

Resumindo o que se disse até aqui a respeito da atribuição de caso em Bakairi, observa-se que pela estrutura de predicado os SNs recebem caso absolutivo na posição pré-verbal, posição de argumentos internos. O caso ergativo não é previsto pelas configurações que atribuem caso, devendo ser entendido como inerente à sua grade temática. É, portanto, um caso não marcado estruturalmente.

Diferente dos fatos recorrentes em línguas ergativas com marcas de caso de nome, no Bakairi o caso marcado é o absolutivo, geralmente não marcado morfologicamente nas línguas ergativas de que se têm notícia.

Esta parece ser uma evidência a favor da ergatividade sintática no Bakairi na medida em que os aspectos gramaticais que anunciam a ergatividade se definem numa primeira instância nas relações estruturais para, num segundo momento, virem a ser reiterados

morfológica e lexicalmente, daí a intrincada previsão das marcas de pessoa.

A outra forma de atribuição de caso em Bakairi é a desempenhada pelas posposições, agregadas aos nomes. O caso dativo - assinalando o objeto indireto, o locativo e o agente da passiva - é marcado por -ĩã. O agente também vir com a marca -ge, marca do instrumental.

Descrito o funcionamento dos casos, resta falar dos papéis temáticos.

Pela estrutura argumental é possível prever o número de constituintes necessários para o preenchimento da estrutura, mas o papel que recebe cada constituinte vai se definir na relação de governo entre um argumento e um nóculo-cabeça-governante.

Assim, um verbo transitivo toma dois argumentos e só atribui um papel. No caso, ao seu argumento interno. Em Bakairi são argumentos internos, o sujeito de verbo monoargumental e o objeto direto, gerados na base em posição pré-verbal, e aí são tematicamente marcados através do governo do verbo. Logo em Bakairi, a estrutura do predicado define os papéis de tema/paciente, restando ao verbo atribuir o papel de agente. Previsões compatíveis com línguas ergativas.

Para o Bakairi é suficiente, então, apenas duas das quatro estruturas argumentais citadas até aqui. A dos verbos transitivos

- (i) verbo de dois argumentos, um externo e outro interno, com a previsão de dois papéis temáticos na estrutura do predicado.

e a

- (iv) verbo ergativo, cuja estrutura atribui o papel de tema, mas que deve ser considerado verbo intransitivo que projeta seu argumento na posição de sujeito na estrutura profunda.

oferecida por Haegeman (idem) para os verbos ergativos mas que em Bakairi dá conta de todos os verbos monargumentais: intransitivos e ergativos.

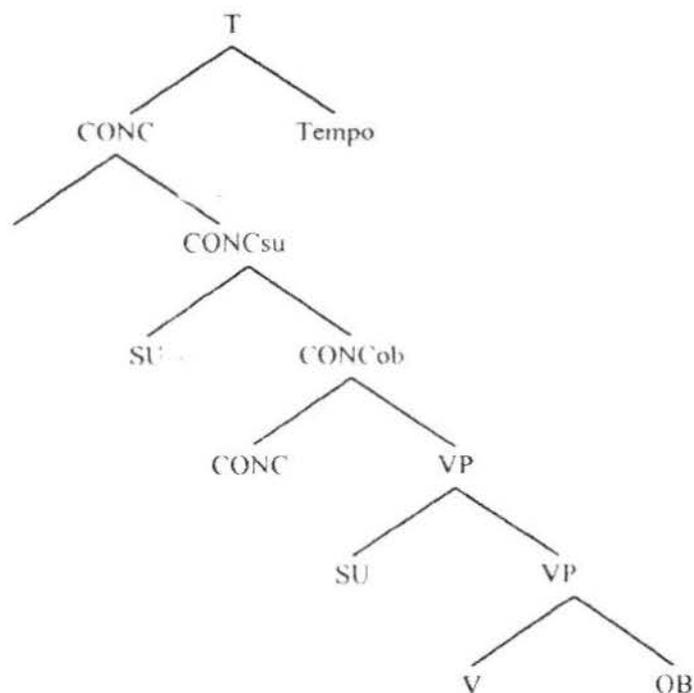
Às estruturas (i) e (iv) corresponde também a distribuição dos dois elencos de

pessoas que, uma vez funcionando como índices, ficam coindexados aos SNs precedentes e, nesse caso, expressam a posição argumental dos termos a que se referem. Os marcadores do verbo transitivo indicam a natureza de argumento externo do agente. Os argumentos internos também ficam coindexados aos respectivos marcadores de pessoa.

A confirmação da existência de duas únicas estruturas abre espaço à discussão a respeito da distinção apontada por Haegeman entre pares causativos-ergativos e também a respeito da expressão da passiva numa língua como o Bakairi, dada a ausência da noção de sujeito derivado por movimento.

Antes de passar à discussão dos pares ergativo-causativos, fica à guisa de observação que, em termos da minimalidade relativizada, os fatos acima não são mais descritos em diferentes níveis de projeção. Relações como atribuição de caso e de papéis temáticos, por exemplo, são mantidos apenas na interface da FF (Forma Fonética) com a FL (Forma Lógica) e re-escritos pela especificidade da Teoria \bar{X} .

A partir daí, o nóculo CONC ganha duas ramificações - $CONC_{su}$ $CONC_o$ - recobrando o sistema de flexão dos tipos de língua, nominativo-acusativas e ergativo-absolutivas. No caso específico do Bakairi, é importante que, além da concordância, o nóculo



tempo também venha assinalado, pois o tempo entra na mesma relação de concordância - as marcas de tempo-aspecto selecionam os marcadores.

Esses dois núdulos, com os verbos de um argumento, funcionam em distribuição: se um está ativo, o outro fica inerte, e isso recobre a concordância nesses dois tipos de língua. Em línguas ergativas é o $CONC_{\alpha}$ que entra em funcionamento; segundo Chomsky (1992), este seria o único fator de diferença entre os dois tipos de língua. Para os verbos de dois argumentos, os dois núdulos, um de cada de vez, são acionados. Essa expansão da teoria descreve de forma mais satisfatória os dados de uma língua como o Bakairi, com concordância morfológica dupla e com os mesmos marcadores para o sujeito interno e objeto. Mas a expressão da ergatividade na língua não se esgota aí.

A nossa descrição como um todo não está pautada pela versão mais recente do modelo gerativista, e os fatos que colocaremos em discussão vão apontar, por versões teóricas anteriores, diferenças na estruturação sintática.

4.2.2.3.1 Pares ergativos-causativos

Até agora mostrou-se a possibilidade de verbos ergativos partilharem de estrutura própria (iv), uma estrutura, no caso, prevista no léxico e não decorrente de um processo de movimento segundo o qual verbos transitivos derivariam verbos ergativos (proposta de Burzio, 1984, por exemplo). Prever a existência de verbos ergativos no léxico é prever uma diferença de ordem sintático-semântica para uma mesma raiz verbal, a qual exibiria grades temáticas distintas.

Essas colocações - cumpre ressaltar - descrevem fatos de línguas nominativo-acusativas, em que a ergatividade seria uma classe derivada ou na sintaxe (verbos não-acusativos) ou no léxico (verbos ergativos). Numa língua ergativa como o Bakairi, a questão da ergatividade também se insere num nível sintático-semântico, entretanto, temos boas razões para considerar que a classe transitiva seria a classe derivada e não a classe ergativa.

Os verbos Bakairi se dividem em duas grandes classes: os verbos com tema -aki e os verbos com tema -tai, ambos os temas assinalando o 'passado perfectivo'. Em função desses dois paradigmas se distribuem duas listas diferenciadas de formativos que modificam a raiz verbal, estudados na seção da morfologia verbal.

A primeira razão da existência dessas duas classes é de ordem semântica. Von den Steinen (1892), ao sistematizar os verbos Bakairi segundo esses dois temas, teve o cuidado de listar todos os verbos em função dos dois paradigmas, subdividindo cada uma das classes -raki e -taki - em transitivo e intransitivo. Enquanto os marcadores de pessoa atendem à divisão transitivo/intransitivo (o que também foi notado em Von den Steinen), as marcas de negação e de tempo-aspecto se distribuem segundo uma bipartição semântica. Apesar de uma mesma raiz poder aparecer ligada a ambos os temas, Von den Steinen observa "ser necessário precisar a diferença de sentido quando as raízes ocorrem em ambas as classes. Assim, tomando-se o *tema mão, verbo -raki semake receber e o verbo -taki semaye roubar, comprova-se que este último deriva de uma extensão de sentido. Da mesma forma o verbo -taki intransitivo tsau levantar-se tem evidentemente a mesma raiz que o verbo -raki transitivo sauna erguer." (VON DEN STEINEN, 1892:365).

Pela avaliação de Von den Steinen, pode-se perceber que a derivação verbal em Bakairi se estende em dois níveis distintos: no par semake 'receber' e semaye 'roubar' os verbos são ambos transitivos oriundos da raiz -ema 'mão'. Aqui a mudança é restrita à diferença de sentido, sem injunção na sintaxe do verbo. Já para o outro par - tsau 'levantar-se' (intransitivo) e sauna 'erguer' (transitivo) - verifica-se uma mudança na diátese verbal, mas o sentido da raiz - au - é o mesmo em ambas as formas.

O que se pode concluir de imediato é que, uma vez registrada uma mudança de sentido, ou mudança na sintaxe verbal, o verbo Bakairi passa a operar com formativos diferenciados. E, levando-se em conta as observações de Von den Steinen aliadas aos nossos dados, os verbos com tema -tai (-taki em Von den Steinen) são aqueles que podem ser considerados derivados segundo duas instâncias: na semântica ou na sintaxe. Os verbos -aku

(-raki em Von den Steinen) pertencem a uma possível classe “primitiva”.

Com esse recorte, os chamados pares causativos-ergativos podem ser analisados dentro desse processo de derivação. Grande parte dos verbos transitivos, quando apresentam uma contraparte ergativa, atendem ao paradigma -tai- o dos verbos derivados - e a sua derivação, no caso, é imputada à presença de morfema -(n)ã- ‘transitivizador’, preso à direita da raiz, como nos exemplos

(75) yamundo pepi n- eti -ã -ⁿdat
3^oob-afundar-transitivizador-passado

‘O menino afundou a canoa.’

(76) pepi n- eti -agi
3^osu-afundar-passado

‘A canoa afundou.’

(77) jiji ətə n- ila- nã- ⁿdat
sol roupa 3^osu-secar-transitivizador-passado

‘O sol secou a roupa.’

(78) pətʃi n - ihuge -agi
3^o-su-cair-passado

‘O pote caiu.’

(79) poseya parə ni-uka -nã -ⁿdat
porco água 3^oob--sujar-transitivizador-passado

‘O porco sujou a água.’

(80) yamundo ni- uka -dat
3^osu-sujar-passado

‘O menino se sujou.’

Observe-se que, sempre que o morfema -(n)ã- está em causa, o passado é -dat. Os verbos ergativos, com exceção do exemplo (80), exibem o passado em -akt ‘tema dos verbos primitivos’. O caso deste exemplo, verbo ergativo com passado em -dat, atende à mudança de sentido. Ou seja, sujar reflexivo seria em si uma classe já derivada semanticamente, com tema -tai, e a afixação do transitivizador a um verbo -tai (exemplo 79)) não implica mudar os formativos em jogo; este morfema anuncia que a classe dos transitivos, com contraparte ergativa, é uma classe derivada desta classe ergativa e exige o paradigma -tai. Enfim, a afixação do transitivizador a um verbo -tai não resulta na opção pelo tema -akt, o que parece indicar o tema -akt como primitivo de fato.

Os pares ergativos-causativos podem ainda ter expressão em itens lexicais independentes como nos enunciados

(81) maria pɔtʃɪ n-apa-dat
3^oob-encher-passado
‘Maria encheu o pote.’

(82) pɔtʃɪ n-umita-dat
3^osu-encher-passado
‘O pote encheu.’

ou pertencendo a uma mesma raiz, se diferenciarem pelo jogo de distribuição das consoantes surda/sonora, ilustrado em

(83) maria yamu^hdɔ n-igɔke -agi
3^oob-lavar
‘Maria lavou o menino.’

(84) maria n-ikɔge -agi
3^osu-lavar
‘Maria se lavou.’

Analisando os dois grupos de exemplos acima - (75) a (80) e (81) a (84) - verifica-se que a presença do transitivizador -(n)ã- deriva uma nova classe de verbos, a dos transitivos, implicando a mudança da grade temática dos verbos e a previsão de uma casa a ser ocupada pelo agente (sujeito transitivo). Outros verbos transitivos, porém, como os dos exemplos (81) e (84), apontam a sua existência desvinculada do transitivizador. São verbos de diátese transitiva previstos no léxico.

Muitos desses verbos transitivos marcados no léxico também têm a sua contraparte ergativa ou expressa num item lexical independente (caso dos exemplos (83)-(84)) ou expressa recorrendo-se ao inversor de diátese -ad- como se atesta em

(85) maria potʃi n -ukaga - dai
3^a-ob-quebrar-passado

‘Maria quebrou o pote.’

(86) potʃi n -ad -ukaga - dai
3^a-su-inversor-quebrar

‘O pote quebrou.’

(87) peto kaoderō n- ifigoɣe -agi
3^asu-derreter

‘O fogo derreteu a panela.’

(88) komiti n- aɔ -ifigoɣe -agi
3^asu-inversor-derreter

‘A cera derreteu.’

A presença do inversor também é registrada na formação de verbos reflexivos (unitransitivos), caso dos exemplos

(89) maria yamuⁿdo n -enoku -dat
3^oob-enganar
'Maria enganou o menino.'

(90) maria n -as -enoku -dat
3^osu-inversor
'Maria se enganou.'

(91) maria yamuⁿdo n- atí -agt
3^oob-machucar
'Maria machucou o menino.'

(92) maria n- ad- atíagi tahó -ge / uhuró -ge
3^osu-inversor faca-instrumental pé-inst
'Maria se cortou com a faca.'
'Maria se machucou no pé.'

As chamadas formas reflexivas em (90) a (92) não diferem de outras construções na língua, que podem ter uma leitura idêntica à da voz passiva. Compare-se

(93) yamuⁿdo uguⁿdo -ã n- ad- apíogu -agt
-dativo 3^osu-inversor
'O menino foi surrado pelo homem.'

(94) potji n- ad -ukaga -dat yamuⁿdo -ã
quebrar
'O pote foi quebrado pelo menino.'

(95) seruseru n- ad- àhu -agi əgəw -ã
cachorro morder

'O cachorro foi mordido pela cobra.'

com os casos de reflexivização em (90) e (92). As estruturas são semelhantes diferenciando apenas na presença de um SN-agente marcado pela posposição -rã 'dativo' ou -ge 'instrumental'. Nos exemplos acima ((85) a (95)), onde -ad- aparece com raízes transitivas, o seu sentido parece ser o de uma forma reflexiva inerente, mas este formativo vai estar presente em outras construções, com verbos intransitivos, a serem focalizadas em (4.2.2.3.3).

Com a previsão de estruturas com leitura passiva, abre-se a discussão de uma língua sintaticamente ergativa como o Bakairi não exibir no lugar da passiva o processo da antipassiva, mais condizente com línguas ergativas.

O que faz deslocar a análise dos pares ergativos-causativos para a esfera dos processos da passiva/antipassiva. Mas sem deixar de concluir de imediato que há verbos transitivos com contraparte ergativa derivados pela inserção de um morfema transitivizador -(n)ã-. Processo derivacional inverso ao das línguas nominativo-acusativas, onde os verbos ergativos (ou não-acusativos) são tomados como classes derivadas ou na sintaxe ou no léxico. Há ainda verbos transitivos previstos no léxico cuja contraparte ergativa é expressa pela inserção de -ad que parece indicar uma inversão na diátese mas não produzir uma classe derivada, dada a não seleção dos formativos correspondentes à outra classe.

4.2.2.3.2 *Passiva e antipassiva*

Numa língua ergativa a expectativa é pela antipassiva por se tomarem as construções ergativas como resultantes de movimento idêntico às transformações da passiva. Nas línguas nominativo-acusativas a voz passiva se coloca para as construções transitivas, já em línguas ergativas, a antipassiva estaria para as construções ergativas.

A antipassiva é, porém, um fenômeno raro e atesta-se em certas línguas ergativas a existência da passiva (cf.: DIXON, 1979). Marantz (1986), reexaminando os dados da literatura sobre línguas ergativas, elege a antipassiva como um dos parâmetros de línguas sintaticamente ergativas e sua definição de antipassiva não difere da oferecida em Dixon (1979 e 1992).

Constitui-se o fenômeno da antipassiva num processo de derivação de uma construção intransitiva onde o Δ subjacente de um verbo transitivo torna-se o \underline{S} da antipassiva e o \underline{O} subjacente passa a ter uma função periférica (chômeur), recebendo uma marca oblíqua e podendo ou não ser omitido. (DIXON, 1992 retomando DIXON, 1979). Apesar de ser admitido que alguma marca explícita de antipassiva possa ser encontrada em qualquer lugar da sentença, é recorrente a sua existência no verbo.

Às chamadas construções antipassivas, Dixon associa os processos de coordenação de verbo transitivo com intransitivo, as construções com orações relativas e também a reflexivização dos verbos. Em todas essas construções, há a presença de um morfema intransitivizador e as mesmas exibem a remoção do objeto direto de sua posição argumental para a posição de um complemento acessório (argumento indireto em Marantz). Tal processo seria contrário à passiva na medida em que, nesta, o objeto direto é movido para a posição do sujeito e o agente é que vai ocupar uma posição periférica.

Com essa perspectiva, a antipassiva faria par com a ergatividade, e a passiva com a transitividade. E, pelo que se pode inferir de Dixon (idem), o morfema *intransitivizador* seria o responsável por todo esse processo de derivação, dando conta, inclusive, da co-referencialidade na coordenação de frases com sujeito intransitivo com sujeito transitivo, quando estas tornam-se intransitivizadas e o SN-sujeito de ambas as frases vem marcado com o caso absoluto.

Essas considerações não satisfazem à descrição do Bakairi. Remetendo-nos à seção precedente, verificamos que há construções ergativas decorrentes da afixação de -ad- considerado por estudiosos de Carib como intransitivizador - e provamos pela distribuição dos

formativos que os verbos com -ad não compartilham da classe derivada sintaticamente.

Outro fato a notar, diferente das línguas examinadas por Dixon (e outros), o Bakairi não tem marcas de caso no nome, mas exibe um sistema de marcadores de pessoa ergativo-absolutivo. A ausência de marcas de caso nominal não permite que se faça para o Bakairi o mesmo tipo de descrição comumente feito para línguas ergativas, em que a distribuição de caso nos SNs é fundamental para se comprovar a ergatividade.

Por outro lado, o funcionamento dessas marcas de pessoa aponta ser o objeto direto o elemento nuclear da concordância. Esse há de ser sempre marcado nas raízes verbais. O que também não constitui fato comumente apontado na literatura. Geralmente é descrito que a concordância verbal gira em torno de A (sujeito transitivo) e de S (sujeito intransitivo), mesmo quando se tem a oferta de línguas com concordância dupla, e que exibem no verbo a marca de O ao lado da de A, o objeto vem com uma marca própria diferente da de A e S. Trata-se de um sistema triádico.

Aspecto fundamental da ergatividade em Bakairi é, então, a ordem dos constituintes na sentença. Uma ordem estritamente marcada para o sujeito dos verbos monoargumentais e para o objeto direto, ficando delegada ao sujeito de transitivo uma posição de adjunção à esquerda ou à direita de SV. A expressão da ergatividade em Bakairi é, portanto, canonicamente definida na posição dos argumentos internos. E essa ordem não pode ser violada para não se ferir o princípio da ergatividade.

É válido destacar que não estamos restringindo a posição de adjacência do argumento externo a línguas ergativas. Queremos, apenas, reafirmar com Moravcsik (1978), e outros, que a ordem dos constituintes na sentença pode se constituir também num dos aspectos da ergatividade. E, para nós, não é a posição isolada do argumento externo que expressaria um aspecto da ergatividade em Bakairi, e sim a posição pré-verbal atribuindo caso aos argumentos internos, sujeito e objeto.

O argumento interno em Bakairi não tem liberdade de movimento na sentença - situação contrária a de outras línguas ergativas²⁵ -, a língua apresenta, porém, o morfema -

ad- que, à semelhança dos fatos ilustrados em Dixon (1979), aparece em exemplos aos quais pode ser atribuída uma leitura passiva, por sua vez, idênticos às formas reflexivas. Este morfema também pode franquear a co-referencialidade, não em processos de coordenação quando intransitivizaria o verbo (cf.: DIXON, 1979), mas em outras construções complexas (subordinação) onde um mesmo argumento desempenha o papel de sujeito transitivo e o de sujeito intransitivo.

As frases com -ad- do Bakairi se assemelham às passivas porque o argumento ao qual é imputada a ação (sujeito de verbo transitivo) vem marcada como agente pela posposição -(d)ã 'dativo' (cf.: exemplos (93) a (95)). Mas o processo não resulta de uma operação de transformação. A presença de -ad- não libera os argumentos internos da posição onde recebem caso tornando evidente que, em Bakairi, não se atesta a promoção do objeto direto a chômeur. Assim, as construções com -ad- não podem também ser analisadas como derivadas por movimento na sintaxe. Por outro lado, no nível morfológico, também já ficou evidenciado que as formas verbais com -ad- não implicam a opção pela segunda lista de formativos disponíveis na língua para atender à derivação. Dois argumentos, então, parecem existir para se recusar o tratamento das formas com -ad- tanto como passivas quanto como antipassivas.

Além desses, há um outro que desabona a presença de -ad- vinculada à antipassiva: ele não ocorre com os pares ergativos-causativos que tenham expressão em itens lexicais independentes. Isto é, que não derivam nem da inserção de -ad- (ergativização) nem da inserção de -(n)ã- (transitivização), como no caso dos exemplos (81) a (84).

Pergunta-se, então, se em Bakairi seria possível a emissão de um enunciado contendo um verbo do tipo referido acima (e ilustrado em (81) a (84)) como "A roupa foi lavada pela Tania.", levando-se em conta a colocação de o enunciado expressar uma forma passiva e, de conseqüentemente, ser esperada nesse contexto uma construção antipassiva.

Em termos amplos, são previstas apenas duas possibilidades de estruturação da frase, onde se discute a correlação das vozes ativa/passiva: ergativa/antipassiva.

Fato a destacar, em muitas línguas indígenas brasileiras há um processo denominado de “nominalização” das sentenças, verificado nas orações dependentes ou subordinadas. Em Bakairi, nas orações dependentes também se registra a ocorrência de certos formativos que entram na composição de formas nominais. São chamados de modalizadores porque também expressam a categoria de tempo-aspecto. E, em especial em Bakairi, enunciam também a circunstância de finalidade, causalidade, e outras.

As sentenças nominalizadas/modalizadas em Bakairi apresentam uma possibilidade de estrutura bem diferente das demais construções da língua focalizadas até aqui. Enquanto nestas, a ordem é estritamente marcada, não podendo a mesma ser violada, o processo de nominalização/modalização reflete a possibilidade de movimento, desestruturando a ordem dos constituintes na sentença. Confirmam-se:

(96) tania ətə n- igəke -agt
 roupa 3^oob-lavar
 ‘Tania lavou a roupa.’

(97) tania n- ikəge -agt
 3^osu
 ‘Tania se lavou.’

(98) ətə igəke -ibiē ∅-aβile tania -ge
 lavar-paciente 3^o-conectivo -instrumental
 ‘A roupa foi lavada pela Tania.’ (ou)
 ‘Foi a roupa que a Tania lavou.’

O exemplo (98) apresenta a posição do objeto direto para uma posição não-argumental, extraposto por um processo de clivagem. O objeto, movido para uma posição fora da sentença leva, porém, suas características temáticas oriundas da posição básica. O formativo

-(t)ibe -(t)ibē, além de aparecer com valor de participio passado e de adjetivo, indica o papel de paciente e está determinando o SN *ətə* 'roupa'. As sentenças nominalizadas/modalizadas são casos nitidos de movimento na sintaxe e serão estudadas com mais detalhes em seção individual (cf.: seção 4.2.2.6).

Construções semelhantes a do exemplo (98) são encontradas com todos os verbos da língua - intransitivos, ergativos e transitivos. Essas construções também não correspondem à voz passiva propriamente dita, porém, são derivadas por movimento. Um movimento previsto para as orações-qu, as clivadas, as relativas e outros tipos de subordinação. Um movimento que pode ser lido na morfologia (nominalizadores/modalizadores), mas que não decorre da presença de -ad- ou de um possível intransitivizador.

O que se tem lido sobre ergatividade - e em especial sobre sintaxe ergativa - recai na colocação de parâmetros contrários aos das línguas nominativo-acusativas, numa relação lógica de inversão: transitiva/passiva X ergativa/antipassiva; marcação de caso nominativo-acusativo X marcação de caso ergativo-absolutivo; sujeito e objeto X agente e sujeito/objeto.

Apesar de se falar em padrões inversos, aos formativos das línguas ergativas são atribuídas funções idênticas aos das línguas nominativo-acusativas. Assim, os padrões são inversos mas os processos são os mesmos: passiva e antipassiva são construções derivadas. Pelos dados do Bakairi, atesta-se que a transitivização de verbos ergativos é que é uma questão de derivação. A ergatividade é primitiva. O que permite colocar em xeque muitas das diferenças apontadas entre línguas nominativo-acusativas e ergativas, quando não se repensam os processos a partir do próprio conceito de ergatividade.

Quando se lida com uma língua como o Bakairi, onde a expressão de caso se define pela ordem dos constituintes na sentença, aliada à presença de um formativo como -ad- que, apesar de ser um inversor de diátese, não permite a violação da ordem dos constituintes -, fica difícil sustentar a ergatividade pelo viés da passiva e da antipassiva.

A sintaxe Bakairi segue o princípio da ergatividade ao igualar em termos estruturais sujeito intransitivo e objeto direto. Esse princípio não se anula com a presença de

uma forma lógica como -ad- que desestruturaria a sintaxe. Mas a presença dessa forma parece instituir diferentes relações sintáticas, não a nível da estrutura profunda ou superficial, e sim a nível da forma lógica. Dai a oferta de um inversor de diátese.

4.2.2.3.3 *Inversor de diátese e forma lógica*

A oferta de um inversor de diátese foi apresentada em trabalho anterior (SOUZA, 1991c), sem ter sido porém discutida a natureza teórica desse formativo. Este morfema é comumente analisado por estudiosos de Carib como intransitivizador. Numa concepção diferente, delegamos a morfema -ad- a função de inverter a diátese verbal e, conseqüentemente, licenciar a co-referencialidade em certas estruturas gramaticais entre termos de natureza sintaticamente diferente: sujeito externo X sujeito interno.

Significativas evidências nos fazem delegar ao morfema -ad- a função de inverter a diátese verbal e não, a característica de um intransitivizador ordinário. O inversor -ad- ocorre tanto com raízes transitivas - em construções ergativas ((86) e (88)), processos de reflexivização ((90) e (92)) e nas pseudo-passivas ((93) a (95)) - quanto com raízes intransitivas, caso dos exemplos:

(99) yamu^{ndó} tutuze t- ad- æ -dile aodeia -fã
 menino agente-inversor-chegar-aspecto -para
 'O menino sabe chegar à aldeia.'

(100) tutuze ura t- ə₃ -igətu -dile
 -inversor-cantar-aspecto
 'Eu sei cantar.'

(101) yamu^{ndó} tutuze t- ə₃ -iyatu-dile
 'O menino sabe correr.'

(102) ãwsõdõ -mõ^hdõ izeatõ t- ad- aɪ -dile
 moça-coletivo gostam -inversor-dançar-
 'As moças gostam de dançar.'

(103) t-ad-aɪ-dile kulɛlã eʃkõba mǽkã ÿ-utu -ile t-ãɟ -igãke tutuze alãpila
 só ? ela 3^{su}/3^{ob}-saber -inversor-cantar saber também
 'Ela não só sabe dançar como também sabe cantar.'

(104) ɟuãw n- aɟ -ige-aki
 3^{su}-inversor-morrer
 'João se suicidou.'

Um olhar nos dados (99) a (104) permite pinçar uma série de fatos interessantes.

Em primeiro lugar, o inversor se junta a raízes intransitivas - e não às transitivas - na franquia da co-referencialidade de argumentos sintáticos diferentes - sujeito externo X sujeito interno. Se estiver em jogo a co-referencialidade entre objeto direto e sujeito intransitivo da mesma natureza sintática a ocorrência do inversor não se justifica, como é verificado em

(105) ka -tunãge -bãrã w -aβile m- æe -tõɪ hio- řã
 1^{su}-convencer-não 1^a-conectivo 2^a-vir-finalidade -para
 'Não vou convencer você a vir ao Rio.'

Junto a raízes transitivas, o inversor só ocorre para dar lugar a construções ergativas, reflexivas e pseudo-passivas, como foi lembrado acima. Enfim, há restrições no emprego de -ad- e essas atendem a fatores de ordem da sintaxe: em determinadas construções de controle - exemplos (99) a (104) - onde se lida com a co-referencialidade entre dois argumentos que correspondem na forma lógica a sujeitos, o inversor pode ser usado. Mas em construções de controle onde a co-referencialidade será entre objeto direto e sujeito transitivo, o inversor não tem expressão. No tratamento das construções de controle, discutiremos um

pouco mais a função de -ad-.

O enunciado (104) oferece, ainda, um fato significativo. Uma raiz intransitiva como -ige- 'morrer' pode se tornar reflexiva -aige- 'suicidar-se'. Diante desse dado, fica difícil sustentar para as línguas ergativas um processo de reflexivização semelhante aos das línguas nominativo-acusativas.

O verbo -ige- 'morrer', por sua vez, traz em seu bojo a mesma raiz de matar -i- acrescida do morfema -ge-, que pode ser classificado em termos tagmêmicos como reversor. O reversor tem a função de inverter o sentido da raiz verbal a qual se agrega: morrer X matar. Mas é da raiz intransitiva -ige- 'morrer' - que decorre a contraparte reflexiva -aige-²⁶ 'suicidar-se'.

Enfim, os dados do grupo (99) a (104) contribuem com fatos definitivos para a descaracterização de -ad- como intransitivizador e isso nos leva a definir melhor o que vem a ser um inversor diátese.

A função de -ad- se revela de grande alcance na língua. A possibilidade de franquear a co-referencialidade entre elementos sintáticos distintos (como nos exemplos (99) a (103)) existe não porque se admita repensar a estrutura argumental face à presença de -ad- e, conseqüentemente, reconsiderar a natureza do argumento de chegar. Considerando-se que -ad- fosse, de fato, um intransitivizador, o esperado seria que em exemplos como os que remetemos aqui, ele ocorresse junto à raiz transitiva, como prevê Dixon (e outros). E, neste caso, não saberíamos dizer se o complemento oracional do verbo transitivo desses exemplos seria promovido a chômeur²⁷.

O fenômeno que está em jogo não é a mudança estrutural (ou a grade temática) do verbo como ocorre com o uso do transitivizador. Não é uma questão de se repensar a natureza dos argumentos. E, sim, a possibilidade de neutralização (em termos lógicos) - através da presença de -ad- - do traço sintático-referencial atribuído à categoria que controla o verbo intransitivo.

O inversor neutraliza a referência e o seu uso junto ao prefixo t- 'agente' ou

'participante ativo' reforça essa neutralidade e generaliza a referencialidade. É como se o verbo com t-ad- tornasse o controle arbitrário e, ao mesmo tempo, generalizado.

Tal colocação pode ser confirmada com a análise de diferentes construções na língua. Em exemplos do tipo

(106) tutuze əmə tadædile aɔdeta -rã

'Você sabe chegar à aldeia.'

(107) tutuze ura tadædile aɔdeta -rã

'Eu sei chegar à aldeia.'

(108) jina tutuze tadædile aɔdeta -rã

'Nós sabemos chegar à aldeia.'

constata-se que as formas com t- e com t-ad- não oferecem o traço de pessoa, podendo ser empregadas com todo o paradigma verbal. Note-se ainda que os verbos podem ser transitivos ou monoargumentais.

Também com substantivos, t-ad- pode ser empregada generalizando o grau de alienação desses substantivos. É o caso dos exemplos

(109) y -edaku 'minha saliva'
1^a-saliva

(110) t -ə₃ -edaku 'saliva em geral'

(111) ∅ -igurɔ 'sêmen dele'

(112) t -ə₃ -igurɔ 'sêmen em geral'

Os enunciados com -ad (ou com t-ad-) parecem ilustrar casos de interpretação genérica com atribuição arbitrária, por licenciarem uma estrutura onde, aparentemente, se estaria co-referenciando um sujeito transitivo com um sujeito intransitivo, apesar de a língua ser ergativa.

Em termos teóricos, a oferta de um inversor de diátese pode ser respaldada pela noção de “Opacidade”, formulada em Chomsky (1980), e adotada por Williams (1980), como a “Condição de Sujeito Especificado”, que descreve os casos de controle não obrigatório (Atribuição Arb).

A noção de opacidade encerra uma condição na forma lógica que realiza uma operação sobre o índice designado pelos pronomes e pelas anáforas (bound) sob certas condições:

- (v) Suponha que α tenha o índice designado j e é (i) livre em β ($\beta=SN$ ou S) onde α está no domínio do sujeito de β , mínimo β . Então $j [j-i]$.

No caso de pronomes, a operação remove o j do índice anafórico do pronome, tornando-o livre na sua referência com respeito a i , e tornando-o Arb e genérico no escopo da referencialidade.

O traço Arb, segundo Williams (idem), é atribuído a toda estrutura S [PRO SV] que, numa estrutura de predicado, não esteja em posição de predicação. Algumas construções poderão ou não ter uma interpretação genérica.

Os casos de interpretação genérica, propõe Williams, devem ser “reescritos como coindexados a SNs na derivação da FL a a partir da EP. A razão para não serem reescritos na própria estrutura de predicado (EP) é imputada ao fato de esses casos não estarem sujeitos às leis de governo previstas na EP”. Algumas construções Arb poderão ou não ter uma interpretação genérica, como apontam, respectivamente, os dados de Williams (idem, p.216) renumerados aqui:

(113) [PRO morrer]_{arb} é engraçado.

(114) João quer [PRO partir]_{arb}

O Bakairi, como nas línguas nominativo-acusativas, apresenta construções-Arb com interpretação genérica ou não. Mas a sua existência se dá numa direção oposta à das línguas nominativo-acusativas: os casos de interpretação genérica são livres de ambigüidade no Bakairi.

Uma frase como

(115) [PRO ver outras pessoas] vai ser bom.

nunca será construída com uma referência generalizada. Haverá sempre uma marca de pessoa

(115a) ākelomɔ̃¹do kã- e -dile kœ¹da ise

1^{su}/3^{ob}-ver-aspecto bom futuro

‘Eu ver outras pessoas vai ser bom.’

(115b) ākelomɔ̃¹do ỹ- e -dile jina kœ¹da ise

3^{su}/3^{ob}-ver-aspecto a gente

‘A gente (nós) ver outras pessoas vai ser bom.’

- fato inverso ao que acontece com línguas nominativo-acusativas.

Uma outra relação também inversa à das línguas nominativo-acusativas acontece num enunciado do tipo

(116) João quer [PRO dançar]

No Bakairi este será o tipo de referência generalizada onde aparece tad-:

(116a) ʒuãõ t-ad-ət-d̥ile-d̥ise
agente-inversor-dançar-aspecto-querer
'João quer dançar.'

Confira-se, ainda, o paradigma

(116b) t-ad-ət-d̥ile-d̥ise ura
'Eu quero dançar.'

(116c) t-ad-ət-d̥ile-d̥ise əmã
'Você quer dançar.'

O que se observa, de imediato, é o funcionamento de uma língua sintaticamente ergativa contrário ao das línguas nominativo-acusativas. Nos casos onde se lidaria com uma arbitrariedade genérica (exemplos (115) a (115b)), ocorre o sistema de marcação dupla, tornando a referência específica. Nos enunciados em (116a) a (116c), onde seria esperada uma referência não-genérica, registra-se o inverso. O fato fundamental que está em jogo, porém, é que esses fenômenos são ditados pela sintaxe: em (115) a (115b) não há cruzamento de referencialidade entre argumentos sintáticos distintos, ao contrário dos dados em (116) a (116c).

As frases focalizadas em (116a) a (116c) ilustram, exatamente, aquelas onde um possível controlador de PRO é de natureza sintática contrária à do próprio PRO. A casa de PRO na estrutura de predicado corresponde à de um SN-sujeito de verbo intransitivo, enquanto que o SN que o controlaria ocupa uma casa de SN-sujeito de verbo transitivo. A possibilidade de previsão de PRO nessas estruturas decorre, porém, da recorrência aos dois formativos t-ad-. Considerada a função de -ad-, que como inversor de diátese parece processar a operação de remover o \bar{i} do índice anafórico do pronome (cf.: (v)), tomando a referência genérica, a referencialidade parece instaurada somente a nível da FL.

Em pauta, parece estar a natureza da estrutura argumental própria a línguas ergativas e, conseqüentemente, a especificidade das construções de controle. Pela análise das estruturas de controle tratadas até aqui, pode-se concluir que a existência de uma categoria PRO em língua ergativa não seria prevista em sentenças que ferem a estrutura argumental ergativa. Mecanismos como a presença de um inversor de diátese existem para, além de preservar a estrutura de predicado ergativa, instaurar a referencialidade a nível da FL. PRO seria, então, um operador lógico e não uma categoria sintática, restrito, porém, às formas com t-ad-, com referência arbitrária e generalizada. Nas formas onde está em causa o sistema de marcação dupla é questionável a ocorrência de PRO.

A afirmativa de que numa língua ergativa como o Bakairi, PRO só existiria a nível da FL, parece viável quando a sua previsão depende de um tipo de mecanismo - um índice genérico (t-) agregado ao inversor de diátese. Somente quando estiver em jogo esses mecanismos de referência, seria sustentada a ocorrência de PRO. Essa observação se torna pertinente quando se conferem os exemplos (115) a (115b), para os quais a teoria prevê uma casa PRO e que, para o Bakairi, pelo tipo de referência em pauta - a concordância dupla - a previsão é por uma casa pro, a qual pode ser preenchida por uma forma pronominal livre. O que permite inferir que a ocorrência de PRO perde a sua universalidade em Bakairi, uma vez que a sua previsão não só fica imputada à FL como também necessita de um sistema de referencialidade que sustente os seus traços - o prefixo t-, marcado pelo traço [-flexão] ou a sua ausência, co-ocorrendo com o inversor de diátese, que faculta a co-referencialidade entre SN-sujeitos diferenciados.

Enfim, PRO só pode estar coindexado a um SN fonologizado no enunciado. Não há PRO sem controle na língua. Isso parece pôr em xeque a sua previsão em Bakairi a nível da estrutura sintática, daí falarmos da sua ocorrência somente na FL. Se, em Bakairi, PRO fosse uma categoria sintática da mesma natureza das línguas nominativo-acusativas, ficaria a indagação do porquê de mecanismos tão intrincados para dar conta da sua previsão. A estrutura argumental por si só bastaria à sua ocorrência. Outras construções de controle serão retomadas

mais adiante.

4.2.2.4 A co-referencialidade

A complexidade dos marcadores de pessoa e da morfologia verbal, ao contribuírem para a expressão da ergatividade em Bakairi, se constitui nos principais mecanismos de co-referencialidade na língua.

Todo o processo de co-referencialização envolvendo operações de coindexação de categorias vazias esbarra numa forte restrição: a equiparação do sujeito de verbo monoargumental ao objeto direto.

Embora a língua não diferencie com marcas nominais os argumentos sintáticos, o seu sistema de referência pessoal estabelece no verbo essa distinção e, ao mesmo tempo, funciona como índices indexadores que dizem as relações sintagmáticas em causa. Os marcadores de pessoa não atuam sozinhos, se conjugam a outras expressões morfológicas - como o prefixo *t-*, o inversor de diátese e as marcas de tempo-aspecto - para recobrirem a co-referencialidade.

Assim, nos deparamos com uma primeira generalização: sentenças cujos verbos sejam expressos nos tempos perfectivos não admitem nem coordenação, nem subordinação. Em Bakairi, períodos coordenados como os exemplificados em

(117) ugõnd n- egase-agi seruseru n- apio^{gua}-agi
homem 3 su-sair-passado cachorro 3 ob-bater-passado
'O homem saiu e bateu no cachorro.'

(118) ugõnd n- æc -tai ægæo n- i -aki
3^ssu-chegar-passado cobra 3 ob-matar-passado
'O homem chegou e matou a cobra.'

sugerem que não há uma relação de co-referencialidade expressa morfológicamente entre as

sentenças. Cada sentença representa enunciados desvinculados, considerando-se o tipo de concordância em jogo: na forma verbal perfectiva, a concordância se dará sempre ou com o sujeito do verbo intransitivo ou com o objeto direto, não favorecendo o cruzamento referencial do sujeito interno com o sujeito externo. Uma possibilidade de co-referencialidade com frases perfectivas pode ser alcançada, porém, se houver uma mudança na diátese de um dos verbos como em

(119) yamu¹do serusefu n- i -akti n- ad- apiogu-agu maria -ĩã
 menino 3^oob-matar-passado 3^osu-inversor-bater-passado -por
 3^osu

‘O menino_i matou o cachorro e Maria bateu nele_i.’

onde a forma -apioguagu ‘bater’, afixada ao inversor, permite co-referenciar o sujeito de matar com o objeto de bater. A mudança de diátese no enunciado em questão acarreta uma leitura passiva: o objeto do verbo transitivo passa a ser sujeito de verbo de um argumento. Fica evitado, assim, o cruzamento de papéis acima referido.

É válido observar que a inversão da diátese verbal se dá a nível da FL, como vimos na seção anterior, e não em termos de mudança de papéis. É diferente da ‘voz inversa’ como discutido em Jelinek (1990).

Com formas não perfectivas e com as sentenças nominalizadas/modalizadas, a co-referencialidade também pode ser alcançada. Essas formas permitem a concordância dupla - referência ao sujeito e ao objeto - como nos exemplos a seguir

(120) yamu¹do n- æe -tai pepi y-eti-ã -¹dile
 3^osu-chegar-passado canoa 3^osu/3^oob-afundar-transitivo/dor-aspecto

‘O menino chegou e está afundando a canoa.’

(121) s- eka- dai ʒuãw -rã lâtehna y- anã -tɔɪ
 3^oob-pedir-passado -para 3^osu-comprar-finalidade
 1^osu 3^oob

‘Eu pedi ao João para comprar lanterna.’

Em (120), o sujeito de *nɔɛtaɪ* ‘chegar’ está co-referenciado ao sujeito de *ɣetiãⁿdile* ‘afundar’ através do marcador *y-* e em (121), o objeto indireto *sekadat* ‘pedir’ está co-referenciado ao sujeito de *ỹ- anã -tɔɪ* ‘para comprar’, também pelo marcador *y-*.

O fator que franqueia a co-referencialidade nestes exemplos é o tipo de referência pessoal que ocorre com as formas verbais não-perfectivas (exemplo (120)) e com as formas nominalizadas/modalizadas (exemplo (121)). Essas formas verbais requerem o sistema de marcação dupla sujeito/objeto (QUADRO IIc), e a co-referencialidade se efetua porque o marcador de sujeito transitivo (*y-*) co-ocorre com a marca de caso absolutivo (a nasal). Observe que o fato de as marcas de objeto terem dupla leitura (QUADROS IIa e IIb) não é razão suficiente para que se dê a co-referencialidade. Isto é, não é a inferência da pessoa do sujeito que permite a co-referencialidade, sendo necessária a presença de um índice morfológico.

Outro exemplo com restrição à co-referencialidade em Bakairi, diz respeito à co-indexação do sujeito transitivo com o objeto direto em exemplos do tipo

(122) Quem viu Augusto?

Augusto; disse que Maria viu ele;

A co-referencialidade entre Augusto e ele sempre aponta a relação nome/pessoa na subcategorização do objeto como [+3^opessoa]. Isto é, num enunciado com um sujeito [+3^opessoa] numa relação com um objeto, enunciado, no caso, em português com uma forma pronominal livre, a referência marcada é sempre a do paciente, e sem a presença de uma forma pronominal livre. No caso do exemplo (122) acima, esta relação aparece na forma verbal no marcador referente ao paciente da ação:

(122a) ʒʰge n- e- tai aʉguʃto 'Quem viu Augusto?'
 quem 3^oob-ver-passado

aʉguʃto a-nige maria y-e-tai 'Augusto falou: Maria me viu.'
 3^osu-falar 1^oob-ver

O pronome 'ele' presente no exemplo em português (122) co-indexado a Augusto não encontra expressão em Bakairi. Necessariamente, a marca a vir presente na forma verbal terá que ser a marca de objeto de 1^a pessoa y- 'me', conferindo ao enunciado a leitura de [...] 'Maria me viu'. A presença da marca do objeto de 3^a pessoa (n-) no exemplo em questão implicaria a referência a um outro ele diferente de Augusto.

Em Bakairi, o verbo anige 'falar' tem um paradigma próprio de marcação tipo nominativo-acusativo. É um caso de referência cindida. Mas nem a marcação cindida permite a co-referencialidade entre Augusto e ele em (122). Este parece ser um dado bastante favorável à colocação de que as marcas de sujeito intransitivo e objeto direto (caso absolutivo) têm um status estritamente sintático, enquanto os demais marcadores, um status sintático-semântico: apontam o sujeito de verbo transitivo como agente. E a co-referencialidade do tipo focalizado assoma-se inerente à sintaxe ergativa do Bakairi. Além dos aspectos até aqui destacados, há os casos expressos pela referência agentivizada/impeoalizada via prefixo t-, estudados anteriormente.

O exemplo (122), porém, suscita, ainda, uma discussão no âmbito da teoria da ligação e regência, o que vai contribuir para a definição do status dos marcadores de pessoa.

Voltando-se ao referido exemplo

(122) 'Quem viu Augusto?

'Augusto_j disse que Maria viu ele_i.'

- (122a) ʒl)ge n- e- tai aʉguʒto 'Quem viu Augusto?'
 quem 3^oob-ver-passado
- aʉguʒto a-nige maria y-e-tai 'Augusto falou: Maria me viu.'
 3^osu-falar 1^oob-ver

é possível rever a questão da ambiguidade do tipo de sentença em foco e a natureza da relação instituída com o pronome ele, se anafórica ou não.

Segundo Jackendoff (1972) e outros, os pronomes têm marcada na sua estrutura profunda a relação da co-referencialidade com os SNs que os precedem e comandam. Com o recurso a duas regras - Regra de Atribuição de Co-Referência e Regra de Atribuição de Referência Distinta²⁸ -, é possível determinar as relações anafóricas e não-anafóricas dos pronomes numa estrutura derivada.

Pelas considerações de Jackendoff, a segunda frase do exemplo (122) - Augusto disse que Maria viu ele -, quando isolada, seria ambígua, podendo o pronome ele estar co-referenciado com Augusto, numa relação de anáfora, ou estar co-referenciado com outro ele fora da sentença, quando numa relação não-anafórica.

Para Lasnik (1976), na sentença em análise não há ambigüidade. Operando com uma única regra - Regra de Atribuição de Referência Distinta -, determina-se que se um SN1 precede e comanda simultaneamente um SN2 pronominal, então SN1 e SN2 têm referentes distintos. Logo, na sentença acima não haverá nunca ambigüidade porque a referência do pronome ele será obrigatoriamente diferente de qualquer outra referência porque estará sempre especificado segundo a situação.

A posição trazida pela discussão dos dois autores mencionados aplica-se ao exemplo em questão quando este vem formulado, por exemplo, numa língua não-ergativa, como o português.

Mas em Bakairi o enunciado ganha características próprias de língua ergativa e a construção com co-referencialidade entre Augusto (sujeito de transitivo) e ele (objeto de transitivo) vai de encontro ao corolário básico da ergatividade. Embora no exemplo (122), o

contexto de elocução esteja definido, o que permite, de fato, a nível discursivo a co-referencialidade entre Augusto e ele, a nível sintagmático a co-referencialidade não é permitida, dado o princípio da ergatividade. A forma ele, seja expressa por uma forma pronominal livre - mɔkə 'ele' -, seja expressa em termos de marcação no verbo, remete sempre a alguém fora da sentença, nunca a um "mesmo ele", porque aí se teria uma relação não-anafórica e, portanto, não-co-referencial.

Atestar que os marcadores que indicam o sujeito de intransitivo e o objeto direto não são termos anafóricos, permite excluí-los da categoria pronominal, cuja função é a de referencialidade estrita, e permite, principalmente, ratificar a nossa análise atribuindo-lhes o status de marcadores sintáticos - marcas do caso absolutivo - ocorrendo presos ao verbo, como categorias funcionais. É porque a sua função é a de recobrir papéis sintáticos é que a indexação em Bakairi se vê sujeita a restrições de ordem sintática, no caso, o princípio da ergatividade, tendo implicações em todo e qualquer processo gramatical da língua.

Por outro lado, os demais marcadores (marcas de sujeito transitivo e o prefixo t-) parecem funcionar, talvez, como elementos anafóricos pois a sua presença co-ocorrendo com as marcas de caso absolutivo - como nas formas não-perfectivas de marcação dupla -, ou junto com o inversor ad- - como acontece com as formas com o prefixo t- -, permite estabelecer a co-referencialidade em termos amplos.

Logo, a co-referencialidade em Bakairi é permitida somente naqueles casos onde entra em jogo um sistema de marcação referencial paralelo ao sistema de marcas de caso no verbo. O que estabelece uma relação anafórica entre os marcadores de sujeito externo e o prefixo t- e os termos a que se referem. Assim se explica por que com determinadas formas verbais - como as formas perfectivas onde só aparecem as marcas de caso absolutivo - a co-referencialidade não se estabelece, não favorecendo nem a coordenação nem a subordinação de enunciados. Com formas verbais perfectivas, a co-referencialidade será estritamente controlada pela sintaxe para não se ferir o princípio básico da ergatividade. O exame da co-referencialidade, porém, não se esgota aqui. Ao contrário, se estende ao longo de todo o enfoque

dos movimentos sintáticos.

4.2.2.4.1 *Co-referencialidade e construções de controle*

As chamadas construções de controle são aquelas que apresentam categorias vazias que se acham coindexadas a um termo antecedente. Correspondem a posições sintáticas que não são realizadas fonologicamente. Tal previsão se deve ao Princípio de Projeção Estendido (Chomsky, 1980) segundo o qual todas as sentenças, todas projeções de FLEX devem ter sujeitos.

No caso de cláusula infinitiva, o sujeito não explícito é PRO, que pode ser de dois tipos: controlado por um SN antecedente ou sem controle, denominado, então, como um PRO_{Arb} (PRO arbitrário), cuja referência pode ser genérica ou especificada.

_Fatos sobre a morfologia verbal Bakairi apontaram que a categorização de formas não-finitas requer uma discussão sobre os mecanismos de que se vale a língua para expressar a noção de tempo, bem como qual vem a ser o papel da concordância. Os verbos em Bakairi não apresentam uma marca específica que possa ser associada ao traço [-finito]. Tratar das sentenças sem tempo em Bakairi não pode recair na busca de uma equivalência de tradução entre os dados do Bakairi e os de outras línguas que apresentam marcas de finitude e de não-finitude no verbo.

Com o estudo do inversor de diátese, vimos que a sua inserção numa forma verbal intransitiva dá lugar àquelas estruturas onde a categoria PRO estaria controlada por SN-sujeito de verbo transitivo, e comprovamos a impossibilidade de sua ocorrência não controlada (exemplos (115a) e (115b)). O que nos fez aventar a sua previsão apenas a nível da FL, fato a ser aqui discutido.

Por outro lado, as formas verbais envolvidas - formas t- ... -ze e formas t-ad- ... -(t)le- - estão coordenadas entre si para dar conta da co-referencialidade nessas estruturas de controle, envolvendo um sujeito externo e um sujeito interno. As mesmas marcas aspectuais

(-t)le, por exemplo) ocorrem em enunciados para os quais são previstas formas com tempo. O que esses fatos apontam é que a discussão da existência de estruturas-PRO em Bakairi pode ser tornar *ad hoc*, caso se pretenda definir, na língua, o que é uma sentença sem tempo. Resta, assim, a alternativa de se descrever como se configuram em Bakairi as chamadas estruturas de controle, sem se entrar no mérito das marcas temporais.

4.2.2.4.1.1 Controle de argumentos sintáticos não-diferenciados

Quando, numa estrutura, o elemento PRO é o sujeito de um verbo transitivo e, ao mesmo tempo, vir controlado por um SN também sujeito de verbo transitivo, o verbo não apresenta os marcadores de pessoa do sujeito, dado favorável à se postular PRO.

Pelo estudo da concordância, ficou constatado que o objeto direto é um elemento cuja referência sempre estará presente no verbo. Tanto nas formas perfectivas - onde detem a exclusividade da concordância -, como nas formas não-perfectivas - onde pode ocorrer sozinho ou co-ocorrer com as marcas de sujeito transitivo.

Numa estrutura S [PRO SV], não há previsão das marcas de referência pessoal no verbo, cujo sujeito é PRO. Essa previsão pode se estender ao Bakairi, mas o argumento interno será sempre marcado:

(123) tutuze ura [PRO ətə s- akə₃ -le]
 saber eu roupa paciente-costurar-aspecto
 'Eu sei costurar roupa.'

(125) tutuze ura [PRO s -atə -le tɔzəⁿdare]
 paciente-cortar-aspecto lenha
 'Eu sei cortar lenha.'

A falta da marca do sujeito do verbo transitivo permite sustentar nesses exemplos a existência de PRO, pois a concordância com o objeto direto não pode ser lida como

um traço relacionado a PRO. A concordância com o objeto, porém, não autoriza prever uma leitura passiva para esses casos.

Com outro tipo de verbo, no entanto, a leitura passiva pode ter lugar, desde que se recorra ao inversor de diátese. Um enunciado como

(125) João esperava resolver todos os problemas.

pode, em Bakairi, apresentar no lugar da estrutura de controle uma forma apassivada:

(125a) ʒuãw̃ ã- ðw̃ð- ðile wãw̃ awãrɔ- m̃ɔⁿdo ad- ãi -lə
3^{su} 3^{ob}-esperar-aspecto tudo aquilo-coletivo inversor-resolver-aspecto
'João esperava que tudo se resolvesse.'

O que de interessante se observa nesse exemplo é que a presença do inversor de diátese, por si só, recobre a referência ao objeto, não havendo a necessidade de se recorrer à marca *s-*. Mas esta poderia também ter ocorrido antecedendo ao inversor, o seu uso nesse caso é opcional.

Em (125a), fica impossibilitada a previsão de PRO: o afixo *-ad-*, ao inverter a diátese verbal, promove o objeto direto à condição de sujeito e desfaz a estrutura de controle. Tornamos a afirmar que essa promoção não implica um movimento na sintaxe, apenas na FL.

As estruturas com movimento em Bakairi decorrem do movimento-qu (cf.: seção 4.2.2.5.1) e se apresentam na forma de sentenças nominalizadas/modalizadas, fato não expresso em (125a). E se constituem na outra possibilidade de co-referenciar dois argumentos externos:

(126) maria tãizêi n -ige -akt farĩɲa ʃ -iga -tõi
mandioca 3^{ob}-ralar-passado paciente-fazer-finalidade
'Maria ralou a mandioca para fazer farinha.'

(127) ʒuãw t -əwə - ne keʒi)ke tɔkə ã- ye-dile
 -ocupar-agente passado arco 3^{su}/3^{ob}-fazer-aspecto
 'João se ocupava de fazer arco.'

Esses dois exemplos apresentam marcas de movimento na sintaxe, o movimento-qu, dando lugar a sentenças clivadas.

Em (126), o elemento clivado é farinha, favorecendo a interpretação: 'Maria ralou a mandioca e é a farinha que será feita.' Neste o nominalizador/modalizador - -tɔi - é antecedido somente pela marca de paciente s-, indicando a clivagem do objeto.

Em (127), a clivagem ocorreu na oração principal. A marca de agente -ne (modalizador de presente) aponta que o sujeito 'João' foi o termo movido, correspondendo o enunciado a 'É João que se ocupa fazendo arco.' Ainda neste exemplo, se sublinha a concordância dupla no verbo 'fazer', contrária à previsão de PRO.

A discussão de que os exemplos (126) e (128), e outros, expressam sentenças clivadas através do movimento-qu será melhor desenvolvida na seção 4.2.2.5.1. Por ora, queremos, apenas, ilustrar que no lugar de algumas estruturas-PRO pode ocorrer o movimento-qu.

4.2.2.4.1.2 Controle de argumentos sintáticos diferenciados

As estruturas de controle para as quais é prevista a co-referencialidade entre uma categoria PRO e um sujeito de verbo transitivo já foram estudadas anteriormente quando do funcionamento do inversor de diátese. Recobrem exemplos do tipo

(128) ize -wa -to tɔizepa t- ad -ətə -le aɔdeta -ĩã
 gostar-1^s-nominalizador muito -inversor-ir-aspecto aldeia-para
 'Eu gosto muito de ir à aldeia.'

onde a previsão de PRO estaria imputada à forma lógica.

Mas é interessante notar que o inversor ocorre apenas quando o verbo intransitivo sucede o verbo transitivo. Quando a ordem é o verbo intransitivo antecedendo o verbo transitivo, o inversor não tem expressão e aí pode ocorrer o movimento-qu no lugar das estruturas de controle:

(129) tiwəre -ka inepa kehõti parə mā -ẽtka^ω -dõti
 nadar-imperativo rápido bem rio 2^{su}/2^{ob}-atravessar-finalidade
 ‘Nada bem rápido para atravessar o rio.’

(130) ʒuãw ezewã-ne-pire tã -idw -le ədikələ
 tentar-agente-passado agente-ir-aspecto cedo
 ‘João tentou chegar cedo.’

Há, porém, uma outra possibilidade como a dos exemplos

(132) ʒuãw n -əe -tai ətə ye -dile -mõ emawədə -ze
 3^{su}-chegar-passado casa fazer-aspecto-plural ajudar-aspecto
 ‘João chegou para ajudar a fazer a casa.’

(133) maria tãtzẽti n -ige -akti farĩɲa ʃ -iga -tõti
 mandioca 3^{ob}-ralar-passado paciente-fazer-finalidade
 ‘Maria ralou a mandioca para fazer farinha.’

os quais são favoráveis à previsão de PRO: ou o verbo vem sem nenhum marcador de pessoa (exemplo (131)), ou se tem apenas a marca do objeto (exemplo (132)).

Dentre as funções do inversor de diátese está a de favorecer a co-referencialidade em estruturas de controle como a do exemplo (128). Junto a verbos monoargumentais, inverte a diátese verbal a nível da FL, favorecendo a co-referencialidade entre um sujeito externo e um interno (exemplo (128)); junto a raízes transitivas dá lugar a formas apassivizadas e desfaz a estrutura de controle. Fora dessas estruturas, a sua afixação a verbos transitivos dá lugar à

apassivização (exemplos (119) e (125)), à reflexivização (exemplo (92)) e à ergativização (exemplos (86) e (88), dentre outros). A sua atuação como inversor de diátese de verbos monoargumentais parece, então, restrita à sua ocorrência em estruturas específicas, as de controle.

Resta, ainda, falar da estrutura onde PRO teria como controlador um SN-objeto. A única forma de se enunciarem esses casos é através das sentenças nominalizadas/modalizadas, que expressam o movimento-qu:

- (133) maria s -eka -dat t -uso -fã kɔɣa ỹ -ega- tɔ̃t
 objeto-pedir-passado reflexivo-marido-para cesto 3^osu/3^oob-fazer-finalidade
 ‘Maria pediu ao marido para fazer o cesto.’

A sentença onde seria prevista a casa PRO apresenta em seu lugar uma forma clivada - ‘É o cesto que ele vai fazer.’ A concordância dupla, no caso, aponta tuso ‘marido’ como agente de fazer e kɔɣa ‘esteira’ como objeto.

Embora se tenha aí o movimento-qu, o enunciado em foco poderia ter em Bakairi uma interpretação ambígua como tem em outras línguas, caso não houvesse o recurso de se juntar à forma verbal o prefixo t-, conjugado aos marcadores de pessoa. Nesse escopo, t- tem uma função discursiva que é a de apontar, sempre, o termo mais alto na sentença com papel de agente. A sua presença no enunciado acima

- (133a) maria s -eka -dat t -uso -fã kɔɣa t- ỹ -ega- tɔ̃t
 objeto-pedir-passado reflexivo-marido-para cesto agente-3^osu/3^oob-fazer-finalidade
 ‘Maria pediu para o marido para ela fazer o cesto.’

empresta à sentença uma outra interpretação: o termo mais alto é o sujeito da oração dependente. A sua ausência só permite que a leitura de que o segundo argumento da oração principal é o sujeito dependente.

Observe-se, porém, que as duas interpretações ocorrem sem estar em jogo uma estrutura-PRO, a dupla concordância, por si só, desabonaria a ocorrência de PRO. A dupla concordância, no entanto, não é suficiente para estabelecer todas as relações sintáticas possíveis envolvidas entre os argumentos das duas orações. É preciso que entre em cena um formativo com o alcance do prefixo *t-*, referendando o termo mais alto na cláusula principal.

Comparando-se, finalmente, a estrutura prevista para o exemplo (133) com os demais casos de controle estudados (exemplos (115) a (115a) e (123) a (132)), alguns fatos podem ser concluídos sobre as estruturas-PRO. Na impossibilidade de se definir o que é uma sentença sem tempo em Bakairi, voltamos a atenção para as marcas de referência pessoal, uma vez que um dos traços que caracteriza PRO é a ausência de flexão de pessoa. Com isso verificamos que a universalidade da ocorrência de PRO sofre restrições em Bakairi, ficando a sua previsão condicionada a alguns fatores:

(a) A categoria PRO deverá ser sempre um elemento controlado por um antecedente. Os casos, para os quais não se contaria com um antecedente controlador, não têm expressão na língua. (cf.: exemplos (115) a (115a)).

(b) A categoria PRO nunca ocorrerá numa estrutura onde o seu antecedente seja o argumento interno de um verbo transitivo. (cf.: exemplo (133)).

(c) No caso de estruturas envolvendo dois argumentos externos, a estrutura PRO pode ser encontrada (cf.: exemplos (123) a (132)), desde que a oração dependente não seja apassivada através do inversor de diátese, ou que não se dê a clivagem via movimento-qu.

(d) No caso de estruturas onde estão em jogo um argumento externo e um interno, e vice-versa, há dois fatos: no primeiro caso, o inversor de diátese, preso à raiz monoargumental, faz do PRO um operador na FL (exemplo (128) e outros); na outra situação

pode-se prever PRO, quando na forma verbal não vierem marcas do argumento externo (130) e (131), ou se operar com o movimento-qu (exemplos (129) e (132) e outros).

Para se falar da ocorrência de PRO em Bakairi é preciso pensá-lo dentro das características da língua. Toda essa complexidade de fatos inerentes à discussão dessas estruturas de controle parece decorrente da especificidade da estrutura argumental própria ao Bakairi, língua de sintaxe ergativa. Os fatos arrolados na teoria não podem ser transferidos diretamente para a língua a partir de uma equivalência de sentido entre os enunciados de línguas diferentes. A previsão de PRO em Bakairi é passível de discussão e a postulação de uma estrutura-PRO depende de um intrincado sistema de referencialidade, ao lado do inversor de diátese, que até permitem pensar a sua existência mas que, conseqüentemente, anunciam a sintaxe ergativa.

A descrição dos dados do Bakairi abrangendo as estruturas de controle esbarram na previsão de Marantz (1984), quando se verifica que é impossível lidar com uma estrutura S [PRO SV] na qual o antecedente de PRO seria o argumento interno de um verbo transitivo.

4.2.2.4.2 Movimento-qu versus PRO

Disposto a definir os parâmetros de uma língua sintaticamente ergativa, Marantz (1984) apresenta “diferenças cruciais” entre línguas nominativo-acusativas e línguas ergativas. Dentre essas diferenças, assinala que “desde que a teoria requer que uma estrutura s SUJ seja o PRO em construções de controle como Elmer persuaded Hortense [PRO to buy a porpucine], ela prevê que o argumento tema/paciente de um verbo [+suj log] [+ transitivo] associado com um agente e um tema ou paciente deveria ser o PRO em tais construções de controle numa língua ergativa.” (op cit.: p.199)

Feita essa previsão lamenta um fato: “as boas candidatas às línguas ergativas das quais possuo dados não exibem casos claros de construção de controle nas quais essa

previsão possa ser testada.” (idem)

O exemplo utilizado por Marantz - “Elmer persuaded Hortense to buy a porcupine” - contém o fator principal de restrição à co-referencialidade em construções de controle - o argumento interno do verbo transitivo não pode, ao mesmo tempo, ser sujeito de verbo transitivo.

Como se viu na seção anterior, o único meio de se expressar em Bakairi um enunciado semelhante ao exemplo de Marantz é através do movimento-qu. Processo inerente a este movimento, a clivagem caracteriza as orações dependentes que abarcam, dentre outras, as estruturas onde se daria a previsão de PRO (cf.: a seção precedente).

Sendo assim, este mesmo enunciado dito em Bakairi não abriga a previsão de Marantz. É a estrutura de um enunciado como

(135) ‘Daniel mandou Maria [PRO fazer a esteira]

envolvendo o movimento-qu teria em Bakairi uma outra previsão:

(135a) $\text{dani}\epsilon\omega$ anige maria_j-rã $\text{SN}[\text{apar}\text{t}$ CP[O_i V^{''}[pro_j t_i y-ega- tãt]]]
falou -para esteira 3^{su}/3^{ob}-fazer-modalizador

que requer para a oração dependente uma leitura com a extraposição do objeto. A extraposição, instituída pela clivagem, desfaz uma possível estrutura de controle com PRO e vem atender à restrição básica ao controle: o sujeito externo não pode ser controlado pelo objeto direto. Apenas a co-referencialidade entre esses dois argumentos está sendo instituída, segundo as razões aventadas a seguir.

Estruturas desse tipo prevêm, para o Bakairi, uma variável vinculada por movimento para a categoria vazia que se liga a um operador lógico [O] na posição de Espec, CP. Podem corresponder, por exemplo, em português, a uma construção como ‘É $\text{SN}[\text{a esteira}$ CP[que_i V^{''}[t_i ela vai fazer]]], na qual se institui uma relação de restrição entre o sintagma

clivado e o termo em foco no predicado.

Quanto à coindexação de **pro** a Maria esta se sustenta em dois argumentos. No marcador *y-* '3ª pessoa, verbo transitivo' e na possibilidade de **pro** vir substituído por uma forma livre:

- (135) *aω- ge ase maria-rã farĩpa mɔkɔ-lɔ ỹ- egena- tĩtĩ ahletĩ keba itĩtĩ*
1ª-falar eu ela-mesma 3ªsu/3ªob-torrar-modalizado negação finalidade
'Falei a Maria que ela torrasse a farinha e não a Arlete.'

A comparação deste exemplo com

- (136) *daniɛω anige kɔya urə-lə ise aye-ne*
falou eu-mesmo futuro fazer-agente
'Daniel disse que era ele que ia fazer a cesta.'
'Daniel disse: eu mesmo vou fazer o cesto.'

comprova que os casos com modalização de finalidade espelham a clivagem do objeto. A extraposição do sujeito, que no exemplo acima (136) dá lugar à ordem [O[Su V]], requer a forma verbal nominalizada/agentivizada - *aye-ne* 'fazer-agente'.

O movimento-qu, responsável pela clivagem, como recurso à co-referencialidade, se constitui num dos principais mecanismos que dá lugar à organização discursiva da língua. Diferente do movimento de adjunção, recobre o processo de subordinação como um todo, apontando a necessidade de ser abordado com mais detalhes.

4.2.2.5 Construções com movimento

Em Bakairi lida-se com dois tipos de movimento: o movimento-qu (foco) e a adjunção (topicalização).

O movimento-qu permite a extraposição dos argumentos das suas posições básicas, mas as formas verbais trazem em si marcas nominalizadoras/modalizadoras²⁹ - como as de agente (-ne) e paciente (-(t)ibe) - as quais permitem recuperar o papel temático do argumento movido. Isto é, o argumento movido carrega os traços sintático-semânticos oriundos da posição básica.

A adjunção atua sob determinadas restrições quando se considera a natureza dos argumentos em jogo e quando não acarreta problemas à interpretação da sentença. A atribuição de caso pela posição estrutural é preservada. Com os processos de topicalização atesta-se o uso de pronome cópia, com o movimento-qu não.

Atende aos processos discursivos de topicalização e não vem a ser característica de nenhuma construção sintática específica. Seu funcionamento parece ser, exclusivamente, de âmbito discursivo. Já o movimento-qu descreve as orações-qu, as orações relativas, a clivagem e vários processos de subordinação, dentre os quais se incluem algumas das chamadas construções de controle. Sua função é abrangente e franqueia a co-referencialidade em sentido lato e, portanto, dá organicidade à estrutura discursiva em termos de relações sintático-semânticas.

Os dois fenômenos se complementam e existem em consonância com a ergatividade: a adjunção só é licenciada na medida em que os argumentos movidos não venham a ser destituídos de sua condição sintática básica; o movimento-qu desestrutura a ordem básica mas opera com índices morfo-sintáticos que, implicitamente, anunciam a condição sintático-semântica primeira.

O movimento-qu e a adjunção são os únicos movimentos encontrados na língua. As chamadas construções de alçamento (registradas com passivas e com verbos como 'parecer') não têm expressão na língua. As construções de estruturas apassivadas vão sendo enfocadas com o desenrolar da análise.

4.2.2.5.1 Movimento-qu

Sendo a ordem um fator de atribuição de caso na sentença, mecanismo que define a atribuição do caso absolutivo aos argumentos internos, o movimento dos constituintes na sentença acarreta diferentes interpretações aos enunciados.

Esse dado pode levar de antemão à inferência de que os argumentos não podem ser movidos em Bakairi. O que seria falso. Em orações absolutas, todos os argumentos podem sofrer extraposição através do movimento-qu.

A extraposição do objeto direto, por exemplo, em oração absoluta resulta em construções do tipo

(137) p̄rã_i [maria t_i âye-tibe]
colar fazer-paciente
– ‘O colar, a Maria fez.’

(138) udodo_i [daniεω t_i yetibe]
‘A onça, Daniel achou.’

(139) daniεω_i [maria t_i yetibe kopatləgə]
‘O Daniel, a Maria viu ontem.’

(140) ah briŋkə_i iwakuro [bororo t_i âyetibe]
‘Que brinco bonito! Bororo que fez.’

onde as formas verbais aí envolvidas são todas nominalizadas/modalizadas: -tibe ‘marca de paciente no tempo passado’. A forma verbal anuncia através do nominalizador -tibe o papel temático do termo movido, favorecendo a desestruturação da ordem canônica da caso - OV. A extraposição nesses exemplos acarreta a ordem [O[Su V]_{SV}].

Com a extraposição do sujeito transitivo o processo é idêntico:

(141) maria_i ke ʔ^hkə [t_i pəfɪ fukagā-ne]
passado quebrar-agente
‘A Maria, o pote quebrou.’

- (142) maria_i keʒ¹)kə [t_i əedə s- aʊge -ne]
 rede paciente-rasgar-agente
 'A Maria, a rede rasgou.'

Nas formas verbais aí encontradas aparece a marca -ne 'nominalizador', marca de agente no tempo presente', indicando o papel do termo movido. E a ordem passa a ser [Su [OV]_{SV}].

Esse tipo de movimentos na língua é amplo e, em frases transitivas, pode-se até encontrar a dupla extraposição, do objeto direto e do sujeito:

- (143) pətʃt jukagə-dibiẽ yamu¹də jukagə-ne
 quebrar-paciente -agente
 'Do pote quebrado, o menino foi o quebrador.'

O mesmo processo de nominalização/modalização é registrado em frases com verbos monargumentais:

- (144) ʒuãw_i [t_i eγas -ibe]
 sair-paciente
 'O João, ele saiu.'

- (145) ʒuãw_i [t_i əe -ne ãwɔlɔ kahu -ɔdat]
 chegar-agente sempre carro-dentro
 'O João, ele chega sempre de tarde.'

- (146) pepi_i [t_i ãwɔlɔ] -itiwa -ne (∞ fitiẽ) sagunɔ -ge]
 'A canoa, sempre afunda com a areia'

- (147) izãŕa; [t_i ige -ipe pa -ikat]
 jacaré morrer-paciente rio-em
 'O jacaré, estava morto no rio.'

Esse grupo de exemplos (144) a (147), ao revelar que as construções, que estamos considerando como decorrentes do movimento-qu, abarcam os verbos de um argumento, desabona a possibilidade de se pensar os dados descritos em (137) a (143) como estruturas correspondentes à antipassiva, fato possível de ser aventado, principalmente nos casos (137) a (140), nos quais o objeto direto é removido para uma posição periférica (de chomêur).

A antipassiva não se resume somente na previsão de movimento do objeto. Pressupõe, além disso, a promoção do A do verbo transitivo ao S da antipassiva, dando-se a redistribuição das marcas de caso: ergativo → absolutivo. Em Bakairi, a remoção do objeto para a posição não-argumental não implica na redistribuição dos marcadores de pessoa: nos verbos transitivos aparece a concordância dupla (sujeito/objeto), como se verifica em (137) a (140). Por outro lado, a posição periférica também vem a ser ocupada pelo sujeito externo, exemplos (141)-(142), e a marca presente no verbo é a que corresponde ao argumento interno. Ou seja, nos dois casos de extraposição (a do objeto e a do sujeito) a concordância verbal aponta o argumento interno sempre marcado, ou pela concordância dupla (ratificando o sujeito externo com a marca ergativa), ou pela referência s-, marca de argumento interno.

Em termos genéricos, a antipassiva só é prevista de ocorrer com verbos de dois argumentos, estando para o processo de passivização das línguas nominativo-acusativas. A manifestação da nominalização/modalização em Bakairi com todo e qualquer verbo (confirmam-se os exemplos (144) a (147)), por si só, é suficiente para descartar a análise dessas construções como antipassiva. Entretanto, é interessante observar que essas construções recobrem muitos dos casos (como as orações relativas, por exemplo) de línguas ergativas para os quais é esperada a antipassiva.

Com o deslocamento à esquerda, como o exemplificado em (137) a (147), não se registra pronome cópia. Dado pertinente com o tipo de fenômeno aí envolvido: a clivagem

ou processo de foco. O processo que estamos denominando de foco se refere à extraposição de argumentos em orações absolutas, por distinção da topicalização, que atende ao movimento em períodos complexos.

O movimento de extraposição dá lugar a outras estruturas como às formas relativizadas, a serem retomadas mais adiantes.

Outras construções nominalizadas/modalizadas ilustram outros casos com a extraposição à esquerda.

Se analisarmos exemplos do tipo

(148) ətə sɔgɔke -ibe Ø-aβile pekɔdɔ-rã

roupa lavar-paciente 3^a-conectivo mulher-por

'A roupa foi lavada pela mulher.'

(149) pɔtʃi jukagə -dibiẽ Ø-aβile yamundɔ -ã

quebrar-paciente menino-por

'O pote foi quebrado pelo menino.'

constatamos também que a extraposição do objeto em SOV acarreta estruturas que permitem uma leitura passiva do enunciado.

Nesse ponto vale resgatar aqui algumas discussões na teoria sobre a equiparação das construções ergativas à voz passiva., ambas tomadas como construções com movimento de alçamento. Se a extraposição de argumentos só é viável em Bakairi dando lugar à extraposição de argumentos, pode-se recusar para as construções ergativas a hipótese de movimento semelhante ao da voz passiva (proposta por Burzio, 1986, por exemplo). Como aparece nos exemplos acima, as construções passivas com movimento são diferentes das construções ergativas, que não admitem movimento. Tanto a ordem como fator de atribuição de caso, quanto a definição da estrutura argumental ergativa (cf.: iv), favorecem a não previsão de movimento para as construções ergativas. Não se sustenta, então, o estabelecimento de um

paralelo entre construção ergativa e construções de alçamento (onde se incluiria a voz passiva em língua nominativo-acusativa). Construção ergativa e voz passiva não se recobrem em Bakairi: a primeira é gerada na base enquanto a outra pode decorrer do movimento-qu.

As passivas com movimento numa língua ergativa como o Bakairi apresentam, assim, uma diferença fundamental face ao movimento da passiva em línguas nominativo-acusativas. Nestas, o processo decorre do alçamento do objeto direto à posição de sujeito e o verbo na voz passiva não atribui caso ao SN. O movimento-qu, por sua vez, está longe de poder ser associado às chamadas construções antipassivas.

Um outro grupo de exemplos com construções nominalizadas/modalizadas do tipo

(150) ʒʌge ka əe -ne
alguem interrogação vir-agente
'Quem vem lá?'

(151) ʒʌge ka y -ətə sakəjɪ -ne
1^o-vestido costurar-agente
'Quem costurou o meu vestido?'

(152) ʒʌge ka kɔɣa ʃiga- ne -pire
cesto fazer-agente-passado
'Quem fez o cesto?'

(153) ədɪ ka ʒuãw̃ ỹ -u -ipe
que 3^osu/3^oob-caçar-paciente
'O que João caçou?'

(154) maria t -ỹ -utu -dize ʒʌge ise ədɪ ene -ne
agente-3^osu:3^oob-saber-querer quem futuro que trazer-agente
'Maria quer saber quem vai trazer o que.'

revela construções típicas de frases interrogativas para as quais é previsto o movimento-qu.

Em termos morfológicos não há diferença entre os dados que ilustram, respectivamente, a clivagem, as orações relativas, as passivas e as orações interrogativas (exemplos (127) a (154)).

O movimento-qu é tratado como uma substituição: o sintagma-qu preenche uma posição desocupada, igualando-se, no caso, ao movimento-SN, podendo ser diferente o lugar de aterrissagem do sintagma-qu e do SN. Ao quebrar a estrutura básica, o movimento-qu institui a extraposição para fora de S. Nesse caso, cria-se uma posição fora de X, a de especificador em CP (Spec, CP), a posição mais alta na sentença. Esta posição estará vinculada a um traço numa relação de c-comando e não estará especificada por nenhuma categoria sintagmática em particular, podendo tal posição receber um SN, SA, Sprep, etc.:

Fato característico das marcas de nominalização/modalização presentes nas orações-qu, nas clivadas, nas relativas e nas passivas, a expressão dos papéis de agente (-ne) e de paciente (-(t)ibe) desempenhados pelo termo movido para a posição mais alta na sentença. Ou seja, o papel desempenhado pelo argumento movido fica fonologizado no verbo, estabelecendo uma cadeia entre a forma verbal e o traço-qu que, por seu turno, estará vinculado a seu antecedente. Esta cadeia decorrente do movimento-qu favorece a quebra da estrutura configuracional de caso porque as marcas de agente ou paciente no verbo recuperam o papel do constituinte movido.

A distribuição dos papéis nas sentenças nominalizadas/modalizadas difere, porém, da encontrada nas outras sentenças da língua. Enquanto nas sentenças sem movimento-qu os marcadores de pessoa igualam o objeto direto e o sujeito de verbo monoargumental, distinguindo-os do sujeito transitivo, nas sentenças nominalizadas/modalizadas o quadro de papéis é outro.

Quando a sentença está no presente (), sujeito interno e sujeito externo ficam relacionados à mesma marca, o agentivo -ne:

(155) maria ətə sakəʒi -ne
 roupa costura-agente
 'É Maria que costura a roupa.'

(156) maria əe -ne
 chegar-agente
 'É Maria que chega.'

Em sentenças nominalizadas no passado, o sujeito de verbo transitivo continua referendado por -ne, acrescido, porém, do modalizador de passado -pĩre, caso do exemplo (157). Pode acontecer também de não vir modificado pelo modalizador quando na sentença vem uma marca de tempo como keʒi)kə 'passado', caso do exemplo (158).

(157) əgəw y - ã -ne -pĩre imasedo
 cobra 1^oob-morder-agente-passado grande
 'A cobra que me mordeu era grande.'

(158) maria keʒi)kə əedə sawge -ne
 passado rede rasgar-agente
 'Foi Maria que rasgou a rede.'

Mas o sujeito de verbo monoargumental fica equiparado ao objeto direto no tempo passado:

(159) suãw i - βepi -re jiti -be
 3^o-canoa-posse afundar-paciente
 'Foi o barco do João que afundou.'

(160) pepi jitiβe suãw jurə
 dele
 'O barco que afundou era do João.'

(161) pɛpt̃ fɪt̃i-ã -dibe ∅-aβile yamuⁿdo -ã

afundar transitivizado + paciente 3^o conectivo menino por

‘Foi a canoa que o menino afundou.’

‘A canoa foi afundada pelo menino.’

Por esses dados pode-se concluir que as sentenças com verbos monoargumentais no presente expressariam um caso de ergatividade cindida. Todavia, há diferenças no emprego dos marcadores presos às duas estruturas. Junto às raízes transitivas e com as raízes monoargumentais nenhum marcador de pessoa é utilizado. No tempo passado, não só o sujeito de verbo monoargumental é igualado ao objeto direto com a sufixação de *-tibe*, quanto pode haver a presença do sufixo *s-*, marca de paciente, igualando os dois argumentos.

A não-ocorrência de marcadores de pessoa com raízes de verbos monoargumentais nominalizadas no presente se justifica pelo fato de *-ne* estar associado aos dois sujeitos, o de verbo transitivo e o de verbo monoargumental. Seria inconsistente do ponto de vista gramatical, os marcadores relativos ao sujeito de verbo monoargumental virem afixados a raízes modificadas por *-ne* ‘agentivo’. Ainda a observar, os marcadores de pessoa de sujeito transitivo são índices referenciais anafóricos, diferentes dos marcadores de pessoa que assinalam o objeto direto e o sujeito interno, que são índices referenciais. Com formas perfectivas, o sujeito interno e o objeto direto acarretam o mesmo tipo de concordância, ao contrário das formas não-perfectivas em que o sujeito interno pode ou não vir marcado no verbo, ou ser referenciado pelo prefixo *t-*. O objeto direto exige sempre concordância: nas formas perfectivas, é assinalado sozinho, nas formas não perfectivas e nominalizadas entra em jogo a dupla concordância com o objeto direto.

Os casos onde as formas nominalizadas/modalizadas apresentam um sistema duplo de marcação como no exemplo

(162) ʒuãw̃ n- e -tat̃ m̃ɔ̃]ga semimo y -ã -tibe

3^o-ob-achar-passado morcego 3^osu/3^oob-moeder-paciente

‘João achou uma manga mordida de morcego.’

decorrem do fato de na oração relativa vir explícito o agente da ação de 'morder'. Compare-se (162) com

(163) s-etat əgəw s-ãtibe
3^a-ver-passado cobra 3^a-
'Eu vi uma cobra toda mordida.'

em que apenas a marca do paciente está presente no verbo.

O que esses fatos apontam, de imediato, é a confirmação de que as marcas, pospostas à raiz verbal, têm um status diferente das marcas de concordância pessoal. A ergatividade têm nos prefixos pessoais a sua expressão, tanto assim que mesmo os poucos casos que apresentam uma marcação nominativo-acusativa não favorecem a co-referencialidade. (Confira-se a discussão do exemplo (122)).

Ao se considerar a especificidade dos marcadores de pessoa em Bakairi, aliada ao fato de as sentenças com movimento-qu quebrarem a ordem canônica da língua, desestruturando as relações sintáticas básicas de atribuição de caso, pode-se, também, repensar as construções nominalizadas/modalizadas não como ergatividade cindida, mas como um mecanismo sintático alternativo de se definirem os papéis temáticos visando à co-referencialidade em largo alcance. Menos do que espelhar um padrão nominativo-acusativo, o movimento-qu prevê muito mais a manutenção das estruturas rigidamente marcadas como ergativas e vem anunciar, de forma implícita, a sintaxe de base ergativa através do alcance da co-referencialidade via movimento-qu.

Muitos são os casos decorrentes de movimento-qu em que é previsto para as línguas naturais um operador zero em COMP: relativas objetivas, relativas subjetivas, relativas de infinitivo e orações finais com vazio parasítico de objeto (gap de objeto). Todas expressas em Bakairi pelo movimento-qu. Mas, além dessas, as orações finais com vazio parasítico de sujeito (gap de sujeito) - para as quais é prevista uma estrutura S [PRO SV] - são traduzidas também pelo movimento-qu.

A sustentação de que essas construções se realizam através do chamado movimento-qu não vem se pautando pelos critérios comumente arrolados no estudo de outras línguas, que é a comprovação do movimento através da checagem do princípio de subyacência de onde decorrem os graus de gramaticalidade das sentenças. Por se tratar de uma língua indígena, parece desnecessário falar da dificuldade - e até mesmo da total impossibilidade - de se elaborarem construções com vários encaixes, principalmente porque os dados seriam formulados em português.

Assim, todos os nossos argumentos para falar em movimento-qu giram em torno da morfologia.

A comparação de orações absolutas ditas numa ordem direta em português com orações que expressam, ainda em português, orações clivadas, orações relativas, orações-qu, etc revelam diferenças fundamentais no âmbito da morfologia. Essas diferenças, contidas nas marcas nominalizadoras que dizem os papéis temáticos, levam à inferência de que o termo movido por *extraposição* - e acarretando a destruturação da ordem básica da língua - é “anunciado” na forma verbal, que se torna nominalizada/modalizada. Comparem-se os exemplos a seguir:

(164) ʒuãw s-æe-dile kahu-ɔdaɪ

-chegar-aspecto

‘João chega/chegou de carro.’

(165) ʒeŋge ka sæe-tibe/æe-ne kahuɔdaɪ

quem interrogativo chegar-paciente/agente

‘Quem chegou/chega de carro?’

(166) ʒuãw sæe-tibe/æe-ne kahuɔdaɪ

‘É o João que chegou/chega de carro.’

(167) ugɔ̃ⁿdo sæe-tibe/æe-ne kahuɔdaɪ ʒuãw

homem

‘O homem que chega/chegou de carro é o João.’

Uma outra razão - também pautada pela morfologia - para se sustentar que nas orações acima ocorre o movimento-qu pode ser buscada com a comparação, por exemplo, da frase em (166) com

(168) ʒuãw [setat [t] s-æ-dile kahu-ɔdat]
-chegar-aspecto
'O João, eu vi chegar se carro'.

onde se registra o movimento por adjunção, mas não se tem na forma verbal da cláusula onde está a categoria vazia a marca correspondente ao termo movido. A adjunção é movimento previsto na base, sem extraposição, o termo movido e a categoria vazia já nascem nas posições em que se encontram.

Essa diferença, que em Bakairi parece descrita pela morfologia, pode vir ao encontro da diferença entre argumento e adjunto, sustentada na versão minimalista da teoria gerativa e discutida em Rizzi (1993) em termos do tipo de conexão que se estabelece entre as variáveis vinculadas a argumentos e as vinculadas a adjuntos.

Antes de focalizar a discussão desenvolvida por Rizzi gostaria, de antemão, antecipar que o autor não trabalha com frases do tipo ilustrado em (168). Ao contrário, opera com frases-qu e, nessas, aponta a diferença a que referimos acima. O fato de recorrermos ao exemplo (168) surgiu como recurso para ilustrar que, em termos morfológicos, os dois movimentos também trazem em si diferenças. É essa diferença na morfologia pode estar significando a vinculação de uma categoria vazia a um elemento movido de uma *posição argumental* por oposição à vinculação a um elemento gerado numa *posição não-argumental*.

Em termos gerais, o que Rizzi (idem) propõe é que a assimetria entre argumento e adjunto pode ser revista em função do tipo de conexão envolvido entre esses elementos e categorias vazias, quando se tem extração de ilhas-qu. Somente elementos aos quais foi atribuído um índice referencial com papel temático (θ -role) podem ser extraídos; qualquer outro elemento não marcado tematicamente e elementos que não recebem papel temático não referencial não podem. Observa ainda que o "termo "índice referencial" deve ser considerado

literalmente na sua significação. Índices referenciais devem ficar restritos a casos legitimados pelo seguinte princípio:

(vi) Um índice referencial deve estar licenciado por um papel temático referencial.

Isto quer dizer que um índice referencial deve ser legitimado numa representação linguística dada somente se ele estiver associado a um papel temático referencial.” (op.cit.; p.86)

Tal proposição tem na sua base o argumento (buscado em Chomsky, 1965) de que cada posição recebe um papel temático referencial na estrutura profunda. O conteúdo dessa posição sendo movido carrega consigo o seu índice. Com isso, os efeitos de (vi) restringem as relações de *regência* - previstas pela Teoria de Regência e Controle - aos papéis temáticos referenciais, enquanto propõe para os elementos não marcados tematicamente a vinculação através de *governo* - previsto pela Teoria de Caso e pela Teoria de Regência.

Assim as seguintes estruturas

(169) Quem_i você viu t_i?

(170) Como você se comportou t?

ilustram uma cisão no que se refere à vinculação no escopo de A'. Em (169), o operador está conectado à sua variável através da *regência* (binding). O índice é licenciado pelo papel temático atribuído pelo verbo ao seu objeto, e legitimamente expressa uma dependência A'. Nenhuma indexação é legitimada, porém, em (170) pois nenhum papel temático referencial está envolvido. Logo, neste, a dependência A' não pode ser expressa por *regência*; o operador e a sua variável estarão, porém, conectados pela relação de *governo*.

Voltando-se aos exemplos (166) e (168), correspondentes aos dois tipos de

movimento do Bakairi, teríamos a acrescentar que enquanto na adjunção, a vinculação se daria por relação de governo - considerando-se que o termo movido é gerado em posição não argumental (cf.:4.2.2.5.2) -, no movimento de extraposição - que move o argumento da sua posição original - estaria envolvida a relação de regência. Ou seja, aos dois modos diferentes de conexão, corresponderiam as diferenças morfológicas do Bakairi e, ao mesmo tempo, essas diferenças comprovariam os dois movimentos aí envolvidos. Pelo argumento de Rizzi acima, o elemento θ -marcado, uma vez movido, carrega consigo o seu índice correspondente ao papel temático. Em Bakairi, o resultado da extração do elemento da sua posição original resulta na afixação de *marcas temáticas* à raiz do verbo que, anteriormente, atribuíra o papel temático. Fato não registrado com a adjunção, como mostra o exemplo (168).

Outros dados - com estrutura semelhante aos exemplos (169) e (170) - apontam, mais uma vez, que a nominalização/modalização corresponde à conexão do operador à sua variável através de regência (171), o que não acontece quando se prevê a conexão por governo (172):

(171) ədi_i [t_i mǎitə-dibe]
 que -paciente

‘O que você plantou?’

(172) ɔdɔra ka tǎizēi mǎ -itə-dile t
 como interrogativo 2^{su}-3^{ob}-plantar-aspecto

‘Como você plantou a mandioca?’

As colocações de Rizzi se estendem, ainda, a uma série de outros casos, dentre os quais se define, segundo os mesmos critérios de conexão descritos acima, a distinção entre os sintagmas preposicionais exigidos pelo verbo e aqueles que são circunstanciais. Em Bakairi, quando se verifica de que forma se processa a construção de orações relativas envolvendo os dois tipos de sintagmas preposicionais em jogo, constata-se a possibilidade de se operar com o movimento-qu somente com os sintagmas preposicionais previstos pela grade temática dos verbos. Como os sintagmas preposicionais circunstanciais não parecem sujeitos à extração via

movimento-qu, o processo de relativização propriamente dito recai em outro termo. A análise dos exemplos

(171) paŋw_i [kɛ̃ɾa aβeze k-itə -hɔ t_i] iwage
rio peixe pescar 1^{pl}-ir-instrumental longe
'O rio onde vamos pescar é longe.'

(172) kahu-ɔdat [udāi kutaba-ĩã] iwakuŋɔ
-dentro ir-agente bonito
'O carro em que eu vou para Cuiabá é bonito.'

revela que, em (171), paŋw 'rio', por ser o complemento verbal exigido pelo verbo 'ir', vem marcado pelo instrumental - hɔ (usado sempre que o complemento verbal não for o paciente da ação). Nesse caso, a restrição recai sobre o complemento exigido pelo verbo ir. Quando não se trata de um complemento exigido pelo verbo, o escopo da restrição vai incidir sobre outro termo que seja argumento exigido pela grade temática do verbo. É o que se tem no exemplo (172). Neste, embora a estrutura solicitada aponte que o processo de relativização restringiria o sintagma 'carro', as marcas de nominalização presentes no verbo ir (udə+ne →udāi 1^a+ ir + agente) indicam que o termo determinado foi o sujeito e não o sintagma circunstancial.

A grade temática do verbo em (171)-(172) só prevê um complemento verbal, quando, porém, para um mesmo verbo são previstos dois complementos, o processo de relativização abrange a qualquer um dos dois. É o que pode ser atestado em

(173) ʃɔ-dai ʃɛfɪ [ʃunai prezẽitʃi t_i ỹ-udu -hɔ -bɪɾe] ỹ-ewane -hɔt
-encontrar- 3^{su} 3^{ob} dar instrumental passado 3^{su} 3^{ob} impressionar finalidade
'Encontrei o chefe para quem a FUNAI deu presente para impressionar.'

quando a marca de instrumental (-hɔ) assinala o objeto indireto (benefactivo) do verbo udu 'dar'.

Em termos gerais, procuramos mostrar que, se a presença de variáveis ligadas a operadores só se dá pelas condições de regência caso o argumento movido seja tematicamente marcado pelo verbo, em Bakairi, essa restrição não só é traduzida morfológicamente, como também ela é descrita pela possibilidade de se prever o movimento-qu. Um argumento considerável a favor dessa colocação reside no fato de as categorias vazias previstas com a adjunção poderem ser substituídas por pronomes cópias, fato que não se estende às categorias vazias previstas com o movimento-qu. Razão para se prever também a existência de um operador nulo em COMP.

As construções com movimento-qu, ao contrário da adjunção, são também as únicas que traduzem a co-referencialidade em largo alcance, dando conta do processo de subordinação, quando traduz as orações relativas e as adverbias, a serem abordadas nas próximas seções.

4.2.2.5.1.1 Relativas objetivas e relativas subjetivas

Além de se poder prever para o Bakairi um operador zero em COMP, as relativas também não contêm nenhum item lexical a ser associado com os chamados pronomes relativos. Os únicos traços morfológicos encontrados nas orações relativas são as marcas de nominalização/modalização recorrentes também em outras construções.

As marcas de nominalização anunciam o papel temático desempenhado pelo SN-núcleo modificado, permitindo recuperar a função sintática do antecedente que governa o traço-qu. Em Bakairi este antecedente é expresso pelo operador zero, movido na ES para [Espec, CP] como aconteceria com um elemento-qu explícito e, automaticamente, coindexado com um traço.

Essa coindexação automática se explica porque “as orações relativas correspondem a predicados complexos formados dentro de S onde o movimento-qu é responsável por criar a variável (gap) de predicado.” (WILLIAMS, 1980)

O tipo de predicação é instituído, porém, pela condição sintática desempenhada pelo operador zero na oração relativa. Em outras palavras, a função que os elementos-que desempenham em línguas que apresentam esses elementos fonologizados é desempenhada pelo operador zero e anunciada na feição de um formativo afixado às formas verbais, dando lugar à nominalização.

Observe-se como se dá esse processo nos seguintes exemplos de relativas:

- (174) udodo [imiã^mbire s -ã- ne -pire] n- ige -aki
 filhote paciente-morder-agente-passado 3^oob-morrer-passado
 'A onça que mordeu o filhote morreu.'
- (175) imiã^mbire [udodo ÿ -ã- tibe] nigeaki
 filhote 3^osu/3^oob-morder-paciente
 'O filhote que a onça mordeu morreu.'
- (176) ʒuãw ətə [daniɛw ãye -tibe -ɔdat]
 casa fazer-paciente-dentro
 'João está na casa que o Daniel fez.'
- (177) mɔkə əgəw n- apioɣu -agi bohduna [pana ʒi ãyetibe -ge]
 ele cobra 3^oob-bater-passado xavante -instrumental
 'Ele bateu na cobra com a borduna que o Xavante fez.'
- (178) ətə maria [ÿ -igəke -ibe tɨʒike -ba]
 3^osu/3^oob-lavar-paciente suja-não
 'A roupa que a Maria lavou ficou limpa.'
- (179) ugɔ^hdo əgəw n- i -aki [maria ÿ -e -tibe]
 cobra 3^oob-matar-passado 3^osu/3^oob-ver-p0paciente
 'O homem matou a cobra que Maria viu.'

Considerando-se que as marcas nominalizadoras também ocorrem na formação de adjetivos e substantivos, pode-se aventar que as orações acima seriam frases copulativas, funcionando como segmentos apostos aos termos antecedentes com os quais mantêm uma relação de determinação. Com essa viabilidade - a postulação de frases essivas ou estativas - o movimento - que estaria descartado para as orações relativas. E as formas verbais nominalizadas/ modalizadas, núcleo de um sintagma verbal introduzido por um verbo de ligação (cópula), passariam a ser consideradas formas adjetivas e/ou substantivas.

Essa é uma possibilidade de análise recorrente no estudo de nossas línguas indígenas. Entretanto, algumas razões - buscadas nos aspectos inerentes ao funcionamento do Bakairi - nos levam a rejeitar essa diretriz.

Além dos argumentos arrolados na seção precedente com a finalidade de sustentar que as marcas morfológicas encontradas nessas estruturas explicitariam os traços do elemento movido - no caso, um elemento tematicamente exigido pelo verbo -, o sistema de referência pessoal que aí se verifica não difere do encontrado com as outras formas verbais da língua. Nenhum substantivo, ou adjetivo, por exemplo, exibiria um sistema de marcação dupla - sujeito/objeto - como se tem acima em (175) a (179). Por outro lado, embora, os marcadores previstos no Quadro I (verbos intransitivos) sejam também usados como marca de posse, a marca s-, usada para assinalar o paciente de 3ª pessoa em períodos complexos (Cf.: 174) e para o objeto de 3ª pessoa, com sujeito de 1ª (Quadro IIa) em períodos simples, não ocorre como marca de posse. Ou seja, o sistema de referência pessoal parece definir essas estruturas como formas verbais nominalizadas (próximas às formas nominais em português) e não como nomes.

Um outro dado interessante que favorece questionar essas formas enquanto nomes é o fato de uma frase solicitada em português com uma estrutura do tipo

(180) O caminho para a minha casa é longe

necessariamente, ter que corresponder a uma oração relativa:

(180a) $\dot{a}wa$ y-eti- \dot{a} | id \dot{o} -h \dot{o}] iwage
 caninho I'-casa-para ir-instrumental longe

'O caminho [que vai] para minha casa é longe'.

Este exemplo não constitui dado isolado. São muitos os dados, principalmente em textos, que ilustram essa construção. E a questão que se coloca é por que um sintagma com um nome modificado por um sintagma preposicional não possa ser o sujeito numa frase essiva, a não ser com a mediação de uma forma verbal (id \dot{o} h \dot{o}) cujo complemento venha a ser o próprio sintagma preposicional.

O status de forma verbal nominalizada, porém, acarreta uma diferença fundamental entre todas essas estruturas para as quais pode ser previsto o movimento-qu em português e a sua realização em Bakairi. Essa diferença parece corresponder ao tipo de estrutura decorrente do movimento-qu em si. Isto é, a extraposição de argumento da sua posição básica acarreta, em Bakairi, sentenças clivadas, compatíveis, por sinal, com a idéia de frases copulativas: as clivadas são introduzidas pelo verbo 'ser' (cópula), em línguas que contam com a sua ocorrência fonologizada.

Segundo Williams (1984), as sentenças clivadas não são casos de extraposição propriamente ditos. Trata-se, então, de não se falar numa estrutura de extraposição. As sentenças clivadas são o espelho de sentenças extrapostas (WILLIAMS, idem). Enquanto para a extraposição, $X\bar{S}$ é interpretado como *predicado; sujeito*, para a clivagem a estrutura é invertida: X é o *sujeito* e \bar{S} , o *predicado*. Orações relativas e orações clivadas são idênticas na medida em que formam um predicado complexo cuja variável é resultado do movimento-qu. As clivadas se apresentam na forma de orações relativas restritivas, mas mesmo assim interpretadas como predicado, cujo constituinte clivado é o sujeito do predicado:

(181) For $\underbrace{\text{João}}_{\text{sujeito}}$ $\underbrace{\text{que eu vi}}_{\text{predicado}}$

Uma estrutura clivada como a exemplificada em (185), segundo Williams

(idem), atende à regra

(182) X \bar{S} X subj_i \bar{S} Pred_i

que, como as demais regras de predicação, se aplica à estrutura superficial para derivar a estrutura de predicado.

Com a oferta da estrutura clivada como decorrente do movimento-qu, conjugada à interpretação das formas verbais aí envolvidas como formas nominais, pode-se, prever, por exemplo, para os dados em (176) e (177) uma leitura próxima a

(176a) 'João está na casa - [é aquela] feita pelo Daniel.'

(177a) 'Ele bateu na cobra com a borduna - [é aquela] feita pelo Xavante.'

onde o termo entre chaves corresponde ao operador nulo em Bakairi. A comparação de um enunciado como (176) com (183), solicitado em português com a segunda opção de tradução abaixo, pode sustentar um pouco mais a interpretação das orações relativas como formas clivadas:

(183) at_i danico t_i ãyetibe

'Foi a rede o feito do Daniel' (ou)

'Foi a rede [o que] o Daniel fez'

Em resumo, o que procuramos mostrar é que as formas nominalizadas/modalizadas - por se conjugarem ao mesmo sistema de referência pessoal encontrado com as formas verbais verbais desenvolvidas - são formas verbais nominalizadas dentro de uma estrutura S, não devendo ser interpretadas como adjetivos ou substantivos. Uma estrutura semelhante à de sentenças clivadas, o que nos faz remeter as formas nominalizadas/modalizadas

ao movimento-qu. São essas mesmas formas que ocorrem nos casos (previstos por Rizzi) para a vinculação por regência, isto é, para a vinculação a argumentos exigidos pela grade temática dos verbos. Fato que, além de compatível com a extraposição de argumentos de uma posição básica, característica do movimento-qu, vem repensar a distinção entre argumento e adjunto a partir do tipo de conexão envolvido. A extraposição de argumentos pedidos pela grade temática, em Bakairi, se sustenta, então, pela preservação do papel do argumento movido, porque o mesmo se anuncia nas marcas de nominalização.

O conjunto de considerações tecidas até aqui se estende às relativas objetivas (exemplos (175) a (179)) e subjetivas, focalizadas abaixo. Das relativas objetivas, as subjetivas só diferem no sistema de marcação de pessoa.

Nas relativas subjetivas não é acionado o sistema duplo de marcação. Quando os verbos são transitivos, apenas o objeto é marcado:

(184) əgəw [y -ã -nepire] imasedo
 cobra 1^o-ob-morder-agente-passado grande
 'A cobra que me mordeu era grande.'

(185) ʒuãw tutuze mɔkə ugoⁿdo kɔɣa [ʃ-iga -ne]
 conhecer aquele homem cesto 3^o-ob-fazer-agente
 'João conhece aquele homem que faz cesto.'

(186) tɔlə iɔizepa yamimeã tərə tɔkə egadile [ʃutũ -(n)e]
 existencial muito menino aqui arco fazer saber-agente
 'Tem muito menino aqui que sabe fazer arco.'

No caso dos exemplos com verbos monoargumentais

(187) ʒuãw kəpai [ãi - tɔ-bĩre ume] nũnã -pe
noite dançar-agente-passado-quando lua-existencial

‘A noite que João dançou tinha lua.’

(188) kura k- uhurw-wɣgə ad- akoba -ne təkɔzeze
gente 3ª-pé-com inversor-andar-agente cansado

‘Pessoa que anda a pé fica cansada.’

(189) pepi [ʃiti-be] mieraʃi kehõi n -ətə-Ø
canoa afundar-paciente fundo bem 3ªsu-ir-passado

‘A canoa que afundou bateu no fundo.’

(190) ugɔⁿdo sɛe-tibe kahu-ɔdat ʒuãw
homem chegar-paciente

‘O homem que chegou de carro é o João.’

há as seguintes opções de se marcar o sujeito interno: nenhuma marca (exemplo (187)); apenas o inversor -ad (exemplo (188)) O tema (exemplo (189)), à semelhança do sujeito de verbo intransitivo (exemplo 190), vem assinalado por ʃ- (∞ s-). Quanto às marcas de nominalização/ modalização, constata-se nas frases no presente -ne ‘agentivo’ (exemplo (188)) e -tɔ-bĩre ‘agentivo-passado’ e -tibe ‘paciente-passado’ nas frases no passado (exemplos (187), (189) e (190)).

Todo esse jogo de referencialidade aponta, na verdade, os marcadores de pessoa como índices referenciais das categorias vazias presentes nessas construções. A marcação de pessoa varia em função da estrutura determinante da categoria vazia. A variável que corresponde ao objeto (gap do objeto) exige um sistema duplo de marcação de pessoa; com a variável relacionada ao sujeito externo (gap do sujeito), apenas as marcas do objeto aparecem no verbo e quando a variável se relaciona ao sujeito interno, a marcação é idêntica ao do objeto direto.

4.2.2.5.1.2 *Relativas de Infinitivo e Subordinadas Finais*

Em linguas nominativo-acusativas, as relativas de infinitivo são aquelas que, além de apresentarem um objeto nulo expresso por um operador zero, têm como sujeito uma outra categoria vazia, no caso, PRO:

(191) 'Paulo_i não encontrou uma canoa para [PRO_i comprar *cv*]

Sobre uma oração final do tipo

(192) 'Eu limpei peixe para assar.'

Chomsky (1980) faz a previsão de que enunciados como este contém pelo menos duas categorias vazias - uma governada pelo movimento-qu e outra controlada por PRO:

(192a) Eu limpei peixe [PRO_i [PRO para assar t_i]_S]_S

A escolha de PRO como o elemento movido para COMP em (192a) é justificada porque, diferente das relativas de infinitivo, as cláusulas finais não contam com a possibilidade de ter um elemento-qu explícito. A análise de Chomsky é passível de discussão (cf.: WILLIAMS, 1980, HAEGEMAN, 1990, dentre outros). E passível de discussão seria também a sua extensão ao Bakairi.

Em Bakairi, as construções que corresponderiam às relativas de infinitivo e subordinadas finais apresentam também formas verbais nominalizadas/modalizadas, apontando o movimento-qu. As marcas que caracterizam essas construções na língua são -tōi (~ -dōi) e -hōi (~ -hōi), que são distribuídas respectivamente com os verbos com tema -tai e -aki. Adquirem o sentido de finalidade imediata.

A presença de concordância, aliada às marcas de nominalização/modalização

(formas com tempo), não favorece postular para as relativas de infinitivo e orações finais em Bakairi uma estrutura com previsão de PRO. A concordância, por sua vez, especifica a varável ligada ao objeto ou ao sujeito como se registrou com o enfoque das relativas acima. A nominalização/modalização remete ao movimento-qu. Típico desse movimento é o traço deixado ser marcado com caso (Cf.: RIZZI, 1993), fazendo com que o caso seja realizado no antecedente. Por não ser o antecedente fonologizado em Bakairi, o caso e o papel do item movido vêm expressos na própria forma verbal. Ainda a observar, o operador zero recebe, com o movimento, um índice referencial oriundo do papel temático previsto na posição de onde foi o argumento movido.

Assim, em Bakairi, confirma-se que as orações que correspondem a orações finais decorrem de movimento-qu, mas não apenas as finais com vazio parasítico de objeto (gap), como, por exemplo, acontece no inglês; as finais com vazio parasítico de sujeito atendem ao mesmo processo.

Exemplos de relativas de infinitivo revelam, assim, em Bakairi, expressão idêntica às orações finais:

(193) kã-dise _{SN}[tɔkalə kura _{CP}[∅_i V[∞][pro t_i ize-wa-tɔt]]]
 1^{su}/3^{ob}-querer uma pessoa gostar-1^{su}-finalidade
 'Quero alguém para amar.'

(194) ʒuãw n-io-pəfə _{SN}[pəpɨ _{CP}[∅_i V[∞][pro t_i tʃ- y- anã -tɔt]]]
 3^{su}-ob-achar-não 3^{su}/3^{ob}-comprai-
 'João não conseguiu achar uma canoa para comprar.'

(195) maria y-ātuge-le _{SN}[kɔfə _{CP}[∅_i V[∞][pro t_i tʃ- y-ihu-hɔt]]]
 3^{su}/3^{ob}-limpar-aspecto 3^{su}/3^{ob}-assar-
 'Maria está limpando peixe para assar.'

(196) maria \tilde{y} -ihu-ile SN[kãrə CP[∅_i V[∞][pro t_i t_j- \tilde{y} -ã-tõ]]]
 3^{su}/3^{ob}-assar- 3^{su}/3^{ob}-comer-

‘Maria está assando peixe para comer.’

A previsão de **pro** nesses exemplos pode ser confirmada com a comparação de enunciados semelhantes, nos quais no lugar de **pro** ocorre um índice lexical pleno:

(197) maria n-ige-akti SN[tãizẽt CP[∅_i V[∞][tãnia t_i \tilde{y} -ihu-hõ]]]
 3^{ob}-ralar- mandioca 3^{su}/3^{ob}-assar-

‘Maria ralou a mandioca para Tania torrar.’

(198) pedrɔ n-ic-pərə SN[pepi CP[∅_i V[∞][juãw t_i \tilde{y} -anã-tõ]]]
 3^{ob}-achar-não 3^{su}/3^{ob}-comprar-

‘Pedro não achou uma canoa para João comprar.’

A concordância dupla, referendando o sujeito e o objeto, é atestada nos exemplos (193) a (198), mas há também a possibilidade de se ter apenas a concordância com o objeto:

(199) maria n-eka-dat SN[ətə CP[∅_i V[∞][pro t_i s-akə-ji-hõ]]]
 3^{ob}-pedir- paciente-costurar-

‘Maria pediu o vestido para costurar.’

ou em seu lugar ocorrer o inversor -ad-:

(200) maria \tilde{y} -ãtuge-le SN[kãrə CP[∅_i V[∞][pro t_i ad_j-ihu-hõ]]]
 3^{su}/3^{ob}-limpar inversor-assar-

‘Maria limpou peixe para assar.’

A análise das estruturas com movimento-qu em Bakairi permite concluir, de imediato, que o movimento-qu ao instituir uma oração clivada destitui as construções com PRO e, dessa forma, preserva o princípio que estrutura toda a sintaxe da língua - a ergatividade.

4.2.2.5.2 *Adjunção*

Como se discutiu anteriormente, o deslocamento em oração absoluta não é isento de restrições, considerada a posição na sentença que se constitui num princípio de atribuição de caso. Somente a desestruturação através do movimento para foco permite a extraposição de argumentos em oração absoluta.

O deslocamento em orações absolutas pode ser restrito, mas exemplos de movimento em orações complexas como

(201) imi^mbire_i futuagi udodo_{t_i} nimeagi
filhote sei onça abandonou
'O filhote, eu sei que a onça abandonou.'

(202) piaⁿta_i setai awələ kulə_{t_i} ezenahule
porta vi fechar
'A porta, eu vi fechar sozinha.'

(203) udodo_i setai_{t_i} aβ̃iedile
onça fugir
'A onça, eu vi fugindo.'

são gramaticais porque a anteposição do objeto direto não interfere na interpretação do enunciado. Nem mesmo o exemplo (201) dá margem à ambiguidade. A ordem SOV prevê a adposição de dois SNs, e o deslocamento de um desses SNs (como no exemplo (201)) poderia levar à indagação sobre a função sintática do argumento movido, já que o verbo espelha a

concordância com o objeto direto. Caso no exemplo em foco, o termo *imiambire* 'filhote' fosse o sujeito da oração dependente, a forma verbal seria outra:

(204) *imiambire_i futuagi t_i udodo tŷimeile*
filhote sei onça abandonou
'O filhote, eu sei que abandonou a onça.'

em que, além da concordância dupla sujeito transitivo/objeto direto, o prefixo *t-* anuncia que o termo mais alto na sentença é o sujeito da oração dependente.

Assim, a adjunção em Bakairi, não licenciada em oração absoluta, vai ser permitida em construções complexas como as dos exemplos acima. O licenciamento, porém, está restrito a uma condição: a não-vinculação de SNs a categorias vazias pertencentes a orações distintas.

A impossibilidade de deslocamentos em orações absolutas parece estar também relacionada às duas posições do sujeito nas estruturas SOV/OVS e SV/VS.

O que se tem em Bakairi com respeito a essas ordens não é a oferta de duas posições para um sujeito do mesmo tipo. Estão em jogo dois sujeitos com status diferente: um com valor referencial - os SNs plenos e os pronomes livres de 3ª pessoa, e outro sem valor referencial - os pronomes de 1ª e 2ª pessoa.

Por serem marcados referencialmente no discurso, os pronomes de 3ª pessoa e os nomes, e sobre eles que vão recair as declarações e os comentários. Trata-se de se refletir na estrutura sintagmática (posição mais à esquerda) instâncias do discurso: a 3ª pessoa expressa por um número variado de formas (cf.: cap. 5) e pelos nomes se define como a não-pessoa, o elemento não-marcado na co-relação de pessoa na esfera enunciativa. Já os pronomes de 1ª e 2ª, por não serem referenciais, ao contrário, ocupam as posições enunciativas do discurso (eu e tu) e não podem vir à esquerda do SV.

Por isso em Bakairi, dois nomes ou um nome e um pronome de 3ª pessoa não podem disputar o mesmo espaço temático, daí o movimento só vir a ser permitido para além

de dois nodulos S. A expressão, por exemplo, de um enunciado como

(205) ʒuãw maria mɔkə netai kəpatlɔgə
 ele viu ontem

‘João, Maria viu ele ontem.’

que, em português, admite a co-referencialidade entre ʒuãw e mɔkə ‘ele’, em Bakairi tem a seguinte leitura: o termo mais à esquerda, ‘João’, é lido como vocativo e o pronome mɔkə ‘ele’ refere-se a outra pessoa diferente de ‘João’, atestando o seu valor de dêitico, elemento do discurso.

Enquanto não se pode recorrer ao pronome cópia de 3ª pessoa em casos de topicalização como o do exemplo (205), onde se confirma a impossibilidade de deslocar argumentos expressos por nomes e pronomes de 3ª pessoa em oração absoluta, os argumentos ditos pelos pronomes de 1ª e 2ª pessoa não só podem ser topicalizados dentro do espaço de S, como têm direito à cópia -

(206) ura əgəw kã-ita-bəɾə ura
 eu cobra 1^{su}/3^{ob}-medo-não eu

‘Eu não tenho medo de cobra.’

(207) ura apafi kã-ega-bəɾə ise aze
 esteira 1^{su}/3^{ob}-fazer-não futuro eu

‘Eu não vou fazer esteira.’

(208) əmɔ arot ɔ-eka-ze əmɔ y-ã
 você 2^o-pedir-aspecto 1^o-para

‘Você vai pedir arroz para mim?’

- espelhada nos exemplos (206) e (208), ura/ura; əmɔ/əmə, ou com a opção de um outro pronome cópia, ura/aze, no exemplo (207).

A ordem OVS, além de ter a posição do SN-sujeito restrita a pronomes de 1ª e de 2ª, pode ser confirmada também como ordem básica: a presença de pronome cópia nos exemplos (206) a (208) respaldaria a proposta de movimento do sujeito para a esquerda. Por outro lado, a possibilidade de se operar com pronome cópia para o sujeito de 1ª e 2ª pessoa permite diferenciar o processo de topicalização no Bakairi das linguas nominativo-acusativas. Em estruturas SOV absolutas, não é permitido o deslocamento à esquerda por adjunção, fato que pode ser imputado ao valor temático dos nomes e pronomes de 3ª pessoa. Com as estruturas OVS a adjunção decorre sem restrições.

Esse dado traz à tona outro fato inerente à categoria dos argumentos. Somente os nomes e os pronomes de 3ª pessoa podem deter o status de objeto direto. É totalmente agramatical frases do tipo:

(209) *mɔkə ura y- e- dɔ
 ele eu 1ª-ve-passado
 'Ele me viu.'

(210) *mɔkə əmə ə- edɔ
 você 2ª-
 'Ele viu você.'

Mas pode-se dizer

(211) mɔkə awɔkə n-edɔ
 ele 3ª
 'Ele viu ele.'

Ainda a observar, a adjunção em Bakairi não se restringe ao deslocamento do sujeito e do objeto direto. O exemplo

(212) m̄kə, tãβi j-udu-aki t, t-ỹ-ene-dise-ba e-aβilige
 ele fumo 3^{su}-dar-passado 1^{su} 3^{su}-fumar-querer-não 3^{ob} 3^o-conectivo

‘Eu dei fumo pra ele, mas ele não quer fumar.’

exibe a topicalização do objeto indireto mas este, em posição de tópico, não pode vir expresso na forma posposicionada. Daí o uso da forma livre do pronome de 3ª pessoa, m̄kə ‘ele’. Compare-se o exemplo (206) com

(213) tãβi j-udu-aki ẽi -ĩã (...)
 fumo ele-para

‘Eu dei fumo para ele...’

Essa característica do termo topicalizado não poder vir marcado com caso, é compatível com uma das características da noção de tópico trazida por Li e Thompson (1976).

A oferta da noção de tópico trouxe a possibilidade de se classificarem as línguas naturais não apenas em termos de sujeito-predicado, mas também em termos de tópico-comentário.

Muitos são os trabalhos que buscam ilustrar o funcionamento da estrutura das línguas levando-se em conta, ao lado das categorias sintáticas, a categoria tópico. Dentre esses se inclui o de Huang (1984), que veio acrescentar à discussão uma tipologia fundamentada na natureza da vinculação de categorias vazias. Cria-se, então, a perspectiva de se falar em variável de discurso, não originária de movimento e característica de “línguas orientadas para o discurso” ou línguas de tópico.

Em Bakairi, a falta da noção de sujeito derivada em FLEX evidencia que, por ser a língua ergativa, não se lida com a noção clássica de sujeito gramatical propriamente dita. Por isso, o sujeito em Bakairi, quando vem preenchido por diferentes papéis temáticos (agente, participante ativo, tema), revela a natureza de dois tipos de sujeito na língua - externo e interno.

Mas não se atesta uma co-relação entre as posições discursivas e a natureza sintagmática dos argumentos

Assim, a discussão em Bakairi em termos de tipologia não passa pela questão da proeminência do sujeito ou do tópico. A topicalização não subexiste em função das noções sintáticas. Qualquer argumento pode ser topicalizado em Bakairi desde que não se ponha em risco a integridade sintática dos argumentos da língua. Uma língua sem recursos morfológicos de atribuição de caso ao SN-sujeito e ao SN-objeto, e que recorre à configuração estrutural para definir as funções sintáticas. Tanto assim que o sujeito interno, caso dos verbos monoargumentais, tanto está à esquerda quanto à direita do verbo, segundo restrições lexicais, mas em ambas as circunstâncias a sua posição é interna ao verbo.

O fato de o SN-sujeito de 3ª pessoa e de nome ocupar a posição mais à esquerda não requer o seu tratamento como tópico. A topicalização se faz por movimento de adjunção, não se tratando de uma das parametrizações da sintaxe. Encerra um recurso discursivo. A colocação à esquerda, porém, atende às restrições aqui discutidas, mas quando o termo a ser topicalizado não está sujeito a restrições, são muitas as formas de se alcançar o processo na língua.

Pode-se recorrer a pronomes cópias de 1ª e 2ª pessoa, como foi mostrado em (206) a (208). Ou despir o argumento das posposições atribuidoras de caso, como mostra o exemplo (212). Ou, ainda, num processo semelhante a este, colocar em tópico o argumento sem posposição e, em seguida, repeti-lo posposicionado:

(214) mēĩĩ ^ mēĩĩ-ge- ma jina penile kōēⁿda
jenipapo-com-só nossa pintura bom

‘O jenipapo. Só com jenipapo as nossas pinturas ficam mesmo bonitas.’

Como se pode ver aí, a posição de adjunção, ou de topicalização, não se confunde em Bakairi com a posição de sujeito externo. A recursividade do processo acomoda

a natureza externa de qualquer argumento na língua.

A alternativa de se recorrer, em alguns casos, ao pronome cópia, ou de se repetir o termo topicalizado (exemplo (214)), define a adjunção como um fenômeno de base. Os termos já nascem em adjunção na estrutura profunda vinculados às variáveis. Variáveis de discurso como classifica Huang (1984).

Recurso bastante produtivo na língua, a adjunção em Bakairi pode se dar também à direita, espelhando uma possível construção de anti-tópico:

- (215) ʃ-udu-akt petɔ; zuãw;-fã ad -ye -dize-ba Ø-aβile ^ mʌkə; petɔ;
3^oob-dar-passado lenha inversor-fazer-querer-não 3^a-conectivo ^ ele fogo
'Eu dei lenha para o João, mas ele não quer fazer fogo.'
{mas não quer fazer ^ ele, o fogo.}

Enfim, as posições de sujeito diferenciadas em Bakairi não enunciam alternativas em função do recorte tópico/foco. Nem correspondem às noções de sujeito interno e sujeito externo, dado as alternâncias SOV/OVS e SV/VS expressarem uma categorização no léxico: sujeito referencial (nomes e pronomes de 3^a pessoa) à esquerda e sujeito não-referencial (pronomes de 1^a e 2^a pessoas) à direita, indiferentes à condição de argumentos externos ou internos.

A descrição de como se dá a topicalização em Bakairi se desvincula, de fato, da sintaxe, em especial da noção de proeminência ou não de sujeito. Mas as duas posições de sujeito do Bakairi também não se definem pelo que propõe Kato (1989:129) a respeito da natureza das línguas: "que essa diferença se faça não em termos das categorias tópico e sujeito, mas sim, em relação ao tipo de sujeito que as línguas naturais podem selecionar", no caso, sujeito externo e sujeito interno.

A diferença também pode se instituir em função do tratamento dado às instâncias da enunciação: as pessoas do discurso (o eu e o tu) e a não-pessoa (o outro).

4.2.2.6 Ergatividade e Parâmetros

A abordagem das chamadas estruturas de controle revelou no Bakairi essas construções como estruturas clivadas decorrentes do movimento-qu. Por outro lado, o sistema de marcação de pessoa, mais do que contribuir para a inexistência de PRO, favorece a postulação de uma outra categoria, no caso, pro.

As condições que sustentam pro são, segundo Rizzi (1986), duas:

- (a) pro é licenciado sob governo de núcleo, no governo de FLEX, um núcleo
- (b) o conteúdo de pro é recoberto através da especificação de concordância rica.

dando lugar ao

- (vii) Parâmetro pro-drop
- (viii) pro é governado por X^o y
- (viii b) sendo X a cabeça que licencia a ocorrência de pro; então pro tem a especificação gramatical dos traços de C coindexados a ele.

Considerada a especificidade dos marcadores de pessoa, desvinculados da categoria de flexão em sentido estrito, a previsão de pro em Bakairi estaria sustentada por (via), que, ao não restringir pro à FLEX, abre em princípio outros tipos de núcleo que licenciariam pro.

Em Bakairi, calçado pelo tipo de concordância, qualquer sujeito pronominal pode deixar de ser expresso, exceção feita às formas com t-...-ze e com -ad-. O sistema de concordância não é rico o bastante a ponto de permitir a omissão do sujeito pronominal em todos os casos. O que parece fortalecer a hipótese de que o parâmetro pro-drop é alimentado pela concordância.

A concordância, porém, segundo Huang (1984) não é condição *sine qua non* para manutenção de pro: o chinês permite sujeito nulo a despeito do fato de a língua não oferecer marcas de concordância. Japonês e coreano, por exemplo, seriam também línguas idênticas ao chinês.

Na discussão sobre línguas *pro-drop* (sujeito nulo), o italiano tem sido apontado como uma língua tipicamente *pro-drop*. Entre o chinês e o italiano há diferenças no que se refere em especial ao tipo de vinculação que se estabelece entre categoria vazia sujeito e seu antecedente. Para o italiano, a proposta é de que a categoria vazia sujeito é vinculada ao SN mais próximo, que no caso é a Concordância. Enquanto o chinês, sem concordância, apresenta uma variável vinculada por tópico.

O trabalho de Huang (1984) torna-se particularmente interessante quando este aponta a possibilidade de se falar em línguas orientadas para a sentença e línguas orientadas para o tópico.

As línguas de tópico e as *pro-drop*, além da categoria vazia sujeito, também apresentam objeto nulo, especificado ou como variável vinculada por tópico (chinês) ou como pro (português). Com isso fica dissociada a origem da variável vinculada exclusivamente ao movimento-*qu*. A vinculação, necessariamente, não precisa se dar com um elemento presente no contexto lingüístico. Trata-se de considerar a existência de um operador zero na posição de tópico, antecedente de um objeto nulo. O português de Portugal, por exemplo, segundo Huang (*idem*) contaria com essa possibilidade, enquanto o português do Brasil, segundo Galves (1984), parece caracterizar o objeto nulo como pro, dado as estruturas relativas apresentarem o pronome cópia no lugar do objeto nulo.

Haegeman (1990) retoma os dados de português de Portugal analisados por Huang (1984) e por Raposo (1986, in Haegeman, *idem*) e busca evidências para especificar os traços da categoria vazia objeto enquanto uma variável-*qu*. O tópico zero encerra uma variação paramétrica, atestada em outras línguas diferentes do português, mas não atestada numa língua como o inglês, por exemplo.

Em resumo, pode-se verificar que, pela especificidade da vinculação de categorias vazias, as línguas se orientam pela sintaxe (línguas de sujeito-predicado e pro-drop) ou pelo discurso (línguas de tópico-comentário), ou ainda exibem uma orientação mista.

A análise de frases do Bakairi, semelhantes às que vêm sendo sublinhadas nas discussões mais recorrentes, além de acrescentar fatos interessantes apontam a ergatividade como orientação básica às questões sobre vinculação. Retomaremos, assim, alguns dos exemplos já focalizados mas que por conveniência serão renumerados.

4.2.2.6.1 *Concordância e categorias vazias*

O sistema de marcação de pessoa em Bakairi permite, a princípio, falar de omissão de constituintes em orações absolutas onde contam as formas verbais empregadas.

Com as formas indeterminadas com relação à pessoa, porém, não se registram categorias vazias. É o caso da afixação do prefixo *t-* à raiz verbal:

(216) *mʌkə udodo titaze*
 udodo ter-medo
 ‘Ele tem medo de onça.’

(217) *udodo titaze ufa*
 eu
 ‘Tenho medo de onça.’

Quando junto à raiz verbal vem marcação dupla, apenas o sujeito pode ser vazio:

(218) *yamuⁿdo muŋe-ãwã kã-eka-na-bəŋə*
 menino banco -em 1^{su}/3^{ob}-sentar-transitivizador-não
 ‘Não sentei a criança no banco.’

Entretanto, dado o contexto, a categoria vazia objeto também pode ocorrer, fato retomado com a análise do exemplo (226) adiante.

Restam ainda dois outros casos: um onde sujeito e objeto podem corresponder a categorias vazias e outro onde o preenchimento do sujeito se torna obrigatório e o objeto direto é sempre vazio.

O primeiro caso atende à subcategorização do objeto direto como 3ª pessoa, porque os marcadores têm dupla leitura e permitem recuperar o sujeito:

(219) s- apioꝓuagi

3ªob

1ªsu

‘Bati nele.’

(220) n- apioꝓuagi

3ªob

3ªsu

‘Bateu nele.’

(221) m-apioꝓuagi

2ªsu

‘Bateste nele.’

O outro caso também atende à subcategorização do objeto direto, no que se refere à 1ª e 2ª pessoa. Trata-se da relação pessoa/pessoa segundo a qual o Bakairi, por não apresentar hierarquia referencial, marca somente o paciente; sem instituir a dupla leitura torna-se obrigatório o uso específico do SN sujeito e vazia a casa do objeto direto:

(222) mɔkə u- ɔɔɔɔtai

ele 1ª-ob-

‘Ele me empurrou.’

Uma língua que, no sistema de concordância conta com marcas para o objeto direto, permite esse tipo de categoria. Esse dado, porém, foge em certo alcance às colocações de Huang (1984), que fala da existência dessa categoria sem ser preciso recorrer à concordância, ou a clíticos.

O status dos marcadores de pessoa não é o de clíticos. De imediato, diria apenas que são índices referenciais (prefixos) que apontam as relações de caso na língua, e tanto ocorrem relacionados a categorias vazias quanto relacionados a SNs plenos na sentença. Isso os desvincula da noção de clíticos que ocorreriam como elementos referenciais do nome.

Descartada a presença de clítico no exemplo (226), e desconsiderada a concordância com o objeto, pode-se pensar, por esse exemplo, em aproximar o Bakairi das línguas orientadas para o discurso. Outras construções, porém, que se aliarão a esta para caracterizar uma língua orientada pelo discurso também não encontram eco em Bakairi.

Como acontece com uma das estruturas típicas de tópico/comentário -

(227) João, vi ele ontem.

(227a) João, vi-o ontem.

- que não é expressa em Bakairi com o simples deslocamento do objeto direto para tópico.

O enunciado

(228) ʒuãw s-eda kɔpatlɔgə

3^oob-ver ontem

‘Vi João ontem.’

espelha a ordem básica da língua - OV(S) - e não uma ordem deslocada. E mesmo a inserção de um pronome no lugar onde seria prevista a categoria vazia -

(229) zuãω_i mʌkə_j seda kɔpauləgə
 ‘João, vi ele ontem.’

não recupera João como tópico. A natureza de mʌkə (e dos demais pronomes de 3ª pessoa) aponta uma referência no discurso e seu status é idêntico ao do nome e disputa o mesmo espaço temático. Sua função é ou a de um determinante ou a de um termo de referência. Por isso no exemplo acima não pode estar coindexado a ‘João’. E a sua ocorrência aí passa ter a função de objeto direto, delegando, porém, a ‘João’ a função de vocativo.

Uma estrutura topicalizada como a do exemplo (227) para ser traduzida em Bakairi, necessariamente, terá que ser derivada do movimento-qu, dando lugar a uma estrutura complexa:

(230) [∅_i [SN João [t_i kã-e-tibe kɔpauləgə]]] —
 CP V''
 1^{su}/3^{ob}-ver-paciente ontem
 ‘Foi o João que eu vi ontem.’

Em seção anterior, mostramos que a extração de termos em orações absolutas só é possível em Bakairi pelo movimento-qu porque a ordem dos constituintes na sentença atribui caso. A observar, as estruturas em (230) são analisadas por Chomsky (1977) como decorrente do movimento-qu estando aí envolvida uma regra de discurso. O deslocamento à esquerda, de fato, institui uma estrutura de foco e, no caso particular do Bakairi, constitui a única possibilidade de se imprimir um recorte discursivo a *uma oração absoluta*.

Mas a estrutura de foco em Bakairi não tem como único fim o recorte discursivo. Não decorre de uma regra de discurso e sim de um princípio da sintaxe que não permite a violação da ordem básica da língua sem prejuízo à interpretação dos enunciados. Além do mais, o mesmo fenômeno - movimento-qu - caracteriza outros processos de subordinação gramatical, tendo aí um fim específico: a co-referencialidade.

Enquanto não se pode contar em Bakairi para uma oração absoluta, com uma estrutura de tópico/comentário - conta-se em seu lugar com uma estrutura clivada -, o interior de uma frase complexa acomoda uma construção típica de tópico/comentário -

(231) pepi - agele - t; ʃ-yɔke-ze ura

‘A canoa - disse ele - Vou procurar.’

‘A canoa - ele disse que ia procurar.’

expressa com categoria vazia objeto, ou com pronome cópia:

(232) pepi - agele - awarə ʃ-yɔke-ze ura

‘A canoa - disse ele - Vou procurar ela.’

Nesse dado, observa-se que no lugar da concordância dupla tem-se preso à raiz verbal o prefixo s-, o qual recupera que o elemento topicalizado é o paciente do verbo da oração dependente. (A mesma observação se estende ao exemplo (226)). O alcance discursivo do prefixo s- é idêntico ao do prefixo t-: diferente dos demais marcadores, não expressam marcas de caso, e sim apontam, respectivamente, relações temáticas como as de paciente e agente. Em largo alcance, acabam por ser também marcas que remetem ao elemento topicalizado. Enfim, dizem a estrutura tópico/comentário e, portanto, dizem a possibilidade de uma variável de discurso.

Ainda, sobre o exemplo (231) é preciso ressaltar que, apesar de se estar lidando com uma estrutura complexa, o SN envolvido na vinculação já nasce na posição de adjunção, não sendo resultante de movimento na superfície. O operador vazio pode, então, ser substituído por um pronome cópia.

Fato que não ocorre, como já dissemos anteriormente, em frases embebidas ou completivas. Numa estrutura de encaixe como

- (233) [\emptyset_i SN[awəkə tələ kəzenāwa] t_i k̄a-e-tibe kəpatləgə ə-βerɪ]
 esse ai moço 1^{su}/3^{ob}-ver-paciente ontem 2^a-irmão
 ‘Esse moço aí que vi ele ontem é teu irmão.’

nunca poderá ocorrer um pronome cópia. A substituição da categoria vazia por um pronome cópia torna a sentença totalmente agramatical. Os pronomes de 3^a pessoa disputam com o nome o mesmo escopo referencial, tornando totalmente impossível, no exemplo em foco, qualquer interpretação com a inserção de um pronome de 3^a pessoa.

Ratifica-se, então, a diferença entre o movimento-qu e a adjunção na base e não se atestam variáveis de discurso em estruturas-qu do Bakairi. Ou seja, o movimento-qu, além de recobrir a topicalização de elementos em orações absolutas, recobre também os casos de vinculação onde estarão envolvidos processos complexos de subordinação, onde contam construções de controle. Nessa perspectiva, podemos dizer que as chamadas variáveis de discurso só serão previstas em Bakairi em estruturas onde a conexão não se dá pelo movimento-qu.

Isso é relevante em quase todos os casos para os quais foi prevista a possibilidade de categoria vazia, como numa estrutura do tipo (232), ou numa outra semelhante -

- (234) [paω_i [ʒuãω anige [pedrɔ t_i n-yɔ-dat kəpatləgə]]]
 3^{ob}-achar-passado
 ‘Paulo - João disse - Pedro encontrou ontem.’
 [‘Paulo, João disse que Pedro encontrou ontem.’]

- na qual se pode falar de uma variável, cuja “referência está fixada no discurso”.

Mas, não se tem categoria vazia em construções do tipo

- (235) k̄a- ekudile ise firə ətə k̄a-nā-pəfə awələ
 1^{su}/3^{ob}-experimientar futuro este vestido 1^{su}/3^{ob}-comprar-não ele
 ‘Vou experimentar esse vestido antes de comprar.’

- (236) ɔdələ ətə mǎ-nakile mǎ-eku-bərə awələ
 que roupa 2^{su}/2^{ob}-comprar 2^{su}/3^{ob}-comprar-não ele
 ‘Que roupa você comprou sem experimentar?’

que, *obrigatoriamente*, exibem um pronome cópia no lugar da categoria vazia.

A análise da distribuição entre o uso de pronomes lexicais e categorias vazias leva à afirmativa de que a categoria vazia em posição objeto interfere na interpretação da sentença, como não acontece com a categoria vazia em posição sujeito. (cf.: HUANG, *idem*).

Os dados trabalhados por Huang para chegar a essa conclusão encerram exemplos de orações com discurso indireto. O discurso indireto não é uma construção encontrada com frequência no Bakairi, nem facilmente caracterizada em termos morfológicos. Por isso, num primeiro momento, os enunciados com discurso indireto, semelhantes aos trabalhados por Huang, foram traduzidos em Bakairi por estruturas de discurso direto.

Embora o discurso direto seja uma forma recorrente na língua, esta estrutura não envolve nem vinculação nem co-referencialidade. Uma tradução de enunciados com discurso indireto em português pode corresponder, em Bakairi, a orações nominalizadas/modalizadas, mas que, diferente das orações nominalizadas já estudadas - estruturas relativizadas e subordinadas adverbiais com categorias vazias - podem apresentar termos anafóricos, como ‘mesmo’, ‘próprio’, exemplos (237) e (238), no lugar das categorias vazias:

- (237) danieɔ anige kɔɣa urə-lə ise aye-ne
 cesto eu-mesmo futuro fazer-agente
 ‘Daniel falou: Sou eu mesmo que vou fazer a cesta.’

- (238) danieɔ anige kɔɣa mɔkə-lə ise aye-ne
 ele-mesmo
 ‘Daniel falou que ele mesmo ia fazer a cesta.’

Ou, ainda, no lugar do termo anafórico ocorrer a categoria vazia:

(239) daniεw age-arĩ [t] ayene-pĩriẽ w-aβile tε-ise kɔya
 falar-foco -passado 1ª-conectivo agente-futuro

‘Foi Daniel que disse: Era eu que ia fazer a cesta.’

Neste último exemplo há duas construções com foco: o elemento focal -ãĩĩ que pode marcar o verbo e a forma aye-ne ‘fazer-agente’; Há também um tipo de conectivo que expressa marca de pessoa e funciona como cópula - w-aβile; este conectivo tem a função de interligar duas ou mais orações, a sua presença significa uma fronteira S. No caso de exemplo acima, uma fronteira entre ayenepĩriẽ e tε-ise kɔya, contribuindo para a leitura clivada para a oração complemento do verbo ‘dizer’.

Até aqui a distinção que separava o movimento-qu da adjunção era a restrição à ocorrência de um item lexical pleno no lugar do traço-qu. Aparentemente, esta distinção torna-se fraca quando da análise dos exemplos (237) e (238). Entretanto, entre esses dois exemplos e os outros que também apresentavam estruturas nominalizadas/modalizadas existe uma diferença no processo da estruturação sintática em si.

As orações nominalizadas/modalizadas descritas anteriormente abarcavam a extraposição do argumento em oração absoluta - não envolvendo relação de controle - e a expressão de oração-qu, orações relativas e orações subordinadas adverbiais - para as quais é prevista a co-referencialização ou o controle de SNs e categorias vazias. Nos dados (237) e (238), o que se tem é a expressão de orações completivas (substantivas), nas quais não há cruzamento de papéis sintáticos diferenciados, e o uso de termos anafóricos como ‘eu mesmo’, ‘ele próprio’ cumprem a função de recuperar o papel do SN na posição de tópico com o qual estão relacionados.

A co-indexação a elementos anafóricos nesses casos atende, porém, à condição de sujeito especificado, só podendo existir a vinculação com Sn sujeitos. Assim, é possível, de antemão, antever a inexistência de categoria vazia objeto em frases completivas, vinculadas a um SN na oração principal, como ilustra o exemplo (240) abaixo. É impossível a realização

desses dados em Bakairi mesmo de forma agramatical.

* (238) João_i disse que Pedro viu_e_i

E aí os fatos do Bakairi diferem, por exemplo, dos fatos em português. Galves (1984), a respeito do português do Brasil, confirma que uma categoria vazia objeto não pode ser co-referente com o tópico na sentença; a vinculação pode se efetuar, porém, recorrendo-se ao uso do pronome no lugar da categoria vazia.

Em Bakairi a situação é diferente. Não só o recurso a um elemento anafórico não vincularia o tópico, como também o movimento-qu não ocorreria. As regras de condição de sujeito especificado não permitem que um sintagma em COMP se vincule a uma posição no SV (Cf. WILLIAMS, 1980), sempre que o movimento-qu operar sobre um sintagma diferente do sujeito.

Logo, o jogo de vinculação em Bakairi não resulta da interpretação de quem ouve, nem encerra uma questão de registro. É um jogo regido pelas regras de predicação, como o movimento-qu e a vinculação de anáfora sujeito.

Interessante torna-se, então, o quadro do Bakairi. Os exemplos de vinculação apresentados aqui costumam ser explicados na literatura à luz de um mesmo fenômeno - a categoria tópico. As línguas de tópico podem vincular diretamente uma categoria vazia aparecendo numa sentença em posição de objeto. Nas línguas em que isso não acontece, ocorre no lugar da categoria vazia ou um pronome tônico ou um clítico. “O resultado dessa vinculação é uma ligação direta mais íntima da frase com seu contexto, lingüístico ou não, visível na sua própria realização sintática. Nesse sentido é que se pode falar em língua de tópico ou “orientada para o discurso. É o discurso interferindo diretamente na sintaxe.” (GALVES, 1984:113)

Pelos dados que mostramos até aqui, a categoria vazia em Bakairi é de duas naturezas: variável vinculada e variável gerada na base. Do movimento-qu decorre a variável vinculada, da adjunção na base decorre a outra variável. O movimento-qu faz nominalizar as

formas verbais, diferença fundamental para especificar as duas categorias aí envolvidas. A adjunção na base só recobre a ço-referencialidade entre o SN-tópico e a categoria vazia pertencentes à *mesma oração*. Já o movimento-qu atende à vinculação de SNs e categorias vazias de *orações distintas* e aos casos de controle. O que entra em causa em Bakairi, então, não é a natureza da categoria vazia - sujeito ou objeto - nem as alternativas pronome X clítico. A distinção entre o tipo de conexão - que também descreve a diferença entre adjunto e argumento formulada em Rizzi (1993) - pode, talvez, contribuir para a descrição desses fatos de forma mais satisfatória.

4.2.2.6.3 *Formas de conexão de variáveis*

Em Bakairi, não há uma implicação uniforme entre os tipos de variáveis que ora atenderiam às regras da sintaxe ora, às regras do discurso. Os fatos envolvidos com a vinculação não se agrupam da mesma forma que as chamadas línguas de tópico ou as línguas orientadas pela sintaxe, e não favorecem que se chegue a uma conclusão sobre a parametrização do Bakairi. O que nos leva voltar a atenção para trabalhos mais recentes como os de Rizzi (1993), o qual direciona toda a discussão sobre controle e vinculação para além da questão das simetrias do tipo sujeito/objeto, argumento/adjunto, trazidas por Huang.

Rizzi oferece uma revisão, à luz da teoria da minimalidade, da formulação teórica do princípio de categorias vazias (ECP), a partir da descrição das condições de localidade do escopo da vinculação. A conclusão que daí se estabelece é a de que existem dois modos de conexão: a vinculação à longa distância e o governo local.

O modo como vai se instituir a ligação das categorias vazias aos constituintes decorre de uma definição estrita de índice referencial, o qual só pode ser assim legitimado quando associado a um papel temático referencial (Cf.: vi), restringindo as relações de regência a elementos associados a papéis temáticos referenciais.

Apenas as posições temáticas (-marcadas) podem carregar um índice referencial,

e em função desta noção se define a relação de regência:

- (viii) X rege Y se e somente se
 - (i) X c-comanda Y
 - (ii) X e Y têm o mesmo índice referencial.

A restrição trazida pela definição estrita de índice referencial resume o efeito essencial de identificação do princípio de categoria vazia e descreve com propriedade as assimetrias fundamentais de argumento/adjunto. Pode-se então simplificar o princípio de categoria vazia para:

- (ix) ECP: Uma categoria vazia não pronominal deve ser propriamente regida por núcleo.

Dois modos de conexão passam a ser formulados. A regência somente com índices referenciais associados a argumentos marcados tematicamente, dando lugar à conexão da variável através de um operador cujo índice é licenciado pela atribuição de papel temático. Trata-se de se lidar com movimento à longa distância (A' biding), recobrando as relações de ligação e controle. Quando, porém, a ligação se dá num escopo de dependência-A, isto é, quando variáveis não-referenciais (adjuntos) não podem estar conectadas via "biding", o recurso de que se dispõe é a noção de cadeia, uma seqüência estreitamente relacionada à noção de governo de antecedente.

Essa noção de governo de antecedente não pode, porém, ter como ponto nodal a co-indexação, de forma a ser aplicada a material indexável e não-indexável e vai atender à seguinte formulação:

- (x) X governa o antecedente Y se e somente se
 - (i) X e Y são idênticos
 - (ii) X c-comanda Y
 - (iii) nenhuma barreira intervém
 - (iv) Minimalidade Relativizada é respeitada

De onde resultam as duas formas não excludentes de conexão: ligação por “biding” e uma cadeia de relações de governo. Esse sistema dá conta de quase todos os casos de variáveis relacionadas a assimetrias, exceto da dependência entre SNs e clíticos, em casos de construções de alçamento, e outros. (Cf.: RIZZI, op.cit:92-93)

Pelos dados Bakairi que analisamos acima, a conexão de categorias vazias, ou até mesmo a própria existência dessas categorias, além de atenderem às mesmas restrições de co-referencialidade presentes em relações de controle, parecem estar sustentadas pelo sistema referencial de pessoa acionado em tais estruturas. A co-referencialidade aponta, de imediato, as implicações decorrentes da natureza da estrutura argumental, que diferencia sujeito externo do sujeito interno igualado ao objeto direto.

A vinculação alcançada através de índices referenciais, segundo a proposta de Rizzi (idem), vai, então, se explicitar em Bakairi naqueles casos em que as marcas nominalizadoras ratificam os papéis temáticos associados aos índices que foram licenciados pela estrutura argumental.

O mesmo processo é verificado com construções onde se teriam os chamados movimentos longos do tipo:

(240) ʒŋge_i [t_i mã-utu-dã-ne [t_i udɔɔɔ]-iã-^m-pɪre]
 quem 2^{su}-3^{ob}-saber-dubiativo-agente onça paciente-matar-agente-passado
 ‘Quem você não sabe que matou a onça.’

(241) ʒŋgidɔ_i [t_i mãutudãne [mɔkɔ t_i ỹ -ũ -ɪpe]
 bicho ele 3^{su}-3^{ob}-caçar-paciente
 ‘Que bicho você não sabe que ele caçou?’

O que vem confirmar a vinculação à distância.

Em busca de uma sistematização e de uma descrição satisfatória dos exemplos analisados na seção precedente sobre variáveis, podemos partir de uma distribuição desses

exemplos em quatro casos:

(a) **Casos de adjunção na base.** Descrevem algumas das chamadas variáveis de discurso, as quais só são possíveis em Bakairi porque atendem às condições de governo descritas em (x). Trata-se de construções, formadas por períodos complexos, onde pode se contar ou com categoria vazia objeto (exemplos (226), (231) e (232)) ou com um pronome cópia, ambos vinculados ao tópico. Os marcadores de pessoa acusam o elemento extraposto e atendem à seleção prevista pelas formas aspectuais aí envolvidas. Conta-se, então, com a concordância dupla (formas *-tile*), concordância somente com o objeto (formas *perfectivas*) ou apenas com a marca de tópico *s-* - relativa ao paciente (formas *-ze*). Essas marcas também ocorrem quando da presença do pronome cópia.

(b) **Movimento-qu.** Recobre a vinculação de categoria vazia sujeito e objeto através do movimento para foco, instituindo estruturas clivadas a partir de orações simples. Por ser a ordem um fator de atribuição de caso em Bakairi, as orações absolutas (altamente ergativas) só permitem o deslocamento dos argumentos através do movimento-qu, dando lugar a uma construção complexa. As marcas nominalizadoras que anunciam o papel temático do termo movido selecionam ou a dupla concordância, ou a marca *s-* de paciente e de qualquer argumento interno. Nesses casos, nos quais o movimento-qu parece se instituir apenas como recurso discursivo, a presença de pronomes cópias torna as sentenças totalmente agramaticais.

(c) **Movimento-qu e controle.** Atende aos casos onde ocorre a vinculação e o controle envolvendo o mesmo argumento, como em orações encaixadas e em enunciados para os quais seria previsto, no processo da vinculação de uma categoria vazia sujeito, o discurso indireto. Como o discurso indireto não é previsível na língua, esses enunciados são traduzidos ou pelo discurso direto ou pelo movimento-qu. Com o movimento-qu, a vinculação se dá ou com uma categoria vazia sujeito, ou com um elemento anafórico (exemplos (237) a (239)). Os

casos com movimento-qu, incluindo-se os referidos na letra (b) acima, expressam a vinculação à longa distância (“A’-biding”): a extraposição seleciona os argumentos requeridos pelo princípio de atribuição de papéis temáticos (θ -role), operando com índices referenciais legitimados.

(d) **Vazios parasíticos.** Há dois tipos de construção nos quais são previstos vazios parasíticos (parasitic gap). Um envolve períodos coordenados e a categoria vazia objeto (gap do objeto) aí encontrada não atende às relações de c-comando. São casos de categorias vazias em contexto anti-c-comando e, por isso mesmo, tratadas como variáveis de discurso. Em Bakairi não se registra esse tipo de categoria vazia e, em seu lugar, é obrigatório o uso do pronome cópia (exemplos (235) e (236)). De onde se conclui que as categorias vazias não originadas de movimento (variáveis de discurso) só ocorrem sustentadas por índices referenciais e atendendo às relações de c-comando. Ainda se observa que nesses casos o contexto gramatical - a coordenação - não prevê o movimento-qu.

Enfim, o que esse conjunto de fatos sublinha é que em Bakairi ocorrem variáveis de discurso e variáveis vinculadas, sem, necessariamente, estar em jogo a proeminência do discurso ou da sintaxe. Ambas as variáveis se definem na e pela sintaxe: a adjunção, processo que descreve as chamadas variáveis de discurso, só é expressa quando não fere princípios da sintaxe - como a ordem dos constituintes na sentença e as relações de c-comando; o movimento-qu, recobrindo as relações de vinculação (e/ou controle), encerra regras de predicação.

Por outro lado, falar na interferência do discurso na sintaxe prevê na grande maioria das línguas estudadas uma cisão entre oralidade e escrita, a qual acaba por instituir os parâmetros gramaticais. Impossível, porém, é pensar essa cisão numa língua sem escrita, como o Bakairi e, ao mesmo tempo, verificar que numa língua de oralidade têm o predomínio as regras de sentença.

4.2.2.7 Morfologia e sintaxe

A discussão da ergatividade, sob o ângulo que buscamos trabalhar - a sintaxe -, em momento algum deve excluir considerações sobre a natureza da estrutura argumental de língua ergativa. A definição do objeto direto e do sujeito de verbos monoargumentais como argumentos internos não é isenta de implicações na estruturação da sintaxe como um todo.

Uma língua ergativa como o Bakairi, sem marcas nominais de caso, expressa a ergatividade no bojo da sintaxe, em que a co-referencialização, o controle e a vinculação atendem às especificações ditadas pela estrutura argumental.

Nessa perspectiva, pode-se recuperar aqui fatos apontados por Dixon e Marantz, por exemplo, na definição do que é ergatividade sintática e repensar esses fatos à luz da morfologia e da sintaxe Bakairi.

Em termos amplos, ambos os autores não exploram em profundidade nem a estrutura argumental, nem a co-referencialidade, nem o controle. Suas análises concentram-se na distribuição das marcas de caso no nome e na dicotomia passiva/antipassiva. E esses são os principais (e únicos) argumentos para definirem ergatividade sintática.

Dixon (1979) discute e descreve a anti-passiva a partir das marcas de caso e a partir da função de um afixo intransitivizador. Com a anti-passiva, deriva-se uma construção intransitiva onde o sujeito externo (A subjacente - caso ergativo) é desergativizado passando a ser o sujeito da anti-passiva (S - caso absolutivo) e o objeto (O subjacente - caso absolutivo) passa a ocupar uma posição periférica, marcado com o caso dativo, podendo ou não vir assinalado por um clítico no verbo e podendo ainda ser omitido.

O interessante a observar nesse processo de intransitivização é a mobilidade dos argumentos na sentença, associada a uma marca morfológica de intransitivização e a conseqüente reanálise dos argumentos, espelhada na redistribuição das marcas de caso. Conta-se até com um termo marginal - o objeto - sem função sintática - o chômeur.

A anti-passiva é recorrente apenas, segundo Dixon, em línguas sintática e

morfologicamente ergativas. Dá conta de construções complexas - a coordenação e as estruturas relativas (as únicas analisadas) - num movimento de co-referencialização de termos sintaticamente distintos. Nesse movimento, porém, os argumentos parecem ficar destituídos da sua expressão primeira, considerados a redistribuição de caso (ergativo → absoluto, absoluto → dativo) e o deslocamento na sentença. Ou seja, num língua sintática e morfologicamente ergativa, como as examinadas por Dixon, a co-referencialização só se efetua se os argumentos forem igualados com as marcas de caso absoluto. Possibilidade advinda da intransitivização do verbo transitivo. A análise de Dixon não aborda a estrutura argumental, não fica claro, portanto, se a mudança de caso altera ou não a mudança na estrutura, onde o argumento externo passaria a ser argumento interno. Também a co-referencialização do sujeito transitivo, e vice-versa, e outras construções complexas não são abordadas.

Uma retomada breve do que se viu sobre a co-referencialidade em Bakairi resgata que não há a intransitivização do verbo transitivo. Há um morfema (-ad-), que se agrega a raízes *intransitivas* para co-referencializar sujeito externo com sujeito interno em determinadas estruturas. Esse inversor se junta, porém, a raízes transitivas (e até intransitivas) para derivar construções reflexivas e recíprocas ou, apenas junto a raízes transitivas, para derivar verbos ergativos.

O inversor de diátese, segundo nossa análise, licencia co-referencialidade num processo de derivação na forma lógica, não destituindo, pois, os argumentos de suas identidades básicas definidas na estrutura profunda e sintática. Quando co-relaciona dois sujeitos distintos implica a destituição das formas verbais - transitivas e intransitivas - dos respectivos marcadores de pessoa, passando os dois sujeitos a serem referenciados pelo prefixo t-, marcado pela ausência de flexão. Isso porque as restrições à co-referencialidade se estende a todas as pessoas, abarcando, inclusive os casos de ergatividade cindida. Em outras palavras, não são as marcas morfológicas em si que dizem, em um única instância, a ergatividade. É na estrutura sintática que a ergatividade se consolida. Por outro lado, considerando-se que a ergatividade em Bakairi se expressa num sistema de marcação de pessoa ergativo/absolutivo, a equivalência

dos sujeitos pelo prefixo t-, em substituição aos marcadores de pessoa, não significa nem um processo de desergativização (caso da antipassiva) nem um processo recorrente em línguas nominativo-acusativas. O prefixo t-, como também o inversor de diátese, operam na forma lógica, após a aplicação das regras de predicação.

Quanto às “diferenças cruciais” levantadas por Marantz (1986) na distinção entre línguas ergativas e nominativo-acusativas, estas se resumem na análise da distribuição de caso nos dois tipos de língua, na análise da antipassiva e na previsão dos traços de PRO numa estrutura de controle, onde a categoria PRO, sujeito de verbo transitivo numa sentença sem tempo, teria como antecedente um SN-objeto direto.

Os exemplos abordados por Marantz na atribuição de caso e na anti-passiva são clássicos na literatura sobre ergatividade, e suas colocações nada trazem de novidade. A análise da anti-passiva/passiva recobre Dixon, Mel’cuk, e outros autores. Nova, porém, é a sua previsão sobre a construção de controle acima citada. Uma previsão, no caso, que não deixa claro se se trata da mesma configuração das línguas nominativo-acusativas, mas que de alguma forma identificará PRO como sendo “o argumento tema/paciente de um verbo [+suj log] [+transitivo] associado com um agente e um tema ou paciente”. Marantz não repensa a configuração da estrutura de controle em si, logo não leva em conta a estrutura argumental. A forma como essa identificação se dará também não é explicitada por falta de dados de línguas ergativas.

Sem dados para comprovação, a previsão de Marantz se sustenta em termos universais. Com isso, o autor desconsidera que uma categoria PRO pode estar numa estrutura de predicado em alternância com uma categoria-qu, mas que, nesse caso, não atenderia às suas previsões. Como se viu no Bakairi, a sua estrutura argumental não comporta este e outros casos de controle, e casos de vinculação, que envolvam a co-relação de objeto direto com sujeito transitivo.

Sendo assim, o Bakairi difere totalmente de uma língua nominativo-acusativa, onde são comuns os caso de sujeito de infinitivo (sujeito acusativo, como era definido no latim). Difere também, em outra perspectiva, das línguas ergativas comumente estudadas. O movimento-

qu está para os processos de estrutura complexa, descrito nessas línguas por um recurso morfológico - o alcance do intransitivizador. Em Bakairi, em vez de os argumentos trocarem de caso e de posição na sentença, dada a presença de um intransitivizador, ocorre um processo de transformação de estruturas através do movimento-qu. O movimento-qu, nos processos de subordinação com previsão de controle, constitui a oração dependente com uma outra estrutura - a clivagem - que não reanalisa a condição dos argumentos em termos sintáticos, porém institui a vinculação por movimento e desfaz as configurações de controle. As quais são típicas de línguas nominativo-acusativas mas, nem sempre, podem ser expressas em línguas ergativas.

A morfologia Bakairi atende, por sua vez, à complexidade da sintaxe, no entanto, a ergatividade da língua não se encerra na função dos morfemas. Não se tem uma ergatividade morfológica propriamente dita. O intrincado sistema de marcadores de pessoa e os recursos à co-referencialidade se conjugam na explicitação e na manutenção da estrutura argumental ergativa. A cisão que, em largo alcance, então se estabelece não é entre padrões ergativos e nominativo-acusativos. E sim entre uma morfologia nominal não-ergativa e uma morfologia verbal ergativa. A expressão da ergatividade na língua se concentra nas formas verbais, as quais, para cada movimento na sintaxe, contam com uma diversidade de marcas que re-afirmam o princípio básico da ergatividade: a equiparação do objeto direto ao sujeito de verbo monoargumental em oposição ao sujeito de verbo transitivo. Traços favoráveis a se postular uma ergatividade sintática, em torno da qual trabalha a morfologia verbal.

De fato, a descrição da morfologia acaba por descrever a sintaxe da língua, e as diferenças paramétricas entre as línguas acabam sendo reduzidas a um conjunto de propriedades morfológicas, como é proposto no Programa Minimalista. Mas essa linha descritiva não responde por que uma língua ergativa como o Bakairi não acomoda a estrutura de controle referendada acima. A mesma não é distinta apenas em termos dos traços morfológicos que caracterizariam a categoria PRO nas duas línguas, como proposta de Marantz. Tal estrutura é impossível de realização na língua, e este parece ser um fato de sintaxe, recoberto pelo movimento-qu. Não se tem aí uma simples distinção morfológica.

Da mesma forma, o Programa Minimalista não responderia por que no Bakairi não há construções de alçamento do objeto à posição de sujeito. Uma frase como

(242) ‘Parece que Pedro caiu’

tem uma outra expressão, para a qual não se prevê alçamento:

(242a) pedrɔ nihugeagi wɛlɔrɔ
caiu 1^a-achar
‘Pedro caiu - eu acho’

Reduzir as diferenças paramétricas a propriedades morfológicas faz prever para as línguas uma mesma estrutura, segundo a qual as diferenças entre línguas ergativas e nominativo-acusativas existiriam apenas na morfologia. Assim, as diferenças paramétricas entre línguas de sujeito/predicado e línguas pro-drop são relegadas à morfologia. Em termos estruturais parece não haver diferenças. A omissão do sujeito ocorre em certas línguas, porém a casa de sujeito, embora vazia, é prevista estruturalmente. No caso das construções com alçamento e no das construções sem sujeito (expressão de fenômenos da natureza, por exemplo) a estrutura seria uma só: sujeito expletivo fonologizado (overt) x sujeito expletivo não-fonologizado (covert), recobrando os dois tipos de língua.

Em Bakairi não existe essa possibilidade de previsão. O sujeito expletivo não ocorre estruturalmente, o que permite descartá-lo e atestar em enunciados do tipo

(243) Choveu

a existência de um sujeito interno:

(243a) kopa ihugeile
chuva cair
'A chuva caiu.'

Todos os processos de estruturação em Bakairi gravitam em torno do argumento interno - e principalmente em torno do objeto -, fato favorável a sustentar que uma língua sintaticamente ergativa não tem sujeito especificador da flexão. Esse dado, é claro, se traduz na morfologia mas, ao mesmo tempo, responde às questões colocadas até aqui. E a questão da tipologia paramétrica em Bakairi se esvazia.

Diferente do que tem sido apresentado em favor da descrição de ergatividade e sintaxe, o exame do Bakairi vem revelar que a configuração de uma língua sintaticamente ergativa pode estar definida fora do âmbito das marcas nominais de caso e alheia a um movimento de intransitivização. A sintaxe ergativa se diz na sintaxe, esta, no caso, constituída num princípio canônico e preservado todo o tempo: a estrutura argumental.

Quanto à postulação do movimento-qu como um fator de estruturação dos principais processos de subordinação, esta pode ser uma solução passível de discussão, mas a possibilidade de se ler as orações nominalizadas/modalizadas como um recurso de extraposição de argumentos - especificamente, o movimento de clivagem - tornou-se um dado fundamental para se entender muito da organização discursiva em Bakairi.

O enfoque do binômio sintaxe-discurso vem falar, algumas vezes, de uma nítida relação de interferência do discurso na sintaxe. Fatos que não se explicitam satisfatoriamente a nível da sintaxe, muitas vezes, são relegados à esfera do discurso. Nessa perspectiva, ambos - sintaxe e discurso - se definem não só como níveis autônomos, mas também como duas realidades distintas que, numa direção determinista de causa e efeito, descrevem a possibilidade de interrelação do nível sintático com o discursivo mas que, ao mesmo tempo, alocam o discurso fora da língua.

O contraponto sintaxe/discurso recobre, na verdade, o contraponto escrita/oralidade que, em termos amplos, pode ser estendido às dicotomias língua/fala, competência/desempenho, forma/conteúdo, forma/função, etc.

Pela ótica da Teoria Gerativa, por exemplo, o número de fatos presentes na estruturação da língua (na sintaxe) aponta as possibilidades da classificação tipológica - orientação pela sentença ou orientação pelo discurso. Recorte que mais uma vez vem sublinhar a distância entre a sintaxe e o discurso e que, ao mesmo tempo, dissocia “fatos mentalistas” de “fatos de uso” (do discurso). A sintaxe fica, assim, para a noção de língua enquanto sistema abstrato de regras inatas que sustentam a estrutura lingüística, já o discurso - extra-lingüístico - está para o uso da língua na comunicação. Redefine-se, então, a dicotomia competência/desempenho em língua interna/língua externa (NASCIMENTO, 1984), admitindo-se a existência de duas noções diferenciadas de língua - uma de natureza biológica e outra de natureza social.

Assim, fala-se de línguas que trazem no âmbito do sistema marcas de oralidade notadamente assinaladas: é o discurso interferindo na sintaxe. Fala-se também de outros níveis de formulação - o das regras de frase, regras **do** discurso, regras **no** discurso, etc

Contrária à orientação do gerativismo, que parte da sintaxe para chegar ao discurso, está a proposta da escola funcionalista advinda de GIVON (1979), que apresenta um “fluxo diacrônico de mecanismos metalingüísticos: -- discurso -- sintaxe -- morfologia --

morfofonêmica -- zero -- ” Tal proposta se sustenta no estudo de pidgins e crioulos e evidências diacrônicas e ontogenéticas da aquisição da linguagem pela criança e em registros sincrônicos.

A tomada da língua em sua configuração discursiva pode caminhar em duas direções, segundo o que prega a corrente funcionalista. Ora se tem o discurso por base, e se procede a análise da forma na cláusula, ou na combinação de cláusulas, **no** discurso; ora se tem o discurso como objeto, quando se descrevem os recursos utilizados pelos falantes na construção **do** discurso. Delineiam-se, então, dois campos: o da análise **NO** discurso e o da análise **DO** discurso.

No primeiro desses campos, o discurso é utilizado como espaço de localização dos princípios e das entidades da análise. A forma da língua decorre do uso, quando a língua é entendida como variável dependente, resultante de regularidades da situação em que se fala. A estrutura só pode ser explicada quando levada em conta a comunicação. (GIVON, 1979; 1984).

Diferente da abordagem gerativista, o funcionalismo nega as generalizações da gramática formal porque estas não encerram explicações do uso, apenas descrevem fenômenos lingüísticos (dados irrealis) num nível de formalização complexo.

As estruturas abstratas são vazias de propriedades na explicação do porquê do uso de uma determinada forma lingüística. Funcionam como gabarito categórico aplicado a dados variáveis. Descartada, então, a possibilidade de se lidar com generalizações abstratas, o funcionalismo apresenta um quadro de “parâmetros funcionais”, onde os mais relevantes são a oposição *figura/fundo*, a noção de *cadeia tópica* e o *fluxo da informação*.

Ao outro campo mencionado - o da análise **DO** discurso -, delega-se o estudo dos recursos utilizados na construção do discurso, objetivando revelar porque alguns discursos têm maior efeito de compreensão, de persuasão, do que outros. Nesse caso, leva-se em conta também a eficácia do falante com relação ao uso da língua; do seu domínio dos recursos discursivos depende o grau de efetividade do discurso.

Como se pode ver, a direção das atuais vertentes da lingüística continua a se

definir no bojo das dicotomias. De um lado tem-se uma linguística de frase - onde a estrutura lingüística é um objeto abstrato - e de outro, uma lingüística **no e do** discurso, pela qual a estrutura da língua é tida como variável dependente, resultado de regularidades das situações em que se fala.

Duas posições divergentes que acarretam duas posturas contrárias no enfoque do objeto (a língua) e do falante: estrutura abstrata/sujeito ideal X estrutura material/sujeito real. Mas que não favorecem uma descrição plenamente satisfatória. A relação dicotômica faz privilegiar, de forma excludente, o enfoque de uma das margens das dicotomias, e a língua, numa dessas perspectivas, não é desvelada na sua “terceira margem” - a da constituição da sua materialidade cujo corpo é o discurso, entremeio entre língua e fala.

Definir o discurso como entremeio significa deslocar uma relação determinista de causa e efeito, e lidar com um processo de constituição. Processo que, ao tomar a língua em toda a sua materialidade, não fala de um único sistema de regras, nem de um conjunto fechado de parâmetros que se prestam a gabaritar as formas da língua no seu funcionamento discursivo. Enquanto a formalização abstrata reifica a língua, a oferta de parâmetros vem domesticar as variáveis lingüísticas quando as enquadra numa determinada fôrma que se presta a organizar o discurso. Mas trabalhar o entremeio significa não atrelar o discurso ao âmbito da oralidade. E a análise da língua, ao encerrar um levantamento de razões histórica e socialmente determinadas, busca as razões da ordem do e no discurso que vão permitir entender melhor a língua na sua dimensão de uso, no mundo.

Pertinente se torna a observação de que a análise **DO** discurso de que estamos tratando neste trabalho não se resume em avaliar as estratégias de que se vale o falante de modo a tornar o seu discurso mais ou menos eficaz diante dos ouvintes. Não nos interessa falar, tampouco, da função que tem o uso de uma determinada estrutura totalmente dissociada do estudo da natureza e da estrutura da língua como um todo, recorrendo-se, apenas, a uma série de parâmetros funcionais que descrevem a organização gabaritada e mecanicista do discurso. Recurso mágico, tudo passa a ser explicado à luz desses parâmetros, sem levar em conta nem

o ponto de vista o locutor, nem as regras de projeção que determinam o porquê do uso desta ou daquela forma em função das posições sociais que os interlocutores ocupam. A motivação do uso das formas não é discursiva, no sentido de refletir apenas a ênfase que o falante dá a esse ou àquele uso. A motivação é sócio-ideológica, mas a constituição das formas é que é de natureza discursiva.

Assim, embora o funcionalismo descarte um sujeito epistemológico, negando a objetividade abstrata da língua, acaba por recair num subjetivismo individualista. Nesse caso, a enunciação ou é um ato individual (domesticada pelos usuários) - já que os falantes são a fonte DO discurso - ou é um dado variável (domesticado pelo analista), cuja função discursiva na situação de comunicação decorre da intenção do falante que, ao privilegiar certas estruturas lingüísticas, determina a organização discursiva e orienta o ouvinte num processo básico de topicalização dos elementos que aquele julga relevante. Tanto o discurso quanto a função da forma no discurso são dominados por um falante real. Os modos de produção e de recepção são determinados por um sujeito onipotente, dono do discurso e dos efeitos desse discurso.

Esta não é a análise do discurso que objetivamos desenvolver. Considerada a ilusão do sujeito que, levado pelo esquecimento (cf.: PÊCHEUX), faz com que o falante se veja fonte do discurso, a descrição dos mecanismos discursivos tem por base a enunciação, isto é, tem por base a historicização do sentido, sedimentado no histórico e social. A enunciação se define não como ato individual e pensado por um só sujeito: “a consciência individual é um fato sócio-ideológico.” (BAKHTIN, 1977). Por isso, a corrente do subjetivismo individualista, ao levar em consideração a fala, o uso, o faz também de um ponto de vista reducionista porque recorre para explicá-la às “condições de vida psíquica do sujeito falante.” (idem). Perde-se, assim, a natureza social e coletiva da enunciação e o próprio processo de interação verbal.

Para falar do discurso, é preciso falar da natureza sócio-ideológica da língua, da sua substância dialógica e dos lugares sociais que ocupam os sujeitos, agentes da história e do uso da língua. Para falar da estrutura da língua, pelo ângulo do discurso (e não apenas no discurso), o fio condutor só pode ser a enunciação. Impossível falar da função da forma

lingüística e não falar do sentido desde que, reafirmando BAKHTIN (1977), “a verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico da sua produção, mas pelo fenômeno social da *interação verbal*, realizada através da *enunciação* ou das *enunciações*.” (idem: 123).

Descrever a função discursiva do uso real da língua no processo de comunicação implica falar do papel das instâncias da enunciação no discurso - o **eu**, o **tu** e o **outro** - ao lado das condições de produção do discurso - o histórico e o social **da língua e dos agentes do discurso**.

Sendo assim, a dimensão histórica da língua não se restringe aos usos determinados pelos diferentes segmentos sociais. A dimensão diacrônica não pode ficar restrita ao espelho da variação, da mudança. Deve levar em conta a história da língua em sua relação com o povo que a fala. Abrange também a natureza, a especificidade da língua falada por um povo que não desenvolveu, por exemplo, o tipo de escrita recorrente em outras sociedades. As marcas da oralidade constituem, sem uma direção determinada, a estrutura própria da língua em toda a sua extensão: na morfologia, no léxico, na sintaxe, nos suprasegmentos. Não por uma interferência do uso, do discurso (o oral), do pragmático. Não por uma oposição com a escrita. Mas por uma razão histórica - o predomínio da oralidade.

Predomínio porque é através da oralidade - cadeia contínua de interação verbal - que povo, raça, cultura, hábitos e costumes, vêm sendo preservados secularmente. A oralidade tem, portanto, um papel preponderante na formação desse tipo de sociedade. E, nesse contexto, o estudo da oralidade, livre de operações mecanicistas, não se esgota em inúmeras descrições da etnografia da fala. Como também não pode ser interpretada tomando-se como parâmetro as marcas da oralidade em sociedades não-ágrafas, e buscar definir-lhes a função no discurso. As marcas da oralidade instituem a própria natureza lingüística. Não são agentes externos que interferem numa predisposição lingüística mentalista e inata e/ou individualista.

A questão não se encerra em descrever os ritos lingüísticos, descontextualizados

da sua matéria de base - a língua. É na dimensão da língua que fatos de qualquer nível gramatical podem ser lidos sob o prisma do discurso, na sua materialidade lingüística. Nessa perspectiva, fatos da sintaxe Bakairi merecem ser revisitados.

5.1 Tessitura e língua indígena

Sobre línguas indígenas, em geral, costuma-se dizer que a sua estrutura se apresenta numa forma linear dado a sua sintaxe não se definir pelo encaixe, pela subordinação. A superfície lingüística teria, então, um plano de mosaico onde os enunciados estariam pospostos uns aos outros. A associação lógica entre os enunciados não se refletiria na sintaxe - através de operadores lógicos - e sim no âmbito das idéias.

Sobre o Bakairi, nem Von den Steinen (1892) nem Wheatley (1964) tecem considerações sobre a sintaxe, mas em Capistrano de Abreu (1895: 217-218), colocações do tipo

“Um fato golpeia-nos desde logo: as orações sucedem-se, geralmente com um verbo apenas, sem interdependência ou subordinação. Em outro termos o kχura-itano, como syntaxe usa exclusivamente de parataxe. A maior complicação a que a frase attinge é a da apposição, da enumeração ou paralelismo, que não ultrapassa a alçada paratactica.” [p.217]

“Na forma de exprimir o pensamento é palpavel que a subordinação logica não galga os rudimentos. Deixa-se o índio levar por uma série de idéas e as impele até certo ponto: volta depois e o mesmo faz às outras; frases muito distanciadas representam o mesmo momento chronologico; o que nos parece mais natural collocarmos no fim, desde o começo vão elles frisando; em summa á parataxe formal, corresponde o condominio das impressões e a ondulação das idéas.

Do que fica dito pode-se logo concluir que nem ha conjuncções nem conjunctivos no kχura-itano.” [p.218]

estendem para o Bakairi considerações recorrentes no estudo das línguas indígenas.

Essas colocações decorrem do não reconhecimento de determinadas construções e da pouca familiaridade com certos processos gramaticais como a incorporação, a

nominalização das orações subordinadas e do desconhecimento do funcionamento desses processos na língua como um todo, daí a proposta da adposição pura e simples dos enunciados. Por outro lado, é preciso se falar da ausência da complicação sintática para se poder alimentar uma outra proposição. A falta da hipotaxe revela um raciocínio primário, que não é dado a abstrações. Recoloca-se aqui a questão do primitivismo lingüístico associado a um tipo de organização social, também chamada de primitiva, cuja principal característica é uma relação imediatista, e portanto simplista, com o mundo.

Com isso, cria-se uma expectativa em torno da organização da língua, e quando esta frustra a organização, o analista não sabe como lidar com o dado. E aí formulam-se algumas saídas: a parataxe por oposição à hipotaxe e a busca de um modelo específico para descrever as línguas indígenas.

A questão que estamos tentando colocar não diz respeito ao fato de negar a parataxe para as línguas indígenas e propor a hipotaxe. Essa seria uma postura que reforçaria o preconceito lingüístico de tratar aquele processo como menor, em termos da organização do raciocínio. E sim de chamar a atenção para o fato de - à semelhança da relação escrita/ oralidade - a hipotaxe é tomada como parâmetro na caracterização da estrutura da língua. O importante seria que em vez de se centrar a discussão na classificação dos mecanismos lingüísticos, se voltasse a atenção para o efeito de sentido que este ou aquele mecanismo produz. Nesse caso, poderia se entender melhor a relação entre a língua e o mundo, entre a língua e a organização social do povo que a fala, etc. E, certamente, não se produziram tantos apagamentos: o da língua por se propor um modelo e o do discurso por não se trabalhar o sentido, apenas a taxonomia e o funcionamento.

A oferta de um modelo específico para o estudo das línguas indígenas não parece satisfatória. No enfoque tagmêmico, bastante descritivista e pouco analítico, as formas lingüísticas são estudadas isoladas do seu funcionamento, apenas recebem rótulos classificatórios (slots) que, por si só, lhes atribuem uma função lingüística de acordo com o nível - raiz, palavra, predicado, frase, texto.

O problema maior das análises lingüísticas, porém, parece originado na segmentação da língua em diferentes níveis. Certo é que os níveis mantêm a sua identidade numa co-relação com as unidades constitutivas da língua - os sons e as formas-, mas da sua interrelação mútua é que resulta o sentido da língua, a sua significação. A tessitura da língua é formada por essa mescla de fatores que a desvela não como conjunto de dados, ou fenômenos, e sim como um fato, como realidade.

Os fatos da realidade da língua se apreendem com a análise da tessitura, da organização discursiva, onde cada forma lingüística representa um ponto, um nó, numa intrincada relação. Uma relação não de adposição, de composição de pedras num mosaico, mas numa relação de entrelaçamento como no risco de um bordado.

Assim, os sons, os morfes, as palavras, os sintagmas, não podem ser lidos apenas como unidades lingüísticas; é preciso pinçar o seu sentido no interior da própria língua, enquanto mecanismos discursivos. Por esse ângulo, pode-se entender, por exemplo, por que as marcas de nominalização das orações subordinadas em Bakairi estão condicionadas a uma regra de movimento na estrutura da frase - o movimento-qu.

Esse movimento traz várias conseqüências à organização sintagmática. Ele se constitui num movimento de foco e as estruturas daí derivadas têm a forma de sentenças clivadas. A clivagem - além de representar uma forma de hierarquização na sintaxe - é recorrente nas línguas naturais como recurso discursivo - o foco, por isso mesmo, é tratado como regra do discurso.

Em Bakairi, o movimento-qu abrange várias expressões - as orações-qu, as orações relativas, as subordinadas completivas e adverbiais, e outras -, enfim, no processo amplo de subordinação. O que evidencia, desde já, que a sintaxe Bakairi não espelha a parataxe ou a adposição de enunciados. A análise, nesse caso calçada pelo modelo gerativista, admite o movimento e a hierarquia sintática, mas poderia também não admiti-los. Enfim, não há um modelo adequado ou não à descrição às línguas indígenas; o modelo não é relevante se ele continua a encerrar a língua num quadro de formalização sem apreender a materialidade

significativa que este ou aquele fenômeno lingüístico instaura.

Na análise que procurei fazer para o Bakairi, foi pertinente apreender que as marcas de nominalização das orações subordinadas resultavam do movimento-qu. O movimento-qu se mostrou como um dos recursos estruturantes da dimensão discursiva, sendo, inclusive a única forma de topicalizar elementos em orações absolutas. Um outro dado - a ausência do discurso indireto - pode ser suprida pelo movimento-qu. E, nesse caso, surge a possibilidade, como faremos mais adiante, de falar do processo de clivagem decorrente do movimento-qu como sendo uma das formas do discurso relatado. Essa possibilidade abre a perspectiva de não se pensar língua e discurso em momentos dissociados. Impossível se torna, então, falar da sintaxe sem falar do discurso, falar do discurso sem falar da sintaxe: a materialidade do discurso é constituída na língua.

O movimento-qu estar para o discurso indireto representa uma série de implicações com outros fatos. Num primeiro momento, permite que a ergatividade sintática não seja violada: a clivagem previne que **argumentos sintaticamente diferenciados** (como sujeito de verbo transitivo e objeto direto) mantenham entre si uma relação de controle. Um sistema de índices referenciais recobre, então, a co-referencialização, que não pode ser instituída pelas relações sintáticas. Por outro lado, a etimologia dos verbos que admitem complementos oracionais, aqueles que acarretam estruturas de co-referencialidade entre termos de orações distintas, vem acomodar a clivagem.

A análise de vários verbos cujo complemento pode ser a oração revela que todos ocupam a esfera dos verbos discendi: são expressões morfofonemizadas da raiz de dizer -ke, combinada com alguns outros formativos que acrescentam nuances de sentido. É o que mostram os dados abaixo.

- (1) ke -le
dizer-aspecto
'Falou, disse' [não atestado]

- (2) pedru a -ge aki
3ªsu-falar-passado
 ‘Pedro falou’
- (3) iwətə a-ke-a-ke-le məkə
3ªsu-dizer-3ªsu-dizer-aspecto ela
 ‘O amigo convenceu ela’
- (4) iwətə an-ige mariã-rã aɔdeia -da i-tõɪ
3ªsu-dizer -para -em 3ª-finalidade
 ‘O amigo mandou Maria ficar na aldeia’
- (5) iwətə n -iga-se-dile məkə
3ªob-dizer-?-aspecto ela
 ‘O amigo chamou/convidou ela’
- (6) iwətə n-igɔ-nɔ-tai [...] [..]
3ªob-dizer-?-passado
 ‘O amigo mandou Maria [...]’
- (7) pedru ihẽi-ke-hɔ-ara aɔgustu təkə ã-ye-tõɪ
sim-dizer-instrumental-como agosto arco 3ªsu/3ªob-fazer-finalidade
 ‘Pedro obrigou Augusto a fazer arco.’
- (8) pedru ihẽi-u -ge-ã-se [...] [..]
sim-3ªsu-dizer-transivizador-aspecto
 ‘Pedro ordenou [...]’
- (9) ke-wa-dile kulə
dizer-complementizador-aspecto algo
 ‘Ele mente’ [não atestado] ou ‘Que mentira dele!’

A constatação de que os verbos mandativos são derivados do verbo dizer (-ke) implica na oração completiva um enunciado intermediário entre o discurso direto e o discurso indireto, no caso, o discurso clivado. O que merece ser observado, de imediato, porém, é que a etimologia verbal contém a materialidade necessária à expressão da clivagem. Note-se que

uma tradução aproximada das frases acima com uma estrutura clivada em português resultaria num enunciado agramatical, como

(7a) *Pedro obrigou augusto é o arco que ele vai fazer.

Dependendo do verbo usado, exemplos do tipo ilustrado em (1)-(9) podem ter na expressão da oração dependente uma forma imperativa:

(10) maria tuso-ĩã anige kɔya egə-ka
marido-para falou cesta fazer-imperativo

‘Maria falou para o marido: Faz a cesta!’

onde se expressaria um outro processo de subordinação. Não se contaria na oração dependente com o movimento-qu, haveria apenas a justaposição do enunciado com valor de aposto. O que, certamente, desvincula a forma nominalizada da oração subordinada da característica que geralmente lhe tem sido imputada em línguas indígenas - a de segmento aposto a uma cláusula principal, sem um nível maior de hierarquia sintática.

O levantamento desse dado - um nível de encaixe sintático - não descarta para o Bakairi a existência da justaposição. O que está em discussão, porém, é o fato de a priori não se pensar em movimento para a sintaxe de línguas indígenas, porque a subordinação traz marcas nominalizadoras, o que, automaticamente, faz prever justaposição. O velho mito sobre a linearidade sintática das línguas ditas “primitivas” pode (e deve) ser repensado, não porque a linearização possa ser vista como um fato menor e sim porque o apriorismo analítico apaga a textualidade lingüística, uma vez que a língua é sempre pensada ora fora do discurso ora no discurso, e nunca na sua materialidade discursiva. No caso do Bakairi, alcançar o papel do movimento-qu significa alcançar uma das formas da tessitura do discurso como um todo: o movimento-qu é um dos dados que funcionam na coesão textual. Significa também um viés fundamental para se descrever a estrutura discursiva e entender que sentidos são produzidos

quando o discurso se organiza pelo movimento-qu ou quando se organiza por outros recursos, como o sistema de referencialidade ao lado do discurso direto e indireto livre. De antemão pode-se dizer que a estrutura discursiva organizada pelo movimento-qu é recorrente em relatos, próximos a textos dissertativos, sem incidência do discurso direto; já as narrativas apresentam o predomínio dessa forma de discurso relatado em detrimento do movimento-qu. (cf.: 4.2.2.5.1)

O processo de exclusão da linearidade sintática pode ser visto, ainda, como uma contradição dentro da própria teoria lingüística. Pêcheux (1979) observa que o “problema da coordenação de enunciados se apresenta como um problema-limite para as teorias gramaticais e, em particular, para a gramática gerativo transformacional. [...] Para além desse limite, parece que o que “regula” a possibilidade de colocar em seqüência não seja mais do que as analogias, compatibilidades e implicações vagas demais para autorizar uma interpretação sintática: é neste ponto que as condições de colinearidade dos enunciados parece escapar à gramática.” (idem:145) E é também nessa perspectiva que acrescentariamos que anunciar a dimensão paratática nas línguas indígenas é uma saída cômoda para não se trabalhar a sua “contrariedade”, no caso, o movimento na sintaxe.

A consciência da contradição falada por Pêcheux e, ao mesmo tempo o apagamento dessa consciência, faz recusar, por exemplo, no interior de um gerativismo ortodoxo, o parâmetro da não-configuracionalidade, e vem a propor o parâmetro da adjunção para línguas sem encaixe, sem movimento na sintaxe. Cresce o grau de abstração, formula-se um outro nível subjacente à organização sintática - o da Forma Lógica (FL) - e se oferece a possibilidade de movimento nesse último nível.

Com isso, as línguas perdem a sua identidade, nega-se no interior da própria descrição lingüística o que elas têm de heterogêneo, de próprio. O modelo padroniza a diferença e disciplinariza as divergências lingüísticas, nomeando com rótulos apropriados as diferenças entre as línguas - línguas configuracionais, línguas de adjunção, etc, todas pressupondo como parâmetro a configuracionalidade. Ou num outro movimento de apagamento, funda-se, sob esta mesma ordem, a lingüística indígena.

O modelo gramatical - resultante de um efeito ideológico que, menos do que mascarar as contradições, reafirma-as - marca “a necessidade de um empreendimento numa outra ordem, mais precisamente “a ordem do discurso” no sentido de Foucault.” (PÊCHEUX, *idem*). Os elementos que contradizem a forma lingüística instaurada - como a justaposição, a parataxe, os fatos de oralidade - “designam sem dúvida o ponto por onde a história trabalha essa ordem do discurso.” (*idem*)

No interior desta discussão é que queremos falar do discurso Bakairi tendo por base um fato de sintaxe e poder falar da sintaxe do lugar da sua historicidade. Esse lugar é aquele herdado da oralidade. Numa língua sem escrita, o recurso à oralidade para explicitar a gramática, além de ser tautológico, não descreve as construções ditas inerentes à escrita, também atestadas na língua indígena. Também por se tomar a oralidade como marca - e não como identidade - da língua indígena, é que a parataxe assoma como a forma que melhor condiz com a oralidade.

Para sustentar em termos teóricos a oralidade como fator de constituição da língua indígena, volta-se a reflexão para o princípio da dialogia de Bakhtin e para a(s) heterogeneidade(s) enunciativa(s) de Authier.

Descartado o estudo da língua pela sua fragmentação por níveis, assoma a enunciação como produto de interação social. A palavra, na concepção de Bakhtin (1977), tem na sua base a dialogia: a enunciação, réplica de um diálogo social, é a unidade fundamental da língua tanto na forma de discurso interior quanto na de discurso exterior. Há sempre um interlocutor, ao menos potencial, já que a natureza da enunciação é social.

Nas reflexões sobre a dialogização interna do discurso, Bakhtin (*idem*) diz das palavras que estas são sempre “as palavras dos outros”. Dessa característica dialógica da linguagem, resulta o que Authier (1982) chama de heterogeneidade(s) enunciativa(s). O texto em toda a sua complexidade enunciativa sublinha, exatamente, na fala do **eu** as marcas do **tu**, do **outro**. O discurso relatado, as aspas, os itálicos, a ironia, etc são formas unívocas de se marcar a heterogeneidade. A heterogeneidade constitutiva do sujeito e do discurso (este definido como

produto de interdiscursos) pode se instaurar também sem formas unívocas. É quando são diferentes as condições de produção de cada discurso, de cada sujeito; quando é diferente a história de cada idioma, de cada povo.

A história de uma língua que não conta a passagem da oralidade para a escrita traz em si a inscrição dessa oralidade na morfologia, no status dos enunciados, nas marcas de atestação do ato ilocucionário, na dramaticidade das narrativas, na estrutura discursiva, nos índices que orientam o desfecho das narrativas, etc.

As marcas de oralidade, representam, assim, a historicidade do idioma e, nelas, se inscreve toda a dimensão da heterogeneidade enunciativa. São marcas, portanto, do povo e da língua, numa imbricada relação de constituição.

Assim é que o discurso clivado (movimento-qu), garantido pela etimologia verbal, pode ser entendido como um traço enunciativo constitutivo da língua segundo a sua própria materialidade e segundo a sua natureza intrinsecamente dialógica. No estudo da sintaxe Bakairi, notamos a quase inexistência de formas com discurso indireto - estrutura rara, obtida por indução -, ao lado da abrangência do discurso direto e do discurso clivado. Formas que podem a um só tempo ser lidas como uma exigência da sintaxe ou como traços de uma identidade oral.

Embora o discurso indireto também possa ser entendido como uma forma clivada de recortar a fala do outro, a estrutura que estamos denominando de discurso clivado não tem proximidade com o discurso indireto propriamente dito, na medida em que neste se estabelece um processo de vinculação entre a oração principal e a completiva. No Bakairi, a vinculação a nível da sintaxe não ocorre e o que estamos denominando discurso clivado é, em termos sintáticos, a clivagem de fato. Considerando-se, porém, que muito desse processo na língua é recoberto por verbos discendi, ou pelos de natureza elocutiva, ele nos reporta, sempre, ao discurso relatado, de forma explícita ou de forma inerente. O termo discurso clivado, a nosso ver, recobre essas características.

O movimento-qu passa a ser, assim, o discurso clivado. Movimento nosso em

não ver a estrutura cunhada de movimento-qu apenas em suas redes universais. A função do movimento-qu é própria do Bakairi, é própria da sua materialidade linguístico-discursiva, não por uma motivação prevista, a priori, no discurso individual de cada falante, a ser moldada por parâmetros funcionais. Mas por sua forma material que permite falar do modo de funcionamento específico do Bakairi, não lhe atribuindo um elo de pertencimento a um determinado conjunto.

Nessa perspectiva, falamos do discurso clivado nem com relação à língua, nem com relação ao uso. Ambos se remetem: “a *língua* por abstração confere as suas propriedades a um ser autônomo - o falante - que faz nascer a *linguagem*.” (MILNER, 1978)

A consequência imediata dessa relação é que “a língua não é concebida claramente a não ser dentro de uma isotopia absoluta: de qualquer ponto de onde é considerada, deverá oferecer uma mesma fisionomia. Mas o que não o confirmam os dados mais simples: sempre dentro da série dos lugares homogêneos, qualquer singularidade se destaca.” (idem)

Assim, quando a meta vem a ser a sistematização do caos (do heterogêneo), a busca, na verdade, é pelo homogêneo. Diz Milner (idem) que ao se analisar a linguagem - lugar onde as línguas se assemelham numa combinação de propriedades enunciáveis - “não se faz mais do que sistematizar uma operação anterior, isto é, as *línguas* já são concebidas como tendo de próprio a semelhança; dentro da deriva que relaciona as línguas à linguagem uma proposição deve, desde logo, ser restituída: “ “as línguas formam uma classe consistente” - uma classe tal onde os elementos podem ser pensados *todos juntos* sem contradição.” (idem)

Colocações dessa ordem é que nos levam a poder falar no Bakairi de uma terceira marca do discurso do outro. Uma marca intrínseca, no caso, à clivagem sintática, ao lado da natureza etimológica dos verbos que se adaptam à clivagem. Marcas que agregam traços da materialidade da língua.

Materialidade que traz na sua consistência a *oralidade* histórica. Com isso, a adoção do conceito “discurso clivado” se ancora em dois fatores: a dialogia, em primeira instância, que pressupõe o discurso clivado como uma marca do discurso do outro (próximo

a do discurso relatado), implícito ao ato de enunciação subjacente às ações de -keake- 'convencer', -igase 'chamar/convidar', -igono- 'mandar', ihēikehōara 'obrigar', etc, etimologicamente formas ampliadas de -ke 'dizer'; em segunda instância, à sintaxe que não pressupõe a identificação entre sujeito transitivo e objeto direto, argumentos pedidos pela diátese dos verbos de elocução.

A dimensão dialógica se mostra na etimologia e, o mesmo tempo, institui a materialidade da língua histórica e mutuamente (re)constituída nas relações gramaticais tomadas como atos de enunciação em face do predomínio da oralidade, e não como fragmentos isolados numa estrutura.

Essa materialidade instaura a organização discursiva, cuja estruturação espelha o alcance do encadeamento gerado pela recursividade do movimento-qu, ao lado do discurso direto e do sistema de referencialidade.

5.2 Em busca do risco do bordado: sintaxe, tempo, referencialidade e discurso relatado

Há dois processos básicos em Bakairi - o discurso clivado e a referencialidade - que garantem a coesão textual e sustentam a estrutura discursiva. Esses dois processos, conjugados ao uso freqüente de uma das formas do discurso relatado - DD -, encerram a organização mais atestada no material analisado. Há ainda duas narrativas em especial que se destacam. São a narrativa de um mito e o relato da retirada do Xingu produzidos pela pessoa Bakairi mais idosa - Waluga - que espelham o predomínio do discurso direto e da referencialidade, ficando ao discurso clivado reservada uma menor ocorrência.

A partir daí se conclui, de imediato, que, embora o discurso clivado aliado ao sistema de referencialidade seja a organização mais produtiva da língua, a estrutura discursiva pode, também, ser descrita num outro plano onde prevalecem as formas do discurso direto, entremeadas de muitos comentários do locutor, e costuradas por um sistema de elementos referenciais. Ainda se observa que na escassez do discurso clivado, o sistema de referencialidade apresenta um nível de complicação muito maior.

Logo para se entender a organização discursiva do Bakairi, é preciso se pensarem essas duas possibilidades do funcionamento discursivo e verificar, ao mesmo tempo, o modo como a complementariedade da referencialidade (onde incluímos a dêixis) com o discurso relatado imprime à textura uma superfície pontuada por diferentes formas de organizar o dizer. Essas formas diversas de recortar o discurso não refletem, porém, recortes expressivos elaborados segundo a vontade do locutor. Trata-se de diferentes estruturas lingüísticas que não só produzem diferentes sentidos, mas que também ilustram como, por exemplo, a ordenação dos elementos de referência no interior do sintagma pode se constituir num recurso ao processo de significação da língua.

O tempo constitui, ainda, um dos principais elementos de coesão textual em Bakairi. Os acontecimentos descritos numa perspectiva temporal de interdependência, no âmbito dos aspectos recente/imediato, acrescentam à tessitura do texto, contribuindo, principalmente, com o efeito de circularidade produzido na superfície textual.

Um pouco do bordado do texto Bakairi se revela, então, em três momentos: o discurso clivado, o tempo e a referencialidade.

5.2.1 Sintaxe e estrutura discursiva: o discurso clivado

O discurso clivado, ao ter um papel expressivo, acaba por se tornar um dos principais elementos na estruturação do texto, na medida em que é através dele que se retomam os fatos contidos em segmentos precedentes, instituindo, assim, o encadeamento discursivo. O discurso clivado estabelece pontos-chave na superfície lingüística alimentando o movimento da coesão textual.

Por ser muito recorrente, pontua a grande maioria dos textos coletados, entretanto, não esgotaremos o estudo do nosso material, com a descrição do discurso clivado. Focalizaremos, apenas, alguns fragmentos desses textos, objetivando ilustrar o escopo do discurso clivado.

Vejam, então, a que serve o processo de clivagem no âmbito do discurso.

(11) teyatuze

‘Vou contar’

(12) ura una kã-eyatudə ise idʒie^mpa taniã-rã
minha história 1^asu 3^oob- contar futuro pouco -para

‘Vou contar um pouquinho da minha história para a Tania.’

(13) ura k-æβile keʒ^ŋkə fəɾə jifə ətə-na^{ʒi} ətənaɾe
1^a-vir passado aqui esta casa -em cidade

‘Vim aqui para esta casa para ver se a cidade é’

(14) e-se ədərə ke wəɾə
ver- aspecto como dizer

‘como dizem’.

(15) tərə kōẽⁿda kōẽⁿda-pa u-ge-duo
lá bonito bonito - não 1^a-dizer-quando

‘Lá é bonito ou feio? - falei, então’

(16) təɣaĩɛi məwərə inafɛi ətənaɾe paɾutə-be
falar-agente isso por isso cidade mar - tem
[forma-qu]

‘Eu digo isso porque a cidade tem mar’

(17) ɔĩɔ jiga-tibe kura emiɾɔ-pe
terra fazer-paciente gente parecido-tem

‘e tem uma estátua parecida com gente.’

(18) tə-ke -fəzɛi məwərə inafɛi w-afilige
agente-dizer-instrumental-agente isso porque 1^a-conectivo
[forma-qu]

‘Pelo menos é isso que dizem e foi por isso’

(19) ɔlə keʒ^ŋkā k-æwile-ize
mesmo passado 1^a-vir querer

‘mesmo que eu quis vir.’

O trecho em foco encerra a delimitação, ou a exploração, de um momento determinado na abordagem como um todo. Em outros termos, a extensão discursiva expressa uma montagem de vários eventos, fatos, relatados numa organização que se repete. São estruturas que se fecham, podendo, inclusive, vir assinalados pelo operador *wərə*, sem correspondente em português. E que se repetem sempre que um outro ponto passa a ser enfocado.

A extensão discursiva vista do seu exterior é composta da adposição dessas estruturas autônomas e não da adposição dos enunciados um a um. O discurso não é combinação de cláusulas, é entrelace de fragmentos discursivos. Tomam parte nesses fragmentos todas as informações e ações respectivas ao fato em pauta, porém, em seu bojo é que se detecta a teia do discurso. Assim, propor para as línguas indígenas uma dimensão paratática discursiva, esbarra numa visão simplista demais que, menos do que descrever a complicação enunciativa, revela um desconhecimento da estrutura e funcionamento da língua a serem buscados no interior da própria língua.

A princípio, poder-se-ia pensar em aproximar a organização discursiva do Bakairi de uma composição por parágrafos. Mas a realidade desses segmentos não é essa. O parágrafo-padrão traz em si uma idéia-núcleo desenvolvida por idéias subsidiárias numa perspectiva de início, meio e fim. No interior desses segmentos podem caber, porém, várias idéias-núcleo girando em torno de um único momento, ou fato, além da descrição de ações atribuídas a diferentes personagens, bem como o relato das falas desses personagens. A perspectiva é circular: o fecho desses segmentos retoma e justifica o fato anunciado primeiro. Comparem-se o início e o fim do trecho acima:

ura kəβile keʔkə fəɾə fɪɾə ətənaʝi ətənaɾe

‘Vim aqui para essa casa para ver se essa cidade é [...]’

[...] məwərə inarēɪ w-aβilige ɔlə keʔkə kəwileize.

[...] ‘e foi por isso que eu quis vir.’

Quando o operador *wərə* é utilizado, representa a marca explícita dessa circularidade: ele tanto pode encerrar o segmento quanto, ao ser repetido, anunciar o início do outro segmento, ficando toda a estrutura discursiva assinalada por *wərə/wərə*.

O fecho do discurso como um todo é feito por um enunciado típico que, geralmente, é introduzido por *wərə* (anunciando o fim do relato) e terminado por uma expressão de fechamento *ələ ise* ‘é só isso’. Entre esses dois operadores retoma-se o tema do relato, produzindo-se o efeito de fechamento do texto na sua totalidade. Após uma narrativa de duração de cinco minutos, durante os quais foram descritos vários momentos da viagem ao Rio de Janeiro, Shagope encerra a sua “história”:

- (20) *wərə keʔkə təkəduə ətənarə təkəhəzēi ələ inaĩēi*
passado dizer-porque cidade falada mesmo por isso
Ø-awilige ələ keʔkə ʃina təwize Ø-awile kuro ələ kuro ise unare tania
3ª-conectivo mesmo passado a gente vir-querer mesmo essa futuro história

‘[wârâ] Bem, como se dizia, a cidade é muito falada, por isso mesmo a gente queria vir aqui. É só essa a minha história, Tania.’

Na estrutura desses segmentos discursivos, as formas nominalizadas, marcas do movimento-qu, instituem por todo o texto o discurso sintaticamente clivado, dando-lhe encadeamento.

Assim, o trecho anteriormente destacado é composto de uma abertura

ura una kăeyatudə ise idʒie^mpa taniãã
‘Vou contar uma pouca da minha história para Tania’

cujos conteúdos, necessariamente, não precisam estar relacionados aos fatos narrados. Mas que, quase sempre, apontam as circunstâncias em que o texto foi produzido.

Em seguida, o tema - a vinda ao Rio de Janeiro - é abordado, acompanhado de uma justificativa - saber se a cidade é como dizem. Desse momento em diante, transcorre a

complicação discursiva, tecida pelo movimento da clivagem:

tərə kōēⁿda kōēⁿdapa ugeduo } elemento clivado: o enunciador eu, correspondendo
'Será que lá é bonito ou feio? - falei, então' ao marcador u- '1ª pessoa'

təyaĩēi } forma-qu: tə 'agente'; -ya- 'contar'; -ĩēi 'nominalização agentiva/aspecto recente'
'Sou eu que digo isso.'

məwərə inarēi
'porque'

ətənare pafutəbe ɔĩɔ ʃigatibe kura emirɔpe } elemento clivado
'A cidade tem mar e uma estátua parecida com gente.'

təkehozēi } forma nominalizada: tə 'agente indeterminado'; -ke- 'dizer'; -ho- 'instrumental'; -zēi
'aspecto recente'.
'Pelo menos é o que dizem.'

Um movimento contínuo de encadeamento. O primeiro elemento clivado é dito na forma de DD, correspondendo ao enunciador urə 'eu' inferido do marcador de 1ª pessoa -u- - preso à raiz de dizer - -ke. Essa clivagem se confirma com a forma nominalizada agentiva - təyaĩēi - que se aproxima à expressão 'aquele que diz'.

A outra forma nominalizada - təkehozēi 'aquilo que é dito' - traz a marca - ho - 'instrumental', anunciando que o elemento clivado é objeto de -ke- 'dizer', atribuído a um enunciador indeterminado. Embora as duas formas nominalizadas em jogo até então apontem a presença do prefixo t- (∞ tə-), a inferência de que o enunciador do segundo segmento é indeterminado, por oposição ao segmento anterior que se refere a urə 'eu', se apóia em dois fatos: a marca de instrumental indicando a clivagem do objeto, e não do enunciador, aliada à ausência de uma outra estrutura qualquer que permitisse recuperar um outro elemento clivado. Como aconteceu com a forma verbal ugeduo 'digo [isso] porque' na passagem anterior.

Esse tipo de encadeamento discursivo, que se apresenta na forma de discurso clivado, faz do movimento-qu um operador discursivo em potencial: quando conjugado a outros elementos imprime uma orientação lógico-argumentativa aos enunciados. No trecho em análise, a forma-qu se apresenta como o ponto de retomada do relato a partir da justificativa da viagem, quando estabelece uma relação de causa/conseqüência entre o fato - indagar se 'a

cidade é bonita ou feia' - e a razão dessa indagação, contida em outro segmento clivado - 'a cidade tem mar e estátua parecida com gente'.

Todo esse processo é alimentado também por outras marcas gramaticais. O formativo -tuɔ (∞ -duɔ) 'quando; porque' é marca de causalidade. Seu alcance é modalizar (com a circunstância de causa) a sentença na qual se insere; ao mesmo tempo, funciona como um índice que anuncia o motivo, a razão do fato emitido na raiz verbal que ele modaliza, no caso, a razão da pergunta 'será que lá é bonito ou feio?'

Função semelhante à do formativo -tuɔ, exercem os elos coesivos como inarēi 'assim; aí; por isso' e waβilige 'porque'. O primeiro desses elos é de âmbito anafórico, sua referencialidade recobre a cláusula inteira que o antecede; no exemplo acima se refere a 'lá é bonito ou feio?' (15) e 'a cidade tem mar e estátua parecida com gente' (16-17). Já waβilige '1ª pessoa - conectivo' é usado como forma autônoma, com flexão de pessoa, e estabelece um vínculo entre duas ou mais orações. O seu sentido lógico se constrói pelo contexto lingüístico. No trecho analisado, imprime uma relação de causalidade.

Além desses elementos, há aqueles que estabelecem a passagem, a costura, de uma estrutura a outra. Trata-se de um complexo sistema de dêiticos e elementos referenciais que apontam, dentre outras, a relação espaço-temporal. Serão estudados num outro momento.

Ilustrado o modo como o movimento de foco (movimento-qu) funciona na cadeia discursiva, conclui-se que, no caso do Bakairi, ele não é instituído, exclusivamente, segundo o ponto de vista do locutor que direciona a organização do discurso. Além de atender ao processo de topicalização em orações absolutas, atende também, e obrigatoriamente, a todo o processo de subordinação onde esteja envolvido o cruzamento sintático-referencial de argumentos distintos (sujeito de verbo transitivo com objeto direto) como foi, amplamente, demonstrado no estudo da sintaxe. Por essas mesmas razões - de ordem sintático-discursiva -, está para o discurso indireto, forma sem expressão na língua. Assim, a clivagem - decorrente do movimento-qu - torna-se um dos elementos catalizadores do discurso, fazendo com que o segmento extraposto seja o elo do encadeamento discursivo e o ponto nodal da co-referen-

cialidade.

O funcionamento do movimento-qu faz dele um operador do discurso não porque, a priori, seja um movimento para foco e, sim, porque permite operar com as restrições da sintaxe, projetando a dimensão discursiva. Nessa perspectiva, a possibilidade de se restringir o movimento para foco à instância exclusiva do discurso - à instância da oralidade - pode ser, no caso do Bakairi, descartada. O movimento-qu, enquanto operador discursivo, pode deixar de ser visto como um traço da comunicação oral e passar a ser entendido como um fato da historicidade da língua - a oralidade e a ergatividade.

Com isso, desloca-se no Bakairi a proposta de Maingueneau (1981) de se pautar a reflexão sobre os operadores discursivos pela tipologia de discursos que, de antemão, “permite a partir da simples distinção oral/escrito articular diferentes tipos de discurso por um uso específico desses operadores”.

A oralidade não deve ser entendida como recorte discursivo, mas sim ser descrita, como qualidade discursiva, como o “ponto por onde trabalha a história”.

5.2.2 Tempo e circularidade discursiva

Além de a clivagem, enquanto recurso sintático, ser o fator básico da estruturação discursiva, as marcas morfológicas aí empregadas trazem em si uma perspectiva de tempo-aspecto, dentro das relações recente/imediato, que se projetam no presente, passado e futuro. Essa perspectiva abrange não o tempo do relato como um todo, o tempo da enunciação, e sim, a temporalidade que se estabelece dentro da realidade e da interdependência dos fatos. Ou seja, a cadeia factual se dimensiona na relação recente/imediato, e isso não só produz um efeito de circularidade, como também é o dado que justifica as repetições “sem lógica” ou redundantes, como diz Capistrano de Abreu.

A repetição, no caso lida alheia à interpretação da sistematização do tempo, também subsidia a idéia de parataxe, atribuída aos textos indígenas. A repetição não assinala

também o mesmo momento cronológico, como possa parecer. Ela ocorre devido à especificidade da sintaxe da língua, que não trabalha a referencialidade no âmbito de estruturas sintáticas idênticas às de línguas como o português. A referencialidade (e, portanto, a subordinação) só se institui em estruturas clivadas, e a clivagem pressupõe a retomada de um elemento referido em passagem anterior, por isso, a repetição.

A sintaxe da língua, na verdade, não prevê que as frases se coordenem automaticamente. Primeiro, há a declaração de um fato - cujo verbo se apresenta na forma perfectiva, que não admite nem coordenação, nem subordinação; em seguida, esse fato é repetido - geralmente com uma forma verbal nominalizada que remete a um dos argumentos (sujeito ou complemento) contidos na primeira frase - e, a partir daí, é possível se dar a interligação com uma outra frase. O processo paratático não pressupõe esse encadeamento sintático: as frases são dispostas de forma autônoma e sem nenhuma interdependência gramatical. Não é o caso do Bakairi em cuja estrutura são apontados elementos gramaticais variados que organizam a sintaxe e apontam as implicações lógicas.

Por outro lado, em termos de cronologia, a repetição estabelece em que medida um fato decorre de outro, e não em que medida um fato resulta num outro. Com isso, a organização cronológica, em vez de se projetar numa perspectiva de futuro, de consequencialidade, se projeta em retrospectiva. Uma retrospectiva não linear, que, no vaivém das repetições, interrelaciona os fatos em si em termos das relações recente/imediato. Ainda a observar, as repetições são em si aparentes: a idéia descrita pelos verbos se repetem, mas a forma verbal é outra, no caso, são as formas nominalizadas/modalizadas que, por trazerem papéis temáticos, anunciam o elemento clivado. Devido ao traço de modalização, a estas formas acaba imputado o tempo real da seqüencialidade dos fatos, ao passo que as formas verbais desenvolvidas terão outra função.

A análise de um pequeno texto (cf.: anexo 1), produzido por Shagope, em torno do tema *pine* 'comida' serve como ilustração a essas considerações.

bakairi ỹedāwile awadō
ilapirite awadō ỹedāwile takoro jurā əpa aỹetibe
imapile ikele figele igāwkule yetibiẽ
pila awadũỹedāwile awadũ judule ilema ỹedāwile

arō wərə ugōⁿdo adəkəbaze idəle tagĩre podo ineβile nōko ilema ihũile
awadō agō ỹādile pogo āyedile pekodo funũipe arōwatai mā:fĩ tãzēi āzi
wərə pogo bakairi yoko

‘Bakairi come beiju. Come o beiju só depois de feita a massa dele com mandioca. Ele faz massa de mandioca depois de descascar, ralar e espremer [a mandioca]. Assim que isso é feito faz o beiju. Para comer o beiju, assa e depois come

Se os homens vão à caça e trazem carne e matrinchã, depois de assados comem com beiju. As mulheres também fazem mingau com [polvilho] socado, ou até de qualquer outra coisa como farinha de mandioca, milho, tudo [serve] para o mingau de Bakairi, até arroz.’

O desenvolvimento do tema aí solicitado, “as comidas de Bakairi”, girou em torno de um elemento básico à alimentação - awadō ‘o beiju’. Com relação ao fato “Bakairi come beiju” houve necessidade de uma explicitação das etapas que antecedem o ato de comer beiju. Em retrospectiva não-linear foram apontados: fazer a massa do beiju; enumerar as etapas precedentes a isso: descascar, ralar e espremer a mandioca; comer o beiju, que antes foi assado para ser comido. O encadeamento entre as frases se dá através da repetição das ações (fazer e comer, principalmente), mas as formas verbais quando se repetem são diferentes entre si. Ora são formas desenvolvidas, ora são formas nominalizadas/modalizadas, indicando os elementos clivados e articulando os enunciados entre si.

Os Bakairi comem outras iguarias, como a carne de caça, o peixe e o mingau. Quanto ao fato de comerem o caçado e o pescado, primeiro são assados e, em seguida, podem ser comidos com beiju. A referência ao preparo do mingau é sustentada pela mesma perspectiva, antes de ser preparado, é preciso socar o grão.

Essa forma de estruturação organiza o texto em dois planos interligados. Num primeiro plano, os fatos se desencadeiam em retrospectiva a partir da frase abertura: bakairi ãedãwile awadã 'Bakairi come beiju.' Um outro plano estabelece o desencadeamento numa perspectiva temporal, interligando os fatos pela relação recente/imediato, quebrando a linearidade do fio retrospectivo.

A temporalidade, estabelecida entre os fatos em si e não entre o locutor e os fatos, define a ordem do encadeamento discursivo:

- fazer a massa (ãyetibe- 'feita', forma que aponta a clivagem de takãro jurã 'massa dele') é recente com relação a comer o beiju;
- fazer o beiju (awadã yetibiẽ) é imediato com relação a descascar, ralar e espremer a mandioca;
- comer o beiju é imediato com relação a fazer o beiju (awadũ);
- socar o grão é recente (junũipe) com relação a fazer o beiju. O grão, geralmente, é armazenado socado e não requer o seu uso imediato.

Uma ordem que, dadas as repetições - expressas nas formas verbais de clivagem - e o jogo recente/imediato, produz o efeito de circularidade. Uma ordem que também atende à estruturação sintática, interrelacionando os enunciados.

O texto examinado ilustra bem a questão da retrospectiva temporal e do porque das aparentes repetições. Mas ele não é em si uma narrativa factual, como são o relato de acontecimentos vividos ou não pelo locutor e as narrativas míticas. Como já observamos, anteriormente (5.2.1), esses outros tipos de texto, geralmente, trazem marcas de fechamento, marcas que definem a circularidade do texto como um todo.

Constituem expressões do tipo - ələ 'é só'; ələ ise 'é só isso'; mawəŋkə əyedilemō ayaitiomōnddo 'e é assim que os antigos faziam' - que remetem, numa primeira instância, ao início do texto e, numa outra, à origem, ao momento ontológico, quando tudo começou. A circularidade discursiva expressa, na verdade, a circularidade do tempo que institui na materialidade da língua o mito do absolutismo, do eterno retorno.

Contam os Bakairi que o mundo é uma grande esfera dividida por uma linha que separa ɔŋɔ 'a terra' do kaow 'céu'. No céu só há sombra e água; na terra, há sombra e água, luz e fogo. À esquerda dessa linha divisória, há uma escada tecida de algodão que desce à terra. Por essa escada, a alma de quem morre sobe até esta linha divisória, que tem a forma de uma pinguela, ponte estreita e perigosa. Embaixo da ponte, nas águas escuras, habitam os kurama 'gente excluída', que balançam a ponte, que procuram agarrar as almas que estão passando. Quando a alma consegue atravessar toda a ponte, alcança uma outra escada de algodão, que desce à terra, permitindo que a alma entre em outro corpo ("vista outra camisa"). Quando não se consegue atravessar a ponte, a pessoa morta torna-se uma alma penada, que volta para prejudicar os que estão na terra. O pajé vê quando uma alma não consegue atravessar a pinguela e comunica a todos que a alma daquela pessoa pode aparecer aqui na terra.

O caminho da reincorporação é um caminho circular. E o mito Bakairi, como tantos outros mitos desse gênero (pode-se recuperar aqui, por exemplo, o mito de Penélope e Ulisses), ilustra o oposto de "um imaginário prospectivo, onde o reingresso no estado trinitário fosse pensado como dependente de uma trajetória histórico-linear" (LEVY, 1990:12) O retorno "é pensado no interior de um constante movimento rotativo, que se completaria através de uma sucessão de ciclos repetitivos e renovatórios. Ciclos pelos quais uma hipotética circularidade da vida deslizaria permanentemente em torno de si mesma, renovando sempre o mesmo início." (idem, ibidem)

Uma "era mítica" é representada nas formas ético-culturais do desejo do Absoluto, as quais são "dadas para sempre e encerradas no próprio ato cosmogônico. Não há história nem transcendência possíveis, mas apenas repetição do tempo mítico (tempo do

Absoluto)[...], do reencontro com ele, no término de um movimento cósmico-circular.” (idem, *ibidem*).

Essa circularidade cósmico-circular pode estar instituída na língua através das diversas marcas lingüísticas que modificam os verbos em Bakairi. De onde se permite entender por que as chamadas formas perfectivas - as que de fato marcariam e delimitariam o curso do tempo em termos de presente, passado e futuro - não compõem a estrutura discursiva. A circularidade aponta, na verdade, o não-tempo, ou o retorno a um tempo original, mítico, negando uma possível prospectiva e apontando uma retrospectiva circular, por isso, não linear. A circularidade, por sua vez, pressupõe uma disposição dos enunciados em forma de elos encadeados, formando círculos concêntricos, e não uma posposição paratática.

Além das formas verbais, há as palavras de tempo, que também indicam a circularidade. A palavra *kɔpaɪləgə* tanto pode significar ‘ontem’, ‘hoje’ e ‘amanhã’. Quando significa ‘ontem’, geralmente, a forma verbal é marcada por *-akɪ* ou *-taɪ* ‘passado perfectivo recente’. Se corresponde a ‘amanhã’, a forma autônoma *ise* ‘futuro’ aparece no enunciado. Com o sentido de ‘hoje’, aparece em frases isoladas, descontextualizadas, mas, geralmente, ou ‘hoje’ vem traduzido por *iβerə* ‘agora’, significando uma realidade imediata, ou, raramente, vem traduzido por *kɔpaɪləgəba* (*-ba* ‘negação’) ‘não-ontem’. Quando se indaga aos Bakairi a tradução isolada de ‘hoje’, ‘ontem’ e ‘amanhã’, a resposta é uma só: *kɔpaɪləgə*. “É tudo a mesma palavra”, costumam dizer.

A explicação para a etimologia desses termos parece também ter uma relação com a concepção mítica de um tempo absoluto. No começo, não havia *petə* ‘a luz’, só *kɔpaɪ* ‘a sombra’, o escuro cobria o mundo, onde todos os seres tinham a forma que têm os bichos, inclusive os Bakairi. A palavra associada a ‘ontem’ - *kɔpaɪləgə* - pode ser lida como o ‘tempo da sombra’, o tempo mítico, que, na passagem do mito resumido acima, é referido como um lugar onde só há água e sombra. Dessa forma, não há por que diferenciar ‘ontem’ de ‘amanhã’, ambos - *kɔpaɪləgə* - apontam o tempo das sombras, aquele de onde tudo se origina e para onde tudo retorna para dar lugar a um recomeço, a uma re-origem. Quanto ao hoje, este é o momento

em que se convive com a dualidade - a luz e a sombra - e representa também o instante em que a luz passou a existir na terra. Há um mito que conta a origem da luz, a qual nasceu no tempo das sombras. Nessa mesma linha etimológica, estão as palavras *kōpai* 'noite', 'sombra', 'escuro' e *kōpa* 'nuvem', 'chuva' (mesmo radical de *kōpai*ləgə), que se opõem a *petōdai* (*peto* 'fogo', 'luz', *ōdai* 'dentro' - 'dentro da luz') 'dia'.

Ao traçarmos uma relação entre o efeito de circularidade instituído nos textos pelas repetições e pelas marcas verbais não-perfectivas e a concepção mítica do tempo - a época da sombra - traduzida na cosmologia Bakairi, não é nossa intenção apontar aí uma relação de determinação do modo como os Bakairi concebem o tempo na organização textual.

Pela análise da estrutura da língua e pela análise do funcionamento das marcas de tempo conjugadas a outros fatores - como a forma como se dá o processo de referencialização (confira-se, principalmente, a seção 5.2.3.1), por exemplo - apreende-se esse efeito de circularidade. Em particular, gostaria de antecipar que o emprego dos elementos referenciais passa por uma gradação instituída por uma relação com diferentes momentos no tempo, podendo-se perceber, inclusive, que a remissão a um "tempo mítico" ou "histórico" não co-existe com o processo de denotação da realidade. Seria o momento da atemporalidade.

O fato de abordarmos a definição mítica do tempo dos Bakairi permite verificar que essa definição está constituída, também, na organização textual e na etimologia das palavras de tempo. Podendo, é claro, estar constituída também em outros lugares. Falar dessa relação deixa entender um pouco mais o porquê da repetição aparente de um mesmo enunciado, produzida por uma ordem lógica que diz de um outro universo, o dos Bakari. A nossa interpretação de como se organiza a noção de tempo na língua não se ateve, porém, exclusivamente, à questão do mito do absolutismo. Portanto, a remissão à cosmologia Bakairi não se define como a busca de possíveis razões externas à língua que determinariam a estrutura lingüística. Ao contrário, procurou, apenas, ilustrar como que o lingüístico discursivo se articula o discursivo social.

Todo o processo que conduz à circularidade discursiva é traduzido através das

formas nominalizadas/modalizadas. Com isso, a dimensão temporal fica instituída por essas marcas, que não assinalam o tempo, mas acrescentam nuances aspectuais à seqüencialidade dos acontecimentos. Quanto às formas verbais desenvolvidas, estas podem vir modificadas pelas marcas perfectivas de presente e passado, ou pelas marcas imperfectivas, -ze e -dile, com funções diretamente relacionadas às construções sintáticas. As marcas perfectivas, em hipótese alguma, favorecem a coordenação ou a subordinação; representam proposições absolutas, logo, não são registradas no desenvolvimento dos textos. Quando muito introduzem o tema principal que será abordado, localizando-o no tempo, ficando, assim, a estruturação discursiva elaborada pelas outras formas verbais, as imperfectivas e as nominalizadas/modalizadas. As marcas imperfectivas se coordenam com os marcadores de pessoa e, nesse caso, dão margem a períodos complexos, mas com relação à noção de tempo, elas não trazem em si nenhuma perspectiva temporal, apontam, apenas, a contigüidade dos fatos. Outras formas, então, dizem o tempo do relato, da enunciação, localizando o locutor na relação do tempo. É o caso de advérbios, dos elementos de referência e dos dêiticos espaço-temporais, focalizados na próxima seção.

5.2.3 A Referencialidade

O sistema de referencialidade em Bakairi, ao lado do discurso direto, institui a outra forma de organização discursiva na língua.

A ausência do discurso indireto, já mencionada em momentos anteriores, a princípio, pode ser imputada a restrições da ordem da sintaxe, no que se refere à co-referencialidade. É o caso em que o discurso clivado (derivado do movimento-qu) ocorre nos enunciados onde se esperaria o discurso indireto. Uma outra linha de explicação, buscada fora da esfera da sintaxe, também permite descrever a ausência do discurso indireto na língua.

É no âmbito da enunciação, mais precisamente no interior da tese sobre a

categoria “pessoa” de Benveniste (1966), onde podem ser levantadas outras razões para sustentar a inexistência do discurso indireto em Bakairi. Após a formulação de sua tese, o próprio Benveniste aponta como vários fenômenos lingüísticos podem ser estudados e explicados a partir da definição da estrutura das relações pessoais. A não recorrência do discurso indireto em Bakairi tem uma relação estreita com a categorização da não-pessoa na língua. Categorização que vem, a um só tempo, confirmar a natureza da não-pessoa segundo a formulação de Benveniste e explicitar a falta do discurso indireto.

O estudo das “partes do discurso”, dentre as quais se inclui a classe denominada pela Gramática de pronomes, não tem como marco o trabalho de Benveniste. Desde Arnaud e Lancelot (1660) desfila uma série de teorias gramaticais que se atêm a estudar essa parte do discurso sob diferentes pontos de vista - o da sintaxe, onde o pronome desempenha a mesma função do nome; e o da semântica, que procura separar, quanto à significação, nome e pronome, mas que, ao mesmo tempo, apresenta enfoques divergentes. Ou os pronomes nada “descrevem”, apenas “designam”, estando segundo o modo de significação para o nome, ou os pronomes não são nem verdadeiros nomes, nem estão para os nomes: “o *modo de significação* (fundamental) dos pronomes é idêntico àquele dos nomes - ambas as classes remetem diretamente a algo que lhes é próprio -; neste caso, a diferença entre essas duas classes reside em suas *significações* respectivas: os nomes representam as coisas e as pessoas “pela idéia de sua natureza”, enquanto que os pronomes são o signo de uma “relação pessoal com o ato da fala”.” (in LAUD, 1979:63).

A destacar em Benveniste (idem), ele oferece todos os elementos necessários para o estabelecimento da estrutura das relações pessoais na língua. Descreve uma correlação de oposição entre **eu/tu** - marcados pelo traço [+pessoa] - e **ele** - marcado pelo traço [-pessoa] -, a qual denomina de *correlação de pessoalidade*. Totalmente novo no estudo da pessoa, é o fato de o **tu** ser efetivamente considerado como elemento da relação de pessoalidade, mas, no caso, instaurado por **eu** num espaço de exterioridade que só pode ser concebido a partir do próprio **eu**. O **tu** é o **outro** que, na realidade do diálogo, é concebido (pelo **eu**) como a única

pessoa imaginável além do **eu**. Com isso, Benveniste vai além da mera constatação de que a segunda pessoa é aquela a qual a primeira se dirige. O **tu** se define como a pessoa **não-eu**, ou a pessoa **não-subjetiva**, por oposição a **eu**, pessoa marcada pela **subjetividade**. Instaura-se, então, no interior da correlação anterior uma *correlação de subjetividade*, a qual leva à oposição os dois elementos marcados positivamente.

Com esse enfoque que despreza a homogeneização, as pessoas são distribuídas por diferentes planos instituídos, na verdade, por suas funções distintas na linguagem. Os locutores têm, através das pessoas, assegurada a possibilidade de, no instante da enunciação, ocupar a posição de *sujeitos* do próprio discurso. Com função totalmente diversa, o **ele** significa “um invariante não pessoal e nada mais” (idem).

Assim, se a terceira pessoa é, de fato, a **não-pessoa** é porque ela pode remeter a qualquer coisa, salvo à própria instância do discurso que a contém. Sua objetividade advém da realidade que a remete a qualquer coisa sem depender de uma enunciação contendo **ele**. Diferentemente, **eu** e **tu** só se constituem como pessoas na *realidade do discurso*: a pessoa só é **pessoa** enquanto e durante o instante em que o **eu** fala. Logo, a distinção primordial entre a **pessoa** e a **não-pessoa** reflete a relação do sentido dos signos com a enunciação; a falta dessa relação faz do **ele** um signo adequado para designar coisas da “realidade objetiva”, enquanto a impossibilidade de conceber a natureza de **eu/tu** fora da enunciação os torna “não-referenciais em relação à realidade”. (idem)

Sobre a definição da não-pessoa em Benveniste, surgem algumas objeções no que se refere, em particular, ao fato de ela não ter realidde como instância do discurso, ficando a sua existência relegada ao plano da referencialidade.

Tendo como pano de fundo essas colocações, tomamos as formas do discurso relatado em Bakairi ao lado do sistema de referencialidade, colocando em discussão a caracterização da não-pessoa trazida por Benveniste.

5.2.3.1 A não-pessoa

A distinção entre pessoa e não-pessoa nos leva a uma oposição cujo fato essencial é a relação de sentido dos signos com a enunciação. A ausência dessa relação faz do **eu** o signo específico para designar as coisas da realidade objetiva. Enquanto o par **eu/tu**, ao serem definidos somente na remissão à enunciação, tornam-se “não-referenciais em relação à realidade”. Com isso, o essencial no par **eu/tu** é a sua referência restrita à instância do discurso, fato que, no entanto, faz desprender **eu/tu** da categoria tradicional de pessoa enviando-os a uma classe muito mais ampla de signos, a dos dêiticos.

Dêixis e referencialidade estão inseridas no mesmo âmbito. Embora os dêiticos se definam em função de **eu/tu**, eles designam a não-pessoa. Na visão de Frege (1952), a referencialidade se distingue da significação; ao mesmo tempo, o autor observa que ambas mantêm estreitas relações. O ato de referência depende da significação, mas esta é definida a partir do referente porque determina o modo de apresentação do objeto referido e fornece uma descrição desse objeto.

A definição dos dêiticos depende, segundo Frege, de dois fatores - do pensamento e das circunstâncias discursivas. O pensamento é o que está sujeito ao julgamento de verdadeiro ou falso, sendo mais apreensível nas proposições que, geralmente, exprimem um sentido completo. Muitas vezes, o enunciado simples não é suficiente para exprimir o pensamento, é o que ocorre quando o enunciado contém um dêitico. Situações em que as circunstâncias discursivas tornam-se uma parte da expressão de um pensamento completo. Conhecer as circunstâncias em que se inserem as palavras é condição necessária para uma compreensão segura do enunciado contendo dêiticos.

Assim, segundo o autor, se o pensamento é “um sentido completo” e se a existência de dêiticos num determinado enunciado requer o conhecimento das circunstâncias para se chegar a esse sentido, então é o próprio *sentido* dos dêiticos que se reveste de um caráter especial. A significação de um dêitico deve conter uma indicação que permita a identificação,

o isolamento do objeto denotado, mas de tal modo que o conhecimento das circunstâncias discursivas seja necessário para se chegar a essa identificação.

Dessa forma, quando se muda a situação de elocução, muda-se a denotação do objeto. Uma vez que a elocução é sempre produzida pelo eu, pela pessoa que fala, o seu referente varia de acordo com as circunstâncias discursivas.

Em Bakairi, conta-se com um sistema de elementos referenciais cujo funcionamento e sistematização não são fáceis de acessar exatamente porque a sua significação depende das condições da produção discursiva. E, como nesse processo de produção, o locutor se remete a momentos distintos - ora próximos do momento da elocução, ora distanciados - o uso dos elementos de referência remete à situação como um todo, podendo, inclusive, dois elementos co-ocorrerem na denotação de um objeto. É o que ilustra um dos segmentos do trecho referendado em 5.2.1 desta seção:

(21) kuro a-βilige iwakuro maωŋka mero pekodo tania keho ageagi fina

mesmo 1^a-por isso boa aquela esta mulher chamada falamos nós

‘Por isso falamos - Como é boa aquela (esta) mulher chamada Tania!’

em que os dois elementos dêiticos - maωŋka ‘aquela’ e mero ‘esta’ -, apesar de estarem se referindo a um mesmo elemento - pekodo ‘mulher’ -, apontam, na verdade, duas dimensões temporais.

A referência mero ‘esta’ corresponde ao momento do relato - o aqui-agora -, bem como à proximidade do locutor com o objeto referido - pekodo ‘mulher’. Enquanto maωŋka ‘aquela’ indica o distanciamento do locutor não só no tempo como no espaço: lá em Cuiabá antes da chegada ao Rio de Janeiro.

O distanciamento no tempo e no espaço se confirma com o uso da marca verbal perfectiva de passado recente - -agi -, presa ao verbo discendi - ageagi ‘falamos’. Essa forma verbal dificilmente ocorre no fluxo discursivo. Aponta a ergatividade fortemente marcada e,

por isso mesmo, não permite a concatenação dos enunciados. Os enunciados que trazem a forma verbal em -agi (ou -tai) são sempre absolutos e adpostos (cf.: sintaxe) e assinalam uma ação num tempo acabado (perfectum). Fato condizente com o distanciamento atestado no enunciado acima.

Os tempos verbais se definem em relação às instâncias da enunciação e, por isso, são incluídos no espaço da dêixis. Beneveniste (idem) articula os tempos verbais em dois sistemas que manifestam dois planos temporais particulares de enunciação: a “enunciação histórica” que se caracteriza pela “apresentação dos fatos ocorridos num certo momento, sem nenhuma intervenção do locutor na narração” e a “enunciação discursiva”, que remete ao momento discursivo.

Em Bakairi, esses dois momentos não se dissociam, trazendo o enunciado marcas que remetem sempre aos dois instantes. Todo esse processo têm ainda uma função na organização discursiva, além de contribuir para a significação.

A marca verbal perfectiva no caso acima, por exemplo, ao impor um distanciamento no tempo e no espaço permite expandir a **pessoa - ura ‘eu’ X jina ‘nós’** - do enunciado ‘Como é boa aquela mulher chamada Tania!’. O uso dos dêiticos no enunciado em questão, mais do que remeter a dois momentos distintos, permite inferir uma série de fatos implícitos ao enunciado. Em primeiro lugar que, lá em Cuiabá, já fora dito que maωηka pekodo ‘aquela mulher’ era boa; o locutor jina ‘nós’ abrange e referencia um outro enunciador. Apesar de o locutor se projetar numa posição de que atesta o que diz (fato contido no verbo discendi flexionado - ageagi ‘falamos’), a pessoa referida (aquela mulher) lhe era, então, desconhecida. Esta última inferência decorre do significado que o dêitico maωηka pode expressar. O seu uso modaliza o enunciado com um sentido de indefinição, podendo corresponder a expressões como “tal”, “certo”, que, ao mesmo tempo que anunciam o desconhecimento real do objeto, apontam o conhecimento do objeto através da referência feita por outra pessoa. A ocorrência de maωηka conjugada com mefə pekodo (‘aquela esta mulher’) oferece a confirmação aqui-agora daquilo que sabia por ouvir falar. Mas sua função não se esgota aí.

maʷŋka/mawəɾə. O elemento maʷŋka (≈ mawɛŋka) ‘aquele’ pode ter dois significados. Determina o nome com o valor de indefinido (caso de exemplo acima), ou permite, ainda, a inferência de veracidade ou falsidade das proposições aventadas.

A noção de indefinido, no sentido de não conhecido, se institui segundo a situação em si e segundo o papel desempenhado pelo referente, no caso, este papel não pode ser o de enunciador. Essas noções, como a indefinição ou a falta de conhecimento, só podem ser apreendidas quando se analisa a situação instituída no interior do fato relatado, uma situação que se constrói a partir de um ponto de vista particular. Observem os os dois exemplos que se seguem.

Durante o relato da Festa do Milho, Apakano conta que

(22) yamimeã n- utu -ba maʷŋka kado eremõ
criançada 3ob-saber-conhecer Kado música

‘A criançada não sabe a música do Bacururu (Kado)’

aripido ayaitio-mõnddo wəɾə kado eremõ ʃ-utũ-ře
velhas velhos-coletivo também ob-conhecer-agente

‘Só as velhas, e também os velhos, são os que conhecem a música do Bacuru.’

A música do Bacururu - maʷŋka kado eremõ - foi marcada como não-definida, não por ser desconhecida pelas crianças, mas porque estas não sabem cantá-la. A indefinição se institui, assim, de um ponto de vista particular, o das crianças.

Numa passagem do mito udodo pajika ‘A onça e o tamanduá’, em que são descobertos os olhos da onça, arrancados pelo tamanduá e escondidos na boca do pocurau, a onça é referendada de forma indefinida - maʷŋka udodo - a partir da ótica do pocurau, que não sabia que a sua dor de dente eram os olhos da onça lhe incomodando:

- (23) pɔkuraɔ i-tae maɔŋka udodo enɔ azetile
 3ª-boca onça olho tirar
 ‘Os olhos da onça foram retirados da boca do pocurau.’

Quando maɔŋka é usado por um determinado locutor referindo-se a um outro enunciador, todo o conteúdo enunciativo da fala desse enunciador torna-se modalizado com o sentido de dúvida, ou até de falsidade.

No mesmo mito, há exemplos claros desse tipo de referência. A trama do mito gira em torno de uma série de situações enganosas forjadas pelo tamanduá. Predomina na organização discursiva o discurso direto que, ao anunciar a fala mentirosa do tamanduá, caracteriza o locutor com maɔŋka, no caso, entendido como ‘aquele que mente’.

A trama tem início quando o tamanduá convida a onça para defecarem juntos e de olhos fechados. Enquanto a onça se mantém de olhos fechados, o tamanduá troca os excrementos e diz à onça para abrir os olhos. Surpresa: as fezes da onça é só formiga e as do tamanduá é só carne (podo ‘carne de caça’). Perplexa, a onça não entende o que se passa, pergunta se o tamanduá teria pego as suas fezes.

- (24) maɔŋka ke-duɔ
 ele disse-então
 əwə ye-dilə kafirarɔ yedilə
 é meu fazer-aspecto la debaixo

‘E ele então responde:
 - É meu cocô mesmo! eu fiz debaixo de mim! eu fiz!’

A falta de verdade da declaração do tamanduá, anunciada por maɔŋka ‘aquele que mente’, vem confirmada em forma de incisa quando o locutor-narrador intervém na narrativa:

- (25) ke-wa-dile kulə [...]
 dizer-complementizador-aspecto
 ‘Era mentira dele!’

Esse tipo de organização estrutura toda a narrativa. Vale ainda destacar um certo trecho em que se verifica que as ações atribuídas ao personagem referendado por *maʷŋka* ‘aquele que mente’ faz com que os objetos venham determinados pelo escopo de falsidade.

Após caçarem uma anta, o tamanduá decide afastar a onça para comer a caça sozinho. Enquanto a onça moqueia a anta, o tamanduá se afasta, retornando, em seguida, dizendo que fora beber água. A prova de que não mentia era um lambari que dizia ter trazido lá de onde havia água. A onça também quis beber água, então, o tamanduá avisou:

(26) *ke-duo maʷŋka*
dizer-então

‘Disse ele então.’

əwə iwətə paru-lə-pe-ba əwətəra
ah sócio água-mesmo-negação redondezas

‘Só que não tem água por aqui, sócio.’

tələ təhərə mawərə paʷ
tem lá distante aquela água

‘Lá, bem distante, é que tem água.’

A referência à água por *mawərə* (contraparte de *maʷŋka* para seres inanimados) funciona como um índice. De antemão, o ouvinte já infere que mente o tamanduá ao afirmar que há água, pois *mawərə paʷ* pode ser interpretado como uma ‘falsa água’. São falsas as palavras e as ações do tamanduá. São falsos os objetos denotados nessa situação. Os elementos de referência predizem a urdidura da trama - o engodo -, e o locutor, todo o tempo, confirma a inferência do ouvinte:

(27) *kewadile kulə* ‘Era mentira dele!’

Uma inferência advinda do isolamento dos objetos pelo uso dos dêiticos em determinadas situações. A esse respeito, Maingueneau (1981:22) observa que o emprego do

determinante demonstrativo não se limita “a suas funções estritas anafóricas e dêiticas, nem esta oposição se reveste de um caráter absoluto. A noção de situação de comunicação, se tomada em sentido amplo, faz intervir mais do que as pessoas e as suas coordenadas espaço-temporais, ela inclui igualmente todo um universo sócio-cultural, o conjunto das circunstâncias determinando um ato de enunciação”.

Acrescentaria, no entanto, que a intromissão do locutor na narrativa - em forma de incisões -, por estar concatenada à denotação dos objetos em si, vem revelar a constituição desse universo sócio-cultural na materialidade da língua. A expressão *kewadile kulə* ‘É mentira dele!’ confirma as referências do tipo *maωŋka* ‘aquele que mente’ e *mawəɾə paɾə* ‘a (falsa) água’, presentes por toda a narrativa. Referências instituídas, é claro, no âmbito sócio-cultural, mas de responsabilidade do locutor.

Uma responsabilidade que ele próprio sustenta ao não reduzir a sua fala à expressão *kewadile kulə*. Sempre que o locutor interfere no relato, retoma fatos já narrados em momento anterior, quando da descrição das cenas e dos diálogos entre os personagens. Essa retomada tem por função explicitar a implicação lógica entre os fatos (já apresentados durante a narrativa) de modo a conduzir a inferência de falsidade (ou veracidade) por parte do destinatário. Confira o trecho que sucede ao segmento transcrito em (25):

(28) *kewadile kulə*
 ‘Era mentira dele!’

idəle pa ʒika - tədā tədā tədā-
 3a-ir tamandua onomatopeia

O tamanduá tinha saído - tadā, tadā, tadā -

maωŋka aβile təɾə əisele ʃiʃi ʃiʃi ʃiʃi
 e lá urinar onomatopeia

E lá ele urinou - xixi, xixi, xixi -

t-iziko ỹ-ene-le
 refl.-urina 3su/3aob-beber-aspecto

e bebeu a própria urina.

tuk porõe tuyohalə porõe tuk
onomatopéia jejum lambari

Caiu o jejum. Caiu o jejum que era um lambari.

ega aβilege ega iwətarə
veja por isso veja sócio

Veja! É por isso! Veja, sócio!

aβilege paru-pe u-gele
por isso água-existencial la -dizer

É por isso que eu digo que tem água.

ega ika-no-bire porõe
ficar-nome-ex

Veja o que estava no jejum!

mʌkə mawɔ̃ka udodo as-enodu-da
aquilo onça inv-enganar-passado

Ele enganava a onça com aquilo (o falso lambari).'

A interferência do locutor se constitui num tipo de comentário que tem por fim a explicação dos fatos narrados no segmento anterior, comprometendo o destinatário com a sua lógica dada aos fatos e conduzindo, ou confirmando, o juízo de valor. O comentário é sustentado pelos dêiticos e elementos de referência que, por serem de responsabilidade do locutor, denotam os objetos referidos pela perspectiva deste. No trecho acima, de novo, a referência a tuyohalə 'lambari' (forma do jejum do tamanduá) é feita recorrendo-se a mawɔ̃ka que, no caso, corresponde não à caracterização do objeto como falso em si, no sentido de inexistente, mas a falso devido à atitude enganosa do tamanduá.

Com isso, confirma-se, por um lado, a colocação de Frege (idem) de que as circunstâncias discursivas são, de fato, necessárias para se compreender o enunciado que contém dêiticos. Mas, por outro lado, observa-se também que o uso do dêitico determinado em função da situação se estabelece em duas perspectivas: a do locutor, narrador onisciente que a priori conhece a trama e, portanto, responsável pela sintonia entre a denotação do objeto e a situação; a do enunciadador-personagem, cujo papel, no caso do tamanduá o de trapaceiro,

faz com que a realidade objetiva se configure em função da trama. As circunstâncias discursivas, embora estejam explicitadas no desenrolar da trama, são reavaliadas pelo locutor, ao dar a dimensão lógica do “pensamento”. Nesse caso, a “lógica dos fatos” não é uma condição inerente ao enunciado - o pensamento completo -, como se diz numa linha explicativa cartesiana. Ela se constitui a partir de diferentes pontos de vistas determinados de diferentes posições enunciativas. É um efeito de sentido, considerados os enunciadores, e mais as condições de produção de quem relata do que o contexto narrativo em si.

Tanto assim que o mesmo mito narrado por diferentes pessoas ganha outras características e outras implicações lógicas. Num material organizado pelo SIL (1975), por exemplo, o informante, além de não narrar o mito em toda a sua extensão (há diversas narrativas do mito com diversas extensões), quase não se vale do jogo da referencialidade, da denotação dos personagens e dos objetos envolvidos na trama. Conseqüentemente, não interfere na narrativa para dar uma explicitação lógica ao seu ponto de vista instituído na forma de denotação que poderia ter sido trabalhada. Em toda a sua narrativa, somente em dois momentos apresenta o tamanduá e a onça acompanhados por um índice de referencialidade.

Depois que o tamanduá, mostrando as fezes da onça, diz que ela comeu formiga, o informante prossegue:

(29) Udodo mara tientuo iuipadele tōenzepa tauari nudupa ola sapimidoen. Tuduno tacudize mauanca aqueale curu podo sánien auele. (grifo nosso)

‘A onça vendo aquilo sentiu-se envergonhada, mas não deu o braço a torcer. Queria que o tamanduá provasse que, de fato comia mesmo carne.’(SIC) [Queria que ele (mawɔŋka) provasse que comia mesmo carne.]

Depois que a onça conseguiu matar a anta, ela ordena ao tamanduá que acenda o fogo e coloca a anta na grelha.

(30) Maca udodo ceca anhedele, mãe nhuru inhule. (grifo nosso)

‘A onça fez a grelha e assou a carne da anta.’

Somente nesses enunciados, os dois personagens vêm citados com marcas de denotação: no momento em que a onça se viu trapaceada com a troca das fezes, o tamanduá é referido por “mauanca” [mawɔ̃ŋka] e quando fica provado, implicitamente, que a onça (“maca udodo” [mɔ̃kə udodo]) come carne, pois depois de conseguir matá-la, começa a assar para comer. Os demais dêiticos que ocorrem durante a narrativa são aqueles que estabelecem uma proximidade entre os enunciadores (no caso, a onça e o tamanduá) e os objetos referidos nas suas falas. Nesses dois enunciados, porém, é o único momento em que se caracterizam os dois personagens através da denotação: o que trapaceia e o que é trapaceado.

Essa caracterização, porém, não vem confirmada pelos comentários do locutor que, a exemplo da narrativa de Waluga, a qual estamos analisando, re-explica os fatos, repetindo as passagens anteriormente narradas com a trama. Neste caso, o que se tem é um tipo de narrador que co-participa da trama, na qual desempenha o papel de dizer a lógica dos fatos instituída por ele e pelas condições discursivas.

Por outro lado, notamos que nos parece bastante difícil chegar ao sentido dos elementos de referência da forma como estamos demonstrando, caso estivéssemos trabalhando com o tipo de narrativa (escassa em processos de denotação e sem as interferências do narrador) ilustrado nos dois segmentos acima (5.2.1). O trabalho com os textos construídos por Waluga - a pessoa Bakairi mais idosa e monolíngüe - contou com a ajuda de uma outra informante - Apakano - que, todo o tempo, tecia observações do tipo “ah, mais a Balbina [nome cristão de Waluga] fala antigo demais”. Esse falar antigo trouxe dificuldades à intérprete³⁰ na tradução dos relatos de Waluga e, embora eu insistisse em indagar, por exemplo, a diferença entre mawɔ̃ŋka paɟika, mɔ̃kə paɟika, awɔ̃ka paɟika, ela sempre respondia que era tudo igual, era sempre ‘o tamanduá’ ou ‘aquele tamanduá’. Somente a demorada análise da estrutura narrativa como um todo - para a qual contam, principalmente, o processo de clivagem, a referencialidade

e as incisões do narrador - permitiu que eu chegasse à historicização dos sentidos e, conseqüentemente, à sistematização dos elementos de referência em Bakairi.

A referencialidade nesse tipo de narrativa parece instituída, então, em função de dois locutores - narrador e personagem -, ambos correspondendo aos dois tempos distintos da enunciação. Dois tempos concatenados a partir das vozes presentes na narrativa, fato que vem constituir a dimensão polifônica da estrutura discursiva da língua. E que permite atestar que referencialidade e polifonia se recobrem mutuamente em Bakairi.

Para se entender o funcionamento e a sistematização dos dêiticos e elementos referenciais em Bakairi, é preciso se depreender não só a situação em si, mas de que ponto de vista se define a denotação: locutor/fato ou enunciador(personagem)/fato.

Essas duas perspectivas, porém, não são alternativas, considerando-se que o ato de narrar constitui a própria narrativa. E é nesse escopo que se institui a referencialidade. Os exemplos até então trabalhados focalizaram em especial o par *məwʔka/mawəɾə* 'aquele', empregados tanto como dêiticos quanto como elementos determinantes, e permitiram confirmar pontos de discussões orientadas por Maingueneau (1981) e Frege (1952) de que a significação de um dêitico deve favorecer a identificação do objeto denotado, mas de tal modo que o conhecimento das circunstâncias discursivas torne-se condição básica para a determinação exata da singularidade desse objeto. Sob esse aspecto, diferentemente da Linguística, significação e referencialidade se distinguem. Conseqüentemente, para entender o alcance dos elementos referenciais, bem como o seu sentido, não basta listá-los segundo uma categorização determinada a partir do seu significado. A referencialidade se define nas condições de elocução, e é sob essas condições que o quadro dos demais elementos referenciais pode ser explicitado.

Məka/Məɾə. Combinados aos nomes comuns, respectivamente animados e não-animados, essas duas marcas restringem, individualizam o referente.

Sendo assim, podem ter o sentido de 'cada', 'este', como no exemplo abaixo:

(31) *ãʒi ʃina ẽiⁿtabilema ãni ãwɔlɔrɔ mərə anu lelə-ba*

milho nossa festa antigamente sempre este ano só-não

‘Nossa festa do milho sempre existiu desde antigamente, não foi só neste ano não.’

No caso de narrativas, só podem ser usadas junto a nomes de personagens, ou de elementos que venham a ter uma função na trama. Seu funcionamento parece ser o de tornar não-comum, ou talvez particular, aquilo que, numa dada enunciação, seria comum, genérico.

No mito já mencionado anteriormente, por exemplo, os dois personagens-chave - a onça e o tamanduá - são referendados por *məkə udɔdɔ* ‘a onça’ e *məkə pa ʒika* ‘o tamanduá’, enquanto que a anta, por não ser um elemento-chave e não ter qualquer participação na trama, vem desprovida de qualquer denotação e de qualquer referência anafórica explícita. Após a tentativa frustrada do tamanduá de matar a anta, a onça resolve decidir a caçada:

(32) *yã-kẽ-řa iwətə*

tocaiar-imperativo-ênfase sócio

‘Vai tocar, sócio!’

keduɔ məkə

ela

- dizia ela, então -

mã-ya-wa-pərə kuro

2a.su/2a ob-matar-compl não mesmo

Você não a matou mesmo!

pa ʒika idə-le-rɔ məkə mãe ỹakelerɔ

ir-passado-ênfase aqui anta 3a.su/3a ob-tocaiar-

E lá se foi o tamanduá tocar a anta.’

Observam-se nesses exemplos dois fatos. A referência anafórica vazia, quando a onça diz ‘você não a matou mesmo’ - *mã-ya-wa-pərə kuro* -, referência, no caso, recuperada pela concordância verbal dupla (sujeito/objeto). E a ausência de elemento denotativo no outro segmento. Neste, embora o dêitico *məkə* esteja antecedendo a mãe ‘anta’, o objeto que ele aponta é *pa ʒika* ‘o tamanduá’. A disposição invertida - *pa ʒika idə-le-rɔ məkə* - contrariando

a ordem esperada - Determinante Nome - dá lugar à expressão ‘E lá se foi...’.

Como nos casos anteriores, a referencialidade só constitui um sentido segundo determinadas condições. As condições, por sua vez, estão diretamente relacionadas a diferentes instantes: à dimensão histórica e à dimensão enunciativa. Assim, a determinação de um objeto por *məkə* (ou *mərə*) não é definida de imediato. Há um momento primeiro de referenciação sem nenhuma denotação para, em seguida, numa escala gradativa de referencialidade, a não-pessoa se tornar, então, definida segundo o contexto narrativo. Os exemplos que se seguem ilustram esse funcionamento.

Na abertura do mito *udədo paʒika*, os dois personagens principais só serão referendados por *məkə*, depois de ter sido apresentada toda a trama da narrativa:

(33) *paʒika-ma paʒika-agə mā:ĩĩ əf-uo-dile-mõ*
-foco -com índice inversor-encontrar-aspecto-pl

‘Um dia, (certo) tamanduá encontrou com (certa) onça.’

aiʉuəŋə paʒika māĩĩ-ĩĩ tərə-lə inəŋə k-əðəkẽ^{nta} mǎe ya-ze idə-le-mõ
ai índice-ênfase lá-ênfase vamos ¹incl -caçar-imperativo anta matar-aspecto tr-aspecto-plural

‘Aí o tamanduá falou: Vamos lá caçar! Vamos matar anta.
Aí eles se foram.’

Antes de prosseguir com a narrativa, o locutor interfere -

(34) *mərə paʒika pəðə n-ã-pərə tuõ-rə kulə əðə*
estes tamanduás caça 3a -comer-negação cupim-só coisa comida de carne

mərə udədo-ma pəðə t-ã-seŋə
esta onça -só caça agente-comer-aspecto-ênfase

‘Os tamanduás não comem caça; a sua comida de carne é só cupim.
Só onça come caça.’

- trazendo fatos inerentes à trama. A função dessa primeira intervenção do locutor é de antemão alertar o ouvinte para a incoerência do convite do tamanduá.

A leitura desses dois segmentos (33)-(34) revela que no primeiro, abertura da

narrativa, tanto paʒika ‘tamanduá’ quanto udodo ‘onça’ não vêm apontados por nenhum dêitico. O momento aí é um tempo mítico, o do “Era uma vez...”, um passado remoto sem atestação. O segundo segmento contém o dêitico meɔ, geralmente com uma tradução próxima a ‘este’. Seu escopo de referencialidade aponta o agora do ato ilocucionário, bem como a proximidade com o locutor. E por se tratar este segmento de uma incisa que apresenta um fato generalizado, a interferência do locutor não abrange o comentário sobre os dois personagens míticos em foco, e sim sobre tamanduás e onças em geral. Nesse caso, a melhor tradução para o enunciado em (33)-(34) é aquela que contém a generalização. Mas observe-se que este sentido de generalização não é inerente ao dêitico meɔ. A generalização se institui a partir de vários fatos: o recorte na narrativa que apresenta a fala do locutor em forma de comentário - o que faz com que este se desligue, temporariamente, do ato de narrar e se dirija a um destinatário imaginário - e a própria função do dêitico empregado que, embora forme um sintagma com um substantivo, o seu alcance não é a caracterização do substantivo em si; este dêitico indica o agora do ato ilocucionário, situando o locutor nesse momento.

Feito o recorte, a narrativa prossegue com outro convite do tamanduá para a onça, o de defecarem juntos e de olhos fechados. No momento em que a onça abre os olhos e desconfia de que as fezes foram trocadas (confere o trecho (24) acima), o tamanduá vem definido como mawɔʒka paʒika ‘o tamanduá’, sempre que a sua fala é mentirosa, ou como mɔkə paʒika ‘o tamanduá’, aí individualizado como personagem principal. Paralelamente, a onça vem sempre apontada como mɔkə udodo.

O importante a observar nesse processo de referenciação é que a caracterização da não-pessoa explicita os diferentes recortes enunciativos promovidos pela instância do eu - a pessoa que fala a outro. Não é, portanto, um processo de denotação decorrente da significação dos elementos de referência e dos dêiticos. O significado do referente varia sistematicamente com as variações das condições de elocução. E esse aspecto parece distanciado das colocações de Frege (idem): não são apenas as condições discursivas em si que sustentam a referencialidade, bem como a significação em si; o eu não define o objeto a partir das diferentes situações em

que este se encontra. A denotação se dá em função de diferentes recortes enunciativos instaurados a partir dos pontos de vistas dos diferentes enunciadores: o eu-locutor, instanciado em diferentes enunciadores e o eu-personagem, também instanciado em diferentes enunciadores segundo diferentes lugares sociais e segundo as situações da narrativa.

O ato de relatar em Bakairi implica, então, mais o conhecimento das condições enunciativas e menos a sistematização e a classificação funcional dos elementos referenciais. A sistematização não é bastante para saber empregá-los. Vai além também da descrição das condições discursivas. Observa-se que o ato de relatar é sempre situado em todos os momentos da história da sua enunciação. Nos exemplos do mito acima, se destacam três momentos - um a-histórico (o tempo mítico), um presente pontual (o agora enunciativo) e o tempo da narrativa.

Num outro relato - a retirada do Xingu - percebe-se, de novo pelo emprego dos dêiticos, como o locutor se remete a essas diferentes instâncias temporais. O deslocamento dos Bakairi brabos do Xingu para o aldeamento promovido pelo governo brasileiro em Cuiabá contou com a ajuda de Von den Steinen e do índio Antônio, seu informante no estudo da língua Bakairi. Kuikare é como os Bakairi se referem a Antônio e quando Waluga narra como se deu o contato com os Bakairi xinguanos, Kuikare é descrito como o personagem central desse acontecimento.

A narrativa começa com uma declaração onde se introduz o fato, mas ainda não se determina a pessoa responsável sobre os acontecimentos que serão relatados:

(35) kuikare ene-ne idu-ɔdã-nɔ-pife-mɔ̃ndɔ
trazer-agente mato-dentro-nominalizador-ex-coletivo

‘Foi Kuikare que trouxe aqueles que moravam no mato.’

No trecho a seguir, Kuikare é referido de forma indefinida e Von den Steinen é apresentado como karaiwa, denominação do não-índio pelos Bakairi:

(36) *kuikare maŋka enene iduɔdãnɔpɪremɔ̃ɔ̃do*

ega karaiwa-ɔga idɔle-rɔ kuikare-rɔ miãrɔ-rɔ idu-ɔdafi-rɔ

olha -com foi ênfase -ênfase lá-ênfase mato-dentro-ênfase

‘Foi um tal de Kuikare que trouxe aqueles que moravam no mato.
Olha! Foi com um karaiwa que Kuikare foi lá no mato!’

Neste segmento pode-se verificar o uso de *maŋka* ‘aquele’ não para definir Kuikare como aquele que mente, mas para expressar o desconhecimento dos Bakairi do Xingu da pessoa de Kuikare, Bakairi de outra região. Naquele momento, Kuikare era uma pessoa não definida, não conhecida dos Bakairi, por isso o uso de *maŋka*, que expressa a não-certeza (ou a dúvida) diante do desconhecido. A inversão dos termos no sintagma - Nome Determinante - reforça a dúvida, pois traz o aspecto de indefinição contribuindo para a leitura³¹ ‘um tal de’. O sentido de *maŋka* desvinculado aqui de ‘aquele que mente’ também decorre do fato de *maŋka* estar se referindo a Kuikare, não como agente de um ato enunciativo, e sim como agente de uma ação propriamente dita - *idɔle* ‘ele foi’. Caso *maŋka* fosse usado para relatar a fala de Kuikare - e não as suas ações - o seu referente seria o de mentiroso, como acontece com o mito focalizado anteriormente.

É interessante notar como que a denotação da não-pessoa - *kuikare maŋka* - permite ao locutor se colocar hoje no ponto de vista “daqueles que moravam no mato”. A estranheza dos Bakairi que viviam no Xingu não parecia se limitar apenas ao fato de estarem diante de duas pessoas desconhecidas. Tanto assim que o locutor, que sempre interfere para dar uma intrincação lógica entre os fatos narrados, recorta a sua fala para definir Kuikare como elemento principal (*mɔkə kuikare*), mas, ao mesmo tempo, para declarar que desconhece como Kuikare chegou lá. Dado desconhecido naquela época. O locutor fica, assim, sem elementos para explicar o aparecimento de dois estranhos que sabiam que havia aquelas pessoas lá.

(37) *ɔdə k^ωi-ke-(p)əɾə mī akāwa mɔkə kuikare təɾə t-adawile ỹ-utu-le*
 como la -dizer-negação lá pessoas aquele la agente-estar 3asu/3ob-saber-aspecto

i-dəle s-əe-dile miāɾə
 3^o-ir 3^o-chegar-aspecto lá

‘Como, eu não posso dizer que Kuikare sabia que aquelas pessoas estavam lá.
 Bem, ele foi e chegou lá.’

A notar neste trecho, Kuikare é destituído da referência indefinida (‘tal’) passando a ser referendado daí em diante por *mɔkə kuikare* (Von den Steinen também passa a ser *mɔkə karaiwa*), enquanto que as pessoas (*akāwa*) vêm sem nenhuma denotação durante todo o relato.

O que mais uma vez esse processo aponta são três dimensões temporais: o momento de introdução do fato, momento a-temporal não podendo ser definido como um tempo mítico, pois os fatos são reais; o então do acontecimento - a estranheza com a chegada do desconhecido - e a época atual, quando todos conhecem Kuikare e sabem o porquê da sua ida ao Xingu, daí a referência *mākā kuikare*.

Quanto à contraparte de *mɔkə*, o dêitico para inanimados *məɾə* tem a função de particularizar um determinado objeto, ou melhor, de apontar a sua particularidade intrínseca. Após Kuikare ordenar que lhe preparassem o que comer, as coisas assim procedem:

(38) *məɾə əpə esei-dile-mĩ əβilemĩ awadə ỹ-ut-dilemĩ tipə tipə tipə tipə*
 aquela mandioca arrancar-aspecto-plural conectivo 3a su/3a ob-fazer-aspecto-plural onomatopéia

‘Arracanam a mandioca para fazer beiju e espalharam pelo forno.’

A mandioca que se presta ao preparo do beiju é de uma determinada qualidade, por isso a sua denotação por *məɾə*.

Após se decidirem pela retirada, os Bakairi xinguanos, no trajeto até aldeia de Kuikare (próxima a Cuiabá), passaram fome. Tudo que armazenaram para comer na viagem era doado a Kuikare e ao Karaiwa. Apenas uma rapadura fora recusada.

(39) hapadura nēi ipa.

nem negação

‘A rapadura, não quiseram.’

pape ɔdaɪ itubi-wa-dile-mõ mawərə mərə hapadura aβilige itãŋgɔ
papel dentro casca-complementizador-aspecto-plural tal aquela rapadura por isso fedor

‘Embrulharam com papel, por isso aquela rapadura fedia.’

aβilige enanaʒi kapa itãŋgɔ nēi ipa
por isso achar muito fedor negação

‘Achavam que fedia muito, por isso não quiseram.’

O que se pode constatar mais uma vez nesse exemplo é, além da particularização da rapadura através de *mərə*, é a gradação no emprego dos elementos denotativos. O primeiro enunciado contém o objeto não acompanhado de determinante. Após a explicação para a recusa, configura-se a situação na qual a rapadura passa a ser referenciada - *mərə hapadura* - segundo a particularidade criada com esta situação - *itãŋgɔ* ‘fedor’.

Os dois elementos - *məkə* e *mərə* - também funcionam como anáforas. No caso de *mərə*, o seu funcionamento como anáfora é um pouco diferente do seu funcionamento como dêitico. Recobre uma série de enunciados, num processo de substituição em que se dá uma redefinição dos itens referendados:

(40) te te te te sãmo ÿ-ega-dilemõ takɔɔ iwâyare ÿegadilemõ karaiwa-ẽ mərə
onomatopéia polvilho 3su/3ob-fazer- massa farinha -para

məkə kuikare

‘Várias pessoas torraram o polvilho, prepararam a massa e fizeram a farinha para o Karaiwa e também para o Kuikare.’

No caso do enunciado acima, a melhor tradução para *mərə* foi a expressão ‘também’, mas, na realidade, o que se tem é a retomada de tudo que foi dito antes - ‘Várias pessoas prepararam a massa e fizeram a farinha’. Como elemento de redefinição, somente o contexto revelará a forma mais satisfatória de se traduzir *mərə*.

awəkə/awəṛə. Uma das características desses dois termos é a de individualizar aquilo que já é restrito, ou próprio. Enquanto o par acima particulariza o nome denotado, este par reforça a particularidade em si. A noção de individualização é construída tanto do ponto de vista sócio-cultural, quanto do ponto de vista das condições discursivas.

No primeiro caso, define-se a noção de *próprio*. O nome é próprio quando ele nomeia as pessoas ou objetos individualizados do ponto de vista dos valores sócio-culturais do grupo. Nesse caso, a denotação trazida por esses elementos recobre na materialidade da língua a instituição daquilo que é instituído na sociedade. Em termos teóricos esse fato nos remete ao conceito de prática discursiva (MAINGUENEAU, 1987), formulado como um processo de organização que estrutura a um só tempo as duas vertentes do discurso: o textual e o social. Em termos discursivos esse fato pode ter várias expressões.

(41) jina i-βea ʒi-re ani awəkə aturũã
nosso 1a.-pajé-posse antigo aquele

‘Nosso pajé antigo é (aquele) Aturuã.’

õme ÿeitle ʒŋge jina ega-ne-pire aβile
feitiço 3su/3ob-tirar alguém nós fazer-agente-passado também

Ele tira o feitiço da gente e também sabe

ÿutule

3su/3ob-saber-aspecto

quem fez o feitiço

wãwɔlə maɔŋka awəkə aturũã ʃina ke-hɔ
em geral tal aquele nosso dizer-instrumental

Bem, de modo geral é assim que é aquele a que chamamos de Aturuã.’

O segmento em (41) faz parte de um trecho maior cujo tema é Aturuã. Essa é a denominação do primeiro (antigo) pajé Bakairi, entidade “espiritual” que reúne todas as propriedades do curandeiro. Outros espíritos (yamíra) fazem parte do universo Bakairi, mas, no caso, a sua referência não se dá através de awəkə. Num outro texto, onde se fala sobre

doenças, a referência é sobre os espíritos do mal. O espírito do mal, embora possa ser denominado por *kado*, não é denotado por *awəkə*. Sua referência será feita através de *məkə*:

(42) *ʃina eβema-tuə ãω^πτə ỹ-emile iwage-le məkə yamira itōi*
nós adoecer-quando urucum 3su/3ob-passar longe-aspecto espíritos finalidade

‘Quando adoecemos, passamos urucum para afastar os maus espíritos.’

Um caminho possível para se entender essa diferença pode ser buscado na organização social dos Bakairi. Aturuã não só simboliza a figura originária do pajé, como também a sua identidade constitui um dos papéis sociais do grupo - o curandeiro. O que pressupõe que um dia Aturuã integrou a sociedade Bakairi. *Kado*, o espírito do mal, é diferente. A sua identidade não está associada a nenhum dos papéis sociais. Além disso, *Kado* não tem uma identidade única. A sua expressão é multiforme: o mal, a doença, o castigo, as catástrofes. É ele que atrapalha o plantio, a caça, a pesca. Quando toma uma forma terrena, vem metamorfoseado em sapo (ocorrência mais geral), em borboleta, em algum ser das águas, etc. Somente o pajé sabe distinguir um sapo verdadeiro de um *kado*, além de saber conversar com ele numa língua diferente do *kurə itãĩə* (língua de gente por oposição à língua de bicho). Nesse contexto, é que *kado*, ou *yamira* - os espíritos a ele relacionados -, não são referendados por *awəkə*, referência dos objetos que têm uma identidade definida, própria.

Por outro lado, a identidade do que é próprio pressupõe uma apropriação do objeto assim definido por aquele que enuncia. Com referência a *kado*, essa apropriação é impossível considerando-se toda a relação de tabu que aí se institui. Convém, uma vez mais, deixar claro que descrever como são identificadas as entidades espirituais entre os Bakairi não deve ser confundida com uma saída mecanicista para explicar o emprego dos elementos referenciais na língua.

Quando recorremos a fatos dessa ordem estamos, justamente, procurando não trabalhar com uma hipótese aleatória, desprovida de significação, que acabe por permitir “inventar” um sentido para esse ou aquele determinado uso. Buscamos explicitar, todo o tempo, o ponto de vista do enunciador Bakairi pois, para nós, é essa a diretriz que nos leva a

entender, por exemplo, por que duas entidades espirituais são denotadas de forma diferenciada. E esse ponto de vista é construído - me parece evidente - na organização social dos Bakairi. Não há como não falar da instituição do social no discursivo.

A referência a dados dessa ordem - do social - faz destes dados fatos de interpretação, no meu processo interpretativo enquanto analista. “Interpretar, para o analista de discurso, não é atribuir sentidos, [...] é antes compreender, ou seja, explicitar como um objeto simbólico produz sentidos.” (ORLANDI, 1994a).

Com argumentos como esse - o social instituído no discursivo - reafirma-se que, para se alcançar o sentido da referencialidade em Bakairi, é preciso ir além das condições discursivas e enunciativas. As condições discursivas e enunciativas abrangem a denotação do objeto a partir das pessoas do discurso e da situação em si, ou seja, do contexto pragmático. Mas não abrangem o social como elemento constitutivo da materialidade da língua. O social, na perspectiva da Análise do Discurso, não é tido como determinante da significação numa relação de causalidade. A relação de causalidade - atribuída isoladamente pela situação discursiva - deixa escapar como o modo de existência da organização social se instaura na materialidade da língua. Isto é, deixa escapar que a denotação da realidade objetiva não existe em função da identidade isolada das pessoas do discurso, e sim a partir da identidade do eu-Bakairi e da sua forma de dizer o mundo.

Os objetos inanimados também podem ter uma identidade própria. Durante o contato com os Bakairi do Xingu, Kuikare pede milho para comer:

(43) tərə tərə-mo awərə āʒi ize-a-mõ jina kele məkə karawa
lá lá -plural aquele milho querer-la -plural nós

‘Todos que estavam lá disseram: queremos desse milho - disse o Karaiwa’

O milho a que Von den Steienen se referia era um milho próprio dos Bakairi, cujo cultivo hoje em dia já se perdeu. Trata-se de um milho branco e macio que era comido cru. O milho também representa a origem da civilização Bakairi atual. Depois da civilização

anterior ter sido castigada, todos morreram queimados, com exceção de um casal de crianças. Em sonho, seus avós contam do local e da existência daquela planta. Após seguirem as recomendações vindas em forma de sonho, as crianças conseguem fazer renascer uma nova civilização Bakairi vinda do milho: o sabugo são os ossos, a palha é a pele, os grãos são os dentes, etc.

No segmento que imediatamente sucede o trecho em (43) ocorre, porém, a referência a milho através do dêitico *mərə*:

(44) *aituə mərə āʒi ỹ-enota-ge-lemõ*
 ai milho 3su/3ob-jirau-verbalizador-aspecto-plural

‘Aí desceram o milho do jirau.’

Referência que vai se manter daí em diante por todo o texto. O que parece estar em jogo aí é, em primeiro lugar, a referência que ratifica a propriedade do milho (*awərə āʒi*) e, em seguida, a referência que particulariza o milho (*mərə āʒi*) dentro do relato. Essa particularidade abrange o fato de Kuikare e o Karaiwa comerem o milho todo (e cru) até acabar. Essa passagem do relato vem justificada em forma de incisa quando o locutor diz:

(45) *mərə āʒi kura ələərə ỹina ỹ-adre-le ələərə*
 nosso próprio nós 3su/3ob-plantar-aspecto mesmos

mərə āʒiɾə tuare keba-ɾə aβilige

milho-ênfase duro negação-ênfase por isso

məkə ỹ-ãŋgule məkə ỹ-ãŋgule məkə ỹ-ãŋgule məkə ỹ-ãŋgule məʔ

eles 3su/3ob-comer-

onomatopéia

‘Aquele milho era Bakairi. Éramos nós mesmos que plantávamos. Aquele milho não era nem um pouquinho duro. Por isso eles comeram, comeram, comeram, comeram até acabar.’

A identificação do milho como Bakairi, no caso do exemplo (45), vem do emprego do pronome *kura* ‘nosso’, de 1ª pessoa plural inclusiva, cuja referência abrange o eu e o tu mas exclui o outro, no caso, o diferente, a não-pessoa Bakairi. Quando, porém, o

assunto é a Festa do Milho, festa em que os Bakairi de hoje revivem a sua origem, a referência é uma só, *awəɾə āʒi*.

(46) [...] *awəɾə āʒi* *ẽɪtabilẽ* *wəwɔɔ*
festa em geral

‘É assim que é a Festa do Milho.’

Todo esse processo envolvendo a denotação de *āʒi* ‘milho’ ora com *awəɾə* ‘próprio’, ora com *məɾə* ‘não-próprio’ vem revelar, na verdade, duas posições enunciativas ocupadas pelo locutor. O uso de *awəɾə* aponta o ponto de vista do enunciador-bakairi, numa relação de identidade com o milho; o uso de *məɾə* aponta o mesmo locutor instalado na posição de um enunciador-outro, a quem é vetada a identidade com o milho. Como observação, fica o fato de, embora, Kuikare também ser Bakairi, ele era alguém que vinha de fora, até então desconhecido e trazia com ele um *karaiwa* ‘não-índio’.

Do ponto de vista das condições discursivas, um objeto (ou ser) pode adquirir alguma identificação numa relação anafórica. Ou seja, trata-se de se instituir a identificação não a partir da determinação do nome e sim a partir da referência anafórica.

No relato da Festa do Milho, Apakano enumera o que os homens trazem quando retornam da caça e da pesca. A anáfora se apresenta, então, modificada pelo morfema de coletivo e como um aposto resumitivo:

(47) *ugõⁿdõmõⁿdõ* *idənəɾə* *kefõ* *ugõⁿdõmõⁿdõ* *kārā* *kəzeka* *megw* *ʒew* *awəkəməⁿdõ*
homens todos muitos peixe veado macaco quati aquilo-coletivo

ỹ-egaseãdilemõ *tase-ra* *ỹ-əkəfə-bire* *epiwadõ*
3su/3ob-trazer- terreiro-para 3su/3ob-limpar-aspecto trocar-finalidade

‘Os homens todos, todos eles, trazem os peixes, os veados, os macacos, os quatis, tudo para o terreiro para serem, depois de limpos, trocados.’

Na narrativa do mito da onça e do tamanduá, a referência *awəkə* aparece em duas passagens próximas, ora como anáfora de anta (mãe) ora como anáfora de ossos (*ibire*).

Enquanto a onça se afasta para beber água, o tamanduá sobe numa árvore e come a carne da anta sozinho. A onça descobre o tamanduá em cima da árvore e pede para ele descer com a carne:

- (48) ene-ka awəkə ʃərə inatage-ga ki-ã-tõɪ
 trazer-imperativo ela aqui descer-imperativo Ia.comer-finalidade
 ‘Traz a carne (ela) aqui! Desce pra gente comer!’

O tamanduá não obedece. Olhando pra cima, a onça vê o tamanduá comendo a carne e deixando só os ossos, diante da insistência dela, o tamanduá atira-lhe os ossos. Decepcionada, ela insiste:

- (49) inatage-ga ãike-ba awəkə kid-ã-ne
 descer-imperativo poder-negação isso Ia.p.inc -comer-agente
 ‘Desce! Não podemos comer isso (os ossos)!’

Quando, numa relação anafórica, awəkə ocorre num enunciado em que também ocorre məkə, a distinção aponta ‘aquele’ (awəkə) e ‘este’ (məkə), mas a leitura que mais se aproxima dessa distinção é a expressão ‘cada um’ ou ‘tanto um quanto outro’. Uma passagem do mito acima referido ilustra essa colocação:

- (50) atuwəɔ tekə ʃərə məkə tekə ʃərə awəkə wərə ãyekelemõ
 ai cocô aqui este côco aqui aquele assim fazer-aspecto-plural
 ‘Aí, cada um assim fez o seu cocô.’

merə/ʃirə. Com o sentido geral de ‘este’, esses dois termos³² são usados para apontar a proximidade do locutor no tempo e no espaço. Nessa perspectiva não denotam o objeto em si, apenas “acompanham o gesto do enunciador indicando ao alocutário um objeto perceptível” (MAINGUENEAU, 1981), assinalando também o agora da enunciação. Tanto assim que podem co-ocorrer com outros itens referenciais, como é o caso do exemplo (21) -

maoŋka meɾo pekodo 'aquela esta mulher' -, onde se discutiu o uso dos elementos de referência associados a momentos distintos.

Quanto à significação que podem instaurar, mostramos no exemplo (32) que eles servem para determinar o nome de forma genérica. Mas, apontamos, também, que a generalização - meɾo paɟika 'os tamanduás' e meɾo uodo 'as onças' -, ao mesmo tempo que não denotava os personagens do mito (paɟika e uodo), permitia ao locutor se distanciar do tempo da narrativa e se aproximar do agora do relato e do seu alocutário.

Como dêiticos espaciais co-ocorrem com advérbios de lugar, é o caso do exemplo (13) - ɟaɾa ɟira atənaɟi 'aqui para esta casa' -, ou do exemplo a seguir:

- (51) ɟaɾa leləla meɾo i-tae ɟura
aqui mesmo esta 3ª-boca dele
'Estão aqui mesmo na [nesta] boca dele'

A classe dos dêiticos pode ser subdividida como a dos "dêiticos puros" e como a "daqueles que se combinam ao nome, quando o seu significado restringe os nomes referenciados" (MAINGUENEAU, *idem*). Os exemplos que mencionamos nesta seção ilustram a segunda classificação. No que se refere aos dêiticos puros, tem-se uma ocorrência muito ampla de ɟira (contraparte inanimada) nessa situação e uma total ausência (em nossos dados) da ocorrência de meɾo.

A explicação para esse fato particulariza, a um só tempo, cada um dos elementos desse par enquanto dêiticos e revela duas formas diferentes de se denotar a não-pessoa a partir do recorte animado/inanimado.

O termo ɟira, ao contrário de meɾo, se apresenta com o valor de um termo genérico, podendo ser traduzido como a palavra 'coisa' em português. A função desse tipo de palavra em português, ao mesmo tempo que recobre a referencialidade, indefinido o referente. No caso do Bakairi, a indefinição do referente pode ser alcançada recorrendo-se à inversão dos

constituintes no sintagma, ou ao uso do par $ma\omega\eta ka/maw\epsilon\epsilon$. Entretanto, o uso de $fira$ como dêitico puro aparece em Bakairi para nomear coisas desconhecidas, ou para substituir palavras que não existem na língua - palavras ainda não definidas -, as quais somente o contexto enunciativo imediato permite recuperar. A referencialidade imediata recobre a falta da palavra.

Num pequeno texto autobiográfico, analisado em trabalho anterior (SOUZA, 1991a), pode-se verificar esse processo de substituição/referencialidade. Após relatar alguns fatos sobre a sua vida, Sakumairo anuncia o fim do relato:

(52) $t\epsilon r\epsilon fira \text{ } \epsilon da\text{ } \omega\text{-gele } \epsilon di \text{ } k\grave{a}\text{-utule}$
aquí isso dentro 1ª-falar que 1ª/3ª-saber
'Falei dentro disso [gravador] o que eu sabia.'

No começo da sua fala, a informante também se refere ao gravador por $fira$ 'isso'. A função desses elementos, enquanto dêiticos puros, parece envolver apenas o ato de apontar, sem estar em jogo o ato de denotar propriamente dito. Nesse aspecto, dada a não ocorrência do outro termo do par como dêitico puro, percebe-se que, ao contrário da não-pessoa inanimada, a não-pessoa animada é sempre determinada, sempre restringida por um dos outros elementos referenciais já focalizados anteriormente. Fica, também, nítida a distinção entre o dêitico puro e a anáfora. O processo anafórico envolve a manutenção da caracterização do referente, enquanto o uso do dêitico puro não envolve a denotação.

$in\epsilon r\epsilon/il\epsilon$. Esses dois termos não funcionam como elementos determinantes, nem como dêiticos puros. Com valor anafórico, podem referenciar um ou mais enunciados de uma só vez. Equivalem a itens de substituição, podendo ser traduzidos por 'tudo, assim, mesmo, por isso'. Sustentam o fluxo discursivo retomando, em geral, enunciados que foram topicalizados em passagens anteriores. Quando esses enunciados encerram ações, a referência é feita por $in\epsilon r\epsilon$; no caso de seres inanimados, $il\epsilon$ cumpre a mesma função.

Na análise dos exemplos (16), (18) e (20), pode ser verificado como $in\epsilon r\epsilon$ retoma

os enunciados clivados, dando seqüência ao discurso. No caso desses exemplos, em particular, *inəɾə* vem modificado pela marca de aspecto (a nasalidade) tomando a forma de *inəɾɛ̃i*.

Quanto ao emprego de *ila*, este poder verificado no exemplo a seguir:

(53) *ijpeu tezora kanivetʃi mǎ:rĩ petəskəʃɛ̃i*
'Espelho, tesoura, canivete, fósforo

ʃina ke-hə iʔ ekaɟi
dizer-instrumental

tudo que nós chamamos de presente.'

mǎŋge/mǎ:rĩ. Diferente dos demais elementos até então estudados, o escopo referencial desses dois termos é catafórico. Funcionam, algumas vezes, como índices, cujo sentido, quase sempre, é a indefinição, o estranhamento, a incerteza diante de algo que será anunciado a seguir. Muitas vezes, pode ter o sentido aproximado de um modalizador como 'parece'.

O segundo elemento do par, ao contrário do primeiro, é muito usado. Prestando atenção a conversas entre os Bakairi, é impossível não se perceber a sua ocorrência, dada a sua entoação particular. A pronúncia de *mǎ:rĩ* apresenta, além do alongamento, uma leve laringalização da vogal [a], o que faz com que a pessoa se demore um pouco mais na sua articulação do que na articulação dos demais enunciados: o alongamento e a laringalização são traços esporádicos no padrão da língua. Isso quebra o ritmo e o fluxo da fala, fazendo com que *mǎ:rĩ* se destaque no contínuo sonoro.

Indagando aos Bakairi sobre o sentido de *mǎ:rĩ*, as explicações nos levam a concluir que ele indica um breve lapso, um esquecimento passageiro do que, adiante, será relatado. Nas palavras de Sakumairo, por exemplo, *mǎ:rĩ* "é igual ao português, quando a gente esquece alguma coisa e fica à vida toda: mas como é mesmo aquilo? como é mesmo o nome dele? até se lembrar o que a gente quer dizer." A explicação de Sakumairo, certamente, condiz

com a particularidade da pronúncia: a expressividade sonora contribui com esse sentido de esquecimento momentâneo.

Dentro das funções da linguagem, *mã:rĩ* parece representar um elemento fático, porque não só prende a atenção do interlocutor, mas também porque cria um certo suspense em torno do que vai ser dito. No âmbito da enunciação, representa um ponto de vista de locutor que, de antemão, anuncia uma certa inferência a partir dos fatos que está relatando e, dessa forma, engaja o interlocutor no fio do relato. Porque remete a algo inferido a partir da lógica dos fatos, também pode-se pensar esses dois elementos como um mecanismo de não-atestação do dizer: o locutor, por não ter vivenciado o que conta, infere mas não atesta, tomando, assim, um certo distanciamento com relação às condições de verdade das proposições aventadas. Nessa perspectiva, é que se trata de um ponto de vista do locutor. É mais uma marca de heterogeneidade constitutiva do discurso e dos sujeitos da enunciação.

Essas considerações podem ser melhor explicitadas com a análise de alguns exemplos.

São apenas dois os dados com *mãʎge*.

(54) *ỹãwðilemõ mākã mãʎge mǎe yǎ-ipe*
3^{su/ob}-moquear- anta morrer-paciente
'Ela moqueou a anta morta.'

(55) *tuɣurelə məŕə ỹãgule karaiwa mãʎge əpəlagadə kefo*
cru aquele 3^{su/ob}-comer- chamado
'Ele comeu [o milho] cru mesmo, o karaiwa que a gente chamava de Apalagada'

O uso do elemento catafórico nesses dois exemplos parece instituir sentidos diferentes. O primeiro caso se encaixa na explicação do esquecimento momentâneo, a informante pode ter se esquecido de que era uma anta que o tamanduá e a onça tinham caçado. De qualquer forma, pode co-existir o sentido de não-definição - a anta, depois de morta e moqueada, perde as características que a definem como animal - com a sua função fática de

criar suspense, ou a própria ênfase decorrente da dramaticidade da narrativa.

Já no exemplo (55), o sentido de mãᶯge é muito próximo ao de 'parece', à não-atestação do dizer. Dizem que Von den Steinen recebeu dos Bakairi o nome de 'Apalagada', cuja significação se perdeu. Os Bakairi de hoje não sabem o que significava essa expressão. Waluga, cuja origem é o Xingu e cuja data de nascimento é estimada pelo ano de 1900, relata o contato de Kuikare e Von den Steinen com os Bakairi do Xingu, a partir do depoimento daqueles que lá permaneceram, daqueles que vivenciaram o encontro, entretanto, ela também não sabe o significado do apelido de Von den Steinen. Daí, quando se refere ao viajante pelo nome Bakairi, o faz através do emprego de mãᶯge, como os Bakairi de hoje em dia. Ou seja, o faz de um lugar de um enunciador determinado - o dos Bakairi "integrados", ou em outra instância, o dos Bakairi mansos.

O esquecimento de Waluga pode ser sustentado teoricamente pela Análise de Discurso, quando se volta a reflexão para o processo de produção de sentidos. Pêcheux (1975), ao falar do sujeito idealista da linguagem, precisa o funcionamento da ilusão do sujeito no espaço de reformulação-paráfrase que caracteriza uma formação discursiva. Apoiado na formulação de dois tipos de esquecimento - o que dá conta do fato de que o "sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina" e aquele que *"cobre exatamente o funcionamento do sujeito do discurso na formação que o domina, e que é aí, precisamente, que se apóia sua "liberdade" de sujeito-falante."*, conclui que na produção do discurso, o efeito da forma-sujeito é, sobretudo, o de mascarar o primeiro dos esquecimentos pelo viés do funcionamento do outro esquecimento. O espaço de reformulação-paráfrase que caracteriza uma formação discursiva dada será, assim, o lugar da constituição do imaginário lingüístico.

Diz Pêcheux que a esse imaginário "deveriam, sem dúvida, ser relacionadas também as "evidências" lexicais inscritas na estrutura da língua", levando-se em conta que as equivalências lexicais (que substituem umas às outras) resultam, de fato, do tipo de esquecimento (no caso, o primeiro) do discurso que as une. Essas equivalências aparecem no

imaginário linguístico, “como o simples efeito das propriedades lexicais, evidentes em sua eternidade.” Assim, no espaço onde se constitui o sentido - o da reformulação-paráfrase de uma formação discursiva - se efetua o acobertamento do impensado (exterior) que o determina.

Por um processo de identificação com os Bakairi que não viviam no mato, Waluga, que também não vive mais no mato, traz na sua fala as marcas do recalque de ter sido Bakairi braba. A análise do relato da retirada do Xingu como um todo revela um texto pontuado de expressões que falam da carência material (não tinham roupa, tesoura, só machado de pedra) daquelas pessoas que, na sua visão, eram coitados. É interessante como Waluga se coloca, ao falar daqueles Bakairi, na posição dos que hoje vivem nos postos indígenas, e não como uma daquelas pessoas que viviam no mato. Essas colocações serão melhor sustentadas com a análise integral desse relato (cf.: seção 5.4.1), por ora queremos aventar que o uso do elemento de referência em foco - com o sentido de ‘parece; talvez’ - ocorre por um processo de esquecimento, o qual dá conta do imaginário linguístico (ideológico) operado, no caso, por Waluga. A formação discursiva em jogo parece ser aquela que reproduz no interior do seu discurso uma relação parafrástica segundo a qual ela deixa de dizer aquilo que, provavelmente, sabe para poder ocupar no enunciado a mesma posição dos que não se reconhecem na expressão “*apalagadã*”. Todo esse movimento vem ainda calçado pela opção pelo discurso clivado. A forma *ke-ho* (falar-instrumental) ‘chamado’ aponta o foco no objeto de chamar - aquele *karaiwa* - e, ao mesmo tempo, não traz marcas de concordância pessoal, o que favorece o distanciamento, ou a indeterminação dos agentes do ato de chamar.

Quanto a *mã:rĩ*, são muitos os dados com sua ocorrência.

Com o sentido de não-atestado, o uso desses elementos (*mãʔge/mã:rĩ*) acarreta o distanciamento e isenção de responsabilidade por parte do locutor sobre aquilo que diz.

Von den Steinen, ao viajar, não andava apenas em companhia de Kuikare. Carregava sempre consigo um cão grande e avermelhado, que os Bakairi daquela época o confundiram com algum tipo de onça desconhecido. O medo daquele animal desconhecido fez com que todos fugissem, subindo em galhos de árvores ou no jirau. Kuikare pediu para não

terem medo, avisando que o animal não mordida à toa. E acrescentou:

- (56) *mã:rî t-igapidãwɔ aye-ne mã:rî t-eɔ-tuɔ ayene mero əla kulə*
reflexivo-cacique fazer-agente agente-mandar-quando ele só isso
'Ele só obedece ao dono dele. Só faz o que ele manda.'

Neste exemplo, pode-se claramente observar como o uso de *mã:rî* antecipando a fala de Kuikare faz com que o locutor, ao mesmo tempo que relata a fala de um outro enunciador, se distancia, atribuindo a responsabilidade do que está sendo relatado ao enunciador Kuikare. Fato que se confirma na forma do discurso direto, que apresenta o verbo discendi sem marcas de atestação.

O distanciamento no plano da enunciação também deve ser visto na perspectiva do tempo. O uso de *mã:rî* no exemplo acima não se exclui dessa observação: a não-atestação pode implicar o relato de um fato não vivenciado. O mesmo se estende à ocorrência de *mã:rî* na abertura do mito *udɔɔ pa ʒika* 'a onça e o tamanduá':

- (57) *pa ʒika-ma udɔɔ-agə mã:rî əʃ-uɔdilemɔ̃*
-foco -com inversor-encontrar-
'Certa vez, um tamanduá se encontrou com uma onça.'

No entanto, o sentido de indefinido, também contido em *mã:rî*, funciona como um índice no caso de narrativas como o mito. Já observamos que, como elemento fático, o uso de *mã:rî* cria uma expectativa, instaurando um certo suspense em torno do que vai ocorrer. Esse suspense advém desse plano de não-definição, de estranheza diante do que está sendo narrado. É estranho um tamanduá se encontrar com uma onça como se fossem amigos. Tanto assim que o primeiro trecho (em continuação ao de acima) que apresenta a primeira fala do tamanduá vem

na forma do discurso direto (sem verbo discendi), tendo *mã:rĩ* como introdutor dessa fala:

(58) *aituɔ-rɔ paʒika mǎ:rĩ-rɔ*
ai-ênfase -ênfase

‘Ai o tamanduá [falou]:

tərlə inɔrɔ kɔdɔkẽ^{nta} mǎe yaze idələmõ
vamos 1^{incl}-caçar-imperativo anta matar vamos

‘Vamos lá caçar! vamos matar anta!’

A função de *mã:rĩ* enquanto elemento fático prende a atenção do ouvinte e antecipa toda a trama do mito, assinalando a estranheza com relação ao convite do tamanduá. A confirmação de *mã:rĩ* como índice da narrativa vem a seguir com o comentário do locutor que observa que ‘Os tamanduás não comem caça, a sua comida de carne é só cupim. Só as onças comem carne.’, trecho analisado anteriormente (exemplo (34)).

O sentido de indefinido também se constitui como o não-conhecido, como aquilo que até um determinado momento era desconhecido aos Bakairi. De novo pode-se fazer aqui uma relação com o tempo e, mais uma vez, se observar que o locutor quando narra se coloca em diferentes posições enunciativas através de uma perspectiva temporal. Uma passagem muito interessante da visita de Kuikare e Von den Steinen ao Xingu revela como *mã:rĩ* foi usado para descrever “os efeitos (até então desconhecidos) do machado de lâmina”.

(59) *karikâi lelələ t-amari-ge kulə se ỹ-ukawadilemõ ma... ma... ma...*
coitados deles próprio-mão-com só mato 3^{su}/3^{ob}-roçar-

‘Coitados deles! Só com as mãos roçavam o mato - ma... ma... ma...!’

arirə-gə təkheɔzẽi
pedra-com dizem

‘Ou com machado de pedra! - dizem.

ilə-ge kulə pi mǎ:rĩ se ỹagele - tõ... tõ... tõ... tõ...
isso-com só machado árvore 3^{ob}-derrubar

‘Mas se a gente derruba as árvores com isso, o machado - tõ... tõ... tõ... tõ!’

A revelação do não-conhecido - no caso, derrubar árvores com machado de lâmina - vem anunciada por *mã:rĩ*, ao lado do jogo de onomatopéias que se contrapõem pelos segmentos escolhidos - *ma X tĩ*. Por sua vez, a dramaticidade da narrativa faz acentuar a pronúncia de *mã:rĩ* e das onomatopéias.

A força dos objetos de um mundo desconhecido parece ter atraído e convencido a maioria dos Bakairi a se retirarem. Os que ficaram, diz Waluga, certamente, “não acharam bom” porque

- (60) *tərə mã:rĩ-keba* *tərə* *adida-imeã* *lape-ba* *tərə* *kelemõ*
 lá -negação lá coisa-pequena haver-não lá dizer-plural
 ‘Lá não havia nada [*mã:rĩkeba*]. Lá não havia aquelas miudezas! - dizem’

Interessante neste exemplo é o uso de *mã:rĩ* quase numa extensão anafórica, referindo-se aos objetos levados para atrair os Bakairi e já enumerados por Waluga. Entretanto, a relação anafórica que aí parece existir não recobre os objetos enumerados anteriormente em si; recobre o sentido do não-conhecido instaurado por *mã:rĩ*. Seu alcance denotativo é, de fato, a projeção catafórica que referencia ‘aquelas miudezas’ como desconhecidas até então.

Por último, tem-se *mã:rĩ* usado para indicar o esquecimento do que ia ser dito:

- (61) *ĩpeu tezora kanivetĩ mã:rĩ petõsõkõĩĩ*
 ‘Espelho, tesoura, canivete, fósforo
- ĩna ke-hõ ilõ eka ʒĩ pẽnte karite adida imeã*
 dizer-instrumental carretel miudezas
- tudo que nós chamamos de presente, linha, miudezas.’

As miudezas trazidas por Kuikare são todas enumeradas com palavras emprestadas dos Karaiwa, com exceção de fósforo, que por ter sido esquecido vem antecedido por *mã:rĩ* e traduzido para Bakairi como ‘aquilo que faz fogo’ (*petõ* ‘fogo’; *sõkõ* ‘fazer’; *rĩĩ*

'agente').

A forma como em Bakairi se diz a não-pessoa, menos do que espelhar a denotação da realidade objetiva ou o sentido que se instaura com as condições discursivas, revela mais as várias posições enunciativas pelas quais o sujeito se dispersa ao produzir o discurso. Não é um mero sistema de dêixis. Nem um conjunto de termos cujo sentido se produz, apenas, segundo a mudança das pessoas do discurso. São posições que dizem diferentes perspectivas ideológicas instituídas historicamente, daí serem posições que tanto apontam diferentes momentos na linha do tempo (na história) e diferentes recortes determinados tanto socialmente quanto pela tensão constituída no confronto do eu-Bakairi com o eu-Karaiwa.

ʃərə, tərə, miʒrə. Esses três elementos são dêiticos espaço-temporais e recobrem, respectivamente, as três dimensões de passado existentes em Bakairi: imediato, recente, remoto.

5.2.4 As formas do discurso relatado

No estudo da sintaxe, chamamos a atenção para a inexistência do discurso indireto. No lugar deste, ou ocorre um processo de clivagem em que se desfaz a estrutura do discurso indireto, ou se recorre a uma das formas do discurso relatado - o discurso direto. A afirmativa, então, sustentada na Linguística de que ambos - DD e DI - são duas variantes morfossintáticas relacionadas por regras de transformação, não se sustenta em Bakairi. Entretanto, como a sintaxe ergativa lida com restrições à co-referencialidade (razão que pode estar condicionando o fenômeno), pode-se pensar em aventar, para o Bakairi, que a não existência do discurso indireto se mantém restrita ao âmbito da sintaxe, e sustentar a idéia de variantes morfossintáticas para outras línguas.

Em estudo minucioso sobre o tratamento dado a essas duas formas de discurso,

Authier (1978) refuta totalmente a idéia de variantes morfossintáticas, apresentando argumentos contra uma relação transformacional entre o discurso direto e o discurso indireto. Voltada para a Teoria da Enunciação, define o DD e o DI como “formas diferentes de relatar o discurso do outro”. O discurso indireto se apresenta como “um ato de fala de l-r relatado por L utilizando as palavras de l”. O discurso direto, como “um ato de fala de l-r relatado por L repetindo as palavras de l”. Os dados do Bakairi, por um lado, alimentam e justificam a discussão de Authier, mas, por outro lado, a falta de uma das formas do discurso relatado (o discurso indireto) também não se sustenta por essas definições.

O ponto principal de discussão de Authier é a relação de sentido que se instaura na língua, quando se lida com uma ou outra dessas formas de relatar o dizer. Aponta a anáfora e a referencialidade como centrais no quadro do discurso relatado, ao lado das operações de citação e paráfrase. Todo o trabalho de Authier expõe as dificuldades existentes no tratamento do discurso indireto como um discurso direto “subordinado” em várias instâncias, como, por exemplo, na teoria polifônica da enunciação, sob a qual se reconhece no discurso indireto a existência de mais de um locutor e de mais de um enunciador. O discurso indireto não deriva do discurso direto: “o discurso direto é plenamente discurso de L (a R) sobre a fala de l (a r)” (p.31).

O nosso problema, porém, não é dissociar do discurso direto o discurso indireto, ponto extensivamente trabalhado por Authier. O que está em discussão em Bakairi é a ausência do discurso indireto. Esse fato, por si só, já contribui para a rejeição por regras transformacionais que interrelacionam os dois tipos de discurso relatado. O que pretendemos, no entanto, é sustentar a ausência do discurso indireto em Bakairi, recorrendo-se à descrição da especificidade da não-pessoa na construção do discurso relatado. Fato pertinente para se entender por que uma língua não opera com o discurso indireto.

Voltando à definição de discurso indireto focalizada acima, a de que trata-se do discurso de L-R sobre a fala de l-r, essa é uma relação impossível de se realizar em Bakairi, na forma de discurso indireto. Em Bakairi, a pessoa que fala - o “eu” do discurso - faz sempre

uma declaração sobre algo ou alguém, sobre uma não-pessoa e não sobre um locutor e seu discurso. Por isso não há a identificação de L-R com l-r. Mesmo quando o locutor fala sobre si mesmo, a declaração vem na forma do discurso direto. Com isso, não se nega aí a existência de mais de um locutor, ou enunciador (cf.: seção 1.4), atesta-se, porém, que em Bakairi não pode haver sobreposição de locutores, ou seja L não fala sobre a fala de l, e sim sobre uma não-pessoa; L delega, sempre, a l o seu status de locutor através da citação direta.

Isso significa que, quando eu tenho um enunciador definido pela 3ª pessoa, L não pode utilizar, assumir a posição enunciativa de l. Quando atribuo a uma 3ª pessoa o estatuto de enunciador, implicitamente ele é “eu” e precisa falar do lugar de uma pessoa. Por isso, o discurso direto. Observe o processo.

Em enunciados como os que se seguem o esperado é o discurso direto:

(62) ‘João falou para Maria que ia fazer a cesta’

ʒuãw an-ige maria-rã: kɔɣa āyedile tətse ura [kele]
3ª.falar -para fazer futuro eu [disse, não-atestado]

‘João falou para Maria: eu vou fazer a cesta’

(63) ‘João disse que ele viu Pedro’

ʒuãw anige: pedrɔ s-e-dɔ: [kele]
1ª.ver-passado

‘João disse: vi Pedro’

(64) ‘João_i disse que ele_j viu Pedro’

ʒuãw anige: mɔkə pedrɔ n-e-dɔ [kele]
ele 3ª.ver-passado

‘João_i disse: ele_j viu Pedro’

O que se tem nesses exemplos em termos de discurso relatado é a repetição, de fato, da fala de l, mas a extensão da fala de L é bem maior. L reproduz, cita as palavras de l, e anuncia essa reprodução através de outra fala (de l’): kele ‘disse’. A ausência do marcador de 3ª pessoa no verbo discendi é a marca da não-atestação. L não é responsável pelo conteúdo

do enunciado relatado, isto é, pela fala de **L**. Por isso não fala sobre o discurso de **L**.

Em Bakairi, não se pode, então, atribuir a uma **não-pessoa** o lugar do **eu**, a não ser por um processo de transposição da 3ª para a 1ª pessoa, através do discurso direto.

Com a 1ª pessoa, dá-se o inverso. A fala de **l**(=1ª pessoa) encerra uma declaração sobre si mesmo. Nesse caso, o estatuto do **eu-pessoa** é também o “daquele sobre o qual alguém (=eu) fala”, ou seja, idêntico ao de uma **não-pessoa**. E o que se tem é o mesmo processo mostrado acima - o discurso direto:

- (65) ‘Falei para João que eu ia fazer a cesta’
‘awge aze ʒuãw-ĩã: kɔʒa ãyedile tətse ura [awgele]
1ª -falar eu fazer futuro eu [eu digo, atestado]
‘Falei para João: vou fazer a cesta.’

A evidência de que o “eu” sobre o qual a **pessoa** fala, implicitamente, corresponde a uma **não-pessoa** se sustenta melhor no fato de o discurso direto, *mesmo em primeira pessoa*, apresentar as marcas de atestação: awgele ‘digo e atesto’. Mesma estrutura do discurso direto em 3ª pessoa (exemplo 63), que também apresenta duas vezes o verbo dizer mas com duas formas diferentes: anige e kele. A primeira por vir flexionada - a- ‘marcador de 3ª pessoa - sustenta o status de citação do discurso direto e é a garantia de que se trata das próprias palavras utilizadas por **l-r**. A outra, sem marcadores de pessoa, revela que **L** não atesta a veracidade do conteúdo citado.

Com isso, pode-se discutir no âmbito da gramática filosófica, por exemplo, o fato de que a representação do discurso direto seria a da exatidão, da fidelidade, sustentadas pela reprodução textual das palavras. A reprodução textual, caso, em realidade, ela ocorra não abarca a fidelidade. A necessidade de se atestar o dizer, relatado tanto em 1ª quanto em 3ª pessoa, desabona o pressuposto da fidelidade.

A atestação do dizer é recorrente em muitas línguas indígenas (cf.: SOUZA, 1986; 1991a). Os relatos, as narrativas, as declarações, vêm sempre acompanhados das marcas

de atestação que, ao engajar o alocutário na asseveração do dizer relatado, instauram o espaço do “tu” no interior do enunciado, garantindo, dessa forma, a troca lingüística que se efetua no processo da comunicação. Fato compatível, é claro, com a estrutura do discurso direto (e do discurso clivado³³), e não com a do discurso indireto. Razões da ordem do pragmático explicitam fatos da ordem da língua e podem pôr sob questionamento a concepção da teoria enunciativa de Benveniste.

Como, em Bakairi, não se prevê a co-relação de um locutor (I), representado por um nome, com um pronome de terceira pessoa, caso do exemplo (64), pode-se concluir que os chamados pronomes de 3ª pessoa são de duas naturezas. A **não-pessoa** corresponde aos elementos referenciais que apontam sempre uma realidade objetiva. Isto é, uma realidade fora da instância enunciativa. Os referenciais falam de seres do mundo, no universo do discurso, remetem sempre a qualquer coisa, mesmo que a enunciação contenha um outro “ele” (caso do exemplo (64)). Entretanto, quando se atribui a um pronome de terceira pessoa, através do discurso direto, o lugar do enunciador, esse lugar não se confunde com o da **não-pessoa**, atestando, não só as duas naturezas do pronome de 3ª pessoa, como também a possibilidade de a não-pessoa vir a ser uma das instâncias da enunciação.

Nesse fato, deve residir a explicação por que, no exemplo (64), ‘João’, como pessoa que enuncia, não poder estar associado a uma não-pessoa. A mesma observação recobre o exemplo (65), caso em que a 1ª pessoa não pode ser confundida com uma não-pessoa. Esse dado traz conseqüências para a estrutura da língua no que se refere à vinculação de categorias vazias e à coindexação de elementos nominais e, ao mesmo tempo, e até por isso mesmo, veta o discurso indireto.

A falta do discurso indireto em Bakairi é, portanto, um elemento não de vazio, mas de constituição da materialidade da língua.

Discurso direto. São várias as possibilidades de configuração do discurso direto. Quando o enunciador vem referido por um elemento anafórico, este será sempre

marcado ou por awəkə, ou por mawɜ́ŋka. O elemento anafórico, além de caracterizar o enunciador como aquele que diz a verdade (expresso por awəkə) ou como aquele que mente (expresso por mawɜ́ŋka), exige a presença do verbo discendi, no caso, ke ‘falar’.

(66) awəkə kērə udə ɛ́iĩã mērə k-akəba-dile t-as-eane-də itāwa
 ele dizer-ênfase gente eles-para ele 1ª-andar-aspecto agente inversor-modo imperativo negativo gente

‘Ai se virou para eles e disse: Gente, estou viajando com ele. Não tenham medo, gente!’

(67) ke-duə mawɜ́ŋka əwə iwətə paru lape-ba awətəra
 dizer-então ele ah sócio água haver-negação por aqui

k-ad-akəbədə awərə paru lapeba ani awətəra
 1ª-inversor-andar-passado isso aqui redondezas

‘Disse então: Ah!, sócio, só que não tem água por aqui. Andei isso tudo e não tem água aqui pelas redondezas.’

O elemento awəkə, quando recobre anforicamente mais de um enunciador, equivalendo a ‘eles’, necessariamente, não garante que o conteúdo do enunciado seja verdadeiro no seu todo. É o caso, por exemplo, da passagem do mito na qual a onça, ao desconfiar que suas fezes foram trocadas pelo tamanduá, ao mesmo tempo deste, diz:

(68) awəkə ke-le-mɔ̃ waw - ə-ede jira iwətə
 eles dizer-aspecto-plural juntos 2ª-cocô este sócio

‘Diziam os dois ao mesmo tempo: o teu cocô é este, sócio!’

Neste exemplo, ao contrário da onça, o tamanduá mente ao afirmar que as fezes embaixo da onça eram dela, mas na continuação da narrativa, após a onça indagar como o tamanduá teria pego as fezes debaixo dela, o tamanduá insiste:

(69) mawɜ́ŋka ke-duə əwa y-edi-lə kwa-jira-rə yedilə
 ele dizer-então 1ª-cocô-ênfase 1ª-este-ênfase

‘Então, ele disse: é meu cocô mesmo! é este mesmo o meu cocô!’

A fala do tamanduá vem, assim, anunciada por mawɜ́ŋka ‘aquele que mente’,

o que permite a inferência de que a afirmativa precedente (exemplo (67)) também era mentirosa. Tudo se confirma, logo a seguir, com a entrada do locutor - kewadile kulə 'É mentira dele!'

Há, porém, uma outra possibilidade de expressão do discurso direto na qual o verbo discendi vem omitido, e no lugar do elemento anafórico ocorre um sintagma preenchido por um nome ou por um nome acompanhado de determinantes.

(70) *pa jka* - iwətə kœⁿda kœⁿda lelələ - iwətə kid-aene waw
tamanduá sócio bem sócio 1^oincl.-dançar juntos
'Disse o tamanduá: Oi, amigo tudo bem? Amigo, vamos dançar?'

(71) udədə məkə tərə - kãēŋ kãēŋ kãēŋ
onça aquela lá onomatopéia
'Lá se foi a onça gritando - kã! kã! kã!'

(72) *pa jka* awəkə - idə'le-lə idale'la
tamanduá aquele vai-ênfase
'Falava o tamanduá - Vai indo! Vai indo!'

Há ainda uma forma registrada com o discurso direto, que é menos freqüente que as demais. Trata-se de um tipo de discurso direto que vem sem verbo discendi e sem nenhuma referência ao enunciador. Este, anunciado com o desenrolar dos fatos, é recuperado pelo contexto da narrativa: a sua presença, por estar implícita, depende da inferência do alocutário.

(73) aβile m-i-aki iwətə [fala da onça]
então 2^o-matar-passado
'Então, você a matou, sócio?'

(74) ipa iwətə n-as-emage-agi i-dəka-re wāne n-a-ɣ-ihukameafēi [fala do tamanduá]
 não 3^a-inversor-escapar-passado 1^a-arco-posse porque 3^a-inversor-estragar

‘Não, sócio. Ela escapou. É porque o meu arco deu defeito.’

(75) ura ura-ma aləpidəwānə-lə ura aləpidəwāna ura [fala do Bakairi do Xingu]
 eu eu-foco -ênfase

‘Eu sou um Alapidawana de fato! Eu sou Alapidawana!’

(76) idə-wə-tāw-ga kāt-kāt kulə

ir-complementizador-imperativo contados coisa

amaumə t-ətə-nēi-ba-mə t-idaɦə-gu-ne-ba-mə

voçes reflexivo-roupa-agente-negação-plural reflexivo-faca-verbalizador-agente-negação-plural

amaumə tə-wi-gu-ne-ba-mə t-ijada-gu-ne-ba-mə [fala de Kuikare]

reflexivo-machado-verbalizador-negação-plural

‘Vocês precisam ir embora! Como vocês são contados: sem roupas, sem facas. Vocês não têm machado, nem enxada!’

As duas formas do discurso direto - aquela onde não se tem o verbo discendi e a outra sem o verbo e sem o enunciador - lembram o modo de se estruturar o roteiro de uma peça de teatro, ou um filme, em que as falas dos personagens são introduzidas apenas pelo nome de cada um e pela própria seqüência narrativa. Mais do que assinalar a entrada dos personagens, esses recursos apontam o momento de desencadeamento da trama através da oralidade, constituída, aí, pelos diálogos entre os personagens.

Na análise das narrativas míticas em seu todo, percebe-se exatamente como a dimensão do diálogo é bem maior do que a dimensão narrativa, mas, paradoxalmente, percebe-se também que o espaço ocupado pelas falas dos personagens não apaga o espaço da fala do narrador, não delimitando a freqüência da sua ocorrência. Não porque este enquanto narra desempenhe automaticamente o seu papel de narrador, e sim porque este, imbuido do seu papel de enunciador, se dispersa pelas várias posições enunciativas, que lhe permitem (não) atestar o que relata, fazer comentários sobre o que narra, tecer a lógica dos fatos, dirigir-se ao destinatário, além de ser o responsável pela dramaticidade da narrativa, quando recorre a entoações expressivas, ou se vale de um uso constante de onomatopéias.

O discurso direto também pode vir com o verbo posposto à fala dos locutor. Mas este pode ser omitido, aliás, esta é a forma mais encontrada. Poucos são os casos em que, com o verbo posposto, o locutor é referido.

(77) ʒʎge ka - kele mɔkə kuikare
quem interrogação

‘Quem é você? - disse Kuikare.’

(78) faĩĩɲa āgatāω-ga - kele mɔkə kuikare-ro
torrar-imperativo -ênfase

‘Torrem farinha! - disse o próprio Kuikare.’

(79) ɔdɔpadile n-itāt-bəŕə aɔleleə æwelerɔ tə-ke-ze mawʒʎka
voltar-aspecto 3ª-querer-negação para sempre vir-ênfase agente-dizer-aspecto aqueles

‘Não querem mais voltar. Vieram para sempre. - diziam’

(80) maze-ro ỹ-āke-ĩā ke-duɔ mɔkə
você-ênfase 3ªsu/3ªob-tocaiar-ênfase

‘É você que vai tocaiar! - disse ela [a onça], então’

(81) ɔttagəgə ātkəba awəkə kid-ā-ne kœⁿda awəkə - kele kele mɔkə udɔdɔ
descer- poder-não isso 1ª-comer-aspecto bom isso

‘Desça, não podemos comer isso! Isso não é bom para comer! - dizia, dizia a onça.’

(82) ỹ-ũrɔ əwa - kele mɔkə paɟika
3ªsu/3ªob-soprar onomatopéia

‘Ufa! soprava - soprava o tamanduá’

Quando não se referencia a pessoa que fala, o contexto narrativo se apresenta, assim, mais uma vez como recurso à identificação do locutor. Ainda se observa que no relato, a ocorrência do discurso direto é menor do que na narrativa. Daí as poucas falas reproduzidas no relato virem com o locutor identificado (caso dos exemplos (73) a (76)), enquanto na narrativa as falas se sucedem com o desenrolar da trama e a atuação de cada personagem,

ficando no plano do implícito a identificação dos locutores.

(83) iwətə [iɔ̃ʔ]kea-ga - kele [fala do tamanduá]
3^oob-campear-imperativo

‘Sócio, espanta ela! - falou’

(84) ihēɪ [fala da onça]

‘Sim!’

(85) kə kalə idəle iwətə kə kalə idəle iwətə - kele [fala do tamanduá]
lá 3^o-ir sócio

‘Lá vai ela, sócio! Lá vai ela, sócio!’

(86) y-unə eni-ge - kele [fala da onça]
3^o-sangue chupar-imperativo

‘Chupa o sangue dela! - falou’

Da lista de exemplos acima (77) a (82), dois deles apresentam duas formas diferenciadas para o verbo *ke* ‘dizer’. Enquanto na maioria dos exemplos, a forma *kele* ‘disse’ é a mais encontrada, os exemplos (79) e (80) fogem a essa incidência.

O dado em (80) traz a forma *keduə* ‘disse então’ porque está inserido em um segmento maior no qual, a onça indignada com o fato de o tamanduá deixar escapar a anta, argumenta que já que ele não a matou mesmo, é ele, então, que deve tocaiar dessa vez. A ordem da onça expressa no referido exemplo (80) representa uma consequência do desenrolar dos fatos, por isso vem referida pela forma *keduə*: raiz de *ke* ‘dizer’ modificada pelo formativo *-duə*, que significa causa, consequência. Trata-se, portanto, de uma das formas do discurso direto. Ela é menos freqüente do que a forma *kele*, porém é também recorrente, sempre que a ação do personagem - encerrada por um ato de fala - está subordinada lógica e gramaticalmente a outros fatos.

Diferente é, porém, o uso da forma *təkeze* (79) como expressão do discurso relatado. No estudo da sintaxe, mostramos que a subordinação de frases que prevejam a co-

referencialidade entre dois tipos de sujeito - sujeito de verbo transitivo e sujeito de verbo intransitivo - só é de certa forma alcançada, caso a forma verbal da oração dependente não venha modificada por uma marca de tempo perfectiva. É preciso que entre em jogo uma das marcas de aspecto, como o formativo -ze, para que a subordinação se efetue. Essa marca franqueia a co-referencialidade porque ela não seleciona os marcadores de pessoa, fato fundamental para a subordinação dado que numa língua com o sistema de marcação ergativo-absolutivo como o Bakairi, os dois sujeitos gramaticais serem assinalados com formas diferentes. A ausência do marcador de pessoa pode ser preenchida pelo prefixo t-, que conta com alguns alomorfes dentre os quais se inclui tǎ-, usado na forma acima. O prefixo aponta um agente que pode estar ou não explícito no enunciado.

Esse conjunto de considerações serve para, em resumo, se inferir que a forma tǎkeze prevê um tipo de subordinação gramatical. Contrário ao caso anterior, o conteúdo desse enunciado não significa uma decorrência lógica dos acontecimentos. No texto do qual faz parte - a retirada do Xingu -, as pessoas que vieram embora não são identificadas a partir da sua atuação. A grande figura do relato é Kuikare que distribuiu presentes, que se identificou como Alapidawana, que pediu comida, que revelou as maravilhas do machado de lâmina e persuadiu os Bakairi a se retirarem e que, em seguida, deu ordens no preparo e no armazenamento de comidas para a grande retirada. Passagens com diálogos entre Kuikare e os Bakairi do Xingu só são duas: o momento da identificação de Kuikare com o chefe da aldeia e o momento em que, aparentemente, alguém reclama da “falta de educação” de Kuikare e do karaiwa, que recusaram a rapadura porque cheirava mal. Entretanto, a forma gramatical empregada - tǎkeze - faz persistir a ideia de subordinação gramatical.

A subordinação, no caso, que estamos querendo prever é aquela que seria possível de ocorrência na construção do discurso indireto. Pelo que já descrevemos e analisamos na seção precedente e na atual, falamos da quase inexistência do discurso indireto. Tal afirmativa se sustentou em razões buscadas na sintaxe e no plano da enunciação. A construção do exemplo em foco (79) foge aos padrões do discurso direto, e também não se encaixa no discurso clivado.

E mesmo assim constitui uma forma de discurso relatado. Concluimos, então, que, por algumas razões, deve se tratar da expressão do discurso indireto propriamente dito.

O fato de o verbo *discendi* vir no final do enunciado e antecedendo o enunciador é explicável recorrendo-se à ordem dos constiuintes prevista para a língua - a ordem OV. E o fato de, exatamente por não se constituir num acontecimento previsto com o desenrolar do relato, poder se lidar com um tipo de construção gramatical rara - o discurso indireto - num segmento destacado, autônomo em relação ao todo da narrativa. Essa autonomia previne tanto a interrelação a nível do tema, como, conseqüentemente, a nível da sintaxe: não fica em causa a co-referencialidade gramatical em si na estrutura textual como um todo.

O discurso indireto parece previsível, então, nesses casos onde se contaria com um tipo de segmento autônomo dentro de uma estrutura discursiva maior. Isso pode explicar a sua pouca ocorrência em textos, além de sublinhar esse segmento como sendo um tipo de recorte discursivo instaurado pelo locutor que interfere na narrativa valendo-se do comentário. Explica também por que não é registrado em frases isoladas: falta o todo discursivo para que possa ser um segmento autônomo.

Discurso clivado. O discurso clivado co-ocorre com as outras formas do discurso relatado. Na descrição que vimos fazendo até aqui temos sustentado que esta forma, derivada da clivagem sintática propriamente dita, dá conta de todo o processo de subordinação da língua, inclusive o previsto para a formação das estruturas ditas em português como discurso indireto. Dissemos também que, dependendo do tipo de texto, o discurso clivado ocorre com mais frequência do que os demais. Em linhas gerais, pode-se relacionar o discurso direto ao texto narrativo - aquele em que os acontecimentos são narrados através dos diálogos dos personagens - e o discurso clivado ao relato - aquele em que a fala do locutor tem uma participação maior do que os diálogos.

Por exemplo, no mito *udodo pajka*, narrativa de dezesseis minutos de duração, só registramos um discurso clivado, o que demonstra que toda a narrativa se constitui de falas

ditas na forma do discurso direto. Até os momentos narrados pela fala do locutor são feitos na forma do discurso direto - *kewadile* 'dizem, contam' -, com um enunciador indeterminado.

Tendo conseguido matar a anta, a onça pula em cima do animal para beber-lhe o sangue. Com a aproximação do tamanduá, a onça ordena que ele também chupe o sangue dela. O locutor, então, observa:

(87) ah nēi n-enewə-bəɾə məkə pe yunə n-epəgewə-bəɾə pe pe aβile kulə } elemento clivado
nem 3^a-chupar-negação sangue 3^a-sujar-negação onomatopéia conectivo mentira

tə-ke-hə-ze-ma

agente-dizer-instrumental-aspecto-foco

'Mas ele nem chupa nada. Só encosta a língua no sangue. Nem sujou. Encostava só a língua, para enganar. Isso é o que contam.'

O que se observa nessa passagem do mito é que, ao contrário das demais, um fato é introduzido na narrativa sem ser através das falas dos personagens, sempre anunciadas através do verbo *ke* 'dizer' e, muitas vezes, também comentadas pelo locutor que desempenha, além do seu papel de narrador, o papel daquele que engaja o destinatário na narrativa trazendo índices que revelam a complicação da trama. A entrada do locutor aqui é diferente das outras entradas, serve para introduzir um novo acontecimento - o tamanduá finge que chupa o sangue da anta morta. Seria uma passagem para a qual poderia ser previsto, numa língua como o português, a forma do discurso indireto. Mas este aqui não ocorre: o trecho em si é uma peça na trama, não constitui um segmento autônomo. Nesse caso, o discurso clivado é o recurso ideal pois este permite através da forma verbal que anuncia a clivagem - o verbo *ke* modificado pela marca de instrumental -*hə*- que a teia discursiva seja garantida, enlaçando o segmento clivado e a trama na mesma estrutura discursiva.

Ainda sobre a expressão *təkehəzema* 'contam', pode-se falar da presença de duas marcas de foco. A marca de instrumental -*hə*- que revela que o conteúdo clivado através do movimento-qu (conhecido como movimento para foco) é o objeto de dizer - e o formativo

-ma 'que indica exclusão', por isso, foco. Dois processos de foco estão, assim, em jogo: um através da sintaxe e outro através do léxico. O foco do formativo -ma incide sobre o agente, no caso anunciado pelo prefixo tə-. O que de interessante desse processo resulta é, não só a indeterminação do enunciador dessa fala, como também a exclusão daquele (o locutor L) que hoje narra o mito. O enunciador, historicamente indeterminado, é excluído da narrativa hoje e é remetido a um outro tempo da enunciação - um passado remoto, o tempo mítico. O mesmo formativo, quando usado em formas verbais não envolvidas na clivagem, é marca de tempo, no caso, o passado remoto. Junto a nomes e nominalizações significa exclusão.

No relato da retirada do Xingu, de dez minutos de duração, o discurso clivado é mais freqüente. No relato não há enredo, nem trama, apenas a enumeração de uma série de acontecimentos que envolveram a ida de Von den Steinen ao Xingu, acompanhado de um Bakairi, cuja missão era salvar os Bakairi arredios ou "brabos" da extinção. Embora esses fatos remontem a um passado bem distante, eles não se deram num tempo mítico. Um dia eles foram atestados e vêm sendo contados e recontados pelos Bakairi. Os Bakairi - tanto os do Xingu quanto os de outras áreas - não vieram de uma só vez; vieram em várias levadas que tiveram à frente diferentes "embaixadores". Provavelmente, Waluga, nossa informante, deve ter vindo na retirada de 1915 (?), quando tinha em torno de 15 anos. O contato de Kuikare com seu povo deve ter sido contado por pessoas que o testemunharam e, nesse caso, apesar de os enunciadores não serem também identificados, os mesmos não são remetidos a um passado mítico.

Os segmentos com discurso clivado assinalam quatro passagens do relato.

A chegada de Kuikare, acompanhado de Von den Steinen e seu cachorro, que parecia com um tipo desconhecido de onça, assustou aquelas pessoas:

(88) əs-cane-dile-mō̃ kaʃotə eɣə̃ y-ita-dilemō̃ udədo ke-wa-dilemō̃
 inversor-medo-aspecto-plural olha 3^{su}/3^{ob}-medo onça dizer-complementizador

‘Sentiram medo do cachorro. Olha! ficaram com medo. Pensaram que era uma onça.’

əkulemō̃ āwotəṛā mā:ʔĩ kədəkəṛə-wəgə̃ āwotə se aβele
 subir urucum-em algodão-em urucum galho descer

Por isso subiram no pé de urucum, no algodão. O galho do urucum desceu.

ah satmənumō̃ k^ωatə-rā̃ əkulemō̃
 gritar jirau-em subir

Ai! gritaram. E aí subiram no jirau.

āyedilemō̃ təkəfəzēĩ
 fazer dizer

Dizem que foi assim que eles fizeram.’

O susto passou depois de Kuikare dizer que se tratava apenas de um cachorro que não fazia nada sem que o dono mandasse. Foi hora, então, da distribuição dos presentes e da fala de reconhecimento de Kuikare como Alapidawana.

(89) ʔĩge ka əma - kele məkə kuikare
 alguém interrogação você

‘Quem é você? - disse Kuikare’

(90) ura ura-ma aləpidəwāna-lə
 eu eu-foco -ênfase
 ‘Eu sou um dos aləpidəwāna!’

ura aləpidəwāna ura katawga ura
 Eu sou alapidawāna! Eu sou Katauga!’

(91) ke-duə eh... atāma miārā kurə əʒipemug^{ωē}i-ləṛə - kele miārə akāwa kuikare-rə
 dizer-quando então lá nós parente -ênfase disse lá antigamente -ênfase

‘Quando disse isso, Kuikare exclamou: É, então, nós somos de fato parentes! - disse o próprio Kuikare lá naquele tempo.’

(92) təkəfəzēĩ mawʔĩka
 É isso que se conta.’

Os viajantes estavam com fome e, depois do reconhecimento de Kuikare como

parente, o Karaiwa pede milho:

- (93) tərə tərə-mə awərə ʔɨt izea-mō jina - kele məkə karaiwa
lá lá-plural esse milho querer-plural nós
'Todos que lá estavam [falaram]: queremos desse milho! - disse o karaiwa.'

- (94) aituə mərə ʔɨt ỹ-enota-ge-le-mō ỹekigelemō tek əmuga ɔdat
ai milho 3^{su}/3^{ob}-jirau-verbalizador -debulhar- pancia dentro
'Ai, desceram o milho do jirau. Debulharam e jogaram na panela.'

tuyure-lə mərə ỹ-āgule karaiwa mā^lge əpəlagadə keho
cru-ênfase -comer chamado
'Ele comeu o milho cru mesmo, aquele karaiwa chamado de Apalagada.'

inərə təkəhɔzēi

Assim dizem.'

Depois que o milho acabou, Kuikare ordenou que preparassem farinha, polvilho, beiju, para eles comerem. Em seguida falou da necessidade de ir embora dali porque eram coitados e não tinham nada. A passagem transcrita a seguir se repete com pequenas modificações, sendo fechada também pela expressão təkəhɔzēi. Omitiremos a dupla transcrição no momento porque não traz nenhum dado novo.

- (95) idə-wa itəwəne tə-ipa
ir-imperativo gente lá-negação
'Gente, vocês têm que ir embora daqui!'

itəwə kākāi kulə amaime
coitados como vocês

Gente, como vocês são coitados!

ega se ỹ-ipilemō se ỹipilemō ma... ma... ma... ma... t-ukawə-ze
olha galho 3^{su}/3^{roçar} onomatopéia agente-quebrar-aspecto

Olha! Vocês só roçam o mato com a mão, só quebram os galhos com a mão.

kulə ariraya-gə ỹ-āgelemō wərə
só machado-com 3^{su}/3^{ob}-derrubar

E têm só o machado de pedra para derrubar.

kulə təkəhəze
Isso é o que dizem.'

(96) kākāi kulə jina
nós

'Como nós éramos coitados!

təkəhəzēi
Dizem.'

As formas do discurso relatado, ao lado do jogo de referencialidade, vêm mostrar por onde passam os pontos do bordado discursivo em Bakairi. O que, de imediato, salta aos olhos é que o principal fio do discurso é instaurado através das diferentes posições enunciativas constituídas no e pelo discurso. Tudo que se diz na língua, e o modo como se diz, é produzido de algum lugar historicamente determinado. Lugares ocupados pelos sujeitos da enunciação, o Bakairi - e o índio em última instância -, sujeitos que se defrontam com outros sujeitos - o não-índio -, que também se inscrevem no discurso indígena como posições enunciativas. São lugares de onde se fala e para onde se fala, construídos pelo imaginário social e constituídos pelos meneios da língua, na sua materialidade. São lugares sempre anunciados pelas muitas e variadas formas que toma o verbo dizer - ke, kele, kelemo, kewadile, təkəhəze (təkəhəzēi), təkəze, ugele, augele... -, formas que não são simplesmente alternativas, mas que instituem diferentes sentidos e que apontam diferentes lugares enunciativos.

A estrutura discursiva da língua ou é tecida pelo discurso direto - quando a subordinação se institui a nível das idéias - ou é tecida pelo discurso clivado - quando a subordinação se revela como processo gramatical propriamente dito. Nessa perspectiva, a sintaxe também é dita através do verbo discendi: a subordinação só se faz possível porque o processo sintático de clivagem que a constitui é sustentado por formas verbais etimologicamente derivadas do verbo dizer. Além de desenhar a estrutura discursiva do Bakairi, as formas discendi dizem a dimensão polifônica da língua no movimento de atestação do dizer.

5.3 Polifonia e formas do discurso atestado

Fundamental na descrição da estrutura disursiva é desvelar a sua dimensão polifônica. A pluralidade de vozes que se institui com a enunciação reafirma o caráter dialógico da linguagem, sublinhando as heterogeneidades enunciativas. Nessa heterogeneidade estão inscritas as diferentes formas de se dizer o mundo a partir de diferentes lugares, sejam eles geográficos, sociais, ideológicos, históricos. A heterogeneidade aponta a constituição dos lugares ocupados pelo **tu**, que ao se ver inscrito nesses lugares se engaja no discurso num movimento de identificação.

O conceito de polifonia, já pensado por Bakhtine, e elaborado por outros teóricos, vem se opor a uma concepção unicitária de sujeito. Se diferentes vozes apontam os vários lugares de onde se fala, é irrefutável a dispersão do sujeito. Uma das formas dessa dispersão é a instanciação do sujeito em locutores e enunciadore, dando lugar à polifonia.

A definição de locutor e enunciador pode ser buscada em Ducrot (1984).

O locutor é descrito como o ser ao qual deve ser imputada a responsabilidade do enunciado. É a ele que se refere o pronome eu e as outras marcas de primeira pessoa. O locutor, porém, pode ser entendido no plural, não por recobrir uma voz coletiva, mas pela possibilidade de existência no enunciado de uma pluralidade de responsáveis. Como é possível no discurso relatado. O locutor não se confunde com o sujeito falante, embora do ponto de vista empírico, a enunciação seja a ação de um único sujeito falante, “mas a imagem que o enunciado dá dela é a de uma troca, de um diálogo, ou ainda de uma hierarquia de falas.” (DUCROT, idem). O ser para quem se dirigem as palavras do locutor é o alocutário.

Uma outra distinção a ser feita, dessa vez dentro da própria noção de locutor, é a do “locutor enquanto tal” (L) e o locutor enquanto ser do mundo (). O primeiro tem a propriedade de ser apenas o responsável pela enunciação, enquanto é uma pessoa completa, “que possui, entre outras propriedades, a de ser a origem do enunciado”.

Além da polifonia instaurada com as vozes do locutor, decorre uma outra forma

de polifonia a partir da noção de enunciador. É possível se encontrar num discurso a voz de alguém sem as propriedades do locutor. O sentido do enunciado, na representação que ele dá da enunciação, faz surgir as vozes dos enunciadores. Os enunciadores são aqueles que expressam seu ponto de vista através da enunciação. Correlatos a eles estão os destinatários.

Uma interpretação polifônica da enunciação prevê ainda, segundo Ducrot (1980), que os enunciadores possam se distanciar, conferindo um caráter indeterminado ao autor das enunciações. O que dá lugar a um tipo de ocultamento, sendo a polifonia vista como máscara. É constante poder-se, durante um discurso, tirar conclusões a respeito de uma enunciação que não é própria, tomando-se um certo distanciamento ao se atribuir a responsabilidade a um enunciador estranho.

Sob uma perspectiva diferente - “a da teoria de seu objeto próprio, o inconsciente”, no caso, a psicanálise - Authier (1990:28) assinala “que sempre sob as palavras, “outras palavras” são ditas: é a estrutura material da língua que permite que, na linearidade de uma cadeia, se faça escutar a polifonia não intencional de todo discurso, através da qual a análise pode tentar recuperar os indícios da “pontuação do inconsciente”. Aqui, a polifonia também pode ser tomada como ocultamento, mas sem estar em jogo a intencionalidade do locutor.

No estudo que venho fazendo em línguas indígenas, a polifonia inerente à materialidade da língua, também funciona como máscara, entretanto, sem o sentido estrito de ocultamento, isenção de responsabilidade. A polifonia faz da estrutura discursiva uma estrutura bastante complexa, cuja elaboração é difícil de ser dominada por um falante não nativo. A polifonia, nesse caso, está para todo um movimento de identificação que, longe de significar omissão, recupera todo o processo de constituição da identidade etno-social e indígena (cf.: SOUZA, 1986; 1991a; 1993). A máscara seria, então, a “persona”, o lugar “no teatro da consciência” onde é dito: “sou índio”. No nível do inconsciente, está o conflito entre o índio de fato e o índio imaginário (cf.: SOUZA, 1991a), conduzido por processos de apagamento, de denegação, instaurados pela polifonia. É sob essas duas formas de interpretar o conceito de

polifonia - a que diz a identidade, na nossa interpretação e a inconsciente, na de Authier, ambas constituídas mutuamente - que se pautará a análise das formas de atestação em Bakairi.

A partir da especificidade das formas de atestação, relacionadas às formas do discurso relatado, é possível constatar em Bakairi a existência, não só de dois (como prevê Ducrot), mas de três a quatro locutores em potencial.

Sobre a definição de discurso direto, Authier (1978) contrapõe dois fatos: essa forma de discurso relatado ser tratada “como um objeto” e o de ser um modo “objetivo” de relatar o discurso. “O apagamento ostensivo de L [quando aparentemente apenas cita as palavras do outro] no limiar do enunciado que ele relata é um simulacro da não intervenção absoluta de L dentro de seu ato de relatar: a integridade do significante do enunciado relatado não garante a “transparência” do DD” (idem:51).

Esse apagamento, “distanciamento do corpo estranho que constitui a sua própria mensagem” (idem), pode ter efeitos diversos: não alterar as palavras do outro, por respeito e até sacralização; não se envolver com as palavras, por desprezo, incompreensão, por falta de assentimento, etc. Em qualquer caso, o valor fundamental parece ser o da não intervenção.

Tanto assim que é comum a diversas línguas indígenas o processo explicitado de atestação. No caso do Bakairi, dada a ausência do discurso indireto, o discurso direto, aparentemente, tem primazia dentre as formas de discurso relatado. Entretanto, seguindo, imediatamente, o conteúdo relatado, obrigatoriamente, ocorre mais uma vez o verbo dizer, que encerra o escopo da atestação (cf.: exemplos (63) e (65) acima). A função do ato de atestar não é colocar em xeque a integridade do conteúdo relatado, e sim eximir o locutor da responsabilidade sobre o fato relatado. As marcas de não-atestação em línguas de oralidade fazem as vezes das aspas em línguas de escrita: são marcas mostradas da heterogeneidade do discurso; ao mesmo tempo que promovem a isenção do locutor - kele ‘ele disse’ -, desmascaram a sua intervenção - ‘não atesto’, expressa pela ausência de marcadores de pessoa junto à raiz verbal. Ou pela presença de marcadores quando o discurso é atestado - aωgele ‘atesto’ (exemplo (65)).

O distanciamento, o apagamento, em Bakairi é, assim, fisicamente marcado pela ausência dos marcadores de pessoa, quando uma forma do verbo *discendi*, correspondendo a **L**, é acrescida ao conteúdo relatado. O interessante desse distanciamento é que, paradoxalmente, ao não pronunciar o marcador de pessoa, o locutor **L** apaga morfologicamente a marca correspondente a **I**, autor do enunciado relatado e, anteriormente, anunciado na introdução do discurso direto. Com esse processo, o locutor institui ao mesmo tempo o seu distanciamento e a sua intervenção, porque não se responsabiliza pelo estatuto do enunciador apontado com o discurso direto. A ausência do marcador de pessoa não implica a indeterminação do enunciador, é apenas a fronteira entre **L** e o enunciado relatado.

Todos esses fatos vêm ao encontro das colocações de Authier (*idem*) quando argumenta que o discurso direto não pode ser visto como simples justaposição de dois atos de enunciação com o mesmo status, o de **L - R** e o de **I - r**. A existência da cadeia entre aspas não tem a sua existência a não ser através da mensagem de **L**. Sua delimitação dentro da mensagem de **L**, a integridade do significante são reais, mas sua autonomia é fictícia. **L** reconstitui pelo que ele cita uma situação de enunciação. E esta deve ser a razão para que todo discurso direto em Bakairi venha acompanhado de uma forma de atestação.

As marcas de atestação apontam o nível de intervenção quando fica claro que **L** reconstitui, de fato, uma situação de enunciação, tanto assim, que é a um outro locutor, um locutor-pessoa (diferente de **L** e de λ), a quem se deve atribuir a responsabilidade da atestação, instaurando-se, então, um outro plano de interlocução, além dos dois já instaurados com o discurso direto. São falas dentro de falas e também são discursos relatados dentro de discursos relatados, estabelecidos numa cadeia que torna possível recuperar a existência de três, ou mais, locutores.

Num primeiro momento, pode-se falar em três locutores: **L**, o eu do discurso como um todo; **I**, o autor do conteúdo relatado e **I'**, a quem são imputadas as formas de atestação. As marcas de atestação acabam por estabelecer um jogo de três níveis de interlocução, o que faz motivar, para o Bakairi, um esquema mais complexo para o discurso direto:

Podemos até pensar, para outras línguas, esse terceiro nível de interlocução num plano implícito, aquele onde se acusa “o simulacro da não-intervenção”. Ou como fazem Orlandi e Guimarães (1988) que, ao discutirem a existência de três locutores, atribuem ao locutor-enquanto-pessoa (l') a característica de se apresentar no discurso como sendo sua origem, como autor. Pensar a unidade do texto que se faz a partir da heterogeneidade favorece reconhecer que daí deriva o princípio da autoria como função enunciativa. Dentre as funções enunciativas - locutor, enunciador e autor - o “autor é a função social que o “eu” assume enquanto produtor da linguagem.” (op.cit.;61)

Em Bakairi, o locutor-pessoa (l') não se responsabiliza pelo estatuto de um outro enunciador, exatamente porque ele não se reconhece, na instância da fala relatada, como autor. Entretanto, ao se verificar que, após a não-atestação, o locutor recorta o texto na forma de comentário, de incisas, diríamos que o espaço da atestação funciona como uma introdução ao espaço enunciativo que daí se institui - o da autoria. Mais adiante, discutiremos um pouco mais a função do comentário.

Além de se contar com uma pluralidade de locutores a partir da análise do discurso relatado, é possível, também, atestar que as vozes dos locutores podem ecoar de momentos cronológicos diversos, evidenciando que o tempo revela diferentes pontos de vista, segundo os quais se desenha a história.

E justamente, a perspectiva do tempo permite ampliar o número de locutores para mais de três. Há momentos em que o locutor-pessoa (l') não assume no enunciado o espaço da atestação, fazendo com que esse espaço seja preenchido por um outro locutor (l''), no caso, indeterminado em diferentes épocas e situações. O locutor indeterminado se apresenta com duas faces: a do locutor mítico, virtual, e a do locutor histórico, real, respectivamente, presentes na narrativa mítica e no relato.

Em todo texto Bakairi se registram as vozes desses quatro locutores. A voz de

L se faz ouvir com a totalidade do discurso, já que ele é o autor das palavras. O enunciado que abrange o conteúdo relatado é de responsabilidade de I. E as marcas de atestação, ditas nas formas do verbo *discendi*, correspondem a I', quando deixam de referendar um locutor determinado na enunciação - *kele* 'disse'; *kelemō* 'disseram' - e a I'', quando apontam o locutor mítico ou o locutor histórico, caso das formas do discurso clivado e das formas escassas do discurso indireto - *təkefəze* 'é o que dizem'; *təkeze* 'disseram que'. O que de interessante se observa nessas formas verbais é que em nenhuma se registram os marcadores de pessoa, mas nas duas últimas, as quais não se referem a um enunciador determinado, ocorre uma marca de agente (*tə-*) referendo, no caso, o agente de uma enunciação historicamente indeterminada.

Essa marca de um agente cuja identidade não se recupera, além de ter uma relação com um tempo mítico ou histórico, tem a função de garantir a veracidade dos acontecimentos relatados, produzindo um efeito histórico de atestação. A falta dos marcadores de pessoa significa a não-atestação por I', que só se responsabiliza pelo estatuto de um enunciador recuperável no discurso. No caso de textos relatados de autoria indeterminada, cabe a I'' - locutor mítico ou histórico - a não-atestação, marcada pela ausência de marcadores de pessoa mas, ao mesmo tempo, atribuída a um agente indeterminado. E aqui se difere o escopo da atestação atribuída a I' e a I'': a primeira se restringe ao enunciado relatado com o discurso direto; a outra, ao relato histórico de autoria indeterminada, dito através de falas e atitudes de personagens fictícios ou reais. Vale repetir aqui que a esses dois locutores correspondem marcas gramaticais distintas: ao locutor-pessoa corresponde a ausência de marcadores de pessoa no verbo dizer, e ao outro, além da ausência dos marcadores, há marcas de agente. A diferença gramatical corresponde uma diferença de funcionamento dessas duas formas na estrutura disursiva. A fala de I' recorta a fala contida dentro do discurso citado (dentro de I-r); a fala de I'' instaura recortes dentro do texto como um todo, dividindo-o a partir das passagens relatadas. Dentro dessas passagens estão os três níveis de interlocução:

[L - R / I - r / I' - r' (...)] I'' - r''

Todo esse processo tem uma função: garantir a veracidade dos fatos relatados e, dessa forma, perpetuá-los dentro da história do grupo. Assim se perpetuam os mitos, as crenças, os dogmas, o tabu, a música, a história, as instituições. Todo esse processo é produzido pela não-atestação em si mesma: dado as estruturas negativas serem polifônicas porque permitem que a sua enunciação apareça como “o choque de duas atitudes antagônicas”, uma positiva e outra como recusa da primeira (Ducrot, 1984), a não-atestação acaba sendo a marca segura da própria atestação. Hoje, não há um locutor que possa ser nomeado como o autor desses discursos que são relatados com a história do povo, mas num determinado momento - virtual ou real -, certamente, existiram os agentes desses discursos.

Nesse sentido, é possível falar desse funcionamento discursivo - a não-atestação atribuída a um agente da enunciação historicamente (in)determinado - como sendo um mecanismo fundador do discurso indígena e do seu sujeito, constituídos pela materialidade da oralidade. São discursos relatados dentro de discursos relatados, cuja historicidade - isto é, a do próprio mecanismo discursivo - constitui esses discursos como fundadores. Dizer o discurso indígena é saber ocupar a posição de sujeito índio nas formas de relatar o discurso. O relato do discurso do outro é um fato universal (lugar da homogeneidade), mas as formas de atestação vem a ser o dado particular, uma das características fundadoras do discurso indígena. Do idioma indígena face a outros idiomas.

No entremeio dessas formas do discurso relatado, ocorrem, porém, os comentários do locutor, os quais já fizemos referência em diferentes momentos. Foucault (1970), ao falar dos procedimentos internos de controle e delimitação do discurso, define o comentário articulado a um tipo de desnivelamento que existe entre os discursos: “os discursos que “se dizem” e que passam com o ato mesmo que os pronunciou” e “os discursos que estão na origem de certo número de atos novos de palavra que os temem, os transformam ou falam deles”. (op. cit.: p.24) Nesses últimos, encontram-se “os textos religiosos, ou jurídicos, “e “também textos curiosos”, “literários” e “científicos””.

Os mitos e as narrativas, já tornadas lendárias, ontológicas, como o relato da

vinda do Xingu, por exemplo, seriam tipos desses “discursos que estão na origem”. E é exatamente nesse tipo de textos - discursos fundadores, diria, da memória Bakairi - que se abre espaço aos comentários, espaço à autoria. Os comentários, ao contrário de se supor que estabeleceriam uma cisão entre “os discursos fundamentais e criadores” e “a massa dos que repetem, glosam e comentam”, têm um papel fundamentalmente constitutivo.

No âmbito do comentário, “o desacordo entre texto primeiro e texto segundo desempenha dois papéis que são solidários. De um lado, permite construir (e indefinidamente) discursos novos: a aprumagem do texto primeiro, sua permanência, seu estatuto de discurso sempre ritualizável, o sentido múltiplo ou oculto de que parece ser detentor, a reticência e a riqueza essenciais que se atribuem, tudo isto funda uma possibilidade aberta de se falar.” (op. cit.; p.26) Por outro lado, a sua função não é outra senão a de “dizer, enfim, aquilo que estava articulado silenciosamente lá embaixo.” (idem)

É por este caminho que podemos pensar as inúmeras repetições (aparentemente desnecessárias) presentes no mito e nos relatos ritualizados. Essas repetições ocupam, exatamente, o espaço dos comentários, quando o locutor interfere para repetir - agora de seu lugar de enunciador e não mais através das falas relatadas - passagens narradas anteriormente, porém acrescidas de elementos que procuram justificar ou atribuir uma lógica a tudo que fora até então narrado.

O comentário tem ainda uma função na circularidade discursiva na linha do tempo: ele retoma sempre o ponto de partida para, em seguida, introduzir o novo acontecimento, refletindo o tempo que se define em movimentos circulares - o tempo do eterno retorno.

Todo esse processo parece articulado com as formas de atestação do dizer. Uma dessas formas, a que corresponderia à atestação do que foi relatado pelo locutor mítico ou histórico, garante, dissemos anteriormente, a veracidade do que foi relatado e a perpetuação do texto em si mesmo. Acrescentamos, agora, que são essas formas que instituem esses discursos na origem tornando-os, míticos, falas ritualizadas, e que os comentários instauram o novo com a repetição do que antes já fora dito e do que não fora dito, mas que estava implícito,

“ou articulado silenciosamente lá embaixo”.

Assim, a princípio, parece desnecessário o locutor interferir para, por exemplo, dizer que o tamanduá mente quando come carne: antes ele já havia contado que o tamanduá trocara as suas fezes com as da onça. Mas este é exatamente o lado paradoxal do comentário: “dizer pela primeira vez o que já havia sido dito e repetir incansavelmente o que, contudo, jamais foi dito.” (op.cit.; p.27) E este parece ser também o jogo paradoxal e, aparentemente, contraditório do papel das formas de atestação: ao mesmo tempo que as formas de atestação instituem esses discursos como fundadores, porque na sua origem foram atestados por um enunciador historicamente indeterminado, o locutor, hoje, aponta o que há de mentiroso nos fatos, aquilo que, pela sua perspectiva diz que tem (ou não) lógica, etc.

E são também esses “mecanismos de controle do discurso” - os comentários - que permitem instaurar diferentes posições enunciativas, nas quais o autor do discurso pode denunciar, contradizer, resistir a muitas dessas formas de discursos ritualizados, instituindo, ou fundando, uma outra “memória”, uma forma outra de dizer aquilo que já foi dito, mas dizendo o novo. Confira, por exemplo, a seguir (5.4.1), o modo como é retratada a memória do contato (tantas vezes relatadas) pela voz de Waluga.

A respeito da noção de discurso fundador, gostaríamos de observar ainda que, em Orlandi (1993a) esta noção é trabalhada na relação com a produção dos sentidos e este passa a ser caracterizado como fundador porque ele “cria uma nova tradição, ele re-significa o que veio antes e institui aí uma memória outra. É um momento de significação importante, diferenciado.” (p.13) A forma como estamos lendo a noção de discurso fundador nos textos Bakairi, se distancia um pouco da de Orlandi porque não estamos pensando o que há de fundador dentro dos muitos discursos produzidos em língua indígena, no caso, o Bakairi. E sim, o que vem fundar o discurso indígena. Nesse aspecto, destacamos as formas do discurso atestado, inerentes a discursos ditos em línguas de oralidade e, como contraponto a esses espaços de atestação, sublinhamos os comentários que, pela definição de Foucault (idem), instauram o novo. O novo, segundo, o autor “não está no que é dito, mas no acontecimento do

seu retorno.”

O acontecimento ora faz retornar de forma diferenciada as narrativas míticas, ora faz retornar as falas karaiwas - agora interpretadas pelo índio - sobre o próprio índio, e, com esse repetido movimento, funda o discurso indígena na tessitura, na materialidade linguística e discursiva.

Resta ilustrar o discurso indígena.

5.4 Dois exemplares de discurso indígena: *iduodaipa tədəetəbire*” *Vinda do mato*” e *udodo paꝓika* “*A onça e o Tamanduá*”

A análise dos dois textos a seguir têm por objetivo ilustrar, no primeiro deles, como se organiza a estrutura discursiva na sua dimensão polifônica textual, tomando-se por base toda a discussão desenvolvida em 5.3, além de buscar definir o sujeito do discurso indígena. No outro texto, retoma-se a questão da polifonia inserida num outro plano, o do suprassegimento, procurando mostrar como a materialidade significativa do som produz outros sentidos, paralelos aos sentidos produzidos pelas palavras. Com isso esbarra-se na discussão do que é palavra, enunciado, e do estatuto e função das onomatopéias. Questiona-se, ainda, até que ponto o jogo com a sonoridade é de responsabilidade do locutor L.

5.4.1 Polifonia e textualidade

O texto aqui analisado encerra a primeira parte do relato da retirada do Xingu, gravado em 1985, tendo como informante Balbina Waluga, mulher monolíngüe de idade estimada nessa época em 85 anos. É a pessoa Bakairi mais idosa, cuja origem é a região do Xingu onde viviam os Bakairi arredios, brabos. As levas migratórias do Xingu foram várias, e vários foram os motivos que causaram as migrações, dentre os quais incluem-se as duas excursões de Von den Steinen quase no final do século XIX. Os últimos Bakairi xinguanos

deixaram as margens do Kulisehu em 1922. Waluga veio numa dessas levas, mas não sabemos precisar qual, talvez por volta de 1915. O seu relato pode ser lido com dois recortes. O primeiro abrange uma narrativa impessoal, onde predominam os verbos sem marcas de atestação. O segundo consta de um relato na primeira pessoa do singular, no qual Waluga diz que quando era cirança conheceu aqueles que moravam no Xingu. Nesse segundo momento ela retoma algumas coisas narradas anteriormente acrescidas de poucos dados novos. Deste segundo texto, analisaremos apenas dois segmentos em complementação à análise do primeiro.

Para Waluga, e também para os Bakairi mais novos, a figura central no contato daqueles Bakairi com “os civilizados” (categoria onde inclui índios e karaiwas) é Kuikare, nome Bakairi do índio Antoninho, informante e guia de Von den Steinen em suas expedições. Waluga, obviamente, não presenciou a chegada de Kuikare ao Xingu, mas a nós não interessa confrontar o seu depoimento com o de outros Bakairi no intuito de saber até que ponto procedem ou não as suas informações. Dentro de nossos objetivos, sejam os acontecimentos reais ou fictícios, o que importa é o fato lingüístico, o acontecimento discursivo, mas muitas das passagens descritas por Waluga estão atestadas por vários documentos, inclusive em Von den Steinen.

“Balbina fala antigo demais” - comenta Apakano, informante que trabalhou como intérprete, ajudando na tradução e na análise dos textos produzidos em “Bakairi clássico”, como costume chamar o modo de dizer de Waluga. Sem a juda de Apakano seria impossível alcançar o sentido desses textos e descobrir muito mais sobre o sistema e a materialidade da língua. A sensibilidade de Apakano em procurar descrever, de forma esclarecedora, os enunciados empregados pela informante, é digna de nota³⁴. Foram muitas as analogias que ela procurou fazer com o português e com outras expressões em Bakairi. A analogia com o Bakairi, em princípio, partia de mim; com o desenrolar do trabalho, porém, a iniciativa passou a ser de Apakano. O que isso de imediato revela é a capacidade de falantes, que não desenvolveram a língua escrita, de darem conta, além dos processos epilingüísticos, dos metalingüísticos.

Passemos ao relato³⁵

iduodai pa tædæetæbire

kutkare enene iduodænæpæremoⁿdo.

kutkare mawa^lka enene iduodænæpæremoⁿdo.

ega karaiwa agæ idæleræ kutkareræ miæferæ iduodafiræ karaiwa agæ idæle miæra
iduodafiræ

odæ kuitkeæra miækæwa mæka kutkare tæra tædaβile yutuule idæle sæedile miæra
iβpeu tezora kanivetji mæ:fi petæsokoræi jina keho ila eka ji pæⁿtji eka ji karite
adida imeæ wæra yækile mæka karaiwa jiræ pðra wæra yækile

kætkæi tætenæbæma so uluri keho næi ipa tæwæfere pe pe pe wæra elewæyð kulela
æseanedilemð kafærow ega yitadilemð udædo kewadilemð ækulemð æwtðfæ
mæ:fi kædækeræwa æwtæ se aβele

a saimænümð k^ωatæfæ ækulemð

æyedilelemð tækehoze

ega mæka karaiwa titaze udædo kewadilemð udædo keba mæka kafærow kulæ
yitagelemð

kutkare ola

ædiseba itæwa æ^lge nætaiba ise awæka - kæi^læ udæ - mæra kækabædile tæseanedæ
itæwa alæ kulæ kiæfe keba ola mæfaræ wæra mæ:fi tigapidæwæra aine mæ:fi teotuo aine mæra - kele
mæka kutkare

aituæra

akea - kelæmð

adapædædilemð pekædæmæⁿdo adapædædilemð ugæⁿdæmæⁿdo adida imeæ ynuile
æiæmð tu tu

wame akæwa æyedile

kutkare agə idəipiē
e takə takə aləpidəwāna eyabire

ἄγγελος καὶ ἄγγελος - kele məkə kutkare
ura urama aləpidəwānalə ura aləpidəwāna ura kataōga ura - keduo miāra

kurə əzjipeməg^ωē lerə - kele mī akāwa kutkarerə - atama mī akāwa
kurə əzjipeməg^ωē lerə - kele
təkehoze ma^ωka

tərə tərəmo awərə āzj izeamō jina - kele məkə karatwa

aituo mərə āzj yēnotagelemō yekigelemō tek əmuga ədat tuyurelə mərə yāgwale
karatwa mἄγγελος əpəlagədə keho
inəra təkehozēi

āzj yāgwale mərə tilanōzebalə məkə yāgwale məkə yāgwale məkə yāgwale məkə
yāgwale ma?

mərə āzj kurə ələrə jina yadirele ələrə mərə āzjro tuaīē kebarə əβilige məkə
yāgwale məkə yāgwale məkə yāgwale məkə yāgwale ma? wərə yāgwale

te ilapirīē mī akāwa əse kelemōro

farīpa ἄγγελος - kele məkə kutkarerə

farīpa ἄγγελος uīā-ē ise samə mἄγγελος əsamō takoro mἄγγελος

wərə - kele

ihēi

əpa əyedilemō mā:īī ōīō jigatibe wəgə kulə farīpa əyedilemō

kātkāi te te te te samo yegadilemō takoro iwayare yegadilemō karatwaē mərə
mʌkə kutkarē

mərə əpa esetdalemō aβilemō awadō yūdilelemō tipō tipō tipō tipō kutkarē
karatwaē wərə

əβilemō

idəwa itāwāne təipa itāwā kātkāi kulə amaumo

egə se yipilemo se yipilemo ma ma ma ma tukawəze kulə arirayaga yagelemō
wərə

kulə təkefoze

kātkāi kulə jina

təkefoze

jina idamundome akāwa nēi tahopeba nēi pi nēi ijada lapeba kātkāi lelələ
tamarige kula se yukawadile ma ma ma ariraga

təkefoze

iləgekulə pi ma:fi se yagele tō tō tō tō aləkulə

kātkāi lelələ jiname akāwa jina idamundo kutkare olə eneriro

idəwa itāwāga

kātkāi kulə amaumo tətənēbamo tədahogunēbamo amaumo təwigunepa

tijadagunebāmo wərə

idəwa itāwāgane

ihē

idəwa itāwāga leləne mədahomōi jira əwgele - kele akāwa

kəetəbireoze lelə ise mədalemō - kele

ihē

wərə ma^wka əpanēgelēmō jina idamundo əβile jəra peyena ji iduodai mʌkə

tərə æβile pepi yitugelemō æβilemōrō saguhōi idənərə lelə æβile wāikeba ænelə alə kula
tələ tərə mī akāwa æβile te takə aləpidəwāna

elubema mī akāwa æβile ədəpadile nitāibərə ayələlə æβilerə

təkeze mawaŋka

kāinane pabat ayələlə məkə æβile

kātkāi æβilemō tətīēmba nē jira pebagələ pə jira peba adəwatunōmegelemō

te tələ tərə etāi i təcisebərə tələ tərə iduədai nē jira əe izepa a inakəe kulə tərə mā:fikeba tərə
adidaimeə lapəba tərə

kelemō

Vinda do Mato

Foi kuikare que trouxe os que moravam no mato.

Foi um tal de Kuikare que trouxe aqueles que moravam no mato. —

Olha! Foi com um karaiwa que Kuikare foi pra lá pro mato. Com esse karaiwa
ele chegou lá no mato.

Como, eu não sei que Kuikare sabia que aquelas pessoas vivam lá no mato. Bem
ele foi e chegou lá.

Espelho, tesoura, canivete, fósforo - tudo que a gente chama de presente - pente,
linha, miudezas - ele levou. O karaiwa levou até o colar dele.

Coitados! Nem tinham roupa. Só uluri. Uluri é como nós chamamos um cinto
que nem tampa nada. É aquilo que as mulheres usavam.

Sentiram medo de um cachorro. Olha! Ficaram com medo porque pensaram que
era uma onça. Então, subiram no pé do urucum e também no pé do algodão. Aí o galho do
urucum desceu.

- Ah! - gritaram. E aí subiram no jirau.

Dizem que foi assim que fizeram.

Olha! Estavam com medo da onça daquele karaiwa. Não era uma onça; era apenas um cachorro a coisa que estavam com medo.

Aí Kuikare se virou pra eles:

- Não faz isso, gente! Eu venho viajando com ele. Não tenham medo, gente, só por isso! Ele não morde à toa. Ele só obedece ao dono dele e só faz o que ele manda. Não façam isso! - disse Kuikare.

Então obedeceram:

Sim! - disseram

Fizeram fila. As mulheres fizeram fila, os homens fizeram fila. E aí ele ia dando as coisas pra eles - tu... tu...

Bem, foi assim que antigamente fizeram.

E com Kuikare aqueles se foram.

Ei! avós, bisavós, velhos Alapidawana.

- Quem é você? - perguntou Kuikare.

- Eu? Eu sou um dos Alpidawana. Eu sou Alapidawana. Eu sou Katawga.

Quando disse isso, Kuikare exclamou:

- Então eu e você somos parentes! - disse o próprio Kuikare naquele tempo.

Então eu e você somos parentes!

É assim que eles contam.

Todos que lá estavam quiseram milho.

- Nós queremos desse milho! - disse o karaiwa.

Aí desceram o milho do jirau, debulharam e jogaram na panela. Ele comeu o milho cru mesmo, o karaiwa que a gente chamava de Apalagada.

É assim que contam.

Eles comeram daquele milho sem torrar. Comeram, comeram, comeram, comeram até acabar.

Aquele milho era Bakairi. Éramos nós que plantávamos. Aquele milho não era nem um pouquinho duro por isso eles comeram, comeram, comeram, comeram até que acabou. Acabou tudo.

Depois de muito demorarem ali eles mesmos disseram que vinham embora.

- Torrem farinha! - ordenou o próprio Kuikare.

- Torrem farinha! O polvilho vai ser pra mim. Todos vocês, torrem a massa para o Karaiwa. Torrem! - falou.

E assim foi. Prepararam a massa, fizeram o forno só de barro. Fizeram farinha.

- Coitados! Várias pessoas ficaram ocupadas preparando a massa, a farinha para o Kuikare e também para o karaiwa. Arrancaram a mandioca pra fazer beiju e espalharam pelo forno. Tudo para o Kuikare e para o o karaiwa.

E aí vieram embora.

- Vocês têm que ir embora daqui gente! Como todos vocês são coitados!

Olha! Vocês só roçam o mato com a mão e têm só o machado de pedra pra quebrar e derrubar a mata.

Isso é o que contam.

Coitados! Como nós éramos coitados!

Dizem.

Nossos bisavós, antigamente, nem tinham faca, machado, enxada, nada. Coitados deles! Roçavam o mato só com a mão - ma... ma... ma... ma... - ou com machado de pedra.

Dizem.

Só que quando se derruba com o machado de lâmina - tã... tã... tã...

Como os nossos eram coitados!

Os nossos antepassados lá de antigamente, foi Kuikare mesmo que trouxe.

- Vocês precisam ir embora! Como vocês são coitados: sem roupas, sem facas.

Vocês não tem machado de lâmina, nem enxada. Vocês precisam ir embora sim! Tratem de ir embora! Eu falo assim é pra vocês irem embora. - disse lá naquele tempo.

- Vão na mesma direção por onde nós viemos! - disse

E assim fizeram.

Foi assim que eles, os nossos bisavós, apareceram aqui. Eles vieram aqui pro campo lá de dentro do mato. Foi assim que vieram de lá: fizeram canoa de jatobá e vieram; também vieram a pé. De início não vieram todos; vieram apenas os que quiseram. Mas ainda ficou gente. De lá daquele tempo vieram até os avós Alapidawana.

Há muito tempo atrás vieram para sempre. Disseram que não queriam mais voltar, que tinham vindo para sempre. Lá nessa época vivia o meu pai. Ele também veio para sempre.

Coitados! Vieram. Não tinham roupa, nem isso [vestido]. Quando chegaram não tinham coisa nenhuma. Algumas pessoas não quiseram vir lá do mato; não quiseram vir pra cá. Ah! mas eles não achavam que lá era bom. Lá não tinha nada, não tinha todas aquelas coisas.

Assim dizem.

Todo texto se marca com formas distintas de polifonia. Aquela que se instaura com a diferenciação de locutores, e a outra, resultante do sentido produzido com a enunciação. Nessa segunda forma de polifonia ouvem-se as vozes dos enunciadores cujos pontos de vista são expressos através da enunciação.

Os pontos de vista indicam lugares enunciativos que se contrapõe e, ao mesmo tempo, se complementam. Expressam, na sua materialidade lingüística, as condições ideológicas sob as quais se produzem os sentidos na forma de formações ideológicas. E expressam também

o jogo de identidade do sujeito que se constitui num “*processo do significante, na interpelação-identificação*” (Pêcheux, 1975). Constitui-se em sujeito, quando na condição de indivíduo, é interpelado pela ideologia e se vê sob a ilusão de que é a fonte do sentido. Assim, as duas evidências - a do sujeito e a do sentido - se recobrem na interpelação pela ideologia.

Logo, a análise da dimensão polifônica da língua permite recuperar o processo do significante e chegar à definição da forma-sujeito, revelando ainda todo o jogo de identificação que se institui a partir das várias posições enunciativas. É o que vamos mostrar com a ‘Vinda do Mato’.

Uma primeira leitura do texto pode deixar a impressão de um sentimento de não identificação da autora com os Bakairi que viviam no mato, o Xingu, apesar de esta ser a sua origem. Parece clara uma forma de denegação instituída pelas muitas interferências de Waluga para se referir àqueles Bakairi como *kãikã* ‘Coitados!’. O estigma trazido pelo confronto Bakairi brabo X Bakairi manso se faz sentir até hoje dentre os Bakairi. Percebe-se, dentre eles, em certas situações, posturas diferentes com os que viviam no Xingu. Tudo gira em torno da questão trazida com o contato e a constatação de que eram pobres de bens materiais, o que apontava o grau de pouca proximidade com os “civilizados”.

Os brabos viviam no mato, não tinham nada, enquanto os mansos viviam no campo, cercados dos mesmos objetos utilizados pelo karaiwa. Os brabos se submeteram ao domínio dos mansos. Deixaram suas terras, suas aldeias, os caciques abriram mão de seus espaços de liderança, e todos vieram viver sob as ordens de um novo capitão. Aliás pelo relato de Waluga, Kuikare - o capitão Antoninho - já é descrito como sendo o chefe mesmo lá no Xingu. As ordens partiam sempre dele. A retirada foi dolorosa. Muitos, talvez a maior parte, morreu pelo caminho, de fome, de sede, picados de cobra, de cansaço, doentes. Tudo para salvar o grupo da extinção. Tudo por melhores condições de vida - *pi* ‘o machado de lâmina’.

É sob essas condições que os Bakairi relatam a vinda do Xingu. E nesses relatos não há como não deixar escapar a dor do estigma “ser brabo”. Waluga não foge à regra, o recalque fica revelado em sua fala, mas nem sempre o uso da expressão *kãikã* ‘coitados!’

expressa a denegação, o apagamento. Na maioria das vezes ele denuncia o conflito.

O conflito brabo X manso foi instaurado pelo karaiwa, pelo colonizador. Waluga, no centro do conflito, ora se coloca do ponto de vista dos brabos, ora do ponto de vista dos mansos e, muitas vezes, ouve-se a voz de um enunciador crítico, a voz da resistência. E são esses os três enunciadores que podem ser ouvidos com o relato de Waluga. E, como se verá adiante, a palavra *kâtkâi* 'coitados!' instaura sentidos diferentes quando se verifica de que posição no enunciado ela está ecoando.

Com fins à sistematização da análise, recortamos o texto a partir dos fatos que aí se inscrevem e, nesses recortes, destacamos a voz de cada enunciador.

O desconhecido. *kuihare mawaŋka enene iduodânopiremôdo.* 'Foi um tal de Kuikare que trouxe aqueles que moravam no mato.' Esse segmento nos remete à voz do primeiro enunciador (E-1), representando o ponto de vista daqueles que moravam no mato. Toda a estranheza acarretada com a chegada de Kuikare, acompanhado de um karaiwa, se enuncia a partir do ponto de vista daqueles que lá estavam.

Sobre o segmento destacado, já observamos em um outro momento o uso do elemento de referência *mawaŋka* denotando Kuikare como alguém indefinido, não conhecido naquela época. Uma época distante marcada pelo dêitico espaço-temporal *miãfa* (∞ *mĩ*) 'lá remoto' e pela expressão *iduodafɪ* (*idu-odafɪ* mato-em) 'dentro do mato'. Os Bakairi hoje não vivem mais no mato e todos conhecem Kuikare.

A referência a Von den Steinen, nesse trecho, não é feita recorrendo aos termos referenciais. É através de um processo de foco que coloca em cena o outro desconhecido. Usa como elemento de foco a forma imperativa do verbo ver - *egə* 'Olha!' - e assinala com uma marca de ênfase - *-rɔ* - todo o enunciado, com exceção da palavra *karaiwa*: *ega karaiwa agə idələrɔ kuiharerɔ miãrerɔ iduodafɪrɔ karaiwa agə idələ miãra iduodafɪrɔ* 'Olha! Foi com um karaiwa que o Kuikare foi lá pro mato. Foi com esse karaiwa que ele chegou lá.'

De interessante se pode discutir aqui que sentido esse processo de foco e ênfase

instaura. A marca enfática, expressa por vários alomorfes - -rə, -rɔ, -lə, -lə -, equivale a uma marca de anáfora que, presa a substantivos e pronomes, significa ‘próprio’, ‘mesmo’. O uso da ênfase é de muita frequência na língua. Raro é o enunciado que não vem assinalado “enfaticamente”. Diante disso, a questão que se coloca é que sentido a ênfase vem produzir, o que, ao mesmo tempo permite deslocar o processo enfático como um mero recurso expressivo, de responsabilidade do locutor.

Do ponto de vista expressivo, o que se tem no enunciado acima é a direção do foco no elemento *karaiwa* pelo uso de *egə* ‘Olha!’ - que anuncia o objeto a entrar em destaque, a ser focalizado - e pela exclusão do mesmo elemento da cadeia enfatizada. Se toda uma série de elementos é enfatizada, a ênfase acaba neutralizada, e o que entra em destaque é o elemento não marcado. Assim, o que se torna expressivo é a ausência da marca, e não o seu uso.

Do ponto de vista do sentido, esse processo revela que a exclusão da palavra *karaiwa* da cadeia enfática não inclui esse elemento no âmbito da significação do termo que denota ênfase - ‘próprio’, ‘mesmo’. *Kuikare* era desconhecido, mas tinha um laço com os *Bakairi* - ser índio e falar o *kurə itāĩɔ* ‘a língua própria dos *Bakairi*’. *Kuikare* tinha algo de “mesmo”, de “próprio”, mesmo antes de ter sido reconhecido como *Alapidawana*. *Von den Steinen* não, pertencia ao mundo do outro, do diferente - o mundo *karaiwa*. Nesse caso, torna-se possível falar aqui de uma anáfora discursiva, que institui com os elementos anaforicamente marcados um elo entre o discursivo e o universo etno-social *Bakairi*.

É bom deixar claro que não são sempre estes o sentido e a função dessa marca anafórica, essas são relações a serem buscadas na enunciação segundo as condições de produção do discurso³⁶.

Os presentes. *ijpeiu tezora kanivetʃi mā:ĩĩ petɔsəkɔrēi jina keho ila ekaʒi pēⁿtʃi ekaʒi karite adidaimeɜ wərə ỹākile mɔkə karaiwa jirə pɔĩa wərə ỹākile.* ‘Espelho, tesoura, canivete, fósforo - tudo que a gente chama de presente - pente, linha, miudezas - ele levou. O *karaiwa* levou até o colar dele.’ A novidade dos presentes também é definida pela ótica

dos Bakairi do mato (E-1), que nada possuíam. Também fazem parte do desconhecido não só os objetos, como as palavras em si, todas emprestadas dos karaiwas.

Significativa é aqui a forma como a voz desse enunciador (E-1) se faz ouvir através de palavras karaiwas, com exceção de petōsōkōrē (petō-sōkō-rē ‘fogo-fazer-agente’) ‘fósforo’, usada no lugar do empréstimo por ter sido esquecida a palavra em português. Waluga é monolíngue, o empréstimo não faz parte de seu vocabulário, a não ser alguns monossílabos como ‘té [até]’, ‘só’ e ‘nem’. Mas quando enumera as miudezas, os presentes levados por Kuikare e o karaiwa, as enuncia com palavras karaiwas, revelando o estranhamento pelo outro e pelo novo, trazido pela invasão desse outro. Ela poderia ter optado por lançar mão das palavras em português incorporadas num processo gramatical característico da língua (como faz em outro segmento), ou criar expressões através de recursos metafóricos, também previsíveis na língua, caso de petōsōkōrē ‘aquilo que faz fogo’. Mas, certamente, com esses outros recursos não se instituiu a voz de quem estava no mato. Estranhos são os objetos, estranhas são as palavras.

Os Bakairi brabos. kākāi tātōnēbāma ‘Coitados! Aqueles lá nem tinham roupa.’ É sob o ângulo de outro enunciador (E-2) - daqueles que não viviam no mato, dos “civilizados” - que Waluga se distancia e fala dos Bakairi brabos como coitados. Neste trecho específico, não há uma identificação com os “coitados”; ao contrário, Waluga reproduz o conceito de coitado, criado pelo colonizador. Até a chegada do outro - Kuikare e o karaiwa - , os Bakairi do Xingu não sabiam que eram coitados. Assim lhes disseram e assim foram nomeados. E com isso Waluga parece concordar. Observe que, sob essa perspectiva, a autora não recorre a palavras do português. Usa a palavra *ota* ‘casa’ estendida ao significado de roupa, além de modificar o enunciado ‘nem tinham roupa’ com o formativo -ma ‘palavra de exclusão’, o que permite traduzi-la por uma expressão de foco - ‘aqueles lá’.

Todo esse processo espelha o apagamento, o assujeitamento à classificação dada pelo outro, quando assume o ponto de vista dos que não eram do mato. Todo esse processo

faz parte dos movimentos de constituição de uma identidade-índio, os quais decorrem do conflito instaurado pela presença do outro.

so uluri kefo nêi ipa tãwajere pe pe pe wəra elewəγõ kulelə ‘Só uluri. Uluri é como nós chamamos um cinto que nem tampa nada. Era aquilo que as mulheres usavam’. O outro trouxe a roupa e, com a roupa, trouxe a vergonha. O tabu do corpo se define agora não pelas pinturas corporais, pelo uluri, e sim pelas roupas.

Lembro aqui que, por ocasião da Festa do Milho, as mulheres se despiam para que as mais velhas executassem as pinturas corporais. Mas todas cobriam a parte da frente do corpo com o vestido que usavam. Terminada a pintura, tornam a vesti-lo, encobrendo toda a pintura.

O medo. əseanedilemõ kafəwə egə ỹitadilemõ udədo kewadilelemõ əkulemõ əwõõfã mã:řĩ kədəkerāwa əwõ se əβele. ‘Sentiram medo de um cachorro. Olha! Ficaram com medo porque pensaram que era uma onça.’ O desconhecido também traz o medo, assusta. É do ponto de vista do enunciador-1 - os Bakairi do mato - que Waluga relata como os Bakairi reagiram ao ver um cachorro.

A explicação para o medo se encontra na própria descrição de Von den Steinen (1942): “Os Bakairi dos afluentes do Xingu ainda não cultivavam plantas nem possuíam animais domésticos.” Essas características - a inexistência do cultivo de plantas e da criação de animais domésticos, ambas introduzidas pelo colonizador - se estendem nos relatos de Von den Steinen a todos os grupos que ainda não tinham atingido a civilização. E recobrem o confronto brabo X manso. São parâmetros para saber lidar com o índio:

“Tratavam o gado e a lavoura, plantavam mandioca, feijão, milho, arroz, algum fumo e açúcar. Eram civilizados, apesar das orelhas e do septo nasal perfurados.” (VON DEN STEINEN, 1942 sobre os Bakairi da cabeceira do Arinos, que desenvolviam atividades

seringueiras).

“Os Nahuquá [amigos dos Bakairi] eram vigorosos, mas desajeitados, não receberam bem os novos visitantes, estavam bastante desconfiados.” (VON DEN STEINEN, 1942)

As referências à existência dos Bakairi do Xingu e do seu “estágio de desenvolvimento” datam do século XVIII e muitos dos Bakairi do Sul sabiam de índios falando a mesma língua, índios parentes, habitando os afluentes do Xingu. Com essas informações Von den Steinen e Antoninho saem ao encontro dos Bakairi “espalhados”, com fins à integração do grupo. Sabiam de antemão que os do mato não possuíam animais domésticos porque nem sequer os tinham visto, mas, mesmo assim, assustam, se impõem. Não preocupa a forma como reagiriam. Confiavam na presença de um parente - *aləpidəwānalə* (-lə ‘marca de ênfase’) ‘um Alapidawanã de fato’ -, o que certamente impediria que se tornassem “desajeitados e desconfiados”, garantindo a boa recepção. São muitas as faces da imposição: o novo que assusta e o próprio índio usado como mediador do “novo”.

A reação dos Bakairi assim que viram o cachorro foi subirem no pé de urucum. Todos resolvem subir no mesmo galho, o galho se parte e todos vêm ao chão. Correm e sobem no jirau. Os Bakairi acham muita graça, inclusive Waluga, quando relembram essa passagem. Por sinal, ilustrativa de um tipo de vida tribal: as ações são ritualizadas a cada momento da sua execução; quando se repetem em épocas marcadas e simbolizam alguma expressão do grupo tornam-se instituições, elementos de identificação do povo.

Diante dessa reação, Kuikare intervém, não para tranquilizá-los anunciando que o animal não oferecia perigo. É sim para avisá-los de que o animal obedecia só ao dono, e só fazia o que o dono mandava:

*alə kulə kiã̃e keba əla merəɔ wəɔə mǎ:ĩĩ tigapidəwəɔ aine mǎ:ĩĩ teətuə aine
meɔ - kele mǎkə kutkare*

‘Ele não morde à toa. Ele só obedece ao dono e só faz o que ele manda. Não façam isso!’ - disse Kuikare.

atuɔɔɔ

akea - kelēmõ

‘Então obedeceram. Sim!’ - disseram.’

Foi o primeiro sim que disseram a Kuikare. O primeiro numa série de muitos. Kuikare se saía bem no seu papel de mediador. Da submissão veio a conquista. E é do lugar de um terceiro enunciador (E-3) que se apreende o sentido desse trecho onde é descrito como Kuikare resolve o impasse criado com a presença do outro - o cachorro e o karaiwa.

A posição desse enunciador é a de um enunciador crítico à distância. Não fala nem do ponto de vista dos que moravam no mato, nem do ponto de vista dos que viviam no campo. Representa a voz da resistência, muitas vezes silente, mas que pode ser ouvida no entremeio das outras falas.

A obediência. adapaedədilemõ pekɔdɔmɔⁿdo adapaedədilemõ ugɔⁿdɔmɔⁿdo adidaimeã ỹnuile ãtãmõ tu tu wame akãwa ãyedile kukare agə idəpiẽ. ‘Fizeram fila. As mulheres fizeram fila, os homens fizeram fila. E aí ele ia dando as coisas pra eles - tu... tu... Foi assim que antigamente fizeram. E com Kuikare aqueles se foram.’ Esta fala é continuação da anterior, abarca ainda a voz de um enunciador crítico (E-3). Nela são oferecidos elementos para que o destinatário construa seu próprio ponto de vista e tire suas conclusões. Depois do primeiro “sim” a Kuikare, fizeram fila. Era preciso ordem para receberem os presentes, oferecidos por Kuikare.

A persuasão de Kuikare vem na forma de presente - adida imeã ‘miudezas’ - que os Bakairi do mato não possuíam. Recebiam com ordem e obediência e ‘com Kuikare se foram’ - kukare agə idəpiẽ (Kuikare-com ir-agente (forma clivada)).

Waluga denuncia que aqueles que obedeciam se foram. A ligação entre a distribuição dos presentes e a partida, ao mesmo tempo que dá lugar a esse efeito de denúncia,

aponta a voz desse enunciador crítico (E-3). A forma gramatical utilizada - idəipiẽ- expressa a clivagem do sujeito de ir, clivado no segmento anterior - os que fizeram fila e receberam presentes. Todo esse processo atribui ao enunciado a seguinte leitura: Foram aqueles [que fizeram fila e receberam presentes] que se foram com Kuikare’.

Essa voz é a voz da resistência, do eu-Bakairi que denuncia os mecanismos de dominação. Que denuncia a participação e o papel de um outro Bakairi no confronto brabo X manso. É uma voz que se distancia, mas dessa vez o distanciamento não remete ao assujeitamento; ao contrário, a formação discursiva em jogo é a da denúncia, lugar onde se institui a resistência.

O Alapidawana. e takə takə aləpidəwāna ɛyabire. ‘Ei, avós, bisavós, velhos Alapidawana!’ É do campo que ecoa a voz (E-2) dessa Alapidawana vinda lá do mato. Parece um aviso. É aos Alapidawana a quem ela se dirige, mas ela nada lhes fala diretamente. Depois desse chamado, ela entra direto com o relato da fala de Kuikare, que se dirige aos Bakairi procurando o reconhecimento.

ʒʲge ka əmə - kele məkə kuikare
‘Quem é você?’ - disse Kuikare.

ura urama aləpidəwānalə ura aləpidəwāna ura katawga ura
‘Eu? Eu sou um dos Alapidawana. Eu sou Alapidawana. Eu sou Katawga.

Ao responder a pergunta de Kuikare, Katawga ainda não reconhecera Kuikare como sendo gente da sua gente. Já analisamos anteriormente como, pelo jogo de exclusão do ‘eu’ - urama ‘eu excluído’ -, a princípio, não se deu a identificação de Kuikare como pertencente àquele grupo. O fato de se expressar em kurə itāĩɔ, não garantia, naquele momento do eu-Alapidawana, o seu reconhecimento como Bakairi. Tanto assim que, após o Bakairi do Xingu se identificar como aləpidəwānalə ‘um Alapidawana verdadeiro’, é Kuikare que afirma:

[...] *kurə əʒipeməg^ωẽ ləɾə*

‘Eu e você somos de fato parentes!’

Kuikare se apresenta, então, tanto como Bakairi quanto como Alapidawana: o uso da expressão *kurə* ‘nós inclusivo’ só pode ser usado entre dois membros pertencentes ao mesmo grupo, no caso, os Bakairi. Dessa forma, ele declara a sua identidade com aquelas pessoas, ocupando no enunciado a posição de quem pode dizer *kurə* ‘nós’ por oposição àqueles que só diriam *urə əmə* ‘eu e você’ (ou *ʒina* ‘nós exclusivo’).

O *karaiwa*. *təɾə təɾəmə awəɾə ăʒi izeamõ ʒina* - *kele məkə karaiwa*. ‘Nós queremos desse milho! - disse o *karaiwa*’. Enquanto na fala de Kuikare há um espaço ocupado por *kurə* (nós inclusivo), na fala do *karaiwa* só poderia haver lugar para *ʒina* (nós exclusivo). Nessa perspectiva, Waluga recupera e delinea no seu relato o confronto *kurə Bakairi X kurə karaiwa*. Ouve-se de novo a voz do enunciador (E-3), que se afasta, e faz desse ângulo crítico o foco da resistência. Ao *karaiwa* é relegada quase nenhuma participação. Foi referido anteriormente como aquele que doou o seu colar e aqui, apelidado de *Apalagada*, como aquele que, não só tem fome, mas que sabe da existência de um milho - *awəɾə ăʒi* - próprio dos Bakairi³⁷. Era milho nativo, era diferente daquele cultivado pelo colonizador. Podia ser comido cru, tanto assim que

məkə ỹăguile məkə ỹăguile məkə ỹăguile məkə ỹăguile ma?

‘Comeram, comeram, comeram, comeram...’

wəɾə ỹăguile

até acabar’.

Em troca do colar, os Bakairi entregaram todo o seu milho. Um milho que não era qualquer um: *məɾə ăʒi kurə* ‘aquele milho era Bakairi’. De novo aqui, a palavra *kurə*, que além de ‘nós inclusivo’ também significa ‘nosso’, aparece como marca de identidade. De novo,

o confronto: o karaiwa que classificava os grupos contatados pelo “cultivo de plantas” apreciava o milho (brabo) Bakairi - kurə āʒɪ.

O milho acabou, não só aquele que os Bakairi jogaram na panela. O cultivo do kurə āʒɪ deu lugar ao cultivo do milho karaiwa com a retirada para o campo. E, nesse contexto, a narrativa enfática das pessoas comendo o milho - contada com a mesma ênfase duas vezes, já que eles repetiram do milho até não sobrar nada - pode, num processo de elaboração do inconsciente, estar dizendo o ato da perda, de tudo que acabou com o desterro. As migrações não trouxeram só o desaparecimento daquele milho. Outros valores se perderam. Mas o pior foi a perda de muitos parentes, de muitos Alapidawana.

Ordens para a retirada. farɪɲa ʒɪgatāwga - kele məkə kuikarəɔ farɪɲa ʒɪgatāwga uɾāē ise samə mʒɪgadilemō əsaimō takəɔ mʒɪgadilemō wəɔ - kele [...] samə ʒɪgadilemō takəɔ iwayəre ʒɪgadilemō karatwaē məɔ məkə kuikarē. ‘Torrem farinha! - ordenou o próprio Kuikare. Torrem farinha! [...] O polvilho vai ser pra mim. Todos vocês, torrem a massa para o karaiwa! Torrem! - falou.’ Havia um cacique na aldeia, mas parece que com a chegada de Kuikare é este quem passa a dar as ordens. Waluga não poupa as formas verbais imperativas quando reproduz a fala de Kuikare, nem dispensa o tom imperativo no seu relato. Aliado a esses fatores, há ainda o uso da partícula enfática presa apenas ao nome de Kuikare, sublinhando que era kuikarəɔ ‘Kuikare mesmo’ quem dava as ordens. Não se “ouve” a voz de ninguém que lá estava, todos obedeciam:

ihēɪ
‘Sim’

əpa āyedilemō mā:ɪɪ ʒɪɪ ɪgatibe wəɔ kulə farɪɲa āyedilemō. ‘E assim foi. Prepararam a massa, fizeram o forno só de barro. Prepararam a farinha.’

Toda vez que Waluga relata trechos nos quais se constata esse tipo de prática, onde predominam a imposição e a ordem, lança mão de algum elemento expressivo realçando o fato. Pois a voz que enuncia é aquela que diz a resistência (E-3) e faz alarde de como os Bakairi

eram usados.

A serventia. *kātkāi*. ‘Coitados!’ É a segunda vez que Waluga se refere aos Bakairi como coitados. Além de não terem nada, nem roupas, nem “miudezas”, trabalhavam e serviam ao Kuikare e ao karaiwa. Dessa vez, a visão dos Bakairi como coitados parece que não está sendo reafirmada. É de uma outra posição enunciativa (diferente da anterior, a da visão dos que vivem no campo) que se deve entender a expressão coitados. As roupas, os objetos do colonizador são valorizados pelos Bakairi. E é desse ângulo - a valorização de coisas materiais - que os Bakairi do campo consideram os seus parentes do Xingu como coitados. Mas a serventia, o trabalho escravo, a exploração não servem de parâmetros para, de fato, acharem que aquelas pessoas, porque nada tinham, eram obrigadas a servir ao outro. Além da denúncia, se ouve a revolta, a indignação, anunciados de forma eloqüente e dramática:

kātkāi

*te te te te samō yegadilemō takōrō iwayāre yegadilemō karaiwaē mōrō mōkō
kutkarē mōrō əpa eseidōlemō əβilemō awadō yūdilelemō tipō tipō tipō tipō kutkarē karaiwaē
wōrō*

‘Coitados!

Várias pessoas ficaram ocupadas preparando a massa, a farinha para o Kuikare e também para o karaiwa. Arrancaram a mandioca pra fazer beiju e espalharam pelo forno. Tudo para o Kuikare e para o karaiwa.’

A dramaticidade desse trecho é constituída de vários fatores. O ritmo da voz é acelerado e ofegante, lembra o cansaço de pessoas muito atarefadas. O uso de onomatopéias - te... te... te... te... ‘várias pessoas’ e tipō... tipō... tipō... tipō... ‘espalharam pelo forno’ - deixa transparecer todo o movimento do vaivém das pessoas. Recupera-se aí a sensação de cansaço, a pressa, o que torna possível visualizar toda a cena.

Numa dimensão cinestésica, traduzida pela materialidade sonora, o enunciador

(E-3) faz da indignação o seu ponto de vista. Depois de tudo preparado:

əβilemō

‘Ai vieram embora.’

O machado de lâmina. idəwa itãωgãne təipa itãωga kãtkãt kulə amaamo.
‘Vocês têm que ir embora daqui! Como todos vocês são coitados!’ Eram coitados porque roçavam o mato com a mão e derrubavam só com machado de pedra. Essa é a visão dos que moram no campo (E-2). Os objetos dos karaiwas - como o machado de lâmina, a enxada, e outros - não só facilitam a vida do índio trazendo uma melhor condição de vida, mas também indicam uma semelhança, uma identidade com os karaiwas.

Lembro de duas passagens que servem para sustentar essas duas afirmativas.

Numa assembléia aberta na Aldeia, Poiuri reclamava da falta de condições materiais e do tipo de vida que levavam os Bakairi na ocasião:

“Bakairi não pode pensar em viver mais só de mandiocomõndo. É preciso se trabalhar com lavoura mecanizada, com trator. Nas nossas terras tem até diamante, é só procurar. E a gente fica aqui comendo mandioca.” (julho, 1985)

O conflito que aí se institui tem muitas marcas.

O emprego do formativo -mõnddo, que em Bakairi forma palavra coletiva, é usado junto à “mandioca”, palavra de origem Tupi, e traz um sentido de generalização, de apagamento - instaurado pelo karaiwa - de como vive o índio - de mandioca.

A maravilha do século XX não é mais o machado de lâmina, como era há cem anos passados. Outra generalização e o mesmo tipo de apagamento - para as roças do índio bastam a enxada e o machado. Os índios são buscados pelas autoridades governamentais visando à “integração com a sociedade nacional”. Por sinal, os Bakairi “estão integrados “sociedade nacional” (RIBEIRO, 1957). A integração, no sentido oficial, é viverem todos juntos em “aldeias arruadas”, cercadas de terras de fazendeiros por todos os lados, e saber sobreviverem da mesma forma que sabiam quando viviam no mato, de onde tiravam os meios de sustento. A integração, porém, pela ótica do índio, é poder acompanhar um padrão de vida relativo ao da sociedade que, longe de integrá-los, os marginaliza.

Numa outra ocasião, Apakano comentava comigo que não entendia por que os karaiwas sentiam repulsa pela comida dos Bakairi. Sua fala ilustra bem a marginalização:

“As nossas coisa é tudo limpinho. A gente já não cozinha mais com panela de barro, a gente nem sabe mais fazer esse tipo de panela. A gente tem até panela de pressão, prato de louça, come macarrão, massa de tomate. Tudo igual ao karaiwa. Não sei por que algumas pessoa sente nojo.” (julho, 1985)

Ao apontar essas duas passagens, gostaria de deixar claro que, embora o que está sendo ressaltado é a valorização de artefatos materiais do povo dominante, não queremos recair em lugar comum ao acusar os chamados processos de aculturação. Por outro lado, não estamos interpretando ideologia e valores culturais numa mesma extensão. O que acontece nas sociedades indígenas (e outras) é um processo de assimilação de uma cultura hegemônica oriunda de outras sociedade (a dos civilizados), causando - talvez de maneira não desejável - a redefinição em termos de valores de expressões culturais.

Essa redefinição ocorre, porém, por uma questão de contingência social: são dois mundos - Bakairi e Karaiwa - que se defrontam. Pensar a ideologia em sociedades indígenas, necessariamente, não nos remete a uma luta de classes, no sentido marxista, mas, ao mesmo tempo, não permite substituir “a luta de classes” por traços da cultura, como os artefatos, a visão de mundo, o mito, etc.

A questão político-ideológica que, então, se delineia é mais ampla: é uma questão de conjuntura de uma sociedade nacional, que abriga diferentes etnias e povos diferentes. Com isso, o machado, o trator, a lavoura mecanizada, as roupas, as panelas, o macarrão não são nem traços culturais historicamente desenvolvidos, nem traços de aculturação. São fatos político-ideológicos interpretados como valores simbólicos na história do confronto.

Não há como escapar ao confronto. E não há como não ler o confronto como uma marca do recalque, do assujeitamento. É como Bakairi que hoje vive no campo (E-2) que Waluga fala dos parentes antigos. O distanciamento é visível, é como se ela não fora também um daqueles “coitados”:

kāikāi kulə jina
 təkəhəze
 jina idamundome akāwa nēi tahəpeba nēi pi nēi ɽjada lapeba kāikāi lelələ
 tamarige kula se ɽukawadile ma ma ma ariraga
 təkəhəze
 iləgekulə pi ma:ɽɽ se ɽagele t̃ t̃ t̃ t̃ aləkulə
 kāikāi lelələ

‘Coitados! Como nós éramos coitados!

Dizem.

Nossos avós, antigamente, nem tinham faca, machado, enxada, nada.

Coitados deles! Roçavam o mato só com a mão - ma... ma... ma... ma... - ou com machado de pedra.

Dizem.

Só que quando se derruba com o machado de lâmina: t̃i... t̃i... t̃i...

Como os nossos eram coitados!’

À sua fala, Waluga incorpora outras falas. A passagem aqui relatada consta dos escritos de Von den Steinen (1892) quando ele assinala que foi preciso que o índio [Kuikare?] fizesse toda essa dramatização para que os Bakairi do Xingu compreendessem o que significava o machado de lâmina. Waluga reproduz essa passagem tantas vezes contada e recontada. O jogo de oposição de sons - ma... X t̃... - simbolizava uma oposição de forças - fraco X forte - e abarcava, além do conflito índio X karaiwa, o conflito brabo X manso. Os brabos são os fracos e os mansos são os fortes. Paradoxalmente, tem-se aí dois movimentos de resistência: aqueles que, por bom tempo, se mantiveram arredios, evitando o contato com o colonizador - os brabos; e aqueles que, por certo, acharam que a salvação estava nas mãos dos mais fortes, dos que tinham o machado de lâmina - os mansos. Os brabos se tornaram mansos e resistem até hoje - como Waluga - para relatar essas e tantas outras formas de violência cometidas contra o índio.

Os machados, as enxadas, as facas, as tesouras, os canivetes - usados como símbolos de força - eram formas de apelo para a dominação. E parece que tudo deu certo:

ɽiname akāwa jina idamundo kutkare ələ enerirə

‘Os nossos antepassados lá de antigamente, foi Kuikare mesmo que trouxe’

Dentro do distanciamento, do apagamento, de novo ressoa a voz da resistência (E-3). Waluga se distancia, usa a expressão idamundo ‘antepassados’, usada sempre quando a

remissão é à origem, a um tempo perdido e remoto, lendário, mas enfatiza que não foi nenhum antepassado mítico, lendário, que trouxe “os antepassados lá de antigamente”: *kuikare ɔlə enenerɔ [ɔlə ‘ênfase’; ene-ne-rɔ ‘trazer-agente-ênfase’ (forma clivada)]* ‘Foi mesmo o Kuikare que trouxe’. O enunciado é duplamente enfático. A forma clivada, no âmbito da sintaxe, movimenta para a posição de foco o agente do verbo trazer - Kuikare, que também vem seguido de uma marca lexical de ênfase - *ɔlə*. Também o predicado - *enenerɔ* - onde se expressa a ação de trazer vem assinalado por uma marca de ênfase.

São marcas que não indicam somente os recursos expressivos à disposição do locutor. São marcas de resistência. E esse jogo de resistência se consitui todo ele na materialidade da língua. Observa que a construção clivada é o único recurso de que a língua dispõe para topicalizar elementos em orações absolutas (cf.: sintaxe), com isso coloca em posição de tópico *jina idamu^udɔ* ‘nossos antepassados’ e enfatiza todo o resto do enunciado, colocando, dessa forma, em contraposição - *idamu^udɔ* ‘os antepassados’ e o *kuikare*. A sintaxe aqui não é apenas uma construção de tópico e comentário. É uma forma de poder repetir as falas do outro ditas de um outro lugar.

A persuasão. *idəwa itəwga kãtkãt kulə amaumɔ tətənēbamɔ tədəhɔgunēbamɔ amaumɔ təwīgunepa tɪjadagunebãmɔ wərə idəwa itəwganə ihē idəwa itəwga leləne mədahɔmɔ jɪfa əwgele - kele akāwa kəetɔbireɔze lelə ise mədalemɔ - kele ihē.* ‘Vocês precisam ir embora! Como vocês são coitados: sem roupas, sem facas. Vocês não têm machado de lâmina, nem enxada. Vocês precisam ir embora sim. Tratem de ir embora. Eu falo assim é pra vocês irem embora. - disse lá naquele tempo. Vão na mesma direção por onde nós viemos! - disse naquele tempo. E assim fizeram.’ Precisavam ir embora, afinal lhes diziam que eram coitados. Vieram. E, hoje, em comparação com aqueles do mato, não são mais coitados. As roupas, as facas, as enxadas, o machado já fazem parte do seu mundo. Já estão incorporados ao seu universo cultural de hoje, e é daqui, pela voz do Bakairi do campo (E-2), que se define esse universo atual. As palavras dos karaiwas não são mais estranhas. No lugar do empréstimo, as palavras chegadas

com o outro são assimiladas num processo gramatical típico da língua - a incorporação lexical, e ocorrem ao lado de outras expressões Bakairi, também incorporadas.

Todo o trecho, onde aqueles Bakairi são definidos como coitados devido à ausência daqueles objetos karaiwas, poderia ter sido enunciado numa outra forma, totalmente previsível e bastante recorrente na língua, que é o empréstimo. Opção anterior de Waluga ao falar dos presentes. Entretanto, o que se tem são expressões agentivizadas e negadas, nas quais se anuncia que aqueles Bakairi eram coitados porque não eram agentes de um processo de aquisição material: t-ətə- nẽ -ba - mĩ [agente-roupa-agente-negação-plural], estrutura que se repete em todas as outras expressões. É válido notar que esse processo é diferente de um outro no qual se enuncia a posse: mʌkə t-ətə- ge- ba [agente-roupa-verbalizador-negação] ‘ele não tem roupa’.

Ainda nesse trecho se observa o tom apelativo com que eram “vendidas” as maravilhas do mundo karaiwa e se configurava ali, através de um discurso mítico, todo um mundo novo. Um mundo - conhecido dos Bakairi, tanto assim que se mantinham no mato, arredios e desconfiados - que lhes era oferecido através do apelo de um parente - aləpidawānələ ‘um alapidawana de fato’ - e no qual se projetava todo um imaginário de mundo, todo um imaginário de índio que *não seria* coitado.

Pode-se, com certeza, falar aqui da possibilidade de estar se constituindo a partir desse momento - quando formações ideológicas/imaginárias divergentes formam a rede do interdiscurso - a forma-sujeito do discurso indígena. O fragmento de realidade aqui reproduzido abrange, é claro, a situação específica de contato dos Bakairi, mas esta não é diferente da história do contato de outros índios. A forma-sujeito, de fato, “é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais” (PÊCHEUX, 1988:183, relendo Althusser). A existência histórica do índio está inscrita no âmago do confronto índio X karaiwa, onde o “apelo”, a persuasão, funcionam como faca de dois gumes: a salvação e a dominação.

Por outro lado, pode-se também confirmar, com Courtine e Marandin (1980),

que o processo pelo qual o indivíduo é interpelado em sujeito, não aponta uma forma sujeito universal na enunciação. Ao contrário, é um certo número de lugares enunciativos que definem uma seqüência discursiva como um sermão, ou uma arenga. E é a determinação dos diferentes lugares enunciativos que vêm sendo apontados em nossa análise que descrevem o discurso indígena.

A chegada no campo. wəɾə maʷʲka əpanẽgelẽmõ jina idamuⁿdə əβile fəɾa peyena ʒi iduɔdai məkə tərə əβile pepi ỹitugelemõ əβilemõrõ saguhõ idənərə lelə əβile wātkeba ənelə alə kulə tələ tərə mĩ akāwa əβile te takə aləpidəwāna. ‘Foi assim que eles, os nossos bisavós, apareceram aqui. Eles vieram aqui pro campo lá de dentro do mato. Foi assim que eles vieram: fizeram canoa de jatobá e vieram; também vieram a pé [...] De lá daquele tempo vieram até os avós Alapidawana.’ O interessante nessa passagem é como Waluga se coloca do ponto de vista daqueles que já estavam aqui no campo, mesmo sendo ela uma das “retirantes”. A chegada dos retirantes talvez não fosse uma certeza, ou algo previsível, dado que əpanẽgelẽmõ jina idamuⁿdə əβile fəɾa ‘os nossos bisavós apareceram aqui’ em vez de terem chegado.

O distanciamento, levando a uma identificação com os Bakairi do campo e até a um deslocamento do espaço físico, revela a sua própria exclusão do grupo de retirantes, quando se coloca no lugar daqueles que sempre viveram no campo. Mas esse distanciamento aponta sempre a contradição: ao mesmo tempo que diz que foram os ‘bisavós’ - idamuⁿdə - que aqui chegaram, inclui nessa leva ‘até os avós Alapidawana’ - te takə alapidawana, e parentes bem próximos:

ehubema mĩ akāwa əβile ɔdɔpadile nitāibərə aɣələlə əβilerə
 təkəze mawʷʲka
 kāinane pabai aɣələlə məkə əβile

‘Há muito tempo atrás vieram para sempre. Disseram que não queriam mais voltar, que tinham vindo para sempre. Lá nessa época vivia o meu pai. Ele também veio para sempre.’

Os retirantes. *kātkāi æβilemõ tatiẽ^mba nẽ jira pebagəla pə jira peba adəwatunõmegelemõ te tələ tərə etāĩĩ tæisebərə tələ tərə iduɔdai nẽ jira æ izepa a inakæ kula tərə mā:ĩikeba tərə adidaimeã papeba tərə.* ‘Coitados! Vieram. Não tinham roupa, nem isso [vestido]. Quando chegaram não tinham coisa nenhuma. Algumas pessoas não quiseram vir lá do mato; não quiseram vir pra cá. Ah! mas eles não achavam que lá era bom. Lá não tinha nada, não tinha todas aquelas coisas.’ Todo esse trecho aponta a sobreposição de dois pontos de vista enunciativos diferentes. Difícil saber delimitar de que lugar falam esses enunciadores. Os Bakairi eram coitados porque não tinham nada? Ou por que tiveram que vir? Ao mesmo tempo que Waluga diz que chegaram sem nada, lembra que alguns não vieram. Sem oferecer uma razão para não virem, contrapõe afirmando que eles não achavam que lá era bom. Lá não tinha nada. O conflito aparente dessas vozes tem muitas explicações, entretanto, uma delas pode residir no fato de Waluga, ao encerrar o seu relato, dar conta da presença de seu alocutário: uma karaiwa. Pelo jogo de projeção das formações ideológicas inscritas no seu relato, pôde-se perceber a presença de vozes em contraponto, ora reproduzindo uma identificação com os karaiwa, ora denunciando as suas práticas. Diante da presença real de alguém do mundo karaiwa, hesita, ri, aponta o vestido, dizendo que ‘não tinham nem isso’ - *nẽ jira*. Cria-se o embaraço, não sabe como justificar porque alguns não vieram: no mato não tinha nada, por que ficariam?

Ri, fica um pouco em silêncio, ri e recomeça com o seu timbre voz grave e sonoro a falar usando a primeira pessoa do singular. Assume o lugar do “eu”, o lugar da pessoa do discurso, como se tudo que estivera contando pudesse estar sob suspeita e afirma:

tələ kəinãne mā:ĩi tutuze ura ætəbirebeba æβilemõ tutuze ura ætibe tələ tərə iβeĩĩ kula tərə ʔʎge peba kuro idəle idənərə kefõĩ tərə ʔʎge peba idəle tələma kəinãne tutuze ura yamu^ldõĩ waβile ume məkə æβile juk juk məkə alə kula adəelemõ wərə.

‘Havia aquelas pessoas lá. Eu conheci os que não vieram. Eu conheci os que vieram. Muitos vieram. Hoje em dia não tem mais ninguém lá. Já se foram todos e ninguém foi mais lá. Eu sei que lá tinha essas pessoas porque eu era criança. Eles vieram aos poucos,

andando dois a dois. Vieram aos poucos, dois a dois. Bem assim. Vieram.

Waluga fala do lugar de quem vivenciou o desterro. A marca do tempo já não é mais o remoto - miãra akãwa 'lá antigamente' - e sim, a marca do agora imediato - iβeĩã 'hoje em dia'. Fala do lugar da lembrança. Voltam à memória os rostos, as pessoas que conheceu na infância. Retrata a retirada: juk juk 'dois a dois'. A presença do karaiwa parece que lhe impõe a lembrança de que um dia fora "Bakairi braba". Mas aqui ela não usa a expressão kãtkãt 'Coitados!'.
.

Diferentes são as vozes que falam esses dois últimos segmentos focalizados que, mais uma vez, espelham o confronto das posições enunciativas presentes por todo o discurso. O confronto, por sua vez, diz a identidade do discurso - o indígena - e do seu sujeito - o índio.

A contradição, a denegação, fazem parte de todo o processo de constituição do sujeito, no caso, da própria forma-sujeito índio. As marcas de apagamento - marcas do conflito - podem ser entendidas, como um processo de identificação, dentro do movimento de interpelação ideológica, segundo Pêcheux (1975).

Falar no discurso indígena do sujeito jurídico é problemático, dada a dificuldade de se definir no âmbito da conjuntura nacional, o estatuto da(s) sociedade(s) indígena(s) com suas próprias leis, direitos e deveres. Fala-se, então, da forma-sujeito-índio, que vem desvelar o lugar do índio na sociedade nacional, que não é aquele do cidadão brasileiro. O modo como a forma-sujeito-índio é interpelada-constituída pela ideologia, obviamente, é diferente do modo como o operário, o patrão, o soldado, são interpelados. Não se coloca transferir para a sociedade indígena o mesmo painel desenhado pela luta de classes, sustentada pela questão econômica. É possível, porém, falar de uma outra luta, uma luta de etnias, onde o poder se expressa através da dominação, da catequese, que resulta na disciplinarização do índio. Uma luta que, sob a máscara da salvação, da integração, esconde(?) todo um jogo de interesses pelas *terras indígenas* que, em última instância, retorna à questão do poder material.

Falar dessa luta é possível quando se fala do caráter material do sentido. Este - mascarado para o sujeito pela evidência transparente da linguagem - implica na dependência do chamado “todo complexo de formações ideológicas”. Quando se detecta e se descreve esse todo de formações ideológicas no discurso indígena, chega-se ao sentido e às formações discursivas instituídos pelos lugares de onde fala o índio. Lugares que, quase sempre, delineiam toda a história do confronto; toda uma história de genocídios.

Assim, a análise do discurso indígena não pressupõe abordar a questão do juridismo nem da luta de classes, mas pressupõe, necessariamente, abordar a materialidade do sentido, viés que permite denunciar, por exemplo, a luta entre o mundo karaiwa e o mundo indígena e permite visualizar a forma-sujeito indígena historicamente determinada.

Abre-se, então, à discussão a produção do sentido e a formação do interdiscurso, espaço onde se lê a contradição.

O sentido não decorre de uma relação transparente com a literalidade do significante. É definido pelas posições ideológicas que entram em jogo no processo histórico no qual as palavras são repetidas. Isso faz com que o sentido das palavras seja produzido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam e em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem. Em cada formação ideológica, há uma formação discursiva que vai determinar “tudo aquilo que pode e deve ser dito”. É da formação discursiva na qual são produzidas, que as palavras e expressões adquirem sentido. Na materialidade do discurso e do sentido se instaura, então, a interpelação do indivíduo em sujeito-falante (sujeito do discurso); interpelado pelas formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas correspondentes.

Entretanto, como já se abordou anteriormente, nessas colocações pode estar em jogo um caráter de universalização e de mecanização dos discursos. Cabe retomar aqui as colocações de Courtine e Marandín (1980), quando ao discutirem a eficácia de um discurso, repensam a formação discursiva como um bloco heterogêneo a ela-mesma, e não como um bloco homogêneo e universal. Trata-se de se definir a formação discursiva como fundamen-

talmente instável, não sendo esta um limite separando um interior e um exterior, mas como algo que se inscreve entre diversas formações discursivas como uma fronteira que se desloca em função dos embates da luta ideológica.

Essa inconsistência da formação discursiva ilustra a si própria através de três modalidades contidas na formulação dos enunciados: a heterogeneidade, a descontinuidade e a contradição.

A heterogeneidade no discurso Bakairi revela os diferentes pontos de vistas enunciativos dos quais o sujeito indígena se apropria. Isso leva à descontinuidade instalada no fio discursivo em vários aspectos. No texto analisado, por exemplo, percebe-se a descontinuidade em vários momentos. Em particular, destacamos o trecho em que Waluga se dirige, na forma de um vocativo, aos parentes Alapidawana distantes e, após um ligeira pausa, reproduz o diálogo de Kuikare com os parentes. Em outra passagem perde o fio do discurso, fica hesitante, parece que não sabe como continuar, e passa a narrar em primeira pessoa muitos dos trechos relatados anteriormente. A contradição, por sua vez, encerra os processos de denegação, esquecimento e assujeitamento instaurados por todo o discurso.

No caso do discurso indígena, mais do que falar da materialidade do discurso, falo da materialidade da língua e do sentido, o que, em larga instância, remete à materialidade do discurso. Falo da morfologia - como as marcas de atestação, as marcas de exclusão, as marcas de ênfase -; falo da sintaxe - como o movimento de clivagem e a topicalização -; falo da sonoridade - os contornos melódicos, os tropeços, as onomatopéias -, além de falar das palavras Bakairi e karaiwas. Menos do que revelar um emaranhado de fenômenos lingüísticos, todas essas formas revelam a língua como fato, como acontecimento discursivo. Um acontecimento marcado por diferentes posições ideológicas e por diferentes formações discursivas que produzem o efeito de contradição, de denegação.

Esse efeito de contradição é lido no interdiscurso, no qual se constitui a instabilidade da própria formação discursiva.

A análise de *idudaiya tãdãtãbire* 'Vinda do mato' - exemplar do discurso

indígena - revela no bojo do interdiscurso a interrelação de três formações discursivas: a formação discursiva que remete à estranheza, à desconfiança diante do outro, produzida da posição de onde ecoa a voz dos que viviam no mato; a formação discursiva que remete ao recalque, à denegação, ao apagamento, que esconde o estigma dos “Bakairi brabos” e revela uma aparente identificação com o outro, posição ocupada pelos que vivem no campo; e a formação discursiva que remete à resitência, lugar de onde as práticas do outro são denunciadas.

Essas três formações discursivas - que correspondem a três diferentes posições no enunciado - apontam o interdiscurso intrincado nesse complexo de formações ideológicas e fornecem aí à forma-sujeito índio a realidade de seu discurso. A forma-sujeito, como sujeito do seu discurso, remete a “um sujeito-índio imaginário” constituído aparentemente por um movimento de contradição de alguém que, quando se renega, pretende dizer um não-índio = karaiwa e acaba por dizer, no interior da contradição - não-índio e não-karaiwa -, o discurso indígena.

Os desterritorializados. mawẽʒka æβilemẽ atəzanare ʃira emiĩõ iləĩã lelə adæelemõ kãtkãt. ‘Vieram para uma aldeia igual a essa Aturuã. Vieram todos. Coitados!’ A aldeia Bakairi de hoje, organizada pelo Serviço de Proteção ao Índio, tem as casas distribuídas por ruas. Uma das facções do grupo aldeiado no PI Simões Lopes chama-se Aldeia Aturuã, que tem uma outra configuração. Waluga lembra que a aldeia de Kuikare naquela época era igual a Aturuã. Observe que a referência a Aturuã só é feita pelo dêitico ʃira ‘este’, Apakano é que fez a relação com Aturuã. A aldeia de Kuikare era diferente da aldeia hoje, até mesmo a região ocupada era outra. Diferente também era a aldeia do mato, não propriamente na sua configuração, mas no significado que tinha para os que lá viviam. A retirada significou a perda de um espaço de histórias daquele grupo e a perda de um pouco da própria história de cada indivíduo. O desterro não é isento de conseqüências, deixando marcas na constituição do sujeito. É Guatarri e Solnik (1986) que falam do processo de “desterritorialização e

reterritorialização”, num âmbito diferente do da análise do discurso.

Ampliada a noção de território, até aqui usada pela etologia e pela etnologia, este vai ser entendido (no âmbito da esquizoanálise) como uma forma de organização dos seres existentes. “O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesmo.” (Guatarri e Solnik, 1986:323). A voz de Waluga, quando ecoa como identificação aos Bakairi do campo, ao revelar o assujeitamento, a denegação, ao mesmo tempo revela um movimento de constituição, de apropriação de um novo “território”, após o desterro.

“O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair de seu curso e se destruir. A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios “originais” se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia, com os sistemas maquínicos que a levam a atravessar, cada vez mais rapidamente, as estratificações materiais e mentais.” (idem) A história do contato ilustra bem a ação de “deuses universais” que promovem a estratificação das tribos em brabos e mansos, desajeitados e educados, não integrados e integrados, numa ação maniqueísta e destruidora de “territórios”. Podemos dizer, e aí pensando em Foucault, que a estratificação dá lugar à disciplinarização, à resposta a ‘quem sou eu’ e, conseqüentemente, à identidade. A desterritorialização - movimento que revela, talvez, o apagamento, repetindo a voz do outro (Coitados!) -, no caso da identidade indígena, recobre as duas faces do território: o desterro do espaço (físico) vivido e o des-locamento de um sistema no seio do qual o índio “se sentia em casa”.

A reterritorialização, porém, é a busca de um novo território, “numa tentativa de recomposição de um território engajado num processo desterritorializante.” (idem) A voz da resistência - que por vezes é silente - aponta a linha de fuga e, em tom de contraponto, grita a denúncia, a revolta, a dor, num movimento de re-territorialização, de engajamento num

mundo de espaços outros - a aldeia arruada - e de valores outros - o machado de lâmina.

O discurso indígena - talvez mais do que outros discursos - diz desse processo constante de desterritorialização/reterritorialização. A história desse discurso é a história da perda de territórios - físicos e sociais, mas é justamente essa perda que faz buscar na reterritorialização as duas identidades: a do discurso indígena e a do seu sujeito.

5.4.2 Polifonia, textualidade e sonoridade

Ao abordar no Bakairi as duas formas de polifonia características de todo discurso, não explorei, nessa discussão, os recursos sonoros dos quais o locutor lança mão, ao trabalhar com as formas do discurso relatado. Algumas razões nos levaram a não fazê-lo.

De imediato, observamos que, no Bakairi, os recursos sonoros dos quais o locutor lança mão constituem a materialidade da língua. Trata-se de poder falar de uma materialidade sonora que é muito mais do que um elemento acessório à estrutura segmental da língua, não se esgotando como fato de prosódia, como contorno melódico. A materialidade sonora - termo usado aqui com uma acepção diferente da fonologia, já que não estamos falando da estrutura sonora do significante - complementa a significação do texto no nível da sonoridade, no qual inclui, além do contorno melódico, as onomatopéias. A sonoridade cumpre algumas funções.

Em primeiro lugar, recobre um espaço no texto com as características de um nível descritivo, o que, conseqüentemente, dá lugar à sua outra função - dizer, através da materialidade sonora, tudo aquilo que seria dito no âmbito verbal, equivalendo no plano da significação a enunciados complexos. São enunciados autônomos, paralelos aos do nível verbal e que não podem ser considerados como implícitos, porque não decorrem do que foi dito: eles estão inscritos na sonoridade.

Com isso, pode-se falar não apenas de formas de polifonia mas de dois planos de polifonia - o das palavras e o da sonoridade. E pode-se falar também da sonoridade como

um dos fios da tessitura da língua.

Nessa perspectiva, a nossa abordagem se distancia dos estudos em etnografia da fala. Nestes, a preocupação maior é com a descrição do ritmo melódico que estrutura palavras e enunciados, sem que esta preocupação esteja voltada para a significação e o sentido. Descrevem-se os contornos, os traços prosódicos, a musicalidade. Descrevem-se as falas ritualizadas segundo cada situação e os lugares sociais ocupados no jogo da interlocução, e aí se diferenciam a fala do chefe, a fala do contador de histórias, a fala dos homens da fala das mulheres, o canto coletivo da oratória política, as falas intertribais, etc. Enfim, chega-se a uma tipologia de gêneros de fala, para os quais contam, além da questão do paralelismo rítmico (JAKOBSON, 1960), a seleção das palavras empregadas, a linguagem figurativa (cf.: SHERZER e URBAM, 1986; HYMES, 1977; BAUMAN, 1977; TEDLOCK, 1983, dentre outros).

— Todos esses trabalhos têm em comum a preocupação com uma estratificação das falas, acompanhada de propostas de grafias. Essas grafias, porém, não descrevem o papel do sonoro enquanto elemento de constituição da materialidade da língua. Simulam desenhos decorrentes da sonoridade, mas que não falam da oralidade, matéria prima das línguas de oralidade.

Assim, não é nossa a preocupação de fazer uma etnografia do Bakairi, mas é importante ressaltar, de imediato, que se a fala dos contador de histórias é diferente das demais, é porque a sua fala (e tantas outras) estão instituídas socialmente e constituem a materialidade da língua. São práticas discursivas.

Já dissemos que a trama das narrativas é toda engendrada nos diálogos entre os personagens. Isso atribui às narrativas o tom de dramaticidade, de teatralização, de imitação. Segundo Authier (1978), o fato de o discurso direto se prestar à imitação faz desta possibilidade a sua propriedade constitutiva. “A imitação do tom, da elocução, do acento ou de todas as particularidades articulatórias, traduzem uma intenção particular de L e não correspondem ao caso geral.” (p.49)

Sobre a propriedade do discurso direto, não há restrições a fazer: a sua natureza favorece a imitação. Mas afirmar que as cadeias sonoras imitativas não abrangem o caso geral pode ser questionável quando se conta com a possibilidade de a teatralização estar instituída na materialidade da língua e, conseqüentemente, ser o viés da estruturação discursiva. Quando uma língua traz na sua textualidade a recorrência do discurso direto, a imitação dita através da elocução é um efeito natural, não traduz a intenção particular do locutor. As cadeias sonoras delimitadas pelo discurso direto não são meras “particularidades físicas”. O sonoro entra na retratação da cena, na composição do personagem e garante, não só o engajamento de L no discurso direto, mas também a identificação de R com o locutor referendado, no caso, I. E com a situação que então se descreve.

O discurso direto assoma como o recurso descritivo das línguas de oralidade. A sonoridade não tem, assim, um lugar secundário e não existe para reproduzir uma situação de fala, uma situação de comunicação oral. O discurso direto não corresponde ao uso da linguagem oral por oposição ao uso da linguagem escrita. Nem é um segmento particular dentro de uma estrutura descritiva. As suas particularidades sonoras constituem a própria estrutura que se descreve. Numa língua que não tem na sua história a elaboração de um tipo particular de escrita, a oralidade é o único fato lingüístico, não sendo uma das categorizações da linguagem. E os recursos sonoros estão todos instituídos na materialidade da língua.

É pertinente esclarecer que não estamos afirmando que todos os falantes se valem dos mesmos recursos sonoros, as falas diferem de indivíduo para indivíduo, de situação para situação, e segundo os diferentes lugares sociais. Excluindo as individuais, os outros tipos de fala são todos previstos na organização social do grupo. E representam um tipo de arte verbal ritualizada a ser assimilado por aqueles que venham a ocupar esses lugares sociais. O espaço da sonoridade não pode, portanto, ser definido como a expressão de um locutor particular.

Não pretendemos esgotar aqui o estudo da materialidade sonora. Ao contrário, queremos apenas mostrar um caminho possível na abordagem da sonoridade pelo viés do discurso. Essa abordagem precisa ser mais trabalhada e articulada com a análise dos processos

fonológicos da língua.

Portanto, tomei para análise da sonoridade apenas alguns trechos significativos do mito *udodo paɟika* **A onça e o tamanduá**, narrado por uma velha contadora de histórias.

Para o registro e interpretação do mito, contei mais uma vez com a ajuda de Waluga e Apakano, as mesmas informantes de *iduɔdaipa tɔdɔtɔbire* **Vinda do Mato**. A narrativa do mito é muito longa, perfaz um total de 15 minutos, por isso não haverá a sua transcrição na íntegra. Como a análise da sua estrutura³⁸ e a análise do sentido e da simbologia dos elementos míticos em si não serão trabalhadas, faremos um breve resumo de trechos não focalizados.

Dentro do escopo da sonoridade, eu incluo o contorno melódico, o ritmo da fala, o timbre da voz e as onomatopéias, entre outros recursos. A narrativa do mito é repleta desses recursos, como já era o esperado. Waluga é uma contadora de histórias e domina como poucos essa arte verbal. Em outros tipos de textos, registram-se os mesmos fatos de sonoridade, mas nas narrativas míticas eles têm o predomínio, principalmente quando são os contadores de história que as relatam.

udodo paɟika **A onça e o tamanduá** é um velho mito Bakairi já registrado em Von den Steinen (1896), mas que hoje em dia é narrado um pouco diferente. A onça é um elemento mítico comum em várias culturas indígenas, simbolizando o começo, a origem. Pela interpretação da versão atual, a onça é o índio, enquanto o tamanduá é o karaiwa - *mɔkə paɟika tɔpɛmba* 'aquele que nunca teve felcha'³⁹. Na versão em Von den Steinen, a onça morre, nas atuais não. Na versão de Waluga, o mito não chega a ter um desfecho. Após se encontrarem pela terceira vez, o tamanduá se esconde num buraco, a onça corre e vai buscar uma pá para tirar o tamanduá do buraco, quando ela volta o tamanduá já tinha escapado. Termina com a frase de fechamento característica das narrativas míticas: *mawaŋka ãyedilemɔ ayaitiɔmɔdo* 'E foi assim que as pessoas de antigamente se formaram' ou 'faziam'. Em outras versões atuais, menos completas que a de Waluga, não há também um desfecho e a onça também não morre.

O que de principal distingue a narrativa de Waluga das demais é a riqueza do

estilo verbal, o uso recorrente de todo o sistema de referencialidade da língua, a narrativa cheia de muitos detalhes - há três encontros da onça com o tamanduá, enquanto a maioria das pessoas narra apenas um e comenta que esqueceu o resto da história - e das suas inúmeras referências em forma de comentário, oferecendo a sua lógica para os fatos. Enfim, Waluga domina com maestria os recursos de uma genuína contadora de histórias. E para entender satisfatoriamente a versão de Waluga, não basta dominar o significado das palavras, nem apenas a gramática da língua. É preciso conhecer, ou decifrar, muitos dos contornos melódicos que, como já comentamos anteriormente, preenchem espaços de descrição da cena narrada. É preciso também entender o sentido das onomatopéias que parecem não ter um significado cristalizado (dicionarizado), mas que recobrem enunciados complexos.

A perseguição à anta. udodo mɔkə tərə - kãe! kãe! kãe! - kə kalə idəle iwə'tə kə kalə idəle iwə'tə kalə idəle mǎeĩã aβelige kududω kududω kududω. 'E lá se foi a onça gritando - kã! kã! kã! - Lá vai ela, sócio! Lá vai ela, sócio! Lá vai ela, sócio! Corria a onça atrás da anta trotando.'

A onça resolveu aceitar o convite do tamanduá de caçarem juntos, depois de, aparentemente, ter acreditado no tamanduá que afirmava que as fezes dele (sem formigas) provavam que ele comia caça. A onça espantava a anta enquanto o tamanduá esperava com o arco na mão. A cena da onça espantando a anta é agitada. E toda a agitação é "fotografada" e transmitida por vários recursos sonoros.

As onomatopéias, um desses recursos, não são apenas auxiliares da expressão narrativa. Elas são a própria narrativa e se traduzem a si mesmas. No trecho acima, por exemplo, a reprodução dos gritos da onça - kãe! 'kã!... -, ao mesmo tempo que imita os gritos, corresponde a todo um enunciado descritivo - 'foi gritando', necessário à tradução em português, mas desnecessário em Bakairi. A onomatopéia recobre a própria descrição do ato de gritar.

Enquanto grita, a onça avisa ao amigo de que a anta ia em sua direção. Aqui

entram em cena, não as onomatopéias, mas alguns processos fonológicos. A formação de um vocábulo fonológico - /kəkələ/, resultante da aglutinação de ka#awəkə#lə [lá ela-ênfase], ligado a outro vocábulo fonológico - idəliwə'tə idəli'wətə -, criado pela aglutinação de idəle#iwətə [vai sócio] e apresentando dois padrões acentuais, dá rapidez e movimento à fala. Nas duas primeiras emissões, o vocábulo é oxitono e na terceira emissão, paroxitono. Foge ao padrão da língua, a acentuação na última sílaba, mas a mudança de acento nas duas primeiras vezes permite incorporar na mesma cadeia melódica o termo vocativo - iwətə 'sócio'. Essa incorporação, ao lado da velocidade com que é produzida toda a expressão - kəkələ idəle iwə'tə 'Lá vai ela, sócio! -, recupera o movimento do personagem que, enquanto espanta a anta, grita ao sócio a sua aproximação. A cena torna-se visualizada nessas duas vezes em que é repetido o enunciado num só contínuo sonoro. É como se pudesse ver, através da expressão sonora, a anta a correr de um lado para o outro, e a onça acompanhasse o mesmo movimento com rapidez espantando-a. A repetição do enunciado pela terceira vez retoma o ritmo da narrativa, o que é conseguido com a autonomia da emissão do termo vocativo - i'wətə 'sócio' -, cujo acento original é recuperado.

A velocidade com que a onça persegue a anta é retomada com outra onomatopéia - kududə, que corresponde a 'corria a onça trotando'. A velocidade com que essa onomatopéia é repetida em três vezes é tal que o enunciado se torna quase inaudível e quase imperceptível. Sua sonoridade diz a ligeireza da onça. A sua transcrição e tradução só foram possíveis alcançar com a ajuda de Apakano, nossa intérprete.

Toda a visualização das cenas, constituída por esse conjunto de recursos sonoros, pode ser transcrita com palavras:

'A onça corria para um lado, espantando a anta. A anta corria para o lado de lá, e a onça ia atrás. Nessa correria, a onça gritava:

- Lá vai ela, sócio! Lá vai ela, sócio! Lá vai ela, sócio!

Atrás da anta, corria a onça trotando.'

Em Bakairi não há esse tipo de espaço descritivo no texto. O descritivo se diz através das falas dos personagens, enriquecidas pelo alcance das onomatopéias e pela dramaticidade da fala. Ou seja, a sonoridade ocupa todo um espaço significativo, instaurando sentidos que não são ditos através de palavras, e sim através de processos fonológicos, cadeias entoacionais e onomatopéias. A descrição do funcionamento da sonoridade permite alcançar como se desenvolve o mecanismo descritivo na língua, mas, ao mesmo tempo, permite apreender uma outra dimensão polifônica - aquela instalada no espaço da materialidade sonora.

A dimensão polifônica aí parece ser outra porque o sonoro não é acessório e secundário ao que se diz no nível segmental. O sonoro permite recuperar enunciados que não são ditos através das palavras, mas que são ditos através dos recursos da oralidade. A oralidade é, então, constitutiva não só da materialidade da língua, mas também da textualidade - a descrição.

O tamanduá não matou a anta. piɾəw ameze kewadilemõ mɔkə pazika tɪpiẽmba tɔʃidike mãe ɣamile ha ipa mãe idəle lelə. ‘A flecha foi jogada. Contam que o tamanduá nunca teve flecha. A flecha caiu na terra, e a anta ele não acertou. E ela acabou fugindo.’

Essa passagem é imediata à anterior. Embora o tamanduá tenha preferido ficar com o arco para matar a anta, ele não sabia como usá-lo. Não saber usar o arco vem expresso pelo verbo tɔʃidike. Esse tipo de verbo é resultante de um processo de incorporação de alguma raiz nominal seguida pelo verbalizador -ke (~ ge), o qual é marcado por um traço negativo. Assim, preso à raiz de mão [-ema-ke-] significa roubar, afixado à raiz de pena -[uhudə-ge] - significa depenar, etc. No caso do exemplo em pauta - t- ɔʃ- idi- ke [agente-inversor-arco-verbalizador] - o seu significado é “desarcalizar”, no sentido de não saber manipular um arco. A tradução dada por Apakano para tɔʃidike foi ‘a flecha caiu no chão’. A tradução que eu daria, considerando a abrangência de sentido do formativo em foco, seria ‘o tamanduá errou a flecha’. Indagando à intérprete se a possibilidade por mim oferecida também estaria correta, ela não

a recusou, acrescentou, porém, que a pessoa pode errar o alvo, sem que a flecha caia na terra, bem perto de quem atirou. Fazendo com a mão um desenho no ar do movimento da flecha, Apakano repetiu o enunciado imitando a cadeia melódica com a qual Waluga se expressara. Percebi, então, que a minha tradução não interpretava o contorno melódico do enunciado, dito de uma forma ascendente/descendente - tɔʃidi^hke. O contorno aí instituído não é casual, nem só estilístico. Ele reproduz o curto movimento da flecha, produzido por pessoas que não sabem lidar com o arco e não sabem como trabalhar a tensão da corda para que a flecha possa ganhar impulso. Por isso 'atirar e errar o alvo' é diferente de 'atirar errado e a flecha cair na terra'. Como se vê, mais uma vez a estrutura sonora instaura uma outra significação e recobre todo um espaço de texto descritivo.

É bom lembrar que não são todos os contornos sonoros que correspondem a enunciados, em geral, descritivos. Muitas vezes, a entonação está para a expressividade decorrente da dramaticidade da narrativa. Além disso, é importante frisar que a questão do sentido instaurado por determinadas estruturas sonoras não é um dado inerente ao Bakairi. É possível que em todas as línguas se registrem esses fatos, desde que o foco da análise da sonoridade se constitua pelo ângulo da materialidade do sentido. Entretanto, como a sonoridade em Bakairi tece enunciados descritivos, parece pertinente aventar que a melodia da fala ganha funções específicas quando o que está em jogo não é a dicotomia escrita/oralidade, e sim as línguas de oralidade.

A discussão da materialidade da língua pelo viés da oralidade favorece, assim, falar do que as línguas têm de heterogêneo. Nesse âmbito, as onomatopéias têm um status diferente do de outras línguas. Além de substituírem enunciados complexos (frases, orações, períodos), o seu sentido parece decorrente do contexto narrativo. As onomatopéias preenchem as seqüências narrativas, por isso mesmo equivalem a enunciados complexos, e o seu sentido se institui dentro dessa seqüência, quando já são previstos os fatos narrados. Com isso, a função da onomatopéia não é "ilustrar" com cadeias sonoras sugestivas a narrativa. Ela faz parte da textualidade da narrativa. Há um exemplo no mito que estamos focalizando que ilustra bem o

uso diferente da onomatopéia em Bakairi face ao português.

Waluga descreve a passagem em que o tamanduá se afasta dizendo que vai beber água. Não há água pelas redondezas, mas como sua intenção é enganar a onça, falando de um lugar onde possivelmente haveria água, urina o jejum [primeira urina do dia], no qual vem um lambari. O lambari serve para provar que há água por ali. Nesse trecho, Waluga combina onomatopéias do português e do Bakairi, e aí é possível perceber a diferença do valor da onomatopéia nas duas línguas:

fífi fífi fífi -ətsele -fífi fífi fífi -ətsele
'xixi, xixi, xixi - ele urinou - xixi, xixi, xixi - ele urinou'

ituṣ pōĩṣepire ilere ɔdat eγasero
'Então, quebrado o jejum, saiu alguma coisa de dentro do membro dele.'

tuk sək inəra yeneβile
'Caiu a coisa, ele apanhou e a trouxe.'

A descrição da cena do tamanduá urinando é descrita pelo verbo urinar, acompanhado da onomatopéia emprestada do português, enquanto **tuk** e **sək** correspondem a dois fatos - caiu e apanhou. O que demonstra uma natureza diferente das onomatopéias em Bakairi, além de contribuir para a possibilidade de se aventar que os termos emprestados não condizem com a materialidade da língua. O alcance do significado das duas onomatopéias depende, em Bakairi, do desenrolar da narrativa, e por isso mesmo o seu significado não faz parte do sistema da língua, ou seja, não é um significado convencionalizado como em outras línguas. Interessante é que a inserção, bem como o sentido, da onomatopéia é motivada pela narrativa, mas a significação do termo isolado, autônomo, é neutra.

Por vezes, no lugar da onomatopéia pode ocorrer uma outra palavra onomatopéizada. Isto é, a expressão conta com características de onomatopéia, mas pode ser reconhecida como um outro elemento. Nesse aspecto, ela não tem a abrangência do significado; funciona como uma ilustração do segmento anterior. A passagem em que o tamanduá sai para beber água é narrada duas vezes. A primeira está reproduzida acima; a segunda inicia de uma

forma diferente:

idəle paʒika - tə'dā tə'dā tə'dā
'O tamanduá sai - **tadā, tadā, tadā.**'

mawɜ̃ka aβile tərə əsele -fifi fifi fifi [...]
'E lá, ele urinou - xixi, xixi, xixi.'

Nesse trecho, o verbo *ir* (idə-) ocorre duas vezes, na forma *idəle* - 'sai' e na forma de onomatopéia (ta'dā), lembrando o jeito de andar do tamanduá. Quando enuncia esse trecho, Waluga canta o modo como anda o tamanduá e, ao mesmo tempo, o imita com o corpo.

Ao mesmo tempo que as onomatopéias enriquecem as narrativas, elas representam a dificuldade do falante de outra língua em entender textos onde são numerosas. Muitas vezes, um só termo diz duas ações que foram praticadas ao mesmo tempo. É o caso da expressão *putukw* no trecho que se segue.

Depois que o tamanduá não conseguiu matar a anta, os papéis se inverteram. Foi a vez da onça ficar com o arco, enquanto o tamanduá tocaia.

bam
'Corre! - [grita o tamanduá]'

məkə udədo emarə kulə keba keḥɔ̃tɪ
'Aí a onça acertou com vontade o bicho.'

putukw mǎe yǎile mǎe ihugele
'Atirou a flecha murmurando e matou a anta. A anta caiu.'

Segundo as explicações de Apakano, a onça estava com tanta vontade de matar a anta que, no momento em que atirou, a flecha saiu "murmurando" (zunindo seria uma tradução mais adequada para o português). Nesse caso, há dois fatos atribuídos à onça: atirar fazendo com que a flecha fizesse ruído. Isso tem a ver com o segmento anterior quando foi anunciado que *emarə keḥɔ̃tɪ* 'a onça acertou com vontade'; a expressão *ema-rə keḥɔ̃tɪ* tem uma etimologia interessante: *ema-rə* 'mão-ênfase'; *keḥɔ̃tɪ* 'muito', podendo equivaler a 'acertou a

mão', tanto assim que a flecha fez barulho.

A onomatopéia pode, ainda, modalizar qualquer enunciado com o valor de duração, evidenciando que a ação foi demorada. Além da duração, indicar a quantidade de pessoas envolvidas na ação que se descreve, ou se o fato ocorreu mais de uma vez.

'Lá foi a onça no tal lugar', onde o tamanduá dizia ter encontrado água. A onça se afastava cada vez mais e enquanto isso:

mɔkə paʒika mayakɔ ʔagadile mɔkə pɔdɔ itaĩʔu
'O tamanduá trançou um cesto para pôr a carne dentro.'

tutã tutã tutã tutã pɔ pɔ pɔ
ʔapadile ʔaβemile

'Trançou, trançou, trançou, trançou. Forrou o fundo da cesta com folha. Colocou o cesto nas costas e amarrou.'

A escolha de certos segmentos, como as nasais, ou a mudança do padrão acentual de oxítone para paroxítone, contribui para esse aspecto de duração. No exemplo acima, pode-se também observar que o trançado do cesto é traduzido por quatro repetições da expressão correspondente - tutã -, enquanto forrar o fundo com folha, ação menos demorada, corresponde a três repetições, sendo que a expressão em si - pɔ - é bem menor do que a anterior.

São muitos os aspectos significativos no âmbito da sonoridade, como as onomatopéias, processos fonológicos e contornos entoacionais, presentes por todo o texto. Não abordaremos todos, o grupo até então analisado é suficiente para mostrar o papel desses segmentos na tessitura da língua. Ainda a lembrar, eles não são característicos apenas das narrativas míticas. Estão presentes em qualquer tipo de texto, como pode ser verificado no relato trabalhado na seção anterior. Entretanto, apesar de não ser todo falante que se expressa com esses recursos, estes não podem ser entendidos apenas como traços de expressividade de responsabilidade do locutor. Não são meros recursos de expressão. Trata-se de se contar com uma outra possibilidade - constituída na materialidade sonora⁴⁰ - de se tecer a textualidade da língua. A expressividade por si só não recobriria todo o escopo significativo instaurado por esses traços de sonoridade.

Esse tipo de domínio da sonoridade se inscreve na organização social enquanto arte. Uma arte verbal dominada por aqueles cujo papel social é o de contador de histórias. É uma arte que precisa ser apreendida, herdada, para que grande parte da tradição cultural do grupo se perpetue, inclusive a própria função de contador de histórias. Uma arte que faz com que a plasticidade da voz do contador de história imprima corpo e movimento ao relato, à narrativa, assegurando uma recepção cinestésica, o que revela que as narrativas dramatizadas não se esgotam enquanto formas de paralelismo rítmico e de linguagem figurativa.

A arte verbal e a função social estão instituídas na materialidade da língua, na materialidade da sua essência - a oralidade.

Gostariamos de ratificar, aqui, a importância de nossa concepção de que a oralidade é traço constitutivo da materialidade da língua, na medida em que essa concepção, por um lado, decorre de um processo natural do nosso estudo, no caso tendo como objeto de análise uma língua de oralidade. Por outro lado, essa constatação nos levou a refletir sobre o processo de influência das línguas indígenas no português falado no Brasil a partir de uma outra ótica. Sempre que este tema é abordado, buscam-se marcas (ou processos lingüísticos) visíveis na estrutura da língua falada no Brasil; numa perspectiva contrária a essa, penso na possibilidade de se falar que os fatos lingüísticos que identificam o português do Brasil (face ao de Portugal) trazem na sua historicidade marcas de oralidade, não categorizada pela escrita, mas instituída pelo contato com línguas de oralidade - as línguas indígenas⁴¹.

O fato que acabamos de descrever - a sonoridade como um traço constitutivo da enunciação e da textualidade da língua - permite trazer à discussão muitos dos aspectos que englobam a definição de língua, de enunciado e de enunciação. E acaba esbarrando, no interior dessa discussão, com a gramatização das línguas indígenas.

5.5 Enunciação e Oralidade

No corpo das gramáticas, as onomatopéias e os contornos entoacionais ocupam

um espaço descritivo bem menor do que o exame das outros componentes da língua.

O tratamento dado às onomatopéias é mínimo. Em dois parágrafos é dito que as onomatopéias são palavras imitativas, que procuram uma reprodução ou aproximação a certos sons e ruídos, e que, em geral, os verbos e substantivos que denotam as vozes dos animais são derivados das onomatopéias.

Quanto aos contornos entoacionais, eles se prestam à classificação das orações segundo o contorno inerente às mesmas: afirmação, exclamação, interrogação direta e indireta, etc.

Isso é tudo que a gramática prescreve sobre esses dois fatos, qualquer dado que extrapole a essas colocações é relegado ao âmbito da expressividade, ou da estilística.

Na Linguística, Saussure abre espaço na discussão do princípio da arbitrariedade do signo para as onomatopéias. A arbitrariedade do elo que liga o significante ao significado, segundo o lingüista, é totalmente arbitrário, não podendo tal princípio ser questionado nem mesmo pelas onomatopéias. As onomatopéias, pouco numerosas, variam de língua para língua, provando a arbitrariedade do signo, apesar de manterem uma aproximação com as coisas que denomina.

Em Bakairi, pode-se dizer que as onomatopéias não imitam aquilo que descrevem, mas as mesmas acabam motivadas pelo contexto enunciativo. A sua estrutura sonora diz diferentes motivações, como a questão da duração, focalizada acima, ou como a oposição **ma** X **tõ**, simbolizando a diferença entre o machado de pedra (fraco) versus o machado de lâmina (forte).

As onomatopéias não pertencem a uma lista fechada, lexicalizada, mas têm um sentido próprio. São unidades discursivas com papel na textualidade da língua. E por isso a sua condição de enunciado. Como não simulam aquilo que dizem, é difícil para um não-Bakairi a interpretação e compreensão de uma superfície textual trabalhada pelas onomatopéias. Não se pode, contudo, ignorar a sua existência na análise e na descrição da língua, e a questão que se coloca é como entender o seu uso e a sua abrangência significativa.

Pelo aparato da gramática, que se quer prescritiva, ou pelo aparato da lingüística, que visa à sistematização, não há como abordar a questão das onomatopéias (nem dos demais recursos sonoros). Diante do impasse, é preciso voltar a reflexão para disciplinas que não visem à imanência do signo, e sim à produção de sentidos e à relação enunciado/enunciação e verificar, até que ponto, essas outras disciplinas favorecem uma descrição satisfatória das onomatopéias.

A começar pela enunciação, este é um conceito passível de discussão. Guimarães (1989), por exemplo, historia os diferentes aspectos relacionados à definição de enunciado e enunciação. O seu objetivo é falar da relação do enunciado com outros enunciados, não considerando a noção de língua atrelada a de sistema, uma vez que assim não se estaria levando em conta a materialidade histórica da língua. A história da língua enquanto sistema faz com que o tempo recubra apenas uma linha diacrônica de evolução. Em função desse objetivo, o autor opera com alguns deslocamentos teóricos.

Em perspectivas, como as de Benveniste, por exemplo, aponta que a enunciação se define em relação à ação do indivíduo. A “ação de se apropriar da linguagem” não é um ato relativo a um interlocutor. É um ato relativamente à língua.

Em Ducrot, a enunciação se desenha como acontecimento histórico que se constitui no instante em que surge um enunciado. O caráter de historicidade em Ducrot é o caráter temporal, previsto com relação à noção de sistema, fato repensado pela ótica da Análise do Discurso.

Dirige, assim, a reflexão dos conceitos de signo, enunciado e língua para o âmbito da Análise do Discurso.

O enunciado é visto, então, como uma unidade discursiva, caracterizado enquanto elemento de uma prática social, estando incluída nesta acepção a sua relação com o sujeito (ou melhor, com as posições do sujeito), com outros enunciados, onde o seu sentido se configura como um conjunto de formações imaginárias do sujeito e seu interlocutor e do assunto que se fala.

De Foucault, ressalta a observação de que o que faz de uma expressão um enunciado é o seu modo de existência, oposto, no caso, ao modo de existência do signo na língua. Segundo Foucault, a proposição, a frase, o sintagma, etc. seriam constituídos pelos enunciados. Guimarães fala, porém, da necessidade de ir além para “mostrar que os signos, eles próprios são constituídos pelos enunciados. O enunciado preexiste ao signo. E a partir daí chega a uma definição de “língua como “conjunto” de relações, mas que não seja sistema.” (op. cit.; p.75)

Com isso, constata-se que o “enunciado não é o que emerge numa situação específica. Mas se define por sua historicidade (social).” (p.76) Com essa historicidade, “os signos são constituídos, e a identidade do enunciado não é a do acontecimento material (material = som).” (idem)

A historicidade do enunciado é a condição necessária da constituição dos signos e da própria língua. Os enunciados constituem a língua e somente assim os enunciados são linguagem e não parte de uma situação de mundo.

Para ilustrar essas colocações, o autor chama a atenção para a formação do verbo “acessar”, utilizado por usuários de computador, e mostra que o sentido de tal forma não se explica, simplesmente, a partir de seu aspecto gramatical (acess- + -ar). Significa muito mais que “ter acesso”, e a explicação para esse sentido é a consideração do enunciado como um “acontecimento que tem características de certas condições sociais e históricas.” (op. cit., p.78). No caso, a invenção do computador.

Em síntese, toda essa discussão salienta que, da mesma forma que a materialidade do enunciado não é física, a materialidade da criação lexical também não o é. “Sua materialidade é a materialidade própria do enunciado. Ou seja, uma unidade lexical só existe, se existe um enunciado em um domínio de enunciados.” (idem)

Voltando ao nosso dado em análise - o sentido instuído por onomatopéias -, observamos que também as colocações de Guimarães não descrevem satisfatoriamente os fatos do Bakairi.

A vinculação da constituição do signo às condições históricas e sociais do enunciado destaca, de certa forma, a historicidade do enunciado da historicidade da língua. A historicidade de cada enunciado vem constituir, por uma relação de acréscimo, a própria historicidade da língua.

A história da língua recoberta pela historicidade do enunciado não acomoda o tipo de enunciado instituído pela materialidade sonora, previsto na materialidade constitutiva - não dos enunciados isolados um a um - e sim da historicidade da língua.

A minha interpretação do que vem a ser a historicidade da língua - e por conseguinte da sua materialidade - caminha numa direção oposta - e mais ampla - da direção proposta em Guimarães (idem). Falar da materialidade da língua, e não da dos enunciados isoladamente, permite entender a produção de sentidos instaurada por um tipo de enunciado que pressupõe na sua constituição a sonoridade, e que, necessariamente, não precisa pressupor a sua passagem a signo.

O exemplo de “acessar”, cujo modo de existência social se deve a determinadas condições instituídas com a invenção do computador, descreve o surgimento de enunciados que, uma vez destacados da situação de enunciação, passam a ser lexicalizados e convencionados socialmente, com uma identidade própria e autônoma.

Ora, em Bakairi, eu tenho enunciados - equivalentes até a formação complexa como a da oração - e não tenho a sua lexicalização. A cadeia sonora desse tipo de enunciado é sempre arbitrária - como todo significante -, mas o conceito, a idéia se constitui na realidade própria do enunciado, no momento em que se constrói a enunciação, e não na unidade lexical a qual passa a se atribuir um significado. Com isso, parece absurdo se propropr a existência de dois tipos de signo lingüístico, um com as duas faces - significante/significado - e outro só com o significante. Mas parece viável, para se descrever a materialidade sonora, trabalhar não só a sua historicidade - o que, conseqüentemente, acrescenta à historicidade da língua - mas trabalhar a constituição dessa historicidade pelo viés da historicidade da língua.

O que eu proponho, para entender e alcançar a descrição do funcionamento das

onomatopéias (e de outras cadeias sonoras em Bakairi), é que se parta da materialidade da língua, da historicidade dessa materialidade, para se descrever o que é o enunciado. O enunciado terá, assim, a sua existência prevista não a partir de um sistema que venha acomodá-los com a identidade de signo, de frase, de sintagma, etc., e sim a partir de um tipo de materialidade que possa prever a sua existência.

Por outro lado, a concepção da materialidade da língua entendida - como em Guimarães *idem*) - alheia a uma direção diacrônica, porque é a materialidade do enunciado que soma à materialidade da língua não é satisfatória - nem abrangente - porque não pressupõe a materialidade constitutiva da própria língua, no caso, não-dependente da materialidade de cada enunciado individualizado. Língua enquanto sistema de relações deve ser concebida no interior da sua constituição, da sua historicidade que, por certo, acomodará qualquer tipo de enunciado.

Nesse caso, as condições históricas e sociais não podem ser pensadas apenas de um ponto de vista positivo. Não é preciso que se tenha a existência de um fato concreto, definido pela realidade de um acontecimento - como a invenção do computador, por exemplo -, para se preencher a historicidade do enunciado e da materialidade da língua, ou até determinar a sua existência. O acontecimento não precisa ser a realidade factual, o dado mensurável. O acontecimento pode ser a própria ausência de um fato: a não invenção da escrita, por exemplo, que não dá margem à “revolução tecnológica”, mas que faz da oralidade as condições de existência do enunciado e da língua.

E com essa perspectiva, é relativo se pensar no deslocamento da noção de língua como sistema. O deslocamento pressupõe em si a possibilidade de existência de línguas-sistema. Este conceito, na apreensão do sentido instaurado com a materialidade sonora, pode ser descartado; parece bastante operar com a língua como “efeito de sentidos entre interlocutores”. Para se entender o modo de existência dos enunciados em Bakairi, alcançar o seu sentido, é preciso ocupar no enunciado a posição de um interlocutor Bakairi.

Diremos, então, que, realmente, os enunciados constituem a língua, mas a materialidade própria da língua - no caso, a oralidade - prevê a existência tanto daqueles

enunciados que se cristalizam em forma de signos, quanto daqueles que se instituem no momento da enunciação, constituída, no caso, por um tipo de cadeia discursiva que elabora a relação deste tipo de enunciado com aquele, garantindo, nesse escopo apenas, domínio de enunciados, a existência dos enunciados cuja materialidade têm na sua base traços específicos de oralidade - a sonoridade. É uma questão de efeito de sentidos entre interlocutores historicamente determinados pela oralidade.

Fora da língua, essas cadeias sonoras não são nem signos, nem enunciados, são apenas ruídos, o que confirma que a “identidade do enunciado não é a do acontecimento material (matéria = som)” (op. cit., p.76). Pelos dados Bakairi, porém, é possível se descrever uma relação lingüística determinada não por uma situação em si, mas por um tipo de materialidade discursiva que institui sentidos a partir do momento em que promove a correlação de enunciados, que venham a se constituir em unidades lexicais, ou não. É possível, então, se falar de enunciados que, necessariamente, não se constituem em signos, mas que são constituídos em linguagem pelos sujeitos da enunciação.

Assim, a existência da oralidade como forma absoluta da linguagem verbal não prevê a revolução tecnológica da gramatização, instaurada com o advento da escrita (AUROUX, 1992), mas, certamente, prevê a revolução numa outra ordem, a da ordem do discurso.

5.6 Metalinguagem e Oralidade

O processo de gramatização, segundo Auroux (1992), pressupõe a descrição e a instrumentação de uma língua “na base de duas tecnologias, que são ainda hoje, os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário.” (op. cit., 65) Para isso, o limiar da escrita é fundamental. Diz o autor que não se tem notícia “em nenhuma civilização oral de um corpo de doutrina elaborado em *relação* com as artes da linguagem, mesmo onde podemos observar que certos indivíduos são especializados no papel de tradutores ou “poetas””.

O que essa afirmativa deixa antever é a previsão de um aparato formal - como

a gramática e o dicionário, por exemplo - onde estivesse elaborado esse corpo doutrinário. A expectativa parece ser, de antemão, por um tipo de arquivo onde se armazena não a história da língua dita pela oralidade, e sim a história de uma língua dita na forma de gramatização. Para se entender a oralidade é preciso se estender a noção de arquivo para além do limiar da escrita e, conseqüentemente, não atrelar à invenção da escrita o desenvolvimento dos processos metalingüísticos, não atestados, segundo Aroux, nas civilizações orais.

A metalinguagem - como procuramos mostrar no corpo do trabalho - tem a sua inscrição em línguas de oralidade. Certamente, não se pode falar de um corpo doutrinário mas, por si só, a concepção de duas línguas em Bakairi já aponta, de imediato, um traço de metalinguagem.

Um arquivo que recubra a *oralidade*, e não a forma oral de uma língua sem escrita, pode dar lugar à gramatização da língua indígena, desde que se evite a disciplinarização. Ou seja, pode-se falar num tipo de descrição com a língua indígena voltada para esse fim. Este seria o de recuperar no âmbito da oralidade - e não apenas num espaço único, como os mitos, por exemplo, apontado em Aroux - de que forma o índio pensa o funcionamento de sua própria língua, no interior dela mesma ou na comparação com outras línguas.

A metalinguagem não pode pressupor a gramatização formal da língua. Mesmo porque a gramatização, em si, resultaria em apagar traços da língua fluida e, obviamente, traços da oralidade.

A formalização constitui “a língua como um real representável por um cálculo, como um real que se substitui por pequenas palavras de formalização. Ao que serve o conceito de signo e o princípio de divisibilidade: cada segmento da língua - palavra, frase, som, sentido - entendido como signo, é repetido de maneira unívoca e analisável: identidade por identidade, diferença por diferença.” (MILNER, 1978:8)

E aprisona a própria oralidade - e, portanto, a historicidade da língua - nas grades do sistema. E a língua passaria do seu “estado gasoso” - fluida - “para um estado sólido” - imaginária”. (ORLANDI e SOUZA, 1986)

Falar de uma língua de oralidade é descrever um tipo de constituição que não pressupõe a escrita como parâmetro. É também não reduzir a oralidade a um traçado que busca desenhar o contorno sonoro, mas que não abrange a sua materialidade.

Por outro lado, a compreensão de uma língua de oralidade revela características inerentes à própria oralidade.

No Bakairi, por exemplo, a inexistência do discurso indireto, ao lado do predomínio do discurso direto e do discurso clivado, parece sustentada numa língua que se constitui na oralidade. A história é construída e garantida pela cadeia verbal que se atualiza entre interlocutores. A realidade é sempre imediata, não é, interpretada - como seria pelo discurso indireto; é relatada pelo discurso direto, por isso, é sempre atestada.

As marcas de atestação - formas do discurso relatado - recobrem os lugares dos enunciadores, conferidos numa linha histórica de apropriação e de constituição da linguagem. Essas formas de apropriação revelam as diferentes perspectivas de onde se constrói o sentido, e são essas perspectivas que denotam a realidade objetiva. Toda uma intrincada rede de elementos de referencialidade retrata a realidade que se constitui pelo prisma do enunciador. É o caso, por exemplo, da 'água' que é 'falsa' - mawəra parə - porque o enunciador é aquele que mente.

A repetição na língua parece ser outro dado de oralidade. Os enunciados que se repetem são calçados por muitas razões. No âmbito da sintaxe, constrói a textualidade da língua, evidenciando, por um lado, a impossibilidade da coordenação linear dos enunciados e, conseqüentemente, negando uma possível estruturação paratática, porque a posposição das orações uma a uma não tem sustentação gramatical. A repetição se apresenta, assim, como um nível intermediário que alimenta, mutuamente, a sintaxe e a discursividade.

A repetição, por sua vez, - dita também nas formas de atestação - expressa a noção circular de tempo; esta indica sempre o eterno retorno a um tempo de origem e, ao mesmo tempo, sublinha os diferentes enunciadores que se localizam com relação ao curso da história - o tempo imediato, recente e remoto. Enfim, recupera a forma como se atualizam o povo, o

discurso ea história - a oralidade.

Enfim, existe uma lógica, uma razão de ser, para que essas e não outras sejam as marcas do *kurō itāō*. A lógica das línguas de oralidade.

Por essa razão, é que se entende também por que essas línguas não contam na sua história com a revolução tecnológica originada com a escrita - a formalização. Nem mesmo numa das expressões da oralidade - o mito. É impossível se aprisionar o movimento da oralidade num corpo doutrinário.

6 CONCLUSÃO

A análise do discurso indígena vem responder a muitas das indagações que permearam todo o trabalho.

Começamos por discutir a construção do objeto da Análise do Discurso face ao nosso objeto - o discurso indígena. Bem mais do que contribuir à abrangência desse objeto, o estudo do discurso indígena acabou por “descobrir” a oralidade.

A descoberta da oralidade a partir da própria oralidade, e não a partir da sua visibilidade em línguas de escrita - lugar comum no estudo das línguas e na descrição dos discursos - conduziu a uma outra descoberta: a possibilidade de se falar na constituição da materialidade histórica no interior da própria história da língua - no caso, aquela que recupera e constitui mutuamente a história do povo e da língua - e não apenas no interior da historicidade do sentido dos enunciados e processos gramaticais um a um. Não dizemos com isso que esta última relação possa ser ignorada, ou apagada. O fato é que o modo como a materialidade lingüística vem sendo pensada - mesmo sem associá-la a uma realidade física, à materialidade do som - elide a historicidade própria da língua, em uma das expressões da sua constituição - aquela que não resulta, exclusivamente, da soma da historicidade dos enunciados um a um. Em larga instância, a materialidade histórica vem sendo trabalhada sem se supor a identidade da própria oralidade: esta vem sendo pensada como uma das formas de expressão do verbal - como registro - e não como uma das formas de arquivo, da memória⁴². O parâmetro para a oralidade tem sido a escrita e, nesse caso, pensa-se errado não só a oralidade das línguas de oralidade, mas também a oralidade das línguas de escrita.

Essas colocações não autorizam, tampouco, a se falar em dois tipos de constiuição - uma lingüística e outra discursiva. Isso poderia levar à cisão língua e discurso. A materialidade constitutiva da língua é uma só, a realidade da sua constituição é que abarca vários percursos da história, reunindo num só espaço - o discurso - a língua, os enunciados, os gestos, as práticas discursivas, o social e a identidade do povo.

Quanto à identidade do discurso indígena, esta se descreve pelo modo de apropriação da posição vazia no enunciado e regida por regras anônimas e históricas.

Uma apropriação que revela os lugares ocupados pelo índio, por exemplo, na história do contato relatada pelo sujeito indígena. Sublinhar as marcas deixadas pelo contato foi o caminho escolhido para ilustrar o discurso indígena e falar da materialidade do sentido. Cada um desses lugares remete a uma formação discursiva que constitui o fio do interdiscurso. Estes lugares se mesclam, no sentido de ora o índio enunciar do ponto de vista do opressor, ora do ponto de vista do oprimido e ora do ponto de vista de quem critica. Essa mescla promove a constituição desses diferentes lugares e faz com que a incorporação do discurso do outro (e de formações discursivas outras) seja vista não como o espaço do repetível mecânico e universal. Mas como o espaço de fundação do próprio discurso indígena. A retomada não é só retomada, é constitutiva do discurso enquanto acontecimento discursivo.

Esse acontecimento é que remete à identidade do índio e do seu discurso, este, no caso, instituído tanto na materialidade da língua materna - *kurə itãŕo* - quanto na materialidade da língua do outro - *karatwa itãŕo* -, quando esta expressa as diferentes formas de apropriação pelo índio. Formas que dizem a ruptura e a descontinuidade mas que, inegavelmente, fogem à disciplinarização e instalam a resistência. Formas que não dizem apenas do uso da língua: elas estão, sim, inscritas na própria língua, quando entendemos da sua materialidade. Formas que dizem o discurso indígena e a oralidade.

7 NOTAS

- 1 No texto descritivo, um só locutor preenche os dois recortes destinados aos dois personagens do diálogo - interlocutor e locutor. A descrição se estrutura, num primeiro momento de indagações sobre o fato, ou a cena, a serem descritos, em seguida, iniciam-se as afirmativas do que fora previamente indagado.
- 2 A respeito do processo de identificação que se institui na materialidade lingüística, confira-se Souza (1993), onde se discute o porquê da estranheza dos alunos Tapirapé com os textos elaborados nas Cartilhas Tapirapé.
- 3 Ou em termos de ações não-generalizadas e generalizadas. Esse recorte é instituído com a opção pela marca -dile ou -ze, respectivamente.
- 4 Mantivemos a transcrição dos dados na ortografia Bakairi utilizada em Souza (1991).
- 5 Confira-se, por exemplo, em Maingueneau (1987) o papel das nominalizações que fazem com que uma formulação já assertada venha encaixar-se como pré-construído, como é o caso do exemplo de "os comunistas são materialistas" no interior do discurso comunista, analisado por Courtine e comentado em Maingueneau.
- 6 Os documentos referidos em Barros são os seguintes: FERREIRA, J. A., 1905 in "O Arquivo volume II, Cuiabá, MT; DUARTE, J. B. et alii, 1771 "A Luiz Pinto de Souza Coutinho", Arquivo do Estado de Mato Grosso, Caixa 171 e TORRES, M. N., 1738, Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Papéis Avulsos de Mato Grosso, Caixa 2, documentos 83 e 84. Estive no Arquivo, em 1992, e verifiquei que, estranhamente, os documentos sumiram, apesar de existir a sua referência catalogada e a sua previsão numérica nas caixas onde estariam guardados. Até o volume da revista *O Arquivo* não constava mais da coleção.
- 7 A câmara clara é um instrumento de prismas de reflexão, com o qual se vê ao mesmo tempo o objeto e a sua imagem projetada sobre uma folha de papel.
- 8 Calvino (1978: "L'apprenti photographe") usa a palavra máscara para designar aquilo que faz de uma face o produto de uma sociedade, de sua história.
- 9 Barros (1977) fala da existência das plantas das casas, modelo a ser seguido pelos indígenas na construções das casas do Posto. No Museu do Índio, no Rio de Janeiro, havia cópia dessas plantas num arquivo (extinto?) de microfimes.

- 10 Sobre os Bakairi mansos, Von den Steinen (1942) comenta que “Todos estão batizados - eles mesmos não sabem por que, a não ser que seja para receberem um belo nome brasileiro, cuja pronúncia muitas vezes lhes causa sérias dificuldades - e alguns deles também arranham um pouco o idioma culto do Brasil” (op. cit.; p.42)
- 11 Em Barros (1977), há a referência de que o nome Bakairi foi atribuído ao povo pelos karaiwas cuiabanos antigos. Significa ‘mandioca braba’ e a denominação se originou do fato de esses índios só conhecerem a mandioca braba.
- 12 Há outra palavra na língua para se dizer gente, é a palavra to ʒɪ, mas essa não é usada como marca de identificação.
- 13 A tradução aqui empregada reproduz a versão de Apakano, nossa intérprete. A nossa análise, porém, recorre à outra leitura, considerada a função dos formativos e das marcas lingüísticas em jogo.
- 14 Para a discussão sobre as divergências na classificação das línguas Carib, confira-se Gildea (1992)
- 15 Derbyshire e Pullum (1981) tecem observações semelhantes sobre o trabalho de Wheatley.
- 16 Exemplos da forma como o índio é induzido a “disciplinarizar a própria língua” são, em geral, encontrados nos materiais preparados com fins didáticos. Em nosso trabalho utilizamos um trecho do mito udodo pa ʒika ‘A onça e o tamanduá’, reproduzido num material organizado pelo SIL (1975), em que a expressão do português ‘não deu o braço a torcer’ foi literalmente traduzida para o Bakairi: udodo [...] tauari n-udu-pa ola s-apimi-doen (onça [...]) braço 3ª pessoa-dar-não assim paciente-torcer-finalidade ‘a onça não deu o braço a torcer’.
- 17 Confere a esse respeito Orlandi (1990) e Souza (1993)
- 18 Há ainda uma regra de restrição seqüencial segundo a qual nenhuma palavra Bakairi inicia por consoante sonora. Com exceção das palavras *Bakairi* ‘denominação do grupo dada por outros grupos’ e *bacururu* ‘ritual’, que etimologicamente são estranhas ao Bakairi.
- 19 Os exemplos aqui utilizados estão em número reduzido. Em Souza (1992) pode ser conferido um número bem maior de dados.

20 Jô Napoli (1988) questiona as restrições de ordem gramatical sugeridas por Burzio para dar conta da inversão de sujeito em italiano e discorda no que se refere à proposta de movimento para os verbos ergativos. propõe, então, que os verbos ergativos em italiano têm um objeto direto na estrutura profunda mas não na superfície. Proposta parecida com a de Haegeman (1990).

21 Os verbos ergativos em inglês também se diferenciam dos não-acusativos no que se refere ao uso com "there": os primeiros não aparecem em "construções-there" mas os outros, sim. (Haegeman, 1990, seção 6.3.33)

22 O fenômeno da hierarquia referencial consiste em marcar as formas transitivas com o prefixo referente hierarquicamente superior. Em línguas Tupi, por exemplo, a hierarquia nas orações transitivas se expressa "da seguinte maneira: se o agente é hierarquicamente superior ao paciente, ocorre o prefixo subjetivo; se o paciente é hierarquicamente superior ao agente, ocorre o prefixo objetivo." (Cf.: MONSERRAT e SOARES, 1983:165). Assim, as línguas Tupi distribuem seus marcadores segundo uma hierarquização sintático-semântica, o que equivale a dizer que ora o paciente pode estar no topo da hierarquia ora o agente, tudo depende das relações hierárquicas que se estabelecem em temas universais da seguinte forma:

"falante > ouvinte > nome próprio (humano) > nome comum (humano) > animado > inanimado."

23 Hierarquia semelhante a das línguas Tupi é a que se verifica em Kuikuro, língua da família Carib. Segundo Franchetto (1986), a hierarquia é resultado de um jogo complexo envolvendo fatores de ordem semântica e pragmática. A autora observa ainda que quando "o Paciente é referido por pronomes, a hierarquia cessa de operar, restabelecendo-se a ergatividade." Este dado, ainda com Franchetto, pode constituir "fato isolado, já que não ocorre em línguas do mesmo gênero." (idem:227) É interessante notar que no Bakairi o que Franchetto chama de "fato isolado" é o fator recorrente: o paciente é o termo sempre referido.

24 Wheatley (1970) advoga para o Bakairi uma ordem básica não-marcada, OVS/V.S. A ordem SOV/SV seria uma ordem marcada tematicamente no discurso, seguindo a proposta de Halliday (1967). Assim, admite a coexistência, por exemplo, de "udodo idale" (SV) ao lado de "idale udodo" (VS) "a onça foi embora", com a mesma interpretação gramatical mas com recorte temático diferente.

Nenhum de nossos informantes confirmou a proposta de Wheatley. As duas ordens correspondem, respectivamente, a frases afirmativas (SV/SOV) e interrogativas (VS/OVS), quando está em jogo o sujeito de 3ª pessoa. No caso de sujeito de 1ª e 2ª e pessoa, a relação é inversa

Derbshyre e Pullum (1981), preocupados com uma tipologia para línguas Carib, falam da inconsistência teórica de Wheatley no tratamento da ordem dos constituintes. Calçados, porém, pelo parentesco Carib admitem a possibilidade de incluir o Bakairi no rol das raras línguas OVS, ordem que teria sido derivada de uma ordem primitiva SOV, fato recorrente em línguas Carib.

Nenhum desses autores se deu conta de que as duas ordens - SOV/SV e OVS/V.S - recortam de forma diferenciada na sintaxe as pessoas - eu e tu - e a não-pessoa - ele.

- 25 Como atesta Dixon (1979) com a descrição da antipassiva, por exemplo.
- 26 Esse prefixo apresenta a seguinte alomorfia: at-, as-, az-, a_f, a₃, ad₃, at_f.
- 27 Dixon (1979) não analisa dados com frases completivas.
- 28 A Regra de Atribuição de Co-referência marca um SN pleno e um pronome como co-referentes caso o pronome simultaneamente não preceda nem comande. (regra facultativa)
A Regra de Atribuição de Referência Distinta marca com referências distintas qualquer par de SN que não tenha sido marcado como co-referencial.
- 29 A marca -ho (∞-ho) também ocorre indicando a extraposição do complemento verbal que não seja paciente da ação.
- 30 Os mais jovens têm dificuldades em entender Waluga, falante monolíngüe.
- 31 Wheatley (1970) fala que a ordem Determinante Nome é a ordem normal, não marcada.
Em nossa análise, não conseguimos confirmar tal colocação. Em dados isolados, essa ordem recebe a interpretação de dúvida, de interrogação. Em textos, essa ordem instaura sentidos diferentes, contribuindo à significação dos elementos de referência.
A ordem Nome Determinante determina o objeto; a inversão dos elementos no sintagma acarreta o sentido de indefinição ao nome, correspondendo a 'um tal de', 'certo', etc.
Ordens diferentes não encerram uma questão de parâmetros funcionais do discurso. Ordens diferentes produzem sentidos diferentes. Confira-se a esse respeito Guimarães, 1993.
- 32 É comum, dependendo do informante, esses termos apresentarem pronúncias diferente: mira, fira, e outras.
- 33 Dado as formas discendi sustentarem o discurso clivado.
- 34 Certa ocasião, por exemplo, trabalhei com Apakano num texto dela sobre as tarefas dos homens e das mulheres sobre a possibilidade de pontuá-lo como em português. Meu objetivo era saber se o operador wəŋə marcaria parágrafos.
Após explicar como se usava o ponto e o ponto-e-vírgula, fiquei surpresa como não só pontuava o texto em Bakairi, como também me explicava o porquê de usar ponto ou ponto-e-vírgula.
- 35 A tradução interlinear consta do AnexoII. Quanto à tradução livre, gostaria de esclarecer que mantive o texto em português exatamente como Apakano o produziu, não me preocupando em corrigir a gramática e o registro.
- 36 Por exemplo, num trecho do mito, a marca -ŋə presa à udədə - udədəŋə - foi traduzido como 'a onça nervosa'.

- 37 Apakano, durante a tradução, fez questão de falar desse milho antigo, que só existia no Xingu. Hoje, a gente só conhece o "milho karaiwa".
- 38 Faz parte de um outro projeto de trabalho com língua indígena, o estudo do mito relacionado ao gênero alegoria.
- 39 Depois que jifi fez os kurã, fez a divisão dando uma língua para o índio e uma língua para o karaiwa; deu também flecha para o índio e arma de fogo para o karaiwa. O tamanduá é, assim, caracterizado como 'aquele que nunca teve flecha.'
- 40 Pode-se recuperar aqui - e nos demais exemplos sobre o sentido do sonoro - a diferença entre uma materialidade histórica - constitutiva da língua - e uma materialidade empírica (bruta), que recobrem, respectivamente, a língua por sua forma material e a língua por sua forma abstrata (aquela concebida pela lingüística). (Cf.: ORLANDI, 1994b) E acrescentar que a materialidade sonora não é empírica.
- 41 Em agosto de 1993, foi realizado no Instituto de Estudos de Linguagem o seminário "Discurso e Sintaxe", com palestras de Marandim. Durante esse encontro apontei essa possibilidade de se repensar a história da língua falada no Brasil, no que refere à influência das línguas indígenas, a partir da história da oralidade do português do Brasil.
Em trabalho recente, Orlandi (1994) expande essa colocação, sublinhando a questão da identidade da língua que se fala no Brasil e destacando que, na história dessa identidade, é preciso se levar em conta duas formas de oralidade: "uma feita com violência que impõe à história da língua brasileira uma escritura e outra que corresponde a uma "outra" história.."
- 42 Para a noção de arquivo como memória, confira-se Pêcheux (1985).

- ADAM, L. Matériaux pour servir à l'établissement d'une grammaire comparée des dialectes de la famille caribe. Bibliothèque Linguistic Américaine, vol. 17, 1893
- AUROUX, S. A Revolução Tecnológica da Gramatização. Campinas, Editora da UNICAMP, 1992
- AUROUX, S. e QUEIXALOS, F. Pour une Histoire de la Linguistique Amerindienne en France. Paris, A.E.A., 1984
- AUTHIER-REVOUZ, J. "Les formes du discours rapporté. Remarques syntaxiques et sémantiques à partir des traitements proposés", D.R.L.A.V. papier n° 17, Paris, Université Paris VIII, 1978
- _____. "Hétérogénéité(s) Énonciative(s)", Langages 73, Paris 1984.
- _____. "Heterogeneidade(s) Enunciativa(s)", Cadernos de Estudos Lingüísticos 19 Campinas, UNICAMP/IEL, 1990
- BAKHTIN, M. Marxismo e Filosofia da Linguagem, São Paulo, Editora Hucitec, S 1990
- BALDUS, H. Tapirapé, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1970
- BARROS, E.P. Kura Bakairi / Kura Karaiwa: Dois mundos em Confronto, Dissertação de Mestrado, Brasília, Fundação Universidade de Brasília, 1977
- BARTHES, R. A Câmara Clara. nota sobre a fotografia, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1980
- BAUMAN, R. Verbal Art as Performance, Massachusetts, Newbury House Publishers, Rowley, 1977
- BENVENISTE, E. Problèmes de Linguistique Générale, Paris, Éditions Gallimard, 1988
- BURZIO, L. "Intransitive Verbs and Auxiliaries", Italian Syntax A Government-Biding Approach, Dordrecht, Holland, D. Reidel Publishing Company, 1986
- CAPISTRANODE ABREU, J.C. "Os Bacaerys", Revista Brasileira, 1º ano, Tomos III e IV, Rio de Janeiro, 1895
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. Identidade, Etnia e Estrutura Social, São Paulo, Pioneira Editora, 1976
- CHOMSKY, N. "On Wh-Movement", Formal Syntax, P.Coulicover, T.Wasow and A.Akmajian, eds., New York, Academic Press, 1977
- _____. "On biding", Linguistic Inquiry 11.1, 1980

- _____. Lectures on government and binding, Dordrecht, Holland, Foris Publications, 1981
- _____. "A Minimalist Program For Linguistic Theory", MIT Occasional Papers Linguistics Number 1, Cambridge, MIT 1992
- CLEMENTS, G.N. "The Geometry of phonological features". Phonology Year Book, Ewen, CJ e Anderson, JM eds. New York, Cambridge University Press, 1985.
- _____. "A Unified Set of Features for Consonants and Vowels" (XEROX), 1989.
- CLIMOV, G.A. "On the character of language of active typology", Linguistic 131:11-25, 1974
- COMRIE, B. "The Ergativity: variations on a theme", Lingua 33:219-253, 1973
- COURTINE, J.J. e MARANDIN, J.M. "Quel object pour l'analyse du discours?", Matérialités Discursives, Colloque des 24, 25, 26 avril 1980, Université Paris X - Nanterre; Lille, Presses Universitaires, 1980
- COURTINE, J.J. "La toque de Clémentis", Le Discours Psychanalytique n° 2, 1981
- _____. "Définitions d'orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours.", Philosophiques, vol IX, numéro 2, 1982
- DERBYSHIRE, D.C. e PULLUM, G. "Object initial languages". IJAL 47:192-214, 1981
- DIXON, R.W. The Dyirbal Language of North Queensland, Cambridge, University Press, 1972
- _____. "Ergativity", Language 55:59-138, 1979
- _____. Anti-Passive in Yaruwara?, Comunicação apresentada no Workshop "Padrões de Organização Sintática em Diferentes Línguas", Campinas, UNICAMP 1992
- _____. "Analyses de textes et linguistic d'enonciation" in DUCROT, O. et alii, Les Mots du Discours, Paris, Les Editions de Minuit, 1980
- DUCROT, O. Le Dire et le Dit, Les Editions de Minuit, 1984
- FOUCAULT, M. L'archeologie du savoir, Paris, Gallimard, 1969. Tradução brasileira: A arqueologia do saber. Petrópolis, Vozes, 1972.
- _____. L'ordre du discours, Paris, Gallimard, 1971. Tradução de Sírio Possenti (inédito), 1973
- FRANCHETTO, B. Falar Kuikuru. Estudo Etnolingüístico de um grupo karibe do Alto Xingu. Tese de doutorado, Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1986
- FREGE, G. "On sense and reference" Phisosophical Writings of Gottlob Frege, Oxford, P.T. Geachland e M. Black eds., 1952

- GADET, F. e HAK, T. Por Uma Análise Automática do discurso - Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux, Campinas, Editora da UNICAMP, 1990
- GALVES, C. "Pronomes e categorias vazias em português do Brasil", Cadernos de Estudos Linguísticos 7, Capinas, UNICAMP/IEL 1984
- GILDEA, S. Comparative Cariban Morphosyntax: on the genesis of ergativity in independent clauses, Tese de Doutorado, Oregon, University of oregon, 1992
- GIVON, T. "Discourse and Syntax", Syntax and Semantics, vol. XII, New York, Academic Press, 1979
- GOLDSMITH, J.A. Autosegmental Phonology, Indiana University Linguistic Club, 1976.
- GUATARRI, F. e SOLNIK, S. Cartografias do Desejo, Petrópolis, Vozes, 1986
- GUILLAMOU, J. e MALDIDIER, D. "Analyse discursive d'une journée révolutionnaire: 4 septembre 1793", Cahiers de recherche sociologique, vol 2, 1. Montreal, UQAM, 1984:137-158
- _____. "Da Enunciação ao Acontecimento Discursivo em Análise do Discurso", História e Sentido na Linguagem, Capinas, Pontes, 1989
- GUIMARÃES, E. "Enunciação e História", História e Sentido na Linguagem, Capinas, Pontes, 1989
- _____. Linearidade e Interdiscurso, (xerox), 1993
- HAEGEMAN, L. Introduction to Government and Binding Theory, Genebra, Ian Roberts ed., 1190 (pré-edição)
- HALE, K. "Walpiri and the Grammar of Nonconfigurational Languages", Natural Language and Linguistic Theory 1:5-47, 1983
- HALLE, M. & VERNAUD, J.R. "On the Framework of autosegmental phonology". in: VANDER HULST, H. & SMITH, N. eds. The Structure of phonological representation (Part I), Netherlands, Foris Publications, 1983.
- HALLE, M. & VERNAUD, J.R. "Three dimensional Phonology". In: Journal of Linguistic Research, vol 1, no. 1, 1980
- HALLIDAY, M.A.K. "As Bases Funcionais da Linguagem" (1973), in: DASCAL, M. Org. Fundamentos Metodológicos da Linguística, vol. 1, São Paulo, Global 1978
- HENRY, P. "Os Fundamentos Teóricos da "Análise do Discurso" de Michel Pêcheux (1969). in GADET, F. e HAK, T. Por Uma Análise Automática do discurso - Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux, Campinas, Editora da UNICAMP, 1990
- HUANG, C.J.T. "On the Distribution and Reference of Empty Categories", Linguistic Inquiry, 15 1984

- HYMAN, L. Phonology: theories and analysis. New York, Holt, Rinehart & Winston, 1975.
- HYMES, D. "Discovering oral Performance and Measured Verse in American Indian Narrative", New Literaty History VIII n° 3:431-457, 1977
- JACKENDOFF, R. S. Semantic Interpetation in Generative Grammar, Cambridge, The MIT Press 1972
- JAKOBSON, R. "Linguistics and Poetics", Style in Language, Cambridge, The MIT Press, 1960
- JELINEK, E. Gramatical Relations and Coindexing in Inverse Systems, 15th Biennial Conference on Gramatical Relations, Stanford 1990
- JÔ NAPOLI, D. "Italian syntax: A government-biding approach, by LUIGI BURZIO, Dordrecht: Rei el, a1986. Pp xiii, 486". Reviewed. Language vol. 64, number 1, 1988:130-142
- KATO, M.A. "Sujeito e tópic: duas categorias na sintaxe?", Cadernos de Estudos Lingüísticos 17, Campinas, UNICAMP/IEL, 1989
- LAPASSADE, G. Grupos Organizações e Instituições, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1983
- LASNIK, H. "Remarks on coreference", Linguistic Analysis 2.1, 1976
- LASNIK, H. e URIAGEREKA, J. A Course in GB Syntax, Cambridge, The MIT Press, 1988
- LAUD, M. A Propósito da Noção de Dêixis, São Paulo, Editora Ática, 1979
- LEVY, N. "A Trama Ideológica do Desejo de Absoluto e os Imaginários Ocidentais do Fim da História", Teoria e Política, São Paulo, Brasil Debates Editora, 1990
- LI, C.N. e THOMPSON, S.A. "Subject and Topic: a New Typoplogy of Languages". Subject and Topic, New York, Charles N. Li ed. 1976
- LIGHTNER, T.M. "On the description of vowel and consonantal harmony" WORD 19:367-387, 1965.
- MAINGUENEAU, D. "Approche de L'enonciation en Linguistic Francaise", Embrayers < Temps> Discours rapporté, Paris, Hachette, 1981
- _____. Genèses du Discours. Bruxelas, Mardaga, 1984
- _____. Nouvelles Tendances en analyse du Discours, Paris, Hacette, 1987.
- Tradução brasileira: Novas Tendências em Análise do Discurso, Capinas, Pontes, 1989.
- MALDIDIER, B. et allii. "Discours e idéologie: quelques bases pour une recherche", Langue Française n° 15 1972:116-142

- MARANTZ, A. On the Nature of Grammatical Relations, Cambridge, The MIT Press, 1984
- MATTOSO-CÂMARA, J. Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras, Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1965
- McCARTHY, J.J. "Feature Geometry and Dependency: A Review", Phonetica 43:84-108, 1988.
- MEL'CHUK, J.A. "The Predicate Construction in Dyirbal", Studies in Dependency Syntax, Roberg ed. Michigan, Karoma Publishers, Ann Arbor, 1979
- MILNER, J.C. L'amour de la langue, Paris, Seuil, 1978
- MONSERRAT, R. e SOARES, M.L.F. "Hierarquia Referencial em Línguas Tupi", Ensaio de Linguística 9, 1983:164-187
- MORAVCSIK, E.A. "On the distribution of ergative and accusative patterns", Lingua 45, 1978:233-279
- NASCIMENTO, M. Sur la Position du Sujet dans le Portugais du Brésil. Tese de Doutorado, Paris VIII, 1984
- ORLANDI, E. Terra à Vista - Discurso do Confronto: velho e novo mundo, São Paulo, Cortez, 1990
- _____. Discurso Fundador - A formação do País e a Construção da Identidade Nacional, Campinas, Pontes, 1993
- _____. "O Discurso dos Naturalistas", Rio de Janeiro, Vozes Cultura nº 1, Janeiro/ Fevereiro 1993
- _____. Autoria e Interpretação, (xerox), 1994a
- _____. La Langue Brésilienne, (xerox), 1994b
- ORLANDI, E. e SOUZA, T.C.C. de. "A Língua Imaginária e a Língua Fluida: Dois Métodos de Trabalho com a Linguagem", Política Linguística na América Latina, Campinas, Pontes, 1988
- PÊCHEUX, M. Analyse automatique du discours, Paris, Dunod, 1967
- _____. Les Vérités de la Palice, Paris, Maspero, 1975. Tradução brasileira: Semântica e Discurso, Capinas, UNICAMP, 1988
- _____. "L'enoncé: enchâssement, articulation et dé-liaison", Matérialités Discursives, Colloque des 24, 25, 26 avril 1980, Université Paris X - Nanterre, Lille, Presses Universitaires, 1980
- _____. Ler o Arquivo Hoje, (xerox) 1985
- _____. O Discurso - Estrutura ou Acontecimento, Campinas, Pontes, 1990
- PONTES, E. "Da importância do tópico em português", Anais do V Encontro Nacional de Linguística, vol. 2, Rio de Janeiro, PUC, 1980

- RIBEIRO, D. Língua e culturas indígenas no Brasil, Rio de Janeiro, Centro de Pesquisas Educacionais, 1957
- RIZZI, L. "Null objects in Italian and the Theory of *pro*", Linguistic Inquiry 17 1986:501-557
- _____. "Relativized Minimality", Linguistic Inquiry Monograph Sixteen, Cambridge, The MIT Press, 1993
- SAITO, M. "On the Problem of Configurationality", (xerox), 1984
- SCHMIDT, M. "Los Bakairi", Revista do Museu Paulista, NS, I, São Paulo, 1947
- SHERZER, J. e URBAN, G. Native South American Discourse, Berlin, New York, Amsterdam, Mouton, 1986
- SOUZA, T.C.C. de. "Regras de Acentuação em Bakairi: uma Questão Semântica", Anais do 1º Encontro Nacional da ANPOLL, Curitiba, 1986
- _____. "Considerações sobre a estrutura discursiva na língua Tapirapé", Série Estudos 12, Uberaba, 1986
- _____. "Perspectivas de Análise do Discurso numa Língua Indígena: o Bakairi (Carib)", Discurso Indígena, Campinas, UNICAMP, 1991a
- _____. "The case of consonantal Harmony in Bakairi Language (Carib)", D.E.L.T.A. vol.7, no. 1, 1991b
- _____. The syntax of an ergative language: Bakairi (Carib), Comunicação apresentada no 47th ICA, New Orleans, Tulane University, 1991c (no prelo: Revista Latinoamericana de Estudios Lingüísticos, Peru)
- _____. "O traço sonoro em Bakairi (Carib)", Comunicação apresentada na Mesa Redonda As Línguas Indígenas e as Teorias Fonológicas Contemporâneas, São Paulo, 44^a Reunião Anual da SBPC, 1992
- _____. "A questão discursiva e a elaboração de cartilhas em línguas indígenas", Linguística Indígena e Educação na América Latina, Campinas, UNICAMP, 1993
- STOWELL, T. Origins of Phrase Structure, MIT, Tese de Doutorado, 1981
- SPERBER, D. Le savoir des anthropologues, Paris, Hermann, 1982
- TAUCAI, R. "Udodo Pajica Unare", Publicação Experimental do Ministério do Interior Fundação Nacional do Índio, Org. SIL, 1975
- TEDLOCK, D. The Spoken Word and the Work of Interpretation, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1983
- VOEGLIN, C.F. e VOEGLIN, F.M. Classification and Index of the World's Languages, New York, Oxford, Elsevier, 1977
- VON DEN STEINEN, K. Die Bakairi Sprache. Leipzig, 1892.

- _____. Durch Central-Bresilien, Leipzig, 1885 Tradução brasileira: O Brasil Central. Expedição de 1884 para expedição do Xingu. São paulo, Cia. Editora Nacional, 1940
- _____. Entre os Aborígenes do Brasil Central. São Paulo, Separata da Revista do Arquivo nº XXXIV e LVIII, 1942
- WHEATLEY, J. Bakairi Phonemics, (inédito), 1964
- _____. Grammar of Bakairi, Brasília, SIL, Arquivo Lingüístico nº 022, 1964
- _____. "Bakairi Verb Structure", Linguistics 47: 80-100, 1969
- _____. Pronouns and Nominal Elements in Bacairi Discourse (xerox), SIL, 1970
- WILLIAMS, E. "Predication", Linguistic Inquiry, vol.2 nº1, 1980. 203-238

bakairi ỹ-edāw-ile awadō

3^{su}-3^{ob}-comer-aspecto

ilapirite awadō ỹedāwile takoro jurā əpa aỹe-tibe

depois massa dele mandioca fazer-paciente

imapile ikele ỹigele igāwkule yetibiē

depois descascar ralar espremer

pilā awad-ũi ỹedāwile awadũi judwile ilema ỹedāwile

depois beiju-futuro

assar depois

arō wārā ugondo adəkəbāze idəle tagire podo ineβile nōko ilema ihũile

homem caçar ir caça carne trazer matrinchã assar

awadō agā ỹ-ā-dile pogo āyedile pekodo ỹunũ-ıpe arōwatai mā:ĩĩ tāzēi ā_{3i}

3^{su}/3^{ob}-comer mingau

socar-paciente se

mandioca

wārā pogo bakairi yōko

arroz

‘Bakairi **come** beiju. **Come** o beiju só depois de **feita** a massa dele com mandioca. Ele **faz** massa de mandioca depois de descascar, ralar e espremer [a mandioca]. Assim que isso é **feito faz** o beiju. Para **comer** o beiju, assa e depois **come**.

Se os homens vão à caça e trazem carne e matrinchã, depois de assados comem com beiju. As mulheres também fazem mingau com [polvilho] socado, ou até de qualquer outra coisa como farinha de mandioca, milho, tudo [serve] para o mingau de Bakairi, até arroz.’

iduo-dai-pa t-əd-əe-to-bire

mato-dentro-não agente-inversor-chegar-nom-ex

kukare ene-ne iduo-dā-no-pire-moⁿdo.

trazer-agente mato-dentro-em-nom.-ex-coletivo

kukare maw³ka enene iduodānopiremoⁿdo.

ega karaiwa agə idələɔ kukarəɔ miäre-ɔ iduo-daji-ɔ karaiwa agə idələ

com ir-aspecto-ênfase lá-ênfase mato-dento-ênfase

miära iduodajiro

ɔdə kukeära miəkāwa məkə kukare tərə tədəβile yutuwe idələ səedile miära

como lá-antigamente estar 3^a/3^aob-saber chegar

ifpeu tezora kanivetji mā:ɾi petəɔkəɾēi jina keho ila eka ʒi pēⁿtji eka ʒi karite

adida ime³ wərə yākile məkə karaiwa jiro pōɾa wərə yākile

3^a/3^a-levar colar

kāikāi tətənēbāma sɔ uluri keho nēi ipa tɔwajere pe pe pe wərə elewoyō

chamado cinto

kulelə

əs-eane-dile-mō kafɔɔw egə y-ita-dilemō udədo kewadilemō əkulemō āwōɾā

inversor-medo- -medo- pensar subir urucum

mā:ɾi kədəkerāwa āwōɾə se əβele

algodão galho descer

a saimōnūmō k^watə-ɾā əkulemō

gritar jirau-em

āyedilelemō təkəhəze

fizeram dizem

egə məkə karaiwa titaze udədo kewadilemō udədo keba məkə kafɔɔw kulə

olha medo onça pensaram

yitagemō

ter medo

kukare ɔla

ədiseba itɔwa ʒ³ge nātaɪba ise awəkə - kēiɾɔ udə - mero k-akəbadile

fazer gente alguém morder-não futuro dizer gente isso 1^a-andar-

taseanedə itɔwa alə kulə ki-āɾe keba ɔla merafə wərə mā:ɾi tigapidāwə aune

ter medo 1^a-morder isso 3^a-cacique fazer

mā:ɾi teotuo aune mero - kele məkə kukare

mandar
 attuɔŋɔ
 aí
 akea - kelēmõ
 sim
 adapaedädilemõ pekɔdɔmɔⁿdo adapaedädilemõ ugoⁿdɔmɔⁿdo adida imeã
 fazer fila mulheres homens coisa pequena
 ãnuile ēi-ã-mõ tu tu
 dar ele-para-plural onomatopéia
 wame akāwa āyedile
 assim fazer
 kuikare agə idəipiē
 ir-forma clivada
 e tako tako aləpidəwāna eyabire
 bisavó velho
 ʒŋge ka əmə - kele mʌkə kuikare
 quem interrogação
 ura urama aləpidəwānalə ura aləpidəwāna ura kataɔga ura - keduo miāra

kurə əʒipemɔg^ωē lerɔ - kele mĩ akāwa kuikarerɔ - atama mĩ akāwa
 nós parentes -ênfase ?

kurə əʒipemɔg^ωē lerɔ - kele

təkefɔze məwŋka

tərə tərəmɔ awərə āʒi izeamõ jina - kele mʌkə karaiwa
 lá lá-plural milho querer-plural nós

attuɔ mərə āʒi ãye-nota-ge-lemõ ãyekigelemõ tek əmuga ɔdat tuyurelə mərə
 aí descer-jirau-verbalizador- debulhar panela cru

ãgũle karaiwa mʒŋge əpəlagədə kefɔ

comer chamado

inəra təkefɔzēi

āʒi ãgũle mərə tilanõzebalə mʌkə ãgũle mʌkə ãgũle mʌkə ãgũle
 torrar-não-ênfase

mʌkə ãgũle ma?

mərə āʒi kurə ələrə jina ãadirele ələrə mərə āʒi tuaŋē kebarɔ əβilige mʌkə
 nosso nós plantar duro não-ênfase por isso

yāgwile mʌkə yāgwile mʌkə yāgwile mʌkə yāgwile ma? wərə yāgwile

te ilapirĩẽ mĩ akāwa əese kelemōro

demorou depois vir-quere disseram

farĩɲa ʔŋgatāw-ga - kele mʌkə kutkarero

torrar-imperativo

farĩɲa ʔŋgatāwga uĩā-ẽ ise samo mʔŋgadilemō əsaumō takoro mʔŋgadilemō

eu-apara povilho torrar vocês massa

wərə - kele

ihēi

sim

əpa əyedilemō mā:ĩĩ ɔĩɔ jiga-tibe wəgə kulə farĩɲa əyedilemō

mandioca fazer terra fazer-paciente

kāikāi te te te te samo yegadilemō takoro iwayəre yegadilemō karatwaẽ

coitados polvilho torrar farinha

mərə mʌkə kutkarẽ

mərə əpa eseidəlemō əβilemō awadə yūdilelemō tipə tipə tipə tipə kutkarẽ

mandioca arrancar foram beiju fazer onomatopeia

karatwaẽ wərə

əβilemō

vieram

idəwa itāwgāne tə-ipa itāwga kāikāi kulə amaimo

ir-imperativo gente aqui-não coitados vocês

egə se yipilemō se yipilemō ma ma ma ma tukawəze kulə arifayagə

olha mato roçar quebrar machado de pedra

yagelemō wərə

derrubar

kulə təkəfoze

kāikāi kulə jina

coitados nós

təkəfoze

jina idamundome akāwa nēi tahəpeba nēi pi nēi ifada lapeba kāikāi lelələ

antepassados antigamente faça-não machado enxada ter-não

tamari-ge kula se yūkawadile ma ma ma arifaga
mão-com roçar

takefoze

ila-ge-kula pi ma:ri se yagele tō tō tō tō alakula
aquilo-com-só derrubar assim-só

kāikāi lelələ finame akāwa jina idamuⁿdo kutkare olə enerifo
avós trazer

idəwa itāwaga

kāikāi kulə amaumo tətənēbamo tədəhəgunēbamo amaumo təwigunepa
vocês sem roupas sem faca sem machado

tījadagunebāmo wərə
sem enxada

idəwa itāwagane

ihē

idəwa itāwaga leləne m-əda-ho-mōi jira awole - kele akāwa
mesmo ir-final-plural aqui

k-əe-to-bire-oze lelə ise mədalemō - kele
1^a-vir-nom.-ex-aspecto 2^a-ir

ihē

wərə maw^ŋka əpanēgelēmō jina idamuⁿdo əβile jəra pe-yena:ji iduə-dai
aparecer-plural chegar campo-em mato-dentro

məkə tərə əβile pepi yitugelemō əβilemōrō saguhōi idənərə lelə əβile
lá vieram canoa fazer primeiro todos

wāikeba ənelə alə kulə tələ tərə mī akāwa əβile te takə aləpidəwāna
vieram só bisavó

əhubema mī akāwa əβile odoṗadile nitāibərə ayoələ əβilerə
de uma vez só voltar-não querer-não para sempre vieram
takeze maw^ŋka

kāinane pabai ayoələ məkə əβile
antigamente papai para sempre veio

kāikāi əβilemō tatiē^{-mba} nē jira peba-gələ pə jira peba
coitados roupa-não nada-tinham isso não

adəwatunōmegelemō te tələ tərə etāi rī təisebərə tələ tərə iduə-dai nē jira ə
vinham chegando ter lá gente vir-querer-não

ize-pa a inakãe kulã tãrã mã:ĩikeba tãrã adida imeã lapeba tãrã
querer-não ruim coisa lá coisa pequena ter-não
kelemõ

Vinda do Mato

Foi kuikare que trouxe os que moravam no mato.

Foi um tal de Kuikare que trouxe aqueles que moravam no mato.

Olha! Foi com um karaiwa que Kuikare foi pra lá pro mato. Com esse karaiwa ele chegou lá no mato.

Como, eu não sei que Kuikare sabia que aquelas pessoas vivam lá no mato. Bem ele foi e chegou lá.

Espelho, tesoura, canivete, fósforo - tudo que a gente chama de presente - pente, linha, miudezas - ele levou. O karaiwa levou até o colar dele.

Coitados! Nem tinham roupa. Só uluri. Uluri é como nós chamamos um cinto que nem tampa nada. É aquilo que as mulheres usavam.

Sentiram medo de um cachorro. Olha! Ficaram com medo porque pensaram que era uma onça. Então, subiram no pé do urucum e também no pé do algodão. Ai o galho do urucum desceu.

- Ah! - gritaram. E aí subiram no jirau.

Dizem que foi assim que fizeram.

Olha! Estavam com medo da onça daquele karaiwa. Não era uma onça; era apenas um cachorro a coisa que estavam com medo.

Ai Kuikare se virou pra eles:

- Não faz isso, gente! Eu venho viajando com ele. Não tenham medo, gente, só por isso! Ele não morde à toa. Ele só obedece ao dono dele e só faz o que ele manda. Não façam isso! - disse Kuikare.

Então obedeceram:

Sim! - disseram

Fizeram fila. As mulheres fizeram fila, os homens fizeram fila. E aí ele ia dando as coisas pra eles - tu... tu...

Bem, foi assim que antigamente fizeram.

E com Kuikare aqueles se foram.

Ei! avós, bisavós, velhos Alapidawana.

- Quem é você? - perguntou Kuikare.

- Eu? Eu sou um dos Alpidawana. Eu sou Alapidawana. Eu sou Katawga.

Quando disse isso, Kuikare exclamou:

- Então eu e você somos parentes! - disse o próprio Kuikare naquele tempo.

Então eu e você somos parentes!

É assim que eles contam.

Todos que lá estavam quiseram milho.

- Nós queremos desse milho! - disse o karaiwa.

Aí desceram o milho do jirau, debulharam e jogaram na panela. Ele comeu o milho cru mesmo, o karaiwa que a gente chamava de Apalagada.

É assim que contam.

Eles comeram daquele milho sem torrar. Comeram, comeram, comeram, comeram até acabar.

Aquele milho era Bakairi. Éramos nós que plantávamos. Aquele milho não era nem um pouquinho duro por isso eles comeram, comeram, comeram, comeram até que acabou. Acabou tudo.

Depois de muito demorarem ali eles mesmos disseram que vinham embora.

- Torrem farinha! - ordenou o próprio Kuikare.

- Torrem farinha! O polvilho vai ser pra mim. Todos vocês, torrem a massa para o Karaiwa. Torrem! - falou.

E assim foi. Prepararam a massa, fizeram o forno só de barro. Fizeram farinha.

- Coitados! Várias pessoas ficaram ocupadas preparando a massa, a farinha para o Kuikare e também para o karaiwa. Arrancaram a mandioca pra fazer beiju e espalharam pelo forno. Tudo para o Kuikare e para o o karaiwa.

E aí vieram embora.

— - Vocês têm que ir embora daqui gente! Como todos vocês são coitados!

Olha! Vocês só roçam o mato com a mão e têm só o machado de pedra pra quebrar e derrubar a mata.

Isso é o que contam.

Coitados! Como nós éramos coitados!

Dizem.

Nossos bisavós, antigamente, nem tinham faca, machado, enxada, nada. Coitados deles! Roçavam o mato só com a mão - ma... ma... ma... ma... - ou com machado de pedra.

Dizem.

Só que quando se derruba com o machado de lâmina - tã... tã... tã...

Como os nossos eram coitados!

Os nossos antepassados lá de antigamente, foi Kuikare mesmo que trouxe.

- Vocês precisam ir embora! Como vocês são coitados: sem roupas, sem facas. Vocês não tem machado de lâmina, nem enxada. Vocês precisam ir embora sim! Tratem de ir

embora! Eu falo assim é pra vocês irem embora. - disse lá naquele tempo.

- Vão na mesma direção por onde nós viemos! - disse

E assim fizeram.

Foi assim que eles, os nossos bisavós, apareceram aqui. Eles vieram aqui pro campo lá de dentro do mato. Foi assim que vieram de lá: fizeram canoa de jatobá e vieram; também vieram a pé. De início não vieram todos; vieram apenas os que quiseram. Mas ainda ficou gente. De lá daquele tempo vieram até os avós Alapidawana

Há muito tempo atrás vieram para sempre. Disseram que não queriam mais voltar, que tinham vindo para sempre. Lá nessa época vivia o meu pai. Ele também veio para sempre.

Coitados! Vieram. Não tinham roupa, nem isso [vestido]. Quando chegaram não tinham coisa nenhuma. Algumas pessoas não quiseram vir lá do mato; não quiseram vir pra cá. Ah! mas eles não achavam que lá era bom. Lá não tinha nada, não tinha todas aquelas coisas.

Assim dizem.

‘Há muito tempo atrás vieram para sempre. Disseram que não queriam mais voltar, que tinham vindo para sempre. Lá nessa época vivia o meu pai. Ele também veio para

tələ kəɲnāne mǎ:ɾi tutuze ura ætəbirebeba æβilemō tutuze ura ætibe tələ
ter antigamente conhecer eu vir-nom.-não vir-plural
təɾə iβeɾi̯ai kulə təɾə ʔi̯ge peba kuro idəle idənəɾə keɦōi təɾə ʔi̯ge peba idəle
lá época gente-não mais ir todos muito
tələma kəɲnāne tutuze ura yamu^udōi wəβile ume mɔkə æβile juk juk mɔkə
lá-bem criança-quando porque quando onomatopéia
alə kulə ad-ælemō wəɾə.
só assim invers -vir assim

‘Havia aquelas pessoas [os que vieram] lá. Eu conheci os que não vieram. Eu conheci os que vieram. Muitos vieram. Hoje em dia não tem mais ninguém lá. Já se foram todos e ninguém foi mais lá. Eu sei que lá tinha essas pessoas porque eu era criança. Eles vieram aos poucos, andando dois a dois. Vieram aos poucos, dois a dois. Bem assim. Vieram.

udodo mʌkə tərə - kãeŋ kãeŋ kãeŋ - kə kalə idəle iwə'tə kə kalə idəle iwə'tə
 onça lá onomatopéia

kalə idəle mǎe-ĩã aβelige kududω kududω kududω.

anta-para então onomatopéia

'E lá se foi a onça gritando - kãi! kãi! kãi! - Lá vai ela, sócio! Lá vai ela, sócio!

Lá vai ela, sócio! Corria a onça atrás da anta trotando.'

pĩrəw ameze kewadilemō mʌkə paʒika tĩpiē^mba tɔʒidike mǎe ỹamile ha ipa
 flecha jogar dizem flecha-não cair-a-flecha anta acertou não
 mǎe idəle lelə.

ir mesmo

'A flecha foi jogada. Contam que o tamanduá nunca teve flecha. A flecha caiu

na terra, e a anta ele não acertou. E ela acabou fugindo.'

fifi fifi fifi -əisele -fifi fifi fifi -əisele
 'xixi, xixi, xixi - ele urinou - xixi, xixi, xixi - ele urinou'

ituō pōĩōe-pĩre ilere ɔdat eʒasero
 ai jejum-ex membro dentro sair

'Então, quebrado o jejum, saiu alguma coisa de dentro do membro dele.'

tuk sək inəra ỹ-eneβile
 aquilo 3^a/3^a-trazer

'Caiu a coisa, ele **apanhou** e a trouxe.'

idəle paʒika - tə'dã tə'dã tə'dã
 ir onomatopéia

'O tamanduá sai - **tadã, tadã, tadã.**'

mawəŋka aβile tərə əisele -fifi fifi fifi [...]

ele ai lá urinar

'E lá, ele urinou - xixi, xixi, xixi.'

bam

'Corre! - [grita o tamanduá]'

məke udodo ema-ro kulə-keba kehōi
mão-ênfase coisa-ex muito
'Ai a onça acertou com vontade o bicho.'

putukω mãe yāile mãe ihugele
onomatopéia anta matar anta cair
'Atirou a flecha murmurando e matou a anta. A anta caiu.'

məke pa:zika mayakω yāgadile məke podō ita-ĩōi
cesto trançar carne colocar-para
'O tamanduá trançou um cesto para pôr a carne dentro.'

tutā tutā tutā tutā pō pō pō
onomatopéia onomatopéia
yāpadile yāβemile
colocar nas costas amarrar

'Trançou, trançou, trançou, trançou. Forrou o fundo da cesta com folha.
Colocou o cesto nas costas e amarrou.'